



A IDENTIDADE NACIONAL NA LITERATURA PORTUGUESA

De Fernão Lopes ao fim do século XIX

Ana Cristina Correia Gil



Ana Cristina Correia Gil é professora do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores desde 1993 e diretora da Biblioteca e Arquivo desta universidade desde 2014. Em 2006 concluiu o Doutoramento em Cultura Portuguesa com a dissertação *A identidade nacional na literatura portuguesa. De Fernão Lopes ao fim do século XIX*. É investigadora do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores e do Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão. As suas áreas de investigação são a identidade nacional e a Cultura Portuguesa. Participa regularmente em colóquios e conferências, em Portugal e no estrangeiro. Em 2014 ganhou o Prémio Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão com o ensaio *Diferentes perspetivas sobre a identidade nacional: o caso português*.





A IDENTIDADE NACIONAL
NA LITERATURA PORTUGUESA
DE FERNÃO LOPES AO FIM DO SÉCULO XIX

Coleção T E S E S

- 1. AS ILHAS DE SÃO TOMÉ NO SÉCULO XVII**
Cristina Maria Seuanes Serafim
- 2. A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DA ESTADO DA ÍNDIA:
CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DA ACÇÃO DOS JESUÍTAS NO ORIENTE**
Maria Odete Soares Martins
- 3. A ILHA DE SÃO NICOLAU DE CABO VERDE NOS SÉCULOS XV A XVIII**
André Pinto de Sousa Dias Teixeira
- 4. TERRA E FORTUNA:
OS PRIMÓRDIOS DA HUMANIZAÇÃO DA ILHA TERCEIRA (1450?-1550)**
Rute Dias Gregório
- 5. SAMURAI CRISTÃOS:
OS JESUÍTAS E A NOBREZA CRISTÃ DO SUL DO JAPÃO NO SÉCULO XVI**
Madalena Ribeiro
- 6. MARTIM AFONSO DE SOUSA E A SUA LINHAGEM:
TRAJECTÓRIAS DE UMA ELITE NO IMPÉRIO DE S. JOÃO III E D. SEBASTIÃO**
Alexandra Pelúcia
- 7. D. AFONSO DE NORONHA, VICE REI DA ÍNDIA:
PERSPECTIVAS POLÍTICAS DO REINO E DO IMPÉRIO EM MEADOS DE QUINHENTOS**
Nuno Vila-Santa
- 8. VIOLÊNCIA, DESVIO E EXCLUSÃO NA SOCIEDADE MICAELENSE OITOCENTISTA
(1842-1910)**
Susana Serpa Silva
- 9. O ARQUIVO DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA:
ESTUDO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE ORGANIZAÇÃO
INTEGRADA DA INFORMAÇÃO**
Rute Dias Gregório
- 10. A IDENTIDADE NACIONAL NA LITERATURA PORTUGUESA DE FERNÃO LOPES
AO FIM DO SÉCULO XIX**
Ana Cristina Gil

Ana Cristina Correia Gil

A IDENTIDADE NACIONAL
NA LITERATURA PORTUGUESA
DE FERNÃO LOPES AO FIM DO SÉCULO XIX

Prefácio de António M. B. Machado Pires

Centro de História
d'Aquem e d'Além-Mar
CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

PONTA DELGADA

2015

FICHA TÉCNICA

Título A IDENTIDADE NACIONAL NA LITERATURA PORTUGUESA
DE FERNÃO LOPES AO FIM DO SÉCULO XIX

Autor ANA CRISTINA CORREIA GIL

Edição CENTRO DE HISTÓRIA D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS / UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Av. de Berna, 26-C
1069-061 Lisboa
cham@fcsh.unl.pt | cham@uac.pt
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Capa Carla Veloso

Imagem da capa Pormenor da pintura de Domingos Rebêlo
«Missa da descoberta da ilha de São Miguel (Gonçalo Velho Cabral
de joelhos orando, Domingos Rebêlo com sino)», têmpera sobre papel,
década de 1940, coleção particular.
Fotografia de Bruno Amaral, Arquivo Jorge Rebêlo.

Coleção TESES 10

Depósito Legal 402398/15

ISBN 978-989-8492-31-9

Data de Saída Dezembro de 2015

Tiragem 250 exemplares

Execução Gráfica EGA - Empresa Gráfica Açoreana
Rua Manuel Augusto Amaral, 5
9500-222 Ponta Delgada
S. Miguel - Açores

Nota: Esta publicação adota o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Apoio:



Governo dos Açores
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

O Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através do projecto estratégico UID/HIS/04666/2013 e, nos Açores, pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do Governo Regional dos Açores, através do programa de incentivos do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA).

«Somos um dos raros países europeus que não têm, a título patológico, o que se designa por crise de *identidade*»

Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*



PREFÁCIO

Não é indiscutível o papel de uma literatura na caracterização da cultura e da identidade nacionais. O conceito de cultura alargou-se. Com o peso político que hoje têm as regiões, o problema das identidades complicou-se. A História tem um fluir próprio, que enriquece as ciências humanas, mas as complexifica. Um texto tem uma vida própria, condicionada por vários fatores, políticos, sociais e estéticos. O que porém será sempre legítimo é a busca da literatura como «espelho» de uma nação. Há uma relação dialética entre sociedade e literatura, uma relação ora mais ténue, ora mais direta. Um texto literário é uma «cristalização» verbal que não vive totalmente independente como *ser* verbal. Que afinidades tem com o passado, com o presente e que destino ou fortuna crítica lhe reserva o futuro? Que podemos perguntar a um texto literário? Interrogações que variam com o tempo...

Há já alguns anos, o grande mestre de Literatura Portuguesa que foi Jacinto do Prado Coelho, na 1.^a edição do seu livro *Originalidade da Literatura Portuguesa* (ICALP, Biblioteca Breve, 1977), escrevia: «[...] até que ponto a literatura dum país espelha fielmente a realidade nacional, uma sociedade, uma cultura? Será a literatura, assim equacionada, mero reflexo, ou emanção, ou produto? Ou será antes (ou será cumulativamente) uma prática paralela, dotada de certa autonomia, que, ao *responder* àquela realidade, em certa medida a altera?» (*Op. cit.*, p. 68.), uma dúvida metódica. Esta teoria da «prática cumulativa» revela fundura de pensamento e, por assim dizer, uma dúvida metódica.

Uma questão de fundo passa pelo confronto entre dois critérios, um essencialista, outro do agir histórico concreto. Um acredita numa «alma», num *génio* nacional. O outro, de natureza racionalista, exige a descrição de ações concretas. O ensaísta espanhol Pedro Laín Entralgo chama-lhes respetivamente «critério da entidade» e «critério do agir histórico»¹. «Essencialistas» foram talvez Oliveira Martins,

1 Veja-se Revista *Arbor*, «Historia de España», Madrid, 1953.

que via o sangue celta em toda a parte e, principalmente Teixeira de Pascoaes, com a sua doutrina e estética da saudade. Oliveira Martins via no Sebastianismo uma «manifestação do génio íntimo da raça» (*História de Portugal*) e admitia o «messianismo ingénito da alma portuguesa» no comportamento histórico do Liberalismo (*Portugal Contemporâneo*).

António Sérgio contestou-o («Interpretação não romântica do Sebastianismo») e até chamou «romântico pedaço d'asno» ao rei D. Sebastião. Um exagero. Celtas a mais, celtas a menos, sebastianismo do rei que voltaria, messianismos envolventes, recorrentes, em redor de outros reis ou de movimentos e esperanças políticas. Hoje está tudo baralhado, com a globalização e o espaço livre europeu... Mas no passado literário tardo-medieval o rei D. Duarte falava de uma saudade caracterizadora (*Leal Conselheiro*). Com um esforço de arqueologia sentimental, talvez já possamos ver uma ausência, saudade caracterizadora, nas Cantigas de Amigo, poemas de amor medievais do namorado ausente na guerra. E por aí fora, na história da literatura portuguesa.

Por isso nos parece muito legítima a busca que esta tese representa, trabalho académico notável como pesquisa e como conjunto de matérias analisadas. Passados dez anos da sua defesa académica, este trabalho não perdeu atualidade. Pelo contrário. Torna-se de novo oportuno reavivar a relação literatura-identidade, num tempo em que as humanidades estão ameaçadas pela tecnologia e pelo consumismo. Os universais são o travejamento de tecnologia indispensável mas igualizante; a experiência hermenêutica é o domínio dos singulares, que a interpretação pessoal valoriza. Uma interpretação que analisa uma vasta literatura com séculos de História.

Um trabalho este com método, clareza, escrita de boa qualidade, um percurso de Fernão Lopes até quase aos nossos dias, isto é, fim do século XIX. Um ênfase posto no forte perfil identitário do homem português, esclarecidos os conceitos de Nação e de Nacionalismo(s). Uma Nação, aliás, não se adquire num dia, *vai-se fazendo*. Nas horas de perigo comum se cimenta a coesão que «formará» a nacionalidade, enuncia a «tese psicológica» de Damião Peres nas suas para nós referenciais páginas do *Como nasceu Portugal*. Do mesmo modo Ana Cristina Gil excogita as páginas literárias em busca dessa ambígua mas dialética relação literatura-homem coletivo. «O projeto deste trabalho» – esclarece a autora na Introdução – «visou refletir sobre a identidade nacional e o nacionalismo na sua contextualização portuguesa e, numa segunda fase, analisar como estes se refletem na literatura portuguesa, sendo que esta não se limita a ser um mero espelho da realidade, mas constrói ela própria também modelos literários que perpassam para o mundo extraliterário, instituindo-se enquanto parte da memória nacional.» É, pois, a tal prática cumulativa de que já falava Jacinto do Prado Coelho, uma relação dialética literatura-identidade que Ana Cristina Gil desenvolve com abundância

de materiais literários, bom golpe de vista interpretativo e seguros pressupostos teóricos. Um destes toca logo na fulcral prévia questão de que a literatura, prática autónoma verbal segundo os estruturalistas («as personagens de palavras e de papel»!), não dispensa o *referente*, não nele definitiva e passivamente ancorada, mas salgando-o com o sal da imaginação, que, por sua vez, enriquece a identidade cultura-literatura-identidade de uma Nação.

Inegável que Fernão Lopes nos dá um «retrato» do Povo português. Inegável também a enorme abrangência da portugalidade de Camões. Inegável ainda o esforço do Romantismo para encontrar o «génio» do povo e um estatuto ontológico da cultura.

A autora optou (cautelosamente...) por fazer a «revisão» do problema da identidade, a diacronia, em fases que analisa na conclusão, em fundamentação e problematização. Vem até ao fim do século XIX, mas na conclusão refere autores e movimentos do século XX. O seu percurso revela notável caudal de leituras e referências bibliográficas, clareza, probidade, rigor e bom português. As duas grandes linhas do seu trabalho, identidade nacional (teorizações) e Portugal na Literatura Portuguesa de Fernão Lopes ao final do século XIX, articulam-se harmoniosamente. Aliás, em excelentes páginas didáticas sobre Fernão Lopes, Ana Cristina Gil vê nele a primeira consciência nacional alargada da identidade vs Castela. Uma cultura de resistência. Uma identidade nacional que interage com a literatura.

Apesar do Portugal crepuscular entrevisto pelo sentimento de decadência da Geração de 70, Junqueiro solta um grito aguerrido e estimulante em *Pátria* (1896), com um novo Nun'Álvares, ponta de lança espiritual. A conclusão da tese de Ana Cristina Gil é otimista (Machado de Abreu falou na «erosão da identidades»): «Fica-nos a certeza de que a identidade portuguesa não está ameaçada.» Não tenho assim tanta certeza. A globalização, o consumismo, a internet são factores de «erosão» das identidades. O famoso *Green Paper*, em 1992, falava pedagogicamente da Europa futura como «um *ethos* multilingue e pluricultural.» Assim tão facilmente construído como um somatório de credos, nações, línguas e vontades? Duvidamos. O futuro o dirá.

O que é certo que a Literatura, com a sua fina rede de valores relacionáveis, é um poderoso estimulante à criação de uma consciência patrimonial indispensável à definição de uma identidade. Por isso se devem fortificar e proteger os estudos de Humanidades. Temos então boas razões para acreditar que a identidade portuguesa não estará ameaçada.

Uma identidade é um passado, um presente e um devir.

Junho de 2015

ANTÓNIO MACHADO PIRES



INTRODUÇÃO

Ao Professor Doutor António Machado Pires devo a sugestão do tema que neste trabalho me propus tratar, o qual constituiu a tese de Doutoramento que apresentei na Universidade dos Açores.

No início da investigação, houve o natural receio de me aventurar por caminhos tão complexos, que abarcariam áreas completamente novas e distantes do âmbito das investigações que vinha fazendo. Aceite o desafio, o envolvimento progressivo na bibliografia foi entusiasmante, nomeadamente pela reflexão sobre questões como a identidade nacional, o nacionalismo, a memória coletiva, sujeitas a um constante repensar por serem temas de atualidade premente numa época em que as nacionalidades parecem estar ameaçadas nas suas individualidades por superestruturas como a União Europeia. Interessante também foi a articulação deste campo teórico com a literatura, um fascínio meu de longa data.

O projeto deste trabalho visou refletir sobre a identidade nacional e o nacionalismo na sua contextualização portuguesa e, numa segunda fase, analisar como estes se refletem na literatura portuguesa, sendo que esta não se limita a ser um mero espelho da realidade, mas constrói ela própria também modelos identitários que perpassam para o mundo extraliterário, instituindo-se enquanto parte da memória nacional.

É extensa a bibliografia sobre os temas da identidade nacional e do nacionalismo, pelo que tudo o que pudesse dizer sobre o assunto dificilmente seria algo de novo. Fui, por isso, obrigada a selecionar algumas obras teóricas fundamentais, que me dessem as bases necessárias para uma abordagem rigorosa e bem alicerçada. A escolha do *corpus* literário analisado na segunda parte obedeceu a uma perspetiva cronológica, pelo que se revelou importante remontar à Idade Média, na medida em que considero haver já no texto de Fernão Lopes a expressão de um sentimento nacionalista, que nasce das lutas contra o estrangeiro: o mouro e, sobretudo, o castelhano. Entre o século xv e o século xix, selecionei as obras mais representativas

em relação ao tema da identidade nacional, seja pela exaltação do nacionalismo (Fernão Lopes, Zurara, Garcia de Resende, Camões), seja por uma visão crítica da nação (Sá de Miranda, Garrett, Herculano, Eça, Junqueiro, Nobre), seja pela mitificação do ser português (como acontece com a saudade em D. Duarte, o heroísmo em Camões ou o Quinto Império em António Vieira).

Inicialmente foi necessário fazer uma revisão dos conceitos que são a base teórica deste trabalho (capítulo 1): o de nação e o de identidade nacional. Tornou-se evidente uma clivagem entre dois conceitos de nação: a nação étnica (modelo germânico), que se define recorrendo a fatores objetivos como o sangue, a raça, a língua e a cultura; e a nação cívica (modelo francês), fruto da vontade de uma comunidade política de formar um Estado nacional, independentemente das características que os seus membros possam ter em comum. Procurei depois esboçar uma definição para a identidade nacional: esta estabelece-se por confronto com o Outro, o estrangeiro, e revela-se uma realidade multifacetada, que inclui elementos como o território, o Estado, a Constituição, a língua, a história, os mitos, a religião e a arte.

A partir desta definição de identidade nacional e consciente da dificuldade de encontrar respostas definitivas, procurei traçar o perfil identitário da nação portuguesa (capítulo 3), não sem antes elaborar uma resenha crítica das perspetivas de vários ensaístas portugueses sobre o carácter nacional (capítulo 2). Estes, nomes de referência no pensamento português, foram agrupados segundo a ótica que adotam perante o ser português: enquanto uns consideram a alma nacional como uma essência, um *quid* enigmático, por vezes personificado e alvo de conjecturas psicanalíticas (Teixeira de Pascoaes, António Quadros, Francisco da Cunha Leão, Eduardo Lourenço), outros optam por uma visão mais objetiva, mais positivista e racionalista, segundo a qual a identidade de um povo resulta da sua ação, do modo como ele reage ao devir histórico (Oliveira Martins, Fidelino de Figueiredo, António Sérgio, Damião Peres e António José Saraiva).

Ao passar à fase de articular a teorização sobre nacionalismo e identidade nacional com os textos literários, deparei-me com o já antigo e sempre polémico problema sobre o modo de considerar a relação entre literatura e realidade: é a literatura um mero espelho do mundo empírico ou cria uma cosmovisão intrínseca completamente alheia ao real? Questão complexa, cuja discussão é certamente do âmbito da Teoria da Literatura, mas que fui levada a considerar para poder avançar para a segunda parte do trabalho.

Desde o Formalismo russo e o Estruturalismo sabemos serem redutoras as teorias referenciais que consideram a literatura somente como um reflexo da realidade. A obra literária constitui-se enquanto fenómeno estético¹ e manifestação

1 Recordemos Roman Jakobson e a sua definição de literariedade com base na função poética da linguagem.

autônoma, independente do mundo empírico e geradora de mundos alternativos que têm autossignificação e existência própria. A ficcionalidade do texto literário parece afastá-lo do real, chegando a transformar em ficção elementos que usualmente não o são, como afirma Gérard Genette: «Le texte de fiction ne conduit à aucune réalité extratextuelle, chaque emprunt qu'il fait (constamment) à la réalité [...] se transforme en élément de fiction, comme Napoléon dans *Guerre et Paix* ou Rouen dans *Madame Bovary*» (GENETTE, 1991: 37).

Esta constatação da existência puramente imaginária das entidades representadas no texto literário não impede que se estabeleçam relações com o mundo real, pelo que apreender a totalidade de uma obra literária implica conjugar a valorização estética da literatura, o seu poder de criar mundos possíveis, alternativos ao real², e a sua capacidade de entrar em diálogo com a realidade histórica em que surge. Evitar-se-ão, assim, os fundamentalismos apontados por Vítor Aguiar e Silva como dois modos incorretos de analisar o fenómeno literário: a ilusão referencial, que postula «uma relação de estrita fidelidade especular, de imediata dependência analógica entre o texto literário e um concreto contexto empírico, atribuindo portanto ao discurso literário o funcionamento referencial que se verifica noutros tipos de discurso», e a autonomia excessiva, que concebe o texto desligado da realidade:

como uma entidade puramente automórfica e autotélica, como se a pseudo-referencialidade implicasse necessariamente uma ruptura semântica total com o mundo empírico – com os seres, as coisas, os eventos, os sistemas de crenças e convicções, as ideologias, etc., existentes no mundo empírico –, como se o texto literário fosse constituído apenas por um *co-texto* autisticamente desvinculado de um *con-texto* (SILVA, 1988: 644).

Respeitando a autonomia do texto literário, consideramo-la, no entanto, relativa, e resistimos a fechar a obra literária num hermetismo que a impede de interagir com a realidade³. Este método de análise, diz Jacinto do Prado Coelho, torna a interpretação mais fecunda e consentânea com o seu tempo: «[há] necessidade de não isolar a literatura, de associar formas a conteúdos, de ler as obras perseguindo sentidos que podem esconder-se nos interstícios da letra, emergindo do

2 Entendemos «mundo possível» como sinónimo de mundo ficcional e adotamos a definição de Carlos Reis: «o *mundo possível* é entendido na condição de domínio de referência semioticamente construído como universo dotado de uma existência puramente textual» (REIS, [1997a]: col. 563).

3 A relação entre literatura e realidade encontra-se mesmo em obras cujo universo parece estar nos antípodas do mundo real do leitor, como é o caso da ficção científica: «esses mundos possíveis [da ficção científica] mantêm com o mundo real certos nexos: no mínimo, esses nexos são de ordem *epistémica*, quer dizer, referem-se a crenças, ideologias, atitudes ético-morais, etc., que algo têm que ver com leitores que recusam, admiram, desejam ou reencontram esses valores no seu mundo real e na experiência que ele lhes oferece» (*idem*; col. 566).

inconsciente colectivo; de utilizar os «referentes», de situar, portanto, as obras na História para as apreender e compreender na totalidade» (COELHO, 1992: 17).

Partindo destes pressupostos teóricos, concebo a literatura como um reflexo da identidade nacional, o que permite, aliás, distinguir literaturas de vários países com base nas suas características específicas, quer ao nível do conteúdo, quer ao nível da forma: «A vinculação da literatura à nacionalidade é que nos obriga a reconhecer como sistemas autónomos, apesar de servidos pela mesma língua, literaturas como a portuguesa, a brasileira, a angolana, a moçambicana, a cabo-verdiana, e a procurar nos temas, nas formas, no estilo de cada uma delas as marcas distintivas duma experiência colectiva única» (*idem*; 12).

A literatura materializa a memória da nação, como o fazem os monumentos, a toponímia, a paisagem (castelos, fortalezas, urbanismo)⁴: a *Crónica de D. João I* ou *Os Lusíadas* perpetuam o heroísmo dos seus protagonistas, figuras emblemáticas do espírito de independência, da audácia e da coragem que integram a consciência nacional. Funciona, assim, a obra de arte literária como um espelho do carácter nacional, no qual se revelam, mesmo que transfigurados, os anseios e entusiasmos da nação, bem como as suas glórias e os seus fracassos.

Porém, considerar a literatura apenas como *documento e monumento* da nação é negar os seus efeitos performativos, ou seja, é amputá-la do seu poder demiúrgico de contribuir também para a construção da identidade nacional, na qual tem um papel ativo: «A literatura alimenta-se do plasma da cultura, gera-se e *desempenha um papel relevante* no complexo de referências culturais que definem a especificidade nacional» (*idem*; 13, sublinhado meu). Tomemos como exemplo a *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes: o autor vai para além do objetivo de historiar e contribui para a consolidação da consciência nacional que desponta de modo mais evidente no povo português na Revolução de 1383-1385, momento crítico em que a nação afirma a sua independência, até então constantemente posta em causa pela ameaça castelhana. Já no Renascimento, a épica camoniana fortalece também o nacionalismo português, não só através da retrospectiva sobre a história nacional, sobretudo os momentos mais gloriosos, mas também fazendo a apoteose dos Descobrimentos, aventura que marca na sua essência o ser português e que se torna traço distintivo da identidade pátria. Camões não deixa, porém, de problematizar a Expansão Ultramarina nas consequências negativas que dela advêm para o país como o despovoamento do reino, a escassez de produção, o parasitismo, a corrupção e o luxo desmesurado, prenúncios de uma crise generalizada.

Problematizando e consolidando a identidade nacional, a literatura não só reflete, como *pensa e faz* a nação: «a literatura nacional não só *reflecte* como

4 Cf. BETTENCOURT e CURTO, 1991: 7-8.

elabora uma realidade nacional específica, a partir das virtualidades de um sistema – o da língua nacional – onde actua um «psiquismo colectivo»» (*idem*; 11, sublinhados meus). A literatura questiona o ser português, a sua história, os seus mitos, como constatamos no Romantismo, por exemplo, que procura chegar às origens da nacionalidade, nomeadamente remontando à Idade Média, época em que, segundo Alexandre Herculano, Portugal vivia a sua verdadeira essência, como o municipalismo e a liberdade do povo. Garrett, mais virado para o presente, em *Viagens na minha terra* percorre várias facetas da vida nacional e faz o diagnóstico de uma crise de valores só ultrapassável através da recuperação da genuína tradição nacional – no património, no teatro, na política, na literatura.

Literatura e identidade nacional estabelecem entre si não uma relação de subsidiaridade, mas uma relação dialética: cada uma delas reclama a outra na sua autodefinição. A literatura, mesmo que por transfiguração, conforma-se em função da nacionalidade em que é gerada – por isso falamos de literatura nacional – e representa uma cosmovisão que ajuda a traçar o perfil nacional, contribuindo para que a nação se questione e se autoidentifique nesta busca. Adaptando as palavras de Maria de Lourdes Belchior, podemos dizer que a literatura é «expressão e chave» da identidade nacional⁵.

A análise das diferentes modulações da identidade nacional na literatura portuguesa ocupa toda a segunda parte deste trabalho. Numa perspectiva cronológica, iniciei a pesquisa na época medieval, nomeadamente com os autores que refletiram nas suas obras os primeiros laivos de uma consciência nacional: Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Garcia de Resende e D. Duarte (capítulo 4).

No Renascimento é, sem dúvida, Camões o expoente máximo da consagração do nacionalismo, através da celebração e consolidação da identidade nacional na narrativa épica (capítulo 5); a par deste levanta-se a voz dissonante da antiépica de Sá de Miranda, alertando para os efeitos perniciosos da cedência à cupidez, ao luxo e à corrupção. Ainda neste capítulo, refleti sobre a «Questão da Língua», em que se embrenharam autores e gramáticos portugueses, visando erigir a língua portuguesa a um estatuto de prestígio e de reconhecimento que em muito contribuiu para a consolidação da identidade nacional. É com António Vieira que se dá a mitificação do império português: no século XVII, o pensamento literário sobre o destino da nação portuguesa é dominado pelos escritos do jesuíta, sobretudo em *História do futuro*, em que desenvolve o mito do Sebastianismo e profetiza um Quinto Império universal, liderado pelos portugueses.

O sexto capítulo é dedicado ao século XIX. O Romantismo é o momento inaugural de uma procura consciente da essência do ser português, o que leva a

⁵ A autora refere-se à literatura como «expressão e chave do mundo» (BELCHIOR, 1980: 103).

um retorno às origens, às genuínas tradições nacionais, como sejam as pesquisas sobre o romanceiro popular e a valorização e preservação do património histórico e arquitetónico. Os românticos viram-se para o passado em busca de figuras e factos emblemáticos da identidade nacional, que funcionem como exemplo para as gerações oitocentistas, em que germina já a semente da decadência, diagnosticada pela Geração de 70 na segunda metade do século. Em termos de ficção literária, dou relevo à produção de Eça de Queirós, por ser o autor que mais desenvolveu, em obras romanescas de crítica social, várias vertentes da identidade nacional, deixando-nos um panorama alargado de um país em declínio. A Geração de 90, ensombrada pelo Ultimato inglês, revela uma visão acentuadamente pessimista da nação, agravada pelo espírito finissecular; este sentimento de desolação tem o seu reverso no Neogarrettismo, movimento que procura recuperar o Portugal rural, tradicional, distanciando-se de qualquer progresso social ou tecnológico.

Todas as citações estão conformes com as edições consultadas, pelo que não procedi à atualização da ortografia que teria sido necessária em alguns casos, uma vez que nunca está em causa a correta compreensão dos textos. As obras que citei ocasionalmente não surgem na bibliografia final, pelo que a sua indicação bibliográfica completa é dada, em nota, no texto. Nas obras constituídas por vários volumes, apus à(s) data(s) a referência ao respetivo volume citado⁶. Em alguns casos de bibliografia passiva (dicionários e enciclopédias), o texto está numerado em colunas e não em páginas, para o que utilizei a abreviatura respetiva («cols.»).

6 Como neste exemplo de uma citação do primeiro volume dos *Ensaio*s de António Sérgio: SÉRGIO, 1971-1976, I: 30.

PARTE I
IDENTIDADE NACIONAL



CAPÍTULO I

O CONCEITO DE NACIONALISMO E DE IDENTIDADE NACIONAL

1.1. Nação e nacionalismo. Origem dos conceitos

Muitas são as teorias sobre a gênese da nação e do nacionalismo, sobretudo no que se relaciona com a delimitação temporal. Sobre este aspecto, os autores dividem-se em duas posições antagônicas essenciais: os que fazem remontar as raízes da nação à época medieval (Anthony Smith, Guy Hermet, Josep Llobera) e os que consideram a nação um fenómeno estritamente moderno, cuja origem é atribuída quer à Revolução Francesa (Hans Khon, Jean-Luc Chabot), quer à Revolução Industrial (Ernest Gellner), quer à comunicação de massas (Benedict Anderson).

Os primeiros advogam que, embora não se possa ainda falar de Estados-nação na Idade Média, esta é uma era em que os povos manifestam já certas características reveladoras de uma consciência nacional consolidada, como sejam o apego ao solo natal e a acérrima defesa deste em tempo de ameaça de conquista pelo estrangeiro; a noção de constituir uma comunidade voluntária com memória coletiva partilhada e com uma missão para o futuro; a rejeição de ter como governantes figuras estrangeiras. Josep Llobera discrimina minuciosamente as várias facetas do processo de modelação da nação medieval: «fronteiras territoriais, mitos de descendência legitimadores, conceitos de parentesco biológico (raça), símbolos da identidade colectiva (bandeiras, escudos, santuários, etc.), memórias de guerra, nomes do país, etc.» (LLOBERA, 2000: 4).

A Revolução Francesa, ao pôr fim ao Antigo Regime e, consequentemente, à soberania do monarca, instaura um novo modelo, o Estado-nação, que processa uma secularização do poder ao separar a Igreja do Estado. A nação passa, assim,

a definir-se como um conjunto de cidadãos com direitos e deveres para com o Estado a que estão voluntariamente vinculados, constituindo uma comunidade com direito à autodeterminação, em que todos os membros estão em igualdade de circunstâncias. Ao mesmo tempo, verifica-se uma centralização do poder real, o que enfraquece a anterior independência dos senhores feudais e contribui para uma maior coesão nacional. Não obstante, a soberania reside agora na nação e não no rei.

Ernest Gellner e Benedict Anderson, por outro lado, perspetivam a nação como consequência da Revolução Industrial. Segundo Gellner, a industrialização permitiu uma homogeneização cultural, sustentada pelo sistema educativo, ao mesmo tempo que garantiu a constituição de populações anónimas, fluidas e móveis, por oposição ao rígido sistema hierárquico, fechado e estável, das comunidades agrárias. A sociedade industrial inaugura, assim, um novo conceito de nação, baseada numa nova ordem social: «o nacionalismo não é o despertar de uma velha força, latente e adormecida, embora seja assim que de facto se apresenta. É, na realidade, a consequência de uma nova forma de organização social, baseada em culturas eruditas profundamente interiorizadas e dependentes do factor educação, sendo cada uma delas protegida pelo seu próprio Estado» (GELLNER, 1993: 77).

Benedict Anderson destaca o capitalismo de imprensa – «print-capitalism» (ANDERSON, 1991: 36) – como o fator mais importante no surgimento do nacionalismo. Através da divulgação de jornais e romances, os leitores começam a ver-se como uma «comunidade imaginada» (uma vez que a maior parte dos seus membros nunca se conhecerá), com um forte vínculo entre si, ou seja, como uma nação: «Print-capitalism is what invents nationalism, not *a* particular language per se» (*idem*; 134). Ainda segundo Anderson, a imprensa, ao fixar a língua (o livro impresso perdura no tempo) ajuda a criar uma imagem de antiguidade, de ancestralidade, tão central para a ideia de nação (*idem*; 44) e para a construção da memória nacional.

Se nos reportarmos à raiz da palavra, já em latim *natio* significa um conjunto de indivíduos nascidos no mesmo lugar. Num sentido mais restrito, *natio* referia-se a tribos bárbaras e distantes, reconhecidas como unidades étnicas e culturais com origens únicas e um território identificável (SMITH, 1982: 167). Na Idade Média, o termo *natio* é usado nas universidades com o significado de uma divisão de estudantes de acordo com o seu local de nascimento⁷.

Há, portanto, nestes vários sentidos, um ponto comum: a ligação da palavra *natio* ao conceito de pertença de um grupo a um espaço, um território específico, o que serve de traço distintivo entre esse grupo e os outros. É a partir

7 Cf. sobre este tema HAYES, 1926: 4, HOBBSAWM, 1998: 19-22, KEDOURIE, 1985: 4-5, SCHULZE, 1997: 107-112.

destes elementos que emerge o nacionalismo enquanto, por um lado, o processo histórico levado a cabo por um grupo étnico de modo a conseguir a independência política, a autonomia; e, por outro lado, como um estado de espírito («state of mind»), segundo Hans Khon⁸) que se define como um sentimento de pertença à nação, em nome da qual o indivíduo está disposto a sacrificar-se, nomeadamente quando esta é posta em perigo por ameaças estrangeiras. Damião Peres equipara a nação à família, destacando o sentimento solidário dos laços que se criam entre membros de uma mesma nação: «A Nação – unidade afectiva – resulta de uma acção humana. Se um veemente impulso de natureza política chega a criar um Estado, e este sobrevive ao esforço criador, a fraternidade, gerada em horas de perigo ou de anseio, difunde-se; pouco a pouco, vai surgindo a distinção entre os *nosso*s e os *alheio*s – é o espírito nacional que desponta» (PERES, 1992: 38-39).

Esta noção da alteridade, ou seja, a consciencialização da diferença entre «nós» (a nossa nação) e o(s) outro(s) (as nações estrangeiras) é um fator fundamental na criação de um sentimento nacional, no reconhecimento da nação enquanto tal⁹. Jeff McMahan chama a atenção para a «parcialidade» («partiality»)¹⁰) como um elemento essencial do nacionalismo: os membros de uma mesma nação («conationals») devem ser parciais em favor do seu grupo, ou seja, devem dar prioridade aos seus em detrimento dos estrangeiros ou dos não-membros¹¹.

1.2. Nação étnica e nação cívica

Na extensa bibliografia dedicada ao fenómeno nacional avultam dois campos opostos no modo de conceber a nação, nomeadamente a concepção étnica e a concepção cívica.

De raiz essencialmente germânica, a nação étnica¹², definida por autores

8 «Nationalism is a state of mind, in which the supreme loyalty of the individual is felt to be due the nation-state» (KHON, 1982: 9).

9 No artigo «Nationalism in a comparative mode. A response to Charles Taylor», Walter Feinberg considera o caso de domínio de um grupo sobre outro, o que o leva a distinguir entre um nacionalismo de exclusão (em que o grupo dominante num estado estabelecido procura manter a sua própria identidade, quer forçando a uniformidade nos diferentes grupos dentro das suas fronteiras, quer evitando que outros entrem nas suas fronteiras e se tornem cidadãos) e um nacionalismo de resistência (em que o grupo dominado procura forjar uma identidade que o separa dos outros) (MCKIM e MCMAHAN, 1997: 69).

10 Jeff McMahan, «The Limits of National Partiality», in MCKIM e MCMAHAN, 1997: 109.

11 Como nota o próprio autor, esta preferência choca com o princípio liberal da igualdade entre todos os indivíduos (*ibidem*).

12 Também denominada «nação-génio» (HERMET, 1996: 17 e LEAL, 1999: 31) e «teoria objectivista ou naturalista» (ALBUQUERQUE, 1972: 33).

como Herder e Fichte, distingue-se por critérios objetivos como sejam os de sangue, de raça, de cultura e de língua. Nesta medida, implica uma descendência comum, o que significa que cada indivíduo está involuntariamente a ela ligado, sem qualquer possibilidade de escolha.

Motivado pela derrota do exército prussiano frente ao exército napoleónico em Iena, em 1806, Fichte apela à germanidade nos seus *Discursos à nação alemã* (1807-1808), fazendo a apologia da originalidade e independência do povo alemão como nação histórica ao dar relevo à importância da língua e da base étnica comum como traços distintivos do nacionalismo germânico. Também Herder considera a nação com base cultural e social, em que a língua e a poesia são a expressão mais genuína do povo. Herder, como Fichte, rejeita a hegemonia de outras culturas na Alemanha e valoriza as características culturais nacionais.

Estes autores relegam para segundo plano o conceito de Estado-nação, elegendo a etnia como único traço distintivo a considerar entre as nações, no que se identificam com o Romantismo alemão, o qual se preocupa em alicerçar a identidade nacional nas origens culturais e étnicas da nação. O nacionalismo romântico baseia o espírito nacional em elementos culturais como a língua, a literatura, os costumes, o folclore, as formas artísticas, que devem ser fontes de orgulho nacional.

Estas ideias de pureza racial e de ausência de corrupção do povo alemão, que teria uma missão histórica superior, são levadas ao extremo no século XX pelo Nazismo, originando práticas eugénicas e de limpeza étnica que tiveram no horror do Holocausto a sua faceta mais terrível.

O conceito de nação cívica¹³ baseia-se na vontade dos indivíduos em formar uma comunidade política, relegando para segundo plano a partilha de raízes raciais, linguísticas ou religiosas comuns. Ernest Renan, na conferência *Qu'est-ce qu'une nation?* proferida na Sorbonne em 1882, define a nação em termos psicológicos como fruto de uma herança da memória coletiva passada, mas também como resultado da deliberação dos seus membros para se agregarem politicamente num Estado independente:

Une nation est une âme, un principe spirituel. Deux choses qui, à vrai dire, n'en font qu'une, constituent cette âme, ce principe spirituel. L'une est dans le passé, l'autre dans le présent. L'une est la possession en commun d'un riche legs de souvenirs; l'autre est le consentement actuel, le désir de vivre ensemble, la volonté de continuer à faire valoir l'héritage qu'on a reçu indivis. [...] La nation, comme l'individu, est l'aboutissement d'un long passé d'efforts, de sacrifices et de dévouements (Girardet, 1983: 65).

13 Designada também como «nação-contrato» (HERMET, 1996: 17 e LEAL, 1999: 29) e «teoria subjectivista ou idealista» (ALBUQUERQUE, 1972: 34).

Daí que a nação não seja um dado adquirido, mas algo que se vai construindo e mantendo no dia-a-dia: «L'existence d'une nation est [...] un plébiscite de tous les jours» (*idem*; 66).

Neste conceito de nação, inspirado nos ideais da Revolução Francesa, revela-se, portanto, fundamental o direito dos povos à autodeterminação. Kant desenvolveu esta noção em relação ao indivíduo, afirmando que a vontade do homem só é livre se partir de dentro dele; liberta assim o ser humano da dependência de fatores externos como Deus, por exemplo. Os valores partem do próprio homem, daí que este passe a determinar-se a si mesmo como um ser livre, autogovernado e automotivado. Este mecanismo da autodeterminação vai ser transposto para a nação: esta tem o direito a constituir-se enquanto comunidade independente, regendo-se pelas suas próprias leis, trabalhando para o desenvolvimento da sua identidade cultural, numa sociedade preferencialmente justa e igualitária. Daqui resulta o livre arbítrio dos membros da nação, ou seja, cada indivíduo pode separar-se da sua própria nação e aderir a outra, independentemente das suas raízes étnicas ou linguísticas.

Afigura-se-me que a definição ideal de nação deve articular os dois aspetos: o étnico e o cívico. Para que uma comunidade chegue a ser independente – autodeterminada –, ela teve forçosamente de passar por uma fase de consolidação de fatores identitários, sejam eles a língua, a etnia, a religião, a tradição, os costumes, a História, os mitos de origem, etc. Note-se, porém, que estes elementos são facultativos, não tendo a nação de os reunir na totalidade. Há nações, por exemplo, em que são faladas várias línguas, como a Bélgica ou a Suíça, e proliferam nações em que coexistem várias religiões ou etnias, como os Estados Unidos da América.

Will Kymlicka chama precisamente a atenção para a articulação que existe entre nação étnica e nação cívica, esbatendo-se as fronteiras entre estas duas concepções:

familiar accounts of the distinction between «ethnic» and «civic» nationalism – according to which the former is concerned with the protection and promotion of a language and culture, whereas the latter is concerned solely with upholding certain principles of liberal democracy – are misconceived. Civic nationalisms, as much as ethnic nationalisms, have involved the protection and dissemination of a common language and societal culture¹⁴.

Kymlicka descreve o processo pelo qual a nação cívica protege e dissemina uma cultura, nomeadamente através de meios institucionais como o sistema educativo, por exemplo:

14 Will Kymlicka, «The Sources of Nationalism. Commentary on Taylor» in McKIM and McMAHAN, 1997: 64-65, nota 3.

But the state cannot help but give at least partial establishment to a culture when it decides which language is to be used in public schooling or in the provision of state services. And there are many other ways in which governmental decisions and institutions help to sustain particular cultures – for example, decisions about immigration, public holidays, school curricula, the drawing of political boundaries, or the division of powers between different levels of government¹⁵.

1.3. Identidade nacional – Tentativa de uma definição

«Identificar», no sentido mais comum, significa reunir um conjunto de elementos que permitem o reconhecimento do objeto naquilo que ele tem de único. Assim, definir a identidade de uma nação implica encontrar nela os traços que a distinguem das restantes. Diversos autores enfatizam a formação da identidade nacional como um artefacto, uma construção abstrata, que só tem existência enquanto realidade etérea, impalpável, diáfana: Hobsbawm vê-a como invenção («the invention of tradition»), Suzanne Citron como um mito («national myth»), Benedict Anderson como imaginada («imagined communities»), Etienne Balibar como ficção («fictional ethnicity»)¹⁶.

Parece-me, porém, que a identidade nacional tem bases mais concretas. Começa por se constituir enquanto o estabelecimento da diferença no confronto com o Outro, o estrangeiro:

An identity is established in relation to a series of differences that have become socially recognized. These differences are essential to its being. If they did not coexist as differences, it would not exist in its distinctness and solidarity... Identity requires difference in order to be, and it converts difference into otherness in order to secure its own self-certainty¹⁷.

Veja-se, por exemplo, o caso das Cruzadas na Idade Média – assim como as peregrinações, os périplos com intuitos comerciais e as deslocações de estudantes entre universidades – que proporcionam viagens longas, contactos com outras línguas e culturas para além da do guerreiro e o desenvolvimento do orgulho deste na sua nacionalidade. As guerras entre povos diferentes revelam os caracteres

15 *Idem*; 58.

16 *Apud* Escolar, Palácios e Reboratti, 1994: 347.

17 William Connolly, *Identity/Difference: Democratic Negotiations*, *apud* RAJCHMAN, 1995: 222, nota 2.

particulares de cada um, ao mesmo tempo que contribuem para que se desenvolvesse a consciência nacional. Já na época medieval, como explica Guy Hermet, se verifica este «mecanismo antigo de identificação coletiva: a do «ressentimento» partilhado por um povo face a outro povo, visto subitamente como inimigo, em consequência de um traumatismo histórico violento» (HERMET, 1996: 41-42). O confronto entre povos pode, assim, funcionar como um processo de autognose: «esta aversão ao vizinho durante muito tempo ignorado, surgindo brutalmente como destruidor real ou imaginário de um universo até então fechado, constituiu a circunstância usual da revelação dos povos a si próprios» (*idem*; 42).

Vai-se assim consolidando a consciência nacional, a ideia de que as várias nações constituem realidades díspares a nível linguístico, religioso, cultural, político, económico, artístico, o que desenvolve nos povos sentimentos de pertença coletiva a determinada comunidade nacional, coesa e preferencialmente unificada. A identidade nacional tem, portanto, na sua base um fenómeno gregário, que resulta de um desejo de reconhecimento (do indivíduo pelos seus pares), de associação (sentimento de fraternidade) e de proteção (segurança garantida pela nação aos seus membros): «Identity is about binding»¹⁸.

A identidade nacional constitui-se, então, como um fenómeno composto, ou seja, uma realidade multifacetada em que avultam como elementos fundamentais o território, o Estado, a Constituição, a língua, a etnia, a história, os mitos, a religião e a arte. No entanto, nem todas as nações reúnem estes fatores na sua totalidade, havendo casos em que, por exemplo, a religião, a etnia ou a língua não constituem um traço distintivo da nacionalidade.

A formação de uma nação está normalmente associada à reivindicação de um território próprio, com fronteiras políticas bem delimitadas, no interior do qual o Estado nacional se gere, segundo o princípio da autodeterminação. Por vezes, os próprios traços físicos da geografia são elevados à categoria de fatores da identidade nacional: «Landscapes have much in common, but each nation treasures certain geographical features and elements of its own. [...] Countries commonly depict themselves in landscape terms; they hallow traits they fancy uniquely theirs» (Lowenthal, 1994: 17). Para além deste aspeto geográfico físico, o espaço nacional impõe-se como um depósito de memórias e associações históricas (reais ou imaginadas), pois nele viveram os heróis nacionais, nele tiveram lugar batalhas marcantes na história nacional, nele se instalaram e mantiveram os fundadores da pátria, os antepassados. O território é a *terra natal* a que o povo está intimamente ligado pelo nascimento e da qual sente falta quando dela se distancia, sobretudo em situações

18 Cornel West, «A Matter of Life and Death» in RAJCHMAN, 1995: 16. Da «união afectiva» que é a nação fala também Damião Peres, como já atrás foi referido.

de exílio ou de emigração, que exarcebam o sentimento patriótico por constituírem ruturas abruptas com laços identitários constitutivos do sujeito.

A nação, dentro do seu território, é gerida por um Estado, que governa e impõe limites legais à ação dos seus membros, devendo-lhe estes, por sua vez, obediência e lealdade, ou seja, instituem-se direitos e deveres legais comuns a todos os cidadãos: a Constituição.

A língua é, por excelência, um dos repositórios da identidade histórica de um povo, uma vez que são as várias práticas discursivas o veículo mediador das manifestações nacionais: «The history of any people is tied to its language. The narrative of the people unfolds in legends, historical events, poetic renditions of key moments, slogans that never die, great oratory, and, of course, legal phrases that define a culture's sense of justice»¹⁹.

A língua é, com algumas exceções, sinal distintivo da nacionalidade: *ser-se* português, por exemplo, é *falar* português²⁰. No Renascimento, o despertar da consciência nacional partiu, em alguns casos (como o português), da reivindicação de uma língua nacional – os vernáculos – a par do latim clássico usado em toda a Europa como instrumento comunicativo institucional²¹. Progressivamente, as nações procuram criar uma língua própria, extensível a todo o território, a qual reflete a unidade nacional. Veja-se, por exemplo, os esforços empreendidos em França e em Itália para uniformizar estes países a nível linguístico, relegando para segundo plano os dialetos regionais (Schulze, 1997: 161-164). Porém, existem nações em que é o multilinguismo que as caracteriza, não perdendo, por isso, a sua pujança identitária, como é o caso da Suíça ou do Canadá.

Segundo alguns autores, a própria dificuldade de traduzir uma língua para outra é uma prova de que o sistema linguístico de uma nação reflete um pensamento autónomo, uma filosofia de vida estritamente nacional:

Daí que as culturas mais ricas, mais profundas, mais criadoras, aquelas que assentam numa matriz linguística original, sejam exactamente as de mais difícil penetração. Toda a séria tradução de um texto poético ou teatral é uma experiência iniciática, um formidável esforço para verter

19 George Fletcher, «The Case for Linguistic Self-defense» in MCKIM e MCMAHAN, 1997: 332. Este autor considera ser mais nocivo para uma nação perder a sua língua do que perder o seu território, pois é difícil manter ou fazer reviver uma nação sem a sua língua original (*idem*; 327).

20 Embora, como é óbvio, o facto de se ser falante da língua portuguesa não implique necessariamente a nacionalidade portuguesa. No caso dos outros países em que o português é a língua materna criou-se a chamada comunidade lusófona, o que nos pode levar a considerar a existência de uma identidade lusófona, mais abrangente do que a identidade nacional.

21 Este assunto é tratado de modo mais aprofundado no quinto capítulo, no ponto 5.1.3 sobre a «Questão da Língua» em Portugal.

as categorias linguísticas, lógicas e filosóficas de um povo culturalmente autônomo nas categorias de outro, do que resulta sem dúvida um considerável enriquecimento, mas que não logra vencer nunca por completo uma distância, que, parecendo milimétrica aos olhos desprevenidos, é na realidade imensa. As dificuldades multiplicam-se quando se trata das *palavras-mães*, dos *conceitos-mestres*, das *ideias-chave* que caracterizam um povo histórico, um povo criador de civilização (QUADROS, 1989: 36).

Para muitas nações a raiz étnica constitui um traço identitário. Nestes casos, a ascendência comum une todos os membros da nação, gerando e alimentando a solidariedade entre eles. Os laços de origem que se estabelecem entre o povo aproximam-no de uma grande família: são laços de sangue, de raça, a que o indivíduo está impreterivelmente destinado, quer seja de sua livre vontade ou não pertencer a determinada nação. Porém, acontece por vezes que, na busca sôfrega de bases que consolidem a sua identidade, as nações forjam as suas origens étnicas comuns, ou seja, mitificam a sua génese, criando antepassados que dificilmente se provaria terem existido²². Semelhante caso é, por exemplo, o da ascendência lusitana dos portugueses, argumento construído no século XVI e que desde então tem vindo a alimentar a identidade nacional²³. Este processo de mitogénese acaba por se sobrepor às verdadeiras raízes históricas pela relevância que ganha na consolidação da identidade nacional, passando a fazer parte constituinte da memória coletiva.

A história e os mitos são, assim, igualmente essenciais na constituição da identidade nacional²⁴. A nação, como o indivíduo, define-se também pelo seu passado: vitórias e derrotas, glórias e feitos, heróis nacionais, etc²⁵. Forma-se deste modo a memória histórica que, ao mesmo tempo que legitima a reivindicação da independência, é também fonte de coesão nacional, na medida em que o indivíduo se identifica com o passado da sua nação, sentindo-se parte desse todo; esta memória é transmitida de geração em geração, quer por meios informais (como a

22 Boyd Shafer faz desta ficcionalização das origens uma regra: «A Nation is a group of persons united by a common error about their ancestry and a common dislike of their neighbors» (SHAFER, 1982: 25).

23 Este assunto é desenvolvido no terceiro capítulo deste trabalho.

24 Andreas Huyssen chama a atenção para o facto de, depois da queda do muro de Berlim e da unificação da Alemanha de leste com a ocidental, ter havido uma mudança na historiografia alemã: passou-se da escrita da história com uma intenção emancipatória para a história com o propósito de criar identidade, o que só por si demonstra o papel fulcral da história na construção das identidades nacionais («The Inevitability of Nation: Germany after Unification» in RAJCHMAN, 1995: 75-78).

25 Hagen Schulze refere que «a maior parte das nações europeias tem o seu herói meio mítico, combatente da liberdade contra Roma», como é o caso de Hermann na Alemanha, Vercingetorix na França, Civilis na Holanda, Boadiceia na Inglaterra e Viriato, que o autor erradamente aponta como «herói do nacionalismo espanhol» (Schulze, 1997: 104).

família, por exemplo), quer por meios oficiais, como o sistema escolar e os meios de comunicação social. Assim como no caso das raízes étnicas, a história do país é também frequentemente sujeita a um processo de ficcionalização, ou seja, é feita uma filtragem que rasura ou «esquece» os fracassos e exalta os sucessos nacionais²⁶. Esta operação apoia-se em rituais comemorativos que visam muitas vezes ofuscar fragilidades e estados periclitantes de decadência²⁷. As comemorações nacionais, bem como os símbolos nacionais – bandeiras, hinos, moedas, passaportes –, tornam concreto algo tão abstrato como o sentimento de identidade nacional, suscitando reacções emocionais aos que nelas participam. Assim, os membros da nação sentem-se parte dela, pois participam na sua vida, nas suas emoções e partilham as suas virtudes²⁸. Por conseguinte, comemorar a nação é também um modo de assegurar a sua continuidade, o perdurar dos seus valores através dos tempos.

A formação de mitos nacionais resulta da idealização do passado. No caso dos mitos das origens, por exemplo, tende-se a prefigurar a génese da nação num facto ou num indivíduo excecional, cuja exemplaridade é assim transmitida à própria nação. Outros mitos identitários nacionais são os mitos resultantes de vitórias em batalhas e os mitos messiânicos, entre outros. O arsenal mítico é determinante para a consolidação da identidade nacional, na medida em que constitui o imaginário idealizado que transcende a realidade factual (mesmo que por vezes ficcionalizada) da história. Por vezes, a fronteira entre mito e história é ténue, na medida em que a narrativa mítica se apropria da história e a expande:

A questão não é apenas o facto de histórias famosas do passado, em que toda a gente acredita, servindo propósitos presentes ou futuros, crescerem prontamente em torno de acontecimentos bem comprovados: há a acrescentar a isso o facto de mitos de fundação política, de libertação, de migração e de eleição tomarem certos acontecimentos históricos como ponto de partida para subsequente interpretação e elaboração (SMITH, 1997: 38).

26 No artigo «Conventions and Conversions, or, why is Nationalism sometimes so nasty?», Robert E. Goodin considera a história da nação uma convenção partilhada por todos os seus membros (ou pelo menos pela maioria deles): «Still, which story we settle among the many eligible ones is indeed largely an arbitrary choice from among that admittedly circumscribed set of almost equally viable options» (in MCKIM e MCMAHAN, 1997: 98).

27 Vitorino Magalhães Godinho opõe-se a este branqueamento da história com fins encomiásticos, reforçando um ponto de vista segundo o qual as comemorações devem ser críticas, estudar os problemas e pôr em causa certezas dogmáticas (Godinho, 1990: 26-37).

28 Alguns autores veem nestes aspetos ritualísticos e emocionais uma prova da proximidade entre nacionalismo e religião (por exemplo SHAFER, 1982: 30). Josep Llobera atribui mesmo o sucesso do nacionalismo a esta religiosidade: «em última instância, o êxito do nacionalismo na modernidade tem de ser atribuído em ampla medida ao carácter sagrado que a nação herdou da religião. Na essência é o deus laico do nosso tempo» (LLOBERA, 2000: 215).

O mito leva a nação a transpor os seus limites temporais: esta torna-se eterna, ultrapassa o tempo e eleva-se assim a um valor superior.

Em termos religiosos, quase todos os países se caracterizam pela coexistência (pacífica ou não) de vários credos, havendo, no entanto, a predominância de um deles sobre os outros. Esta sobreposição de uma religião às restantes verifica-se, por exemplo, nas cerimónias fúnebres oficiais, nas quais se tem de optar somente por um tipo de ritual. Mesmo nos Estados que se pretendem secularizados, por vezes só recorrendo a medidas repressivas se consegue «apagar» a religião como fator de distinção, como se verificou com a proibição, em França, do uso de quaisquer marcas distintivas religiosas nos estabelecimentos de ensino. Em contraste com o caso francês, há exemplos claros em que nação e religião são inseparáveis, como acontece em alguns países islâmicos, nos quais a defesa da nação passa impreterivelmente pela defesa da religião, do mesmo modo que qualquer ataque religioso é considerado uma afronta nacional. A República da Irlanda é também um caso paradigmático, na medida em que um dos seus traços identitários é precisamente a religião – católica –, por oposição à sua vizinha e rival Grã-Bretanha protestante. Esta diferenciação religiosa tem sido, aliás, fonte de múltiplos conflitos sangrentos entre ambas as nações²⁹.

A criação artística de um povo é, indubitavelmente, um dos traços fundamentais da sua identidade. A arte espelha o caráter nacional, os seus anseios e entusiasmos, as glórias e os fracassos. Problematisa os vários momentos da nação, bem como o seu destino, cristaliza o ser nacional, essa alma de que fala Renan, estetiza a língua, a História e os mitos coletivos e, portanto, contribui também para a construção da consciência nacional. A arte *pensa* e *faz* a nação. Sintomático desta importância da arte para a identidade de um povo é o facto de Jorge Dias eleger como «elementos fundamentais da cultura portuguesa» quatro obras de arte, sendo cada uma delas a representação de uma área artística diferente: os painéis de Nuno Gonçalves, o Mosteiro dos Jerónimos, os *Tentos* de Manuel Coelho e *Os Lusíadas* (DIAS, [1990]: 142).

29 Outros exemplos de nacionalismos religiosos são o Sri Lanka, a Arménia e a Polónia (cf. SMITH, 1991: 69 e HOBBSAWM, 1998: 63-65).



CAPÍTULO II

O CASO PORTUGUÊS: DIFERENTES VISÕES SOBRE O CARÁTER NACIONAL

Importa agora debruçar-me sobre algumas reflexões que vêm sendo feitas sobre o caráter nacional português. A análise dos principais teorizadores sobre o tema permite agrupá-los segundo a perspectiva epistemológica que adotam: em termos gerais, dividem-se em *essencialistas* e *historicistas*³⁰. Os essencialistas defendem a teoria da existência de um caráter nacional intrínseco a cada povo, ou seja, a nação é vista como um ser, uma alma, uma transcendência com características individualizantes (talvez até geneticamente herdadas) que se sobrepõem a qualquer definição baseada meramente na história, na política, na economia, etc. A nação assemelha-se, assim, a um indivíduo, com uma ontologia própria, como afirma Teixeira de Pascoaes: «Cada Pátria tem o seu Verbo, e uma alma inconfundível, portanto. Ora, ter uma alma própria, original, corresponde a ter um modo especial de compreender a vida, o amor, a piedade, a fraternidade, a justiça. Cada Pátria criará a *sua* justiça futura, assim como criou a sua língua, o seu aspecto moral, etc.» (Pascoaes, 1988: 74-75). Segundo Pascoaes, a alma própria é a condição fundamental para que um grupo se torne uma nação, conceito que se aproxima da teoria de Renan sobre a vontade coletiva, discutida no capítulo anterior: «Um agregado de homens, por maior que seja, por mais que trabalhe

30 Esta classificação baseia-se na distinção desenvolvida por António Machado Pires entre dois modos de caracterizar um povo: o modo de ser e/ou o modo de agir. Machado Pires recupera, assim, a dialética entre o critério de entidade e o critério do agir histórico apresentada por Pedro Laín Entralgo, em 1950, no artigo «Sobre el ser de España». Cf. capítulo intitulado «Decadência e modo de ser. Raça e História, modo de ser e modo de agir» in PIRES, 1992: 247-268 e o artigo «O carácter português» (PIRES, 1994: 35-53).

materialmente, se não existir uma alma em actividade que seja própria a esses homens e os una numa comum e superior aspiração –, esse agregado de homens poderá ser uma boa Colónia exemplar, mas jamais uma Pátria!» (*idem*; 40).

Também António Quadros personifica a nação, descrevendo o percurso desta como se de um ser humano se tratasse, com características individuais, períodos de ação e outros de entorpecimento, com sonhos e ambições: «Mas uma nação, mesmo adormecida, é um ser vivo. Tem a sua identidade, a sua personalidade. Tem os seus sonhos, muitas vezes adiados, é certo. Tem o seu projecto, senão politicamente explícito, ao menos culturalmente implícito» (QUADROS, 1989: 66).

Eduardo Lourenço é perentório ao recusar uma visão meramente histórica sobre o carácter nacional. Para este ensaísta, a autognose do ser português terá de passar pelo imaginário, por objetos voláteis como «intenções, projectos, fantasmagorias da acção, delírios, sonhos, isto é, a *rêverie* humana» (Lourenço, 1999: 13)³¹.

Esta noção de carácter nacional tem as suas raízes no pensamento filosófico dos séculos XVII e XVIII, nomeadamente com o interesse crescente pela ideia de *génio nacional*, que Lord Shaftesbury, Jonathan Richardson e David Hume desenvolveram a propósito da Inglaterra, bem como Daniel e Henri-François Daguessau e Montesquieu sobre a França (SMITH, 1997: 99, 110-111; LLOBERA, 2000: 151-152). Foi com o Romantismo que a ideia de *génio nacional* atingiu o seu auge, na medida em que o espírito nacionalista e patriótico dos românticos os levou à busca das origens nos remotos tempos medievos, nos quais radica a essência do espírito nacional. Lembremos, no caso português, a ação pioneira de Almeida Garrett e Alexandre Herculano na preservação da tradição popular (na recuperação do *Romanceiro*, por exemplo) e na conservação patrimonial.

A ação de um povo através do tempo e o seu modo de reagir aos acontecimentos constituem para os historicistas elementos caracterizadores de uma nação. António Sérgio, por exemplo, rejeita de modo veemente quaisquer teses étnicas:

Para o ponto de vista em que me coloco nas minhas hipóteses de interpretação histórica, os problemas de raça não importam nada. O que há de mais intrincado e de mais vago, de menos consistente e de mais fantástico, é o que se nos depara nas doutrinas rácicas; e, ou muito nos enganamos

31 «Não é a pluralidade de vicissitudes de um povo através dos séculos que dá um sentido à sua marcha e fornece um conteúdo à imagem que ele tem de si mesmo. A história chega tarde para dar sentido à vida de um povo. Só o pode recapitular. Antes da plena consciência de um destino particular – aquela que a memória, como crónica ou história propriamente dita, revisita –, um povo é já um futuro e vive do futuro que imagina para existir. A imagem de si mesmo precede-o como as tábuas da lei aos Hebreus no deserto. São projectos, sonhos, injunções, lembrança de si mesmo naquela época fundadora que, uma vez surgida, é já destino e condiciona todo o seu destino. Em suma, mitos» (LOURENÇO, 1999: 10).

sobre tais assuntos, ou cumpre não ter a menor ideia das exigências de claridade na relação científica para pretender assentar conclusões históricas sobre bases tão frágeis e fugazes (SÉRGIO, 1971-1976, VIII: 9).

Segundo esta perspectiva, um povo não tem caráter pré-determinado, intrínseco; o caráter nacional resulta antes de um acumular histórico de eventos que o vão moldando e provocando as suas reações, seja em tempos áureos, seja em momentos de crise. Esta é, pois, uma perspectiva mais positivista, porque baseada em dados objetivos, concretos, supostamente mais próxima da cientificidade.

2.1. Perspetivas ontologizantes e psicanalíticas: Teixeira de Pascoaes, António Quadros, Francisco da Cunha Leão e Eduardo Lourenço

No caso português, o pensamento de teor essencialista assume contornos ontologizantes e até psicanalíticos. Autores como Teixeira de Pascoaes, António Quadros e Francisco da Cunha Leão veem a nação portuguesa como um ser cuja delimitação psicológica é fundamental, nas suas qualidades e defeitos. Eduardo Lourenço antropomorfiza a nação com objetivos psicanalíticos: faz-lhe o diagnóstico dos traumas, dos seus complexos (simultaneamente de superioridade e de inferioridade), da sua esquizofrenia e até paranóia, para eventualmente chegar à cura psicanalítica almejada. António Quadros define a essência da pátria como «*uma vida essencial e mais profunda*» (QUADROS, [1992]: 238), para além dos acidentes históricos, meramente circunstanciais:

a *essência* de qualquer coisa é ao mesmo tempo o que nós compreendemos que ela é, a sua *ideia*, independentemente e para além das formas da sua *existência* no tempo e no espaço; e o conjunto de elementos que a constituem como substância, independentemente dos seus *acidentes*. Podemos pois discernir a essência da pátria, como o cerne, interior e transcendente ao seu curso existencial; como uma substância anterior e superior aos acidentes que se lhe subordinam, mas que não o caracterizam profundamente (*ibidem*).

Comum a estes autores é também o facto de considerarem o ente nacional como um segredo esfíngico a ser desvendado, uma incógnita ocultada desde tempos imemoriais³², o que é atestado, logo à partida, pelos títulos das suas obras: *O enigma português* (Cunha Leão), *Portugal, razão e mistério* (Quadros),

32 «A razão de Portugal, a razão de ser deste país antigo, encontra-se envolta na mais densa bruma. Tornou-se um mistério ou é um mistério?» (QUADROS, 1988: 13).

O labirinto da saudade (Lourenço), este último evocando ainda um percurso árduo, moroso e de difícil conclusão na procura da essência portuguesa. Os autores colocam-se numa posição de hiperconsciência face ao mistério a ser decifrado para que a nação se encontre a si própria e possa assim objetivar o seu futuro. Por conseguinte, une-os também um intuito regeneracionista com vista à recuperação do destino nacional. Podemos considerar que – exceto Eduardo Lourenço – Pascoaes, Quadros e Cunha Leão partem de uma base mais intuitiva e emocional do que racionalista e constroem o seu pensamento recorrendo a mitos, arquétipos e símbolos, em vez de factos históricos concretos: «Por vezes é difícil definir o que sejam, fora dos quadros do pensamento positivo ou científico, tais essência, pessoa, espírito. Mas é o que o povo sabe, de modo espontâneo e intuitivo; e é o que muitos escritores ou pensadores com a consciência do que está em jogo procuram incansavelmente, em obras que se vão actualizando ao sabor da evolução das ideias» (QUADROS, [1992]: 239).

Toda a obra literária, poética e filosófica de Teixeira de Pascoaes tem como fim último devolver aos portugueses a sua alma original, perdida nas teias da história devido à tendência nacional para a cópia de tudo quanto é oriundo do estrangeiro. Este é o projeto da *Renascença Portuguesa* que, como o próprio título indica, visa restaurar o espírito nacional através de uma intensa ação pedagógica junto das populações. Numa época em que Portugal ensaia o novo regime republicano, Pascoaes procura evitar a desnacionalização do sistema, lutando contra o espírito imitativo tão recorrente no país, de que são exemplo na história nacional a Inquisição, o Jesuitismo e o Constitucionalismo, qualquer deles exemplo da invasão do estrangeiro, a qual é responsável pela decadência do espírito português (Pascoaes, 1988: 44).

A originalidade da teoria de Pascoaes radica no facto de elevar a saudade à categoria de elemento primordial da alma portuguesa, transformando-a num movimento nacional: o Saudosismo. O carácter português ganha assim uma especificidade própria que o posiciona num nível superior ao das outras nações, pois Portugal inaugurará uma «Nova Civilização», baseada não no material, mas no espírito. A uma sociedade que entroniza o progresso científico e tecnológico, Pascoaes contrapõe uma civilização de plenitude espiritual, mais consentânea com a insatisfação existencial do homem contemporâneo:

Nós somos um povo ainda barbado, rural, dominado por vagos sentimentos... / Alma de antemanhã, sonhamos um novo Sol espiritual. E é muito possível que os povos cultos da Europa, a certa altura do seu vertiginoso avanço industrial e científico, descansem um pouco e volvam os olhos para nós. Pois toda a sua vida se resume em duas palavras: ciência e indústria. São um corpo esplendoroso em movimento. / Mas a

vida será toda condensável em matéria? A ciência e a indústria respondem precisamente a todo o anseio humano? [...] E, enfim, esta civilização científico-industrial satisfaz realmente a alma? A alma moderna está, na verdade, satisfeita? (*idem*; 176)³³.

Conjugando etnia e geografia, Pascoaes atribui à «terra» e ao «sangue» a origem da alma lusíada (Pascoaes, 1993: 53). Defende a influência da paisagem no homem, dando como exemplo o facto de na «paisagem dolorosa» de Trás-os-Montes haver mais crimes do que na «paisagem alegre e feliz» do Minho (*idem*; 55). Assim, a alma nacional conjuga tristeza e alegria, as quais provêm, respetivamente, da «dor múmura dos pinheirais sombrios, [d]a mágoa silenciosa dos ermos calvados» e do «verde riso das campinas» (*idem*; 61). Desenha-se o carácter português como uma confluência de contrários, a qual é corroborada pelo elemento étnico: ao ramo ariano (naturalista, pagão, terrestre) associa-se o ramo semita (espiritualista, cristão, moral) e desta conjugação resulta o génio lusíada, uma nova religião: o «*sentimento saudosos das Coisas, da Vida e de Deus*» (*idem*; 62).

Esta fusão de contrastes revela-se igualmente na definição que Pascoaes faz da saudade ao longo de toda a sua obra. A Duarte Nunes de Leão vai o autor buscar a «*lembrança*» (virada para o passado) e o «*desejo*» (virado para o futuro) como fulcros da saudade (*idem*; 75). Num dos textos da célebre polémica que travou com António Sérgio, Pascoaes condensa assim o teor antitético da saudade: «Consideramos a Saudade um sentimento-síntese, um sentimento-símbolo, resultante da fusão harmoniosa dos dois princípios do Universo e da Vida que, desde a Origem, se degladiam: Espírito e Matéria, Desejo e Lembrança, Dor e Alegria, Treva e Luz, Vida e Morte» (Pascoaes, 1988: 105). A saudade transforma-se assim numa «concepção da vida e da existência» (*idem*; 243) para a nação portuguesa; ela é o núcleo da vivência lusíada, especificidade que se torna patente na sua intraduzibilidade para outra língua. Aliás, a existência de vocábulos intraduzíveis numa língua é, para Pascoaes, uma prova da energia vital de um povo, pois demonstra que «ele tem uma alma própria, o dom de conceber e sentir o mundo e a vida por virtude própria» (Pascoaes, 1993: 18).

É ao passado que Pascoaes recorre para explicar as qualidades da alma pátria: «génio de aventura», «espírito messiânico» e «sentimento de independência e de liberdade» (*idem*; 89-93). Estas são virtudes que permitiram aos portugueses a empresa das Descobertas, bem como o ressurgir depois do desastre de Alcácer Quibir. Mas para que Portugal renasça verdadeiramente é necessário

33 A barra indica mudança de parágrafo e será usada daqui em diante com este significado.

um diagnóstico imparcial, pelo que o autor não se coíbe de apresentar o reverso daqueles atributos positivos; assim, Pascoaes encontra nos portugueses do presente os defeitos típicos de um povo em decadência, num estado abúlico que só lhe permite copiar do Outro aquilo que ele mesmo não consegue criar: «falta de persistência», «vil tristeza», «inveja», «vaidade susceptível», «intolerância» e «espírito de imitação» são o reverso das virtudes nacionais (*idem*; 99-104).

É por isso urgente para Pascoaes restaurar no povo o espírito saudoso, síntese do ser português, pelo que, a par da teorização filosófica, o autor propõe ações práticas que permitirão «reintegrar a alma da nossa Raça na sua pureza essencial» (Pascoaes, 1988: 32). Deste modo, preconiza a reforma da educação, da Igreja e da organização administrativa do país (*idem*; 53-55): nas escolas devem criar-se portugueses autênticos, dando a conhecer às crianças a «alma da sua raça» (*idem*; 53); o povo português, por nunca ter aderido a Roma, deve fundar a «Igreja Lusitana», eliminando o alto clero, «uma nódoa estrangeira na nossa Pátria» (*idem*; 55); por fim, defende a transformação do país numa «Confederação de Municípios» (Pascoaes, 1993: 44), a qual permite uma melhor comunicação entre a família e a pátria, o que garante uma maior unidade nacional.

Herança de Pascoaes, a preocupação de consciencializar os portugueses da sua essência, da sua alma original, é também manifesta na obra de António Quadros. Neste autor, o combate à nefasta influência do estrangeiro passa pela reconstituição daquilo que ele denomina como a *paideia* portuguesa, conceito que transfere da filosofia grega para o panorama nacional e que define nos seguintes termos: «uma convergência ou uma univocidade de factores formativos, culturais e éticos, assentes sobre um tecido de valores religiosos e patrióticos» (QUADROS, [1992]: 217). Ou seja, Portugal define-se por ter um «projecto teleológico» (QUADROS, 1987: 13) próprio, um projeto civilizacional, no qual todos devem estar envolvidos. Segundo Quadros, só no reinado de D. Dinis ganha realidade a *paideia* portuguesa, que o autor considera o «projecto áureo português» (*idem*; 15), o que se torna patente em realizações concretas como a instituição das festas do Espírito Santo, a oficialização da língua portuguesa (que passa a substituir o latim nos documentos públicos), a fundação do Estudo Geral e a salvação e conservação da Ordem dos Templários, transformada em Ordem de Cristo. Constitui-se, assim, um projeto que conjuga várias áreas da vida nacional – religião, ensino, língua, administração – num só «ideal português» (*idem*; 16): à independência política, Portugal acrescenta agora a sua «independência espiritual» (QUADROS, 1988: 23). No entanto, o facto de esta autonomia mental só ser atingida mais de um século depois da fundação da nacionalidade não invalida a busca das raízes da nação num período remoto, a alguns milénios de distância. Nos seus ensaios, António Quadros argumenta perentoriamente em

defesa da ancestral individualização da identidade portuguesa, fazendo remontar à civilização dolménica os fundamentos de Portugal: identifica a existência de uma cultura megalítica na faixa galaico-portuguesa (entre 4000 e 3500 a. C.), individualizada em relação ao resto da Península Ibérica, sendo que esta última se encontrava ainda na «cultura de las cuevas» (QUADROS, 1989: 43). A prenunciar já o seu futuro caráter expansionista, Portugal teria sido o berço da civilização megalítica, que se expandiu depois pelo resto da Europa³⁴.

Convergindo com o diagnóstico pascoaesiano, Quadros caracteriza a contemporaneidade portuguesa como uma paideia em desagregação, uma vez que Portugal deixa sucumbir a sua personalidade cultural (ainda que a política resista) sob a força normalizadora da invasão estrangeira. Esta debilidade ontológica nacional é, segundo Quadros, fruto da mentalidade «heterognósica» e «estrangeirada» da Geração de 70, a qual se enraizou de tal modo no espírito autóctone que veio a dar origem a um «complexo de inferioridade, o complexo dos «deserdados da glória»», origem do «psicodrama português» (QUADROS, 1989: 62).

É, portanto, fundamental que o povo português seja reeducado no seu projecto civilizacional, na sua paideia, a única via do ressurgimento nacional³⁵. Esta reeducação passa simultaneamente pela recuperação de um passado que garante o caráter único da alma nacional, imune ao passar do tempo – «substância diferenciada, memória, tradição e fidelidade» (QUADROS, [1992]: 267) – e pela afirmação no futuro através de uma «capacidade criativa e futurante» (*ibidem*).

A definição da identidade portuguesa passa assim por uma verdade profunda, que se situa para além de realidades objetivas e positivas como a política, a economia, a sociologia, a técnica, a ciência. A essência do ser português radica no imaginário, nos mitos e arquétipos que constituem o inconsciente coletivo, os quais Quadros refere, por oposição aos do ser espanhol: «lenda de Pedro e Inês ou do amor para além da morte; o lirismo, a saudade e o fado; os mitos das Ilhas Afortunadas, do Preste João, de D. Sebastião ou do Encoberto, do Quinto Império como Império do Espírito Santo, o *telos* da aventura lusitana na história, épica de Camões e de Pessoa, Saudosismo de Pascoaes, Criacionismo de Leonardo Coimbra» (QUADROS, 1989: 50-51). É por isso que só uma «arqueologia da tradição»

34 Com base em variadas fontes documentais, António Quadros apresenta algumas razões que atestam este pioneirismo português na cultura megalítica: é no território português que há mais densidade construtiva e em que os megálitos são mais antigos (QUADROS, 1988: 111).

35 «A grandeza dos povos, pode dizer-se, depende da sua capacidade histórica para aproximar-se de uma *paideia* nacional, a partir da qual se vivem e se interiorizam solidária e criativamente os valores universais. Ao invés, a sua decadência corresponde ao afastamento ou à destruição dessa *paideia* que um dia os elevou e engrandeceu» (QUADROS, [1992]: 218).

(QUADROS, 1988: 176) garantirá a Portugal um futuro pleno³⁶ e, segundo Quadros, novamente grandioso: «É no entanto do conhecimento e da compreensão do ser profundo de Portugal, é do descobrimento ou da desocultação da sua realidade recôndita e recalçada, para além das visões sociológicas superficiais, que depende o seu futuro, o futuro de todos nós, não um futuro qualquer, em mediocridade complexa e imitativa, mas um futuro de renovada grandeza humana para a nossa pátria prometida» (*idem*; 56). Como perpassa neste excerto, à teleologia portuguesa desenhada pelo autor está subjacente uma visão providencialista da história, que coloca Portugal no início – a cultura megalítica – e no fim da história: o Império do Espírito Santo, o projeto áureo português³⁷.

Menos mitificadora e mais psicologizante é a perspetiva de Francisco da Cunha Leão sobre o caráter nacional. Uma das suas obras, o *Ensaio de psicologia portuguesa* (1971), cujo título aponta logo à partida para um estudo caracteriológico, é um longo desfiar de variadas componentes mentais da alma nacional em que avulta como elemento fundamental a capacidade dos portugueses de harmonizar opostos³⁸. Avatar deste espírito feito de contrastes é a coexistência no português de um complexo de superioridade e, simultaneamente, de um complexo de inferioridade, tema aliás retomado por outros autores. Por um lado, o português sente-se predestinado pela Providência para uma missão, sente-se guiado e protegido por ela, o que gera uma «hipertrofia mítica» (LEÃO, 1971: 174-175) que o afasta do mundo empírico. Por outro lado, o contacto com uma realidade de efetivo atraso técnico e científico provoca um inexorável complexo de inferioridade, segundo o autor só passível de ser ultrapassado quando os portugueses atingirem uma maior «consistência técnica e profissional» (*idem*; 182). É da dialética entre o quimérico e o real e da incapacidade que o português tem de articular estes dois mundos e de os ajustar que surge esta situação quase esquizóide de haver dois complexos tão díspares num mesmo sujeito, tema retomado por Eduardo Lourenço.

36 «a verdadeira arqueologia é um prolegómeno insubstituível ao futuro necessário» (QUADROS, 1988: 85).

37 Quadros considera que a paideia portuguesa tem uma «dupla escatologia»: «em direção ao eterno e a Deus, nos sentidos cristãos da Salvação e da Redenção; em direção a um tempo futuro e terreno de fraternidade e de amor, no sentido do culto do Espírito Santo e (profecia anunciada pelo místico cisterciense Joaquim de Flora), do advento da *Idade do Espírito Santo*, depois das do Pai e do Filho» (QUADROS, 1989: 40).

38 Ao longo de trinta páginas, Cunha Leão cita, em vários quadros comparativos, inúmeras características antitéticas retiradas de vários autores, portugueses e estrangeiros. A extensão dos atributos que se opõem entre si é desde logo uma prova do caráter contraditório da alma nacional (LEÃO, 1971: 23-53).

Em *O enigma português* (1960), Cunha Leão trata também o tema da identidade portuguesa, mas considera-a por oposição ao vizinho espanhol³⁹. E o «enigma» que percorre toda a obra é precisamente a questão da forte individualidade portuguesa e o modo como esta resiste à ação centrípeta de Castela. Portugal dissemina-se no elemento marítimo e faz deste a sua fonte de resistência, ou seja, a sua condição periférica é justamente o argumento da sua independência. Isto não significa, no entanto, que Cunha Leão defenda a tese da individualidade geográfica de Portugal na Península Ibérica; pelo contrário, para o autor o fundamento geográfico seria inútil sem outra individuação e uma forte vontade de existir à parte.

A especificidade do português advém primeiramente de fatores étnicos, já que ele é uma síntese de lusitano e galaico, reunindo características destes dois ramos: o lado sonhador, saudoso, inquieto, de brandos costumes e dominado pelo *pathos* é uma herança galega; o espírito realista, independente, afirmativo e de talento político é lusitano (LEÃO, 1998: 98). É no Sebastianismo que se manifesta a essência da portugalidade: acredita-se numa salvação por uma figura providencial, um salvador que restituirá à nação o seu papel principal numa missão ecuménica. A esperança sebastiânica confere ao país «o nervo da resistência» à atração centrípeta de Castela: «Teríamos a sorte da Catalunha, se não fora o Sebastianismo» (*idem*; 194).

A saudade é também para este autor um traço distintivo da psicologia portuguesa, o que o aproxima de Pascoaes: uma saudade não só virada para o passado, mas também com «sentido futurante» (*idem*; 98). Ela é também uma das componentes do Sebastianismo, à qual se acrescenta a esperança, ou seja, novamente passado e futuro. A saudade revela-se ela própria também dialética, uma conjugação de contrários, traço que já referimos como fundamental nesta perspetiva sobre a alma nacional. A saudade é, portanto, para Cunha Leão a base do pensamento português, da Filosofia Portuguesa. Apesar de reconhecer ser o português avesso ao pensamento filosófico, o autor defende que é a própria ação do povo que tem um «conteúdo pensante» (*idem*; 235), pelo que é na poesia, nos escritos míticos e utópicos, nos mitos, no Direito, nas traduções de obras estrangeiras, que se deve procurar este tipo de pensamento (*idem*; 231-235).

Fugindo à entronização da excelência de Portugal feita por Pascoaes, Quadros e Cunha Leão, o autor de *O labirinto da saudade* ocupa-se da análise da imagem – sempre irrealista – que os portugueses fazem de si mesmos. Daí que, segundo Eduardo Lourenço, Portugal necessite de uma «cura psicanalítica» (LOURENÇO,

39 Basta verificar que grande parte desta obra é dedicada à caracterização do ser espanhol, quer geográfico, quer psicológico.

[1988]: 16) que o faça reencontrar-se consigo próprio, permitindo-lhe passar definitivamente da infância para a idade adulta: «O que é necessário é uma autêntica psicanálise do nosso comportamento global, um exame sem complacências que nos devolva ao nosso ser profundo ou para ele nos encaminhe ao arrancar-nos as máscaras que nós confundimos com o rosto verdadeiro» (*ibidem*). O ensaísta propõe-se levar a cabo um diagnóstico psicanalítico do ser português, no qual avultam patologias como a paranóia, a esquizofrenia, recalcamientos, complexos, de modo a desvelar a verdadeira essência nacional. Só este reencontro dos portugueses com a sua realidade lhes permitirá enfrentar os desafios do presente e construir um futuro consentâneo com os seus recursos.

Da leitura dos seus vários escritos fica uma ideia recorrente sobre a identidade nacional: a do seu caráter paradoxal, nomeadamente na capacidade de conjugar complexos tão antitéticos como o sentimento de superioridade e o de inferioridade. Tendendo a isolar-se como se de uma «ilha» se tratasse (LOURENÇO, 2004: 163) em relação ao resto da Península Ibérica e ao resto da Europa, Portugal escamoteia a sua fragilidade presente com um excesso de passado, o que resulta numa paralisia congénita das energias nacionais: «Passamos a vida a comemorar-nos no que já não somos, descobridores de mares, senhores fictícios de oceanos onde outros imperam. Vamos ou estamos no futuro mas com um secreto pânico de não estar à altura dele, emigrando sem cessar para o que já fomos ou imaginamos ter sido» (LOURENÇO, 2001: 12)⁴⁰. A vocação universal revelada na Expansão ultramarina cria no português um complexo de superioridade que o faz sentir-se senhor do mundo, sem se aperceber que esse pioneirismo se perdeu nas teias do suceder histórico. É do embate com a realidade que surge o complexo de inferioridade, nomeadamente em relação à Europa, da qual Portugal se sente marginalizado devido ao seu atraso científico, tecnológico, económico. Este desfasamento entre Portugal e o restante continente europeu (nomeadamente a França, eterno modelo civilizacional) torna-se consciente, por exemplo, nos anos 60, aquando do grande fluxo de emigração nacional, o qual traduz uma desvalia nacional de raiz sobretudo económica: «tornámo-nos emigrantes aos olhos de outros europeus» (LOURENÇO, 1999b: 51).

O complexo de inferioridade é, aliás, gerado por uma série de «traumatismos» que Eduardo Lourenço identifica ao longo da história de Portugal e de que a emigração é um dos exemplos. Ao fazer a *Psicanálise mítica do destino português*, Eduardo Lourenço identifica vários traumas que marcaram negativamente a consciência nacional. Assim, logo no seu nascimento Portugal assiste à luta

40 Atente-se nesta bela metáfora «expansionista»: «Nenhuma barca europeia está mais carregada de passado do que a nossa» (LOURENÇO, 1999b: 66).

sacrílega entre D. Afonso Henriques e sua mãe, D. Teresa, facto que se instituirá como estigma mítico, de perfil freudiano, na memória nacional.

O segundo traumatismo identificado pelo autor é determinante para o reforço da identidade portuguesa: o domínio filipino. Se, por um lado, os sessenta anos de subjugação a Castela levaram os portugueses a admitir a sua subalternidade, por outro lado empreende-se uma fuga para o mítico, encarnado na esperança sebastiânica num salvador. Na perspetiva de Eduardo Lourenço o Sebastianismo é um avatar da imagem sempre ilusória que os portugueses têm de si próprios: «[o Sebastianismo é] *o máximo de existência irrealista* que nos foi dado viver» (LOURENÇO, [1988]: 20). O espírito sebastiânico é, deste modo, uma estratégia para escamotear a fraqueza e a carência em que Portugal se encontra mergulhado.

No início do século XIX Portugal vê de novo abalada a sua autoridade política, o que gera um duplo traumatismo: às invasões francesas (e posterior domínio inglês) acresce a fuga do rei D. João VI com a corte para o Brasil, o que deixa um vazio no lugar da paternidade institucional da nação e uma consequente fragilização da sua posição política na Europa (LOURENÇO, [1994a]: 107). Ainda neste século, Portugal apercebe-se do atraso civilizacional, científico, tecnológico, em que se deixara arrastar, nomeadamente através do dedo acusador da Geração de 70, europeísta convicta e desejosa de tirar o país do marasmo cultural e científico em que mergulhara. O fim do século é o culminar de uma «existência diminuída» (LOURENÇO, [1988]: 22) com o Ultimato inglês, que reivindica territórios portugueses em África: é o «*traumatismo-resumo* de um século de existência nacional traumatizada» (*idem*; 23).

Paradoxalmente, estes traumas históricos não impedem que se crie no país uma autoimagem de exagerada superioridade, o que traduz, segundo Eduardo Lourenço, uma esquizofrenia latente: a constatação da fraqueza real é rasurada pela construção de uma «hiperidentidade», ou seja, uma «quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da *diferença* que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto dos outros povos, nações e culturas» (LOURENÇO, [1994a]: 10). O autor critica este «fundamentalismo lusitano» (LOURENÇO, 2004: 170) que exalta o nosso só por ser nosso, de que são exemplo o folclorismo idealizante do Neogarrettismo e a imagem de Portugal como uma aldeia idílica, rural, imune à contaminação estrangeira, que foi construída pelo salazarismo. Esta obsessão entre o «lá fora» (o estrangeiro) e o «cá dentro» (Portugal) é uma das constantes da identidade nacional que nos leva a automarginalizarmo-nos, a vivermos num isolamento, fechados sobre nós próprios, como uma ilha face ao resto da Europa.

Portugal não sofre, portanto, de uma crise de identidade, mas de um excesso dela: «Somos um dos raros países europeus que não têm, a título patológico, o que se designa por crise de *identidade*» (LOURENÇO, 1999b: 181). A viabilidade da nação passa, então, por uma readequação entre o ser e a sua imagem, uma

busca de autoconhecimento do passado e do presente que evite a apoteose apolo-gética ultranacionalista⁴¹. A cura psicanalítica permite, assim, o despir da máscara – quer a eufórica, quer a miserabilista – e o ajustamento às reais fraquezas e po-tencialidades do país: «O nosso grande problema, neste fim de século, é integrar a realidade, a banal realidade europeia, com os seus imperativos de organização, de competitividade, de invenção. Sem perder um certo arcaísmo, um certo perfu-me de vida que se lembra ainda do seu passado rural, vida banhada na doce luz da Finisterra» (*idem*; 59). Portugal deve abandonar a oposição entre estrangeirismo e nacionalismo e viver a sua vida própria, construir o futuro a partir de si mesmo, do seu presente, sem procurar alicerçar-se somente no passado glorioso. Este último não deve, porém, ser esquecido, uma vez que constitui o fundamento da identidade nacional: «fálhá-lo-emos [o futuro] como nosso se não levarmos ao seu encontro e não inscrevermos na sua órbita sem limites aquela espécie de von-tade de existir, de ter um destino, uma missão singular por ser então a do Ocidente inteiro, mas também o conhecimento do mundo que já tivemos quando, quase sós, fomos uma imagem antecipada de todos os futuros» (*idem*; 71).

Apesar de se afastar do «culto patológico da «lusitanidade»» (LOURENÇO, [1988]: 35) dos autores atrás referidos⁴², Eduardo Lourenço partilha com eles a ideia de que Portugal tem de se viver como destino⁴³, tem de desenvolver uma convicção de existir que lhe permita cumprir-se enquanto nação autónoma e viva, não obstante a sua missão ser agora comum a todo o Ocidente. Já em 1977, o autor se interrogava sobre a aptidão dos portugueses para esta autorregeneração, questão, aliás, que nos parece pairar sobre toda a sua obra: «Somos nós incurá-veis, paradoxais geradores ou co-geradores de povos e incapazes de construir um telhado duradouro para a nossa própria casa?» (*idem*; 60).

Vemos, portanto, que estes autores refletem de um modo algo angustiado

41 É recorrente a perplexidade de Eduardo Lourenço face a esta apologia desmedida: «Por que motivo nós vivemos em termos de «auto-estima» como se fôssemos o mais paradisíaco dos povos? Donde nos vem este sentimento de sermos, também nós, como se pretende a outrora tão copiada França, uma «exceção cultural»?» (LOURENÇO, 2001: 13).

42 Eduardo Lourenço manifesta uma perspetiva crítica sobre o movimento da Filosofia Portuguesa por este se empenhar em construir a imagem de um «Portugal-Super-Man», «um *Portugal-menino-jesus-das-nações*, «éon» histórico predestinado à *regeneração espiritual do uni-verso*» (LOURENÇO, [1988]: 33-34). É precisamente este papel messiânico de Portugal que o autor rejeita; o que ele preconiza é que Portugal se cumpra, se invente, se desenvolva a si próprio e se alheie de ambições salvíficas universais.

43 Esta é, aliás, segundo Eduardo Lourenço, uma das condições da identidade nacional: «Cada povo só o é por se conceber e viver justamente como destino. Isto é, simbolicamente, como se existisse desde sempre e tivesse consigo uma promessa de duração eterna. É essa convicção que confere a cada povo, a cada cultura, pois ambos são indissociáveis, o que chamamos «identidade»» (LOURENÇO, 1999c: 9).

sobre a alma nacional, sobretudo quando está em causa a perspetivação do futuro: todos eles vislumbram um ser nacional doente, decaído, degenerado, precisando urgentemente de uma intervenção regeneradora que passa inevitavelmente pela educação das novas gerações.

2.2. Perspetivas sociológicas, antropológicas e históricas: Oliveira Martins, Fidelino de Figueiredo, António Sérgio, Damião Peres, Jorge Dias e António José Saraiva

A visão que denominei como *historicista* deve ser aqui entendida numa abordagem abrangente, na medida em que os autores estudados não se limitam à história para traçar o carácter nacional português: Fidelino de Figueiredo, por exemplo, debruça-se sobre a literatura portuguesa; Jorge Dias destaca elementos de ordem estética como os fundamentais na cultura portuguesa; António José Saraiva recorre também com frequência à obra literária para dela deduzir traços identitários importantes. Comum a todos eles é, porém, uma perspetiva positivista e racionalista sobre a identidade nacional, colocando ênfase no «modo de agir», em detrimento do «modo de ser», isto é, considerando que o ser português vai sendo construído pelo agir histórico (nele se incluindo as diversas manifestações artísticas); rejeitam, portanto, a conceção essencialista, defensora de uma personalidade intrínseca do ser nacional.

À exceção de Oliveira Martins (para quem a história é uma lição moral), estes autores não manifestam intuítos regeneracionistas ou propensão para apresentar soluções para as crises nacionais. O pendor racionalista dos seus ensaios afasta-os de qualquer tom mais emotivo ou sentimental, predominando um maior descritivismo, análise e interpretação do homem, da sociedade e da história.

Motivado pelo século conturbado em que viveu e pelo seu envolvimento no combate da Geração de 70 por um Portugal mais europeu, mais aberto à inovação, mais cosmopolita, Oliveira Martins faz da sua obra uma «lição moral» (MARTINS, 2004: 21), cujo carácter exemplar visa combater o estado de abulia em que mergulhara o país, devastado sucessivamente pelas invasões francesas, pelas lutas liberais, por sucessivas crises financeiras, culminando no Ultimato inglês, golpe fatal na autoestima nacional.

Podemos considerar que toda a obra de Oliveira Martins constitui uma longa reflexão sobre a identidade nacional, quer sob a forma de história (*História de Portugal, Portugal contemporâneo, História da civilização ibérica*), de romance histórico (*Os filhos de D. João I, A vida de Nun'Álvares, Febo Moniz*), de ensaio político-económico (*Portugal e o socialismo, Política e economia nacional*) e literário (*Os*

Lusíadas e a Renascença em Portugal). Oliveira Martins não é um historicista puro: apesar de encarar a questão nacional numa perspectiva essencialmente histórica, não deixa de considerar a raça como uma determinante fundamental do carácter português. Conjuga, assim, o «modo de ser» (determinantes étnicas) e o «modo de agir» (a atitude dos portugueses face ao suceder histórico como reveladora de traços identitários), harmonizando história e raça numa «espécie de *complot* biológico-social», como frisa António Machado Pires (PIRES, 1992: 253).

No percurso que faz pela história de Portugal, Oliveira Martins vai encontrando argumentos que lhe permitem chegar a uma fundamentação étnica consistente, nomeadamente a da coexistência de dois ramos étnicos na identidade nacional: o celta e o semita, os quais, aliás, vão ser recuperados e aprofundados por Teixeira de Pascoaes, como atrás atestei. O historiador interpreta a revolta da «Maria da Fonte» como uma irrupção do espírito celta no Minho, cuja sociedade é matriarcal, por oposição ao sul do país, onde, «à moda semita», a mulher é serva do homem (MARTINS, 1976-1979, II: 152). O carácter indomável e insurreto do nortenho surge, portanto, como herança celta:

O sentimento inato da rebeldia (que não deve confundir-se com a independência), essa *vis* íntima dos celtas submissos da Irlanda e da França, existe no Minhoto, com o lastro de presunção e manhas, donde saem os nossos palradores do Norte e os astutos emigrantes do Brasil; com a segurança que a vida responsável e livre de proprietários, não salarizados, lhes dá. / O sistema cabralino, secamente *beirão*, era em tudo oposto ao temperamento do Norte (*idem*, II: 152-153).

Várias figuras históricas são apresentadas como encarnando um (ou ambos) dos ramos étnicos nacionais: no Infante D. Henrique, por exemplo, convergem semitismo e celticismo, pois este reúne o «instinto marítimo do fenício» e o «instinto naturalista do celta» (MARTINS, 1998: 146). Por outro lado, D. Fernando e D. Sebastião são testemunhos da bondade e do espírito de sacrifício célticos, tendo ambos sucumbido em nome da nação: «Queria assim o destino que, no prólogo e no epílogo da nossa epopeia histórica, dois martírios encerrassem o círculo das façanhas em que mostrámos um ardor semita, acaso para fazer sobressair bem claramente o outro ramo da árvore céltica dos portugueses, verde como o mar, vago como o vento que murmura por entre os carvalhos sagrados da floresta céltica...» (*idem*; 182). Estes três heróis nacionais, representativos das origens rácicas de Portugal, conjugam uma bravura temerária com uma santidade purificadora, como resume Maria das Graças Moreira de Sá na «Introdução» a *Os filhos de D. João I*: «Eis o génio português evocado na sua dupla face derivada da junção de dois ramos étnicos: o semita, que faz do heroísmo a carreira cega para um destino ilusório; e o ariano, que santifica os heróis da bondade» (Sá, 1998: 29).

É, aliás, a mitificação⁴⁴ de D. Sebastião depois do seu desaparecimento na fatídica batalha de Alcácer Quibir uma consequência da raiz céltica da alma portuguesa; Oliveira Martins, ao mesmo tempo que reconhece o messianismo como traço identitário nacional, fá-lo remontar a uma origem rácica determinada, equiparando-o às lendas arturianas:

E quando vemos que a alma religiosa da nação, retraindo-se ao seu âmago íntimo, criando espontaneamente uma fé, ao lado do catolicismo dogmático e transcendente, imposto, importado, e mal definido nas consciências, constrói essa fé com os materiais conhecidos das antigas religiões naturalistas dos celtas; quando vemos que D. Sebastião se transforma no rei Artur, escondido na ilha viçosa dos bardos: somos, com efeito, levados a supor que o elemento primitivamente dominante nas populações é em Portugal celta, pois que os seus frutos ingênuos e espontâneos têm a cor e a forma dos produtos dessa raça. / Nem só a lenda de D. Sebastião prova isto; porque já observámos as manifestações do ingênuo amor da natureza, o entusiasmo cândido do heroísmo, a sentimentalidade nebulosa da poesia (MARTINS, 2004: 281).

Apesar de considerar os ramos celta e semita como a raiz étnica nacional, Oliveira Martins, paradoxalmente, acaba por se render à evidência de que o povo português é na sua origem uma mistura de povos – latinos, celtas, lusitanos, moçárabes –, daí o falhanço das sucessivas tentativas para descobrir a nossa raça. Defende que o surgimento de Portugal se deve à vontade política dos barões portugalenses, cuja ambição terá levado à progressiva independência territorial. O nascimento de Portugal é, assim, atribuído a causas acidentais, pelo que se veem rejeitadas quaisquer fundamentações étnicas, preconizando-se a «ausência de uma causa etnogénica no facto da formação da monarquia portuguesa» (MARTINS, 2004: 33). Põe de parte as «origens naturais étnicas» (*idem*; 36) e adota uma conceção próxima da nação cívica como a definimos no primeiro capítulo deste trabalho: «Basta a história, basta o interesse, para dar homogeneidade social e política a um povo; e basta essa homogeneidade para criar um patriotismo»

44 Oliveira Martins atribui ao dogmatismo católico a responsabilidade de se ter dado uma mitificação e não uma santificação do último rei da dinastia de Avis: «Manteve-se o carácter realista da lenda. D. Sebastião conservou-se um herói, e o cristo nacional não atingiu a categoria de deus. Os sucessivos desenganos, porém, e o tempo que, no seu decorrer, tirava a possibilidade à existência real do homem, não podendo transferir a lenda para a região do dogma, levaram-na para a região do mito; não podendo transcendentalizá-la, naturalizaram-na; não podendo transfigurar o rei em Deus, fizeram dele um herói: Heraclés e não Zeus, o Arcanjo e não o Verbo» (MARTINS, 2004: 281).

(*ibidem*)⁴⁵. Segundo esta «teoria do acaso», argumentos geográficos ou étnicos são despiciendo como explicação da origem da nacionalidade, preponderando a ambição e a vontade coletiva de um grupo determinado: «Se a unidade da raça primitiva se não vê, menos ainda Portugal obedece na sua formação às ordens da geografia: os barões audazes, ávidos e turbulentos são ao mesmo tempo ignorantes de teorias e sistemas. Vão até onde vai a ponta da sua espada: tudo lhes convém, tudo lhes serve, contanto que alarguem o seu domínio» (*ibidem*).

Considero, assim, que no ensaio histórico martiniano pesa mais a ação histórica de um povo como fonte identitária do que os seus antecedentes étnicos. Prova disto são os variados atributos com que o autor vai compondo o caráter nacional, os quais são deduzidos da reação nacional às sucessivas circunstâncias históricas. Na sua *História de Portugal* e em *Portugal contemporâneo* avultam os aspetos negativos do ser nacional, na medida em que se mostram os erros e os crimes para que sirvam de exemplo para o presente⁴⁶.

A partir de factos-chave da história de Portugal como a Expansão Ultramarina, o Sebastianismo, o Jesuitismo e o Liberalismo, o autor caracteriza o «modo de agir» nacional, o qual converge na crise oitocentista e no problema da viabilidade de Portugal enquanto nação independente. Embora exalte a empresa expansionista, Oliveira Martins não deixa de constatar que o povo português sempre foi um «povo rural» (*idem*; 42), pelo que a vocação marítima e colonial foi artificialmente construída, surgiu *a posteriori*, daí toda a incapacidade colonizadora que o português revelou além fronteiras⁴⁷. A esta inaptidão governativa (os portugueses são mais dados ao saque no mar) acrescem a cobiça, a corrupção, o fanatismo religioso, enfim, a generalizada degeneração moral que tomou conta do espírito português, cujo principal responsável terá sido o Infante D. Henrique, impulsionador das Descobertas:

45 Um pouco adiante nesta mesma obra – *História de Portugal* – Oliveira Martins aprofunda esta definição de nação enquanto projeto cívico: «Há ou não há uma nacionalidade portuguesa? Questão absurda, assim formulada. Evidentemente há, se nacionalidade quer dizer nação. Se por nacionalidade se entende, porém, um corpo de população etnogenicamente homogêneo, localizado numa região naturalmente delimitada, insistimos em dizer que tal coisa se não dá connosco. Se por nacionalidade se entende, finalmente, essa *unidade social* que a história imprime em povos submetidos ao regime de um governo, de uma língua, de uma religião irmãs, como nós o temos sido durante sete séculos, evidentemente a resposta só poderá ser uma» (MARTINS, 2004: 38, sublinhado meu).

46 O próprio Oliveira Martins tem consciência da negatividade da *História de Portugal*, uma vez que a contrapõe ao «entusiasmo optimista» de outra obra sua: a *História da civilização ibérica* (*idem*; 23).

47 Em *Os filhos de D. João I* é também apontado este equívoco no rumo da história nacional: «Não se muda assim o temperamento histórico de um povo até ali rural. [...] O plano clássico de trocar o arado pelo remo, não quadra a este povo bisonho de lavradores» (MARTINS, 1998: 85).

Uma nação rural, guerreira e piedosa, transformou-se numa grande companhia de comércio acesa em fanatismo cruel. [...] O que caracteriza, não só o nosso infante [D. Henrique] como homem, mas Portugal como povo, é a aliança híbrida e estreme, do máximo vigor da fé com o espírito mais tenaz do lucro. É isto que dá aos portugueses da nossa grande época um ar quase púnico de apóstolos de uma religião tão sanguinária e devastadora como as velhas religiões fenícias, embora mística e piedosa como o faziam um Xavier ou um Anchieta (MARTINS, 1998: 203-204).

É evidente a influência do pensamento de Antero de Quental expresso em «Causas da decadência dos povos peninsulares» em 1871; como Antero, Oliveira Martins não desaprova a Expansão na sua totalidade; os seus intuitos críticos visam sobretudo as conquistas orientais, para as quais Portugal não teve um plano de domínio político e que degeneraram em anarquia, violência, devassidão e corrupção. Com o desastre de Alcácer Quibir, Oliveira Martins considera ter chegado o fim da nação. A invasão espanhola marca, na história martiniana, o eclipsar da vida nacional, recuperada apenas artificialmente (e portanto periclitante) depois de 1640, graças a interesses de equilíbrio internacional. O Sebastianismo surge, assim, como a reação desesperada do povo português ao domínio espanhol, mas também como um sentimento inato ao caráter nacional, «manifestação do génio natural íntimo da raça»:

A alma lusitana, ingénua na sua candidez – tombado agora por terra o edifício imperial, desconjuntado e condenado o sistema de ideias patrióticas que desde o XVI século tinham dado vida à nação – rebentava em soluços, buscando no seio da natureza, onde se acolhia, uma salvação que não podia esperar mais das ideias, dos sistemas, dos heróis, nem dos reis em quem tinha confiado por dois séculos. A obra temerária dos homens caía por terra; e o povo, abandonado e perdido, abraçava-se à natureza, fazendo do lendário D. Sebastião um génio, um espírito – e da sua história um mito. / O Sebastianismo era pois uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do génio natural íntimo da raça, e uma abdicação da história. Portugal renegava, por um mito, a realidade; morria para a história, desfeito num sonho; envolvia-se, para entrar no sepulcro, na mortalha de uma esperança messiânica (MARTINS, 2004: 283).

Nesta metáfora final em que Portugal surge como um defunto preparado para o enterro torna-se evidente que para Oliveira Martins o Sebastianismo é o princípio do fim, uma fuga à realidade, um sintoma patológico da alma nacional. São recorrentes expressões ligadas à insanidade: Portugal é «uma nação de loucos perdidos, e no moço rei encarnara toda a loucura do povo» (MARTINS, 2004: 262), o Sebastianismo é um «sintoma superior da caquexia nacional» (*idem*; 279), «a outra face da loucura mística», «doença do espírito português [...] na alma colectiva» (*idem*; 355).

Sendo o primeiro historiador a teorizar sobre o tema, Oliveira Martins eleva

o Sebastianismo a elemento da identidade nacional, a qual ficará para sempre impreterivelmente ligada a este fenómeno. A sua visão sobre o tema não é, contudo, somente negativa⁴⁸, pois reconhece ser o messianismo sebastiânico uma fonte de resistência do povo às adversidades, conjugando fé e esperança e fomentando a coesão nacional (*idem*; 347).

O Sebastianismo passa a fazer parte da consciência nacional – é a resposta típica do ser português aos momentos críticos, reação que procura no quimérico aquilo que não encontra no real. Na história portuguesa assiste-se de forma recorrente ao irromper desta forma de messianismo. De facto, Oliveira Martins vislumbra uma espécie de proto-sebastianismo na Revolução de 1383-1385 como resposta às contingências da história: face à crise dinástica, o povo transforma o futuro D. João I no seu Messias salvador, que iria impedir a perda da independência⁴⁹.

No século XIX, D. Miguel é recebido em Portugal como um Messias, envolvido numa ambiência religiosa conotada com a loucura, à semelhança do que atrás já referi:

o povo, levado àquele estado de sensibilidade patológica donde saem os mitos nos tempos históricos, já confundia a realidade com a fantasia, vendo milagres por toda a parte. Era uma vida transfigurada: Carlota Joaquina uma Nossa Senhora, D. Miguel o arcanjo, um Messias, o próprio Jesus vivo. [...] Nem aos melhores já o delírio poupava; as metáforas adquiriam um valor de realidade só observável nos primeiros tempos, inventores das línguas. A inflamação produzida no corpo social pelo excesso circulatório tinha como sintoma a espontaneidade criadora, própria de um estado psicológico em que a fé chegava ao ponto de ver, sentir, falar directamente com o mundo superior do Céu. Respirava-se o milagre por toda a pele, e os espíritos, saturados de esperanças e sonhos transcendentes, tinham uma segurança inaudita na sua sorte e um desprezo violento pelas coisas da terra. Deus enlouquece (MARTINS, 1976-1979, I: 194-195).

Este estado patológico do povo português é, de facto, o culminar da nefasta influência do Jesuitismo que, pregando uma doutrina da submissão e da obediência sistemática, amputara a vida moral e intelectual do país e o tornara «uma sombra

48 Na *História da literatura portuguesa*, Óscar Lopes e António José Saraiva elogiam o carácter multifacetado da *História de Portugal* de Oliveira Martins, o qual não se coíbe de dar o negativo e o positivo; os autores ressaltam assim a «coragem dos [seus] juízos sobre o comportamento dos homens e o da colectividade nacional» (LOPES e SARAIVA, [1982]: 919).

49 «Quem faz, porém, os Messias, é o povo. Valham pouco, valham nada, pouco importa. São um lábaro, onde a turba escreve um moto. Vão, mas não guiam. Portugal com efeito gerava uma revolução messiânica; pedia em altos brados que o salvassem; tinha a consciência de que podia e havia de ser salvo. Esta força latente e invencível era, porém, ignota para a simplez do Mestre e para o lerdo instinto de Álvaro Pais» (MARTINS, 2004: 122).

apenas, fantasma sem fisionomia nem carácter, passivo, obediente, nulo, idiota e beato» (MARTINS, 2004: 295), que nem a ação arrasadora de Pombal conseguiu extinguir.

No século XIX agudiza-se a apatia nacional na generalidade do povo, ao mesmo tempo que grassa a corrupção, a agiotagem e a violência nas classes dirigentes. Como salientam Óscar Lopes e António José Saraiva, *Portugal contemporâneo* é uma «crítica geral do liberalismo português» (LOPES e SARAIVA, [1982]: 918); a implantação deste sistema revela de novo o carácter nacional: incapacidade governativa, a par de um novo messianismo que gera uma letargia profunda⁵⁰. Daí que o cesarismo – pelo qual o autor foi severamente vilipendiado – seja a solução ideal para o país⁵¹; somente a ditadura de uma forte personalidade poderia combater «a falta de afirmação do nosso génio» (MARTINS, 2004: 57), que confere ao português uma excessiva permeabilidade a tudo o que é estrangeiro. Ao adotar uma perspectiva organicista sobre a nação, Oliveira Martins encara-a na sua última fase – a morte –, o que confere um tom pessimista à *História de Portugal*. A nação tivera o seu auge na dinastia de Avis e termina precisamente com o seu último rei: D. Sebastião. Como consequência da degeneração causada pelo império oriental e pela educação dos jesuítas, «Portugal acaba; *Os Lusíadas* são um epitáfio» (MARTINS, 2004: 32). Nesta mesma linha vem a consideração de que «o sebastianismo é uma prova póstuma da nacionalidade» (*idem*; 281). A Restauração será fruto de interesses internacionais e não um verdadeiro renascer da independência.

Oliveira Martins põe assim em causa, no fim do século XIX, a possibilidade de Portugal se manter como nação independente, uma vez que os recursos anteriormente disponíveis – o ouro do Brasil e os empréstimos do estrangeiro – estavam agora esgotados. A questão da inviabilidade de Portugal torna-se parte integrante da identidade nacional, alarga-se a toda a Geração de 70 e vai marcar ensaístas e artistas posteriores.

Sintomáticos desta visão derrotista são os epílogos de *História de Portugal* e de *Portugal contemporâneo*, sob a forma de questões retóricas que dificilmente deixam perpassar uma réstia de esperança: continua a «decomposição nacional» ou há «um fenómeno de obscura reconstituição», uma «chama de um pensamento

50 «Portugal, a que o jesuitismo quebrou a tradição da sua vida histórica, veio, desde o XVII século até nossos dias, de revoluções em revoluções, *fazendo tudo de novo* (1640, 1755, 1834). Árvore sem raízes, qualquer sopro abala a construção inteira, e depois de cada terramoto, os estadistas, perante a ausência de vida colectiva, podem livremente seguir os impulsos do seu próprio pensamento. A sociedade, estéril e muda, somente pede alguém que a governe e a faça feliz; recebe tudo, aclamando os audazes» (MARTINS, 2004: 347).

51 António Sérgio explica assim o cesarismo de Oliveira Martins: «Levara-o para esse rumo, não só a leitura dos autores alemães, mas também o espectáculo do negativismo, do carácter passional e abstractivo da propaganda republicana. Encontramo-lo assim nos pontos de origem das duas correntes que se combateram» (SÉRGIO, 1989: 143).

indefinido ainda»)? (MARTINS, 2004: 415); «Dorme e sonha [o povo]? Ser-lhe-á dado acordar ainda a tempo?» (MARTINS, 1976-1979, II: 342).

À exceção de Oliveira Martins e Jorge Dias, os restantes autores considerados nesta secção do nosso trabalho mantêm um maior distanciamento no que diz respeito a quaisquer determinantes étnicas do carácter nacional português. Partem do estudo da história, da sociedade e das manifestações artísticas para tentarem traçar o perfil da nação. Fidelino de Figueiredo, por exemplo, no texto que aqui considero – *Características da litteratura portuguesa* (1915) – trata apenas de questões literárias; no entanto, os atributos que aponta no campo literário são um reflexo do próprio carácter português, facto para que chama a atenção no final do texto: as características da literatura portuguesa são, nas suas palavras, «a expressão exacta do espirito nacional», a literatura é um «fiel espelho» do mesmo e um «documento valioso de psychologia collectiva» (Figueiredo, 1923: 58). A lista é curta e bem esclarecedora: «o cyclo das descobertas, o predomínio do lyrismo, a frequência do gosto épico, a escassez de theatro, a carência de espirito critico e de espirito philosophico, a separação do publico, um certo mysticismo de pensamento e sentimento» (*idem*; 11). Como podemos constatar, Fidelino de Figueiredo conjuga elementos díspares como sejam a história (Descobrimientos), os modos literários (lírica, narrativa e drama), a comunicação literária (relação autor/leitor) e questões do foro da vida intelectual (pendor místico e pouco filosófico). Porém, nas características referidas predomina o pendor para a centralização no sujeito, próximo do narcisismo que Eduardo Lourenço encontra na tendência dos portugueses para um isolamento autoapologético. Assim, o diferente peso dos modos literários na literatura portuguesa aponta desde logo para um excesso de subjetividade: à grande produção lírica e épica opõe-se a pouca voga do drama. O modo lírico é, por excelência, aquele em que o «eu» assume o protagonismo, os seus anseios, alegrias, tristezas, bem como a sua visão do mundo. O próprio autor extrapola a definição do campo literário para um plano mais alargado, o da caracterização de um modo de ser, o qual se pode estender a todo o povo português: «Mas por lyrismo, nós não queremos só definir o genero poetico, queremos também referir determinado modo de ser pessoal, o subjectivismo, a preferente curiosidade de devassar e expor a propria vida moral, o gosto de patentear toda a alma, de affirmar a propria individualidade num relevo de primeiro plano» (*idem*; 18). A épica, por ser narrativa, não deixa de implicar a centralidade do «eu», havendo neste caso um desdobramento do objeto centralizador, ou seja, a figura do herói e o sujeito poético: «a epopêa era o hyperbolico elogio poetico do heroe e a interpretação pessoal do poeta de determinado facto histórico» (*idem*; 21). Novamente o autor passa do literário para questões do carácter nacional e diagnostica no homem português contemporâneo o espírito excessivo, quase irracional, centralizado numa excecionalidade desmedida:

Ainda hoje, na glorificação prompta e sempre excessiva das pessoas, nos projectos sempre ambiciosos, rasgadamente innovadores, no illogismo e no simplismo com que se attribuem a pequenas causas pessoasas maximas consequencias sociaes, poderemos reconhecer a persistencia do espirito épico, com as suas boas qualidades e os seus defeitos, mesmo os maiores dos seus defeitos, a irreflexão impulsiva e a hyperbole enganosa e fagueira (*idem*; 25).

Numa posição diametralmente oposta à subjetividade da lírica se encontra o teatro, modo em que ganha relevo fundamental a interação entre personagens e os conflitos que daí advêm; na ação teatral o «eu» sai de si próprio, descentra-se, para se relacionar com o outro. Percebe-se, assim, que o português, «um povo tão subjectivo» (*idem*; 27), tenha uma escassa produção dramática. Segundo Fidelino de Figueiredo, de entre as razões apontadas para este facto avulta «o dominante subjectivismo [que] de todo aniquil[a] o dom da impersonalização» (*idem*; 31).

Esta acentuada centralidade no indivíduo encontra-se não só na obra literária mas também nos próprios autores, que se alheiam dos sentimentos dos seus leitores, o que resulta na «separação do público»: «Dir-se-hia que os autores, ainda mesmo os que professam generos e disciplinas que requerem uma desempoeirada objectividade, só para si escrevem, levando a um exaggero morbido o seu extremo subjectivismo» (*idem*; 42).

O modo de ser português, subjetivo e narcísico, resulta num défice de racionalismo, daí o misticismo se sobrepor ao espírito crítico e filosófico. O excesso de imaginação e de delírio íntimo impede o português de, friamente, «meditar nos grandes problemas do mundo e da vida» (*idem*; 33). A emoção vence a razão e o português, místico, «continuamente saltita da razão para o revolto dominio do sentimento» (*idem*; 47). Manifestando uma perspectiva claramente pejorativa, Fidelino de Figueiredo responsabiliza o misticismo pela desordem e confusão de muitos espíritos, o que se reflete, por exemplo, nas tendências panteístas e saudosistas da poesia coeva.

De um modo mais abertamente contestatário e polémico, também António Sérgio ataca o excesso de subjetividade no carácter português (acentuado pela voga das teorias de Bergson), que tem como corolário um anti-intelectualismo obscurantista. No prefácio à segunda edição (1949) do primeiro volume dos seus *Ensaio*s (a primeira edição é de 1920), Sérgio lamenta «os portugueses que abonavam seus devaneios frágeis com a fê no supremo valor conhecente (nos domínios do biológico, do psíquico, do metafísico) de um dom anti-intelectual de alcançar verdades, da natureza do instinto, – apoiando-se, para isso, na «intuição» bergsoniana» (SÉRGIO, 1971-1976, I: 30).

Num artigo crítico sobre a obra *Alguns aspectos da literatura portuguesa*, de Aubrey Bell, António Sérgio, numa opinião consensual com a do autor tratado,

releva a subjetividade como a característica fundamental da literatura portuguesa e, à semelhança do que faz Fidelino de Figueiredo, extrapola esse caráter subjetivo para vários aspetos da vida cultural portuguesa:

Subjectividade quererá dizer, trocada em miúdos: na Poesia, lirismo estreme e frequência da sátira, como correspondente *inaptidão* para a poesia narrativa; na História, *carência* de objectividade, de subtileza, de ponderação; na Mística, o arroubo da alma *confuso e vago*, em contraste, por exemplo, com a fundeza e vigor de espírito dos grandes místicos castelhanos; nos Moralistas, mais a anedota, o ataque, ou a exortação, do que a análise psicológica; *incapacidade* para o verdadeiro Drama, que é sempre um caso de consciência, a luta da alma contra dada norma, que em outras almas se estruturou [...]; *ausência* de filosofia, *inópia* de espírito crítico; finalmente, o *débil* travejamento nas ideias dos nossos autores, o *incerto* da arquitectónica, o *desleixo* da composição. Sendo uma literatura de abstracções, uma literatura sem personagens até o dia em que apareceu Queirós (excluído o caso de um Gil Vicente) não é também uma literatura de afinada Inteligência. Faltam-nos obras verdadeiramente clássicas. A nossa emoção não é pensada, nem «povoada» (*idem*, III: 107-108, sublinhados meus).

As expressões destacadas revelam o modo pejorativo como Sérgio encara o império da subjetividade no pensamento em Portugal, o qual gera uma insuficiência generalizada da atividade intelectual. Portugal parece assim estar longe do progresso, da objetividade científica, da modernidade enfim, dando-se mais a quimeras (como a do Sebastianismo), a fantasias, em detrimento da reflexão crítica. No entanto, o autor recusa quaisquer explicações étnicas ou rácicas para este traço nacional; as causas do atraso português são simplesmente históricas, como refere numa conferência de 1926 intitulada «O reino cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal»: é na ação repressiva da Inquisição que se encontra a raiz do mal português, uma vez que esta é a responsável pela transformação do Portugal quinhentista de espírito moderno, experimental e científico – o «Reino da Inteligência» – num país fanático, acrítico e ignorante – o «Reino da Estupidez» (*idem*, II: 27).

Este atraso atávico da sociedade portuguesa convoca em Sérgio um desejo cívico de contribuir para a necessária reforma de mentalidades, com destaque para as questões económico-sociais e educativas. Inaugura, assim, uma quarta batalha cultural – a primeira fora a de Verney, a segunda de Herculano e a terceira de Antero – em prol de uma vida cultural esclarecida, crítica, moderna, ao ritmo do pensamento europeu⁵².

52 Cf. SÉRGIO, 1971-1976, II: 44-53. Este desejo de acompanhar o desenvolvimento na Europa valeu-lhe críticas de Teixeira de Pascoaes, para quem o seguidismo do modelo europeu constitui pura imitação de um sistema de pensamento alheio ao ser português que, portanto, o desvirtua (cf. Pascoaes, 1988: 125-126 e 139-140).

O objetivo pedagógico de António Sérgio passa por perspetivar algumas teses sobre a história de Portugal, como é o caso das razões da conquista de Ceuta e da origem da nacionalidade – temas que, aliás, segundo o autor, estão estreitamente relacionados –, trazendo cientificidade ao discurso histórico, ainda tão dominado por visões subjetivas e quiméricas: a história teria de passar «do dramatismo das belas narrações fantasiosas, das vivas descrições coloridas, das teses renanianas do romantismo ráxico, da fé simples e íncrítica nas velhas afirmações dos cronistas, – para a interpretação inteligível do nosso evoluir social» (*idem*, II: 244). Sérgio rejeita o conceito de nação étnica, o qual atribui erradamente a Renan. Ora, como explicitarei no primeiro capítulo, a teoria renaniana preconiza precisamente o contrário do conceito étnico, fundamentando a nação na vontade coletiva do povo; esta é a nação cívica, defendida também pelo próprio Sérgio ao considerar que Portugal se forma não com a delimitação de fronteiras físicas, territoriais, mas de fronteiras mentais, com origem no desejo de autonomia do povo:

A verdadeira «fronteira natural» do País foi aí a *ideia* de resistir à invasão, esteve «no pensamento como ideia», – na inteligência e na vontade dos cabecilhas políticos, na inteligência e na vontade dos estrategas, – sendo portanto um factor essencialmente psíquico, uma fronteira mental. [...] O espírito, a ideia, a vontade do homem, são energias grandíssimas da natureza, que conseguem suprimir ou levar de vencida os obstáculos geográficos ou materiais (SÉRGIO, 1976: 31-32)⁵³.

Estamos próximos da tese psicológica de Damião Peres, que atribui à fraternidade entre os homens a origem da nação; no entanto, Sérgio, numa conceção mais elitista, restringe o grupo de onde advém a vontade de independência à classe dominante, esbatendo-se assim a ideia de comunhão fraterna:

Quem traça as extremas de cada Estado não é a geografia nem a raça (nem tão-pouco a «consciência nacional», se a entendermos como consciência da nação inteira): é a impotência da classe que nele impera para estender mais longe o seu próprio mando, à custa da classe dominadora dos territórios vizinhos dos que tomou para si. Em toda a Europa da Idade Média, os

53 No terceiro volume dos *Ensaíes*, num artigo de 1927, Sérgio define também a independência em termos próprios da nação cívica, demonstrando de novo clara concordância com as teses de Ernest Renan: «o nosso povo tem todo o direito de manter-se livre – sem necessidade de distinções geográficas – desde que *queira* realmente sê-lo. O essencial fundamento da independência é que haja nas almas dos Portugueses um apego tenaz à autonomia. O remédio para a absorção não é o de mostrar entre as duas pátrias quaisquer fronteiras naturais: é o de manter nas almas dos cidadãos o amor candente da liberdade. Esse amor (e não as montanhas, nem os rios, nem diferenças de clima, nem de vegetação) nos pôde defender da ambição de Castela» (SÉRGIO, 1971-1976, III: 175).

novos Estados que se então formaram nos parecem produtos da vontade dos chefes e da classe guerreira que os acompanhava, sem base racial, ou nacional, ou tribal (*idem*; 35)⁵⁴.

Ao atribuir a gênese da nação à ambição de um grupo específico que detém o poder, a teoria sergiana revela afinidade com a tese política de Herculano – o desejo de revolução e conquista dos barões portugalenses originou a independência de Portugal – e com a «teoria do acaso» de Oliveira Martins – a ambição territorial e política dos barões guiados pela «ponta da espada» foi a causa da separação de Portugal dos restantes reinos ibéricos. António Sérgio reconhece que o patriotismo moderno, ao basear-se na liberdade e na justiça, cria entre os cidadãos de uma nação laços de fraternidade que se sobrepõem a questões de poder, de raça e de sangue:

Como o moderno, pelejava o patriota da Antiguidade por certos interesses fundamentais: dominava-o, porém, um patriotismo nacionalista, passionai e instintivo, o deus da grei, a voz da «raça»; para o cidadão moderno a voz suprema é a da liberdade e da justiça, e a defesa da sua pátria tende a confundir-se com a da pessoa moral, com a da independência do seu espírito. [...] a Ideia contra a soberania (real ou popular) exercida como um direito; a razão e a consciência contra o sangue; o pacto cívico contra a «raça»; a nação, enfim, como órgão de um ideal humano, – o de uma estrutura social *fraterna*, baseada na ideia do *auxílio mútuo*: eis a verdadeira concepção moderna (SÉRGIO, 1971-1976, I: 223, sublinhados meus).

Ao rejeitar liminarmente a base étnica da nação portuguesa, António Sérgio embrenha-se necessariamente na questão polémica da ascendência lusitana dos portugueses. Procurando ignorar o peso que os lusitanos e o seu indomável chefe Viriato possam ter no imaginário nacional, o autor perspectiva-os de um modo simplesmente histórico, como um dos povos que passaram na Península, nada ficando do seu rasto. Na senda do combate iniciado por Alexandre Herculano, o mito lusitano é visto meramente como um bálsamo reconfortador da identidade nacional que, por se basear numa distorção da história, é nocivo para a consciência que os portugueses têm de si próprios⁵⁵. O argumento dado é, contudo, distinto do de Herculano; Sérgio enfatiza o

54 Esta origem «classista» da nação é talvez o ponto de discordância entre a tese de Sérgio sobre a origem das nações e a de Renan, já que para este último a nação é fruto da vontade coletiva de todos os cidadãos e não de uma só classe social.

55 Repare-se no tom irónico com que Sérgio aborda o tema: «Dos guerreiros do Pastor do Hermínio, por consequência, nenhum ficou na região da Espanha que veio a ser o território de Portugal; mas lá por isso, todavia, não deixe o leitor de se dizer com ênfase um descendente do Viriato. Sobretudo se for um burguês pacato, miudamente zeloso dos seus interesses, e por isso necessitado de fantasia heróica» (SÉRGIO, 1971-1976, VIII: 44).

plano económico, na medida em que terá sido a passagem da pastorícia à agricultura a origem do desaparecimento dos lusitanos, por assimilação pela cultura romana: «porém, uma vez estabelecidos numa sociedade agrícola, e assimilados por ela, deixaram de parecer-se com os pastores dos Hermínios, ao que nós supomos. E assim nunca mais, se não estamos em erro, houve um povo análogo ao do Viriato no futuro território de Portugal» (*idem*, VIII: 67).

A visão economicista que lhe permite apagar os lusitanos da história portuguesa é também a base da sua teoria sobre a origem de Portugal. Rejeitados mais uma vez quaisquer argumentos étnicos ou de fronteiras naturais de Portugal na Península Ibérica, Sérgio defende que Portugal deve a sua independência ao facto de ter sido um porto de passagem no comércio entre o Mediterrâneo e o norte da Europa, o que terá permitido o desenvolvimento de uma burguesia cosmopolita nacional. O processo da formação da nacionalidade depende, assim, da posição geográfica de Portugal no extremo ocidental da Europa:

a condição geográfica na criação e expansão da nação portuguesa como corpo político independente foi o significado topográfico dos nossos portos para a actividade marítima-comercial europeia unido ao valor das costas e das condições do clima para a obtenção de riqueza tirada ao mar (pescarias, sal). Não seremos uma cunha europeia e burguesa introduzida na massa das populações ibéricas? Pois não foi pela assistência dos homens do Norte navegando para as águas do Mediterrâneo que os primeiros chefes do nosso povo conquistaram ao Moiro o território pátrio dispensando o auxílio dos demais hispânicos? Quem lhes dá independência em relação a estes, na conquista do solo contra o Sarraceno, são as gentes do Norte que por mar cá chegam, graças à situação dos nossos portos; e o que a vista do mapa nos sugere de pronto não será o traçado da fronteira terrestre a uma distância constante do litoral, linha de partida da mais forte acção? Não deveremos ver, por consequência, um efectivo instrumento de autonomia política no sermos a «praia ocidental» da Europa [...]? (SÉRGIO, 1976: 32-33).

Deste modo, o nascimento da nação portuguesa resume-se a uma causa externa e histórica: o desenvolvimento do tráfico comercial europeu a partir do século X, que fomenta uma atividade económica e social no litoral capaz de resistir – ajudada também pelos cruzados – à força centrípeta de Castela.

As raízes da identidade nacional têm, portanto, de ser procuradas na história e não numa qualquer essência intrinsecamente portuguesa. Às perspetivas nacionalistas, Sérgio contrapõe sempre um universalismo, uma visão globalizante à luz da qual interpreta a história e a sociedade. É por isso que não reconhece a existência de um carácter nacional português, pois para ele é mais importante a especificidade de cada indivíduo, considerado no todo que é a humanidade: «Duvido da realidade

de uma maneira de ser portuguesa, unitária e indiscutível; há sim portugueses, diferentes entre si, sendo que a mente de cada cidadão português me não parece ser uma *coisa* rígida [...], mas sim uma *actividade* em evolução contínua, que se modifica com a sua experiência, com o novo saber que ganhou» (SÉRGIO, 1971-1976, VII: 112). O seu ideal é a ascensão de cada indivíduo à cultura naquilo que ela tem de universal, de cosmopolita, de desnacionalizante, de saber global: «julgo conveniente inculcar aos jovens aquele movimento indefinido de superação de nós próprios que constitui a cultura no seu sentido espiritual, apoiando-nos na possibilidade (que há em todo o homem sadio) de subir ao nível do espírito, do dessubjectivado, do racional, do absoluto» (*ibidem*). Este universalismo leva-o a relativizar – e a rejeitar – heranças caracteriológicas entre povos, nomeadamente entre o português e o lusitano: «mas de que dois povos da superfície do globo – por muito distantes no tempo e no espaço, ou no génio e na origem, – não será possível afirmar que coincidam *numa certa* inclinação ou tendência expansiva, *numa certa* originalidade cultural e social, ou ainda na simples verosimilhança de *uma certa* afinidade de composição somática?» (SÉRGIO, 1971-1976, VIII: 69). Num dos textos da polémica com Pascoaes – «Regeneração e tradição, moral e economia»⁵⁶ – Sérgio chega até a universalizar festas locais como a de S. João, reforçando a negação de qualquer marca de originalidade estritamente nacional na cultura portuguesa: «Todas as originalidades que o meu amigo atribui ao povo português são comuns a todos os povos europeus, ou a todos os povos, ou a toda a animalidade: a *ideia-sentimento*, a festa de S. João, que não é *para o nosso povo* o asceta comedor de raízes, etc., etc.»⁵⁷.

De igual modo é encarado o Sebastianismo, que é visto não como fenómeno específico da identidade portuguesa, mas inserido num evoluir histórico que, em situações de crise, se manifesta de modo semelhante em todas as nações:

O encobertismo nada prova, senão que o povo português, ou uma parte dele, nas crises de abatimento faz o mesmo do que os outros povos, – o que fizeram os Galeses com o rei Artur, os Alemães medievais com o seu Frederico, os Dinamarqueses com Holger Danske, os Sérvios com Marco Cralievic, os índios com Quetzalcoatl, os próprios Franceses do século XIX com o conde de Chambord, «l'enfant du miracle», e os Russos de há pouco com Alexandre I (SÉRGIO, 1983: 105).

À concepção de Oliveira Martins segundo a qual o Sebastianismo é uma manifestação do celticismo no carácter português, contrapõe Sérgio uma explicação baseada em circunstâncias meramente históricas:

56 Texto publicado em *A Águia* em 1914 e inserido em Pascoaes, 1988: 111-120.

57 In Pascoaes, 1988: 114 (cf. nota anterior).

o messianismo português (de que o sebastianismo é uma fase) originou-se, não de uma psicologia de raça (segundo se afirma unânimemente [sic] desde Teófilo e Oliveira Martins) mas sim de *condições sociais* semelhantes às dos Judeus, reforçadas pelas *ideias* do messianismo dos Judeus e pela mentalidade de eclesiásticos barrocos educados na leitura dos profetas da Bíblia e na interpretação profética e tipológica dos trechos principais da mesma Bíblia; essas condições vêm a resumir-se, para vos falar como os teólogos, numa consciência de «queda», acompanhada da falta de verdadeira independência (SÉRGIO, 1971-1976, I: 249).

A tendência messiânica da alma portuguesa é assim fruto do acidente histórico – profetismo bíblico, influência dos cristãos-novos, desaparecimento do rei em Alcácer Quibir, perda da independência – e não um traço étnico imanente, e é encarada de um modo muito negativo por António Sérgio. Este não poupa D. Sebastião aos mais variados epítetos que mostram o seu desprezo pela figura – «rapazola tresloucado», «impulsivo degenerado» (SÉRGIO, 1983: 103 e 104), «romântico pedaço de asno» (SÉRGIO, 1971-1976, I: 241) –, bem como pelos seus seguidores, uns «patetas inofensivos» (SÉRGIO, 1983: 106). O último monarca da dinastia de Avis é para Sérgio um exemplo da ausência de um plano de desenvolvimento nacional, da falta de espírito racional e científico no comando dos destinos da nação, enfim, do domínio da emoção sobre a razão. O caráter de D. Sebastião torna-se representativo de toda a nação: «a estupidez, o desvairamento, a tontaria, a explosividade mórbida, a ferocidade inútil, a pataraticce constante» (*idem*; 104) não são mais do que avatares do excesso de subjetivismo do português, da sua falta de frieza e de racionalidade. Na polémica com Pascoaes, avulta sobremaneira a rejeição de traços especificamente portugueses: Sérgio afirma que a saudade não é, como reclama Pascoaes, um sentimento exclusivamente nacional, assim como o próprio vocábulo não é intraduzível⁵⁸.

Apesar de rejeitar uma maneira específica de ser português, encontramos na obra de Sérgio várias reflexões sobre o perfil do português, geralmente deduzidas do confronto com outras nações, como a Espanha e a Inglaterra. Do contraste com os nossos vizinhos ibéricos ressalta uma maior abertura do espírito português, uma maior viragem para a participação na vida da comunidade: «Avento que é mais plástico o nosso espírito, mais aberto, mais conciliador e assimilador, que é mais político e mais cívico, mais humanista e liberal do que o espírito dos Castelhanos» (SÉRGIO, 1971-1976, III: 176-177)⁵⁹. Por outro lado, o paralelismo com o mundo anglo-saxónico deixa-nos em défice de produtividade e de espírito

58 «Epístola aos saudosistas» in Pascoaes, 1988: 101-103.

59 Cf. também SÉRGIO, 1983: 35 e 1971-1976, VI: 165-167.

de iniciativa, pois ao invés da mentalidade «particularista» anglo-saxónica, empenhada na competição e alicerçada na iniciativa própria, o português tende a depender do Estado-Providência e a abandonar as atividades produtivas:

contamos sobretudo com o auxílio da comunidade; pedimos-lhe mais em recompensas do que lhe damos em obra nossa; antepomos as funções liberais às da indústria e da agricultura; amamos mais as lutas políticas que as competências da produção; e precisamos, por isso, que uma elite governativa nos abra campos de actividade novos (a despeito da mediocridade das condições do terreno, da do nosso clima) e que nos empregue de forma tal que nessa própria actividade vamos ganhando o modo de ser, os hábitos, os princípios, os ideais, - da gente a que se chama «particularistas» (*idem*, II: 66).

Propõe-se uma mudança radical do carácter nacional, que permita combater o atraso do país, a «mórbida emigração», o «excesso de funcionalismo», o «banditismo na política», os motins e as insurreições que prejudicam a produtividade (*idem*, II: 65). A solução é económica e intelectual: elevar a produtividade e elevar os espíritos, para o que é determinante uma reforma do ensino⁶⁰.

Ocupando-se do tema da génese de Portugal na obra *Como nasceu Portugal* (cuja primeira edição é de 1938), Damião Peres rejeita sucessivamente os fatores apontados por várias teorias como responsáveis pela individualização do nosso país na Península Ibérica: argumentos como o território, a raça, a tradição administrativa romana, a língua e a tradição cultural são invalidados pelo autor, que recorre a diversos estudiosos para alicerçar a sua teoria.

Damião Peres aproxima-se do conceito de nação cívica, na medida em que preconiza ser a nação o fruto da vontade coletiva de um povo de se constituir enquanto tal; a este voluntarismo acrescenta o aspeto emotivo: a nação «é uma realidade de feição psicológica» que tem como base a «unidade afectiva» (PERES, 1992: 38). Segundo esta tese psicológica é a solidariedade que se cria entre os cidadãos que transforma o Estado em nação⁶¹:

A Nação – unidade afectiva – resulta de uma acção humana. Se um veemente impulso de natureza política chega a criar um Estado, e este sobrevive ao esforço criador, a fraternidade, gerada em horas de perigo

60 Sérgio propõe a criação de uma «Junta de Propulsão dos Estudos», que nunca chegou a ser criada.

61 Esta conceção de nação assente na voluntariedade dos cidadãos encontramos-na já no século XIX em Ramalho Ortigão, no sexto volume de *As farpas*: «A pátria não é o sítio em que nos coloca o acaso do nascimento, à mão direita ou à mão esquerda de um guarda da alfândega, mas sim o conjunto humano a que nos liga solidariamente a convicção de um pensamento e de um destino comum» (ORTIGÃO, 1942-1945, VI: 81-82).

ou de anseio, difunde-se; pouco a pouco, vai surgindo a distinção entre os *nossos* e os *alheios* – é o espírito nacional que desponta. E a geração inicial lega às seguintes algo que para elas não é já apenas uma conquista política, mas sim objecto de veneração; é a terra *dos pais*, a terra *pátria* – ou, melhor e mais simplesmente, a Pátria. O *Estado* vivificado pelo patriotismo, volve-se *Nação* (*idem*; 38-39).

Jorge Dias partilha com Damião Peres a ideia de que a nação é consequência de uma coesão espontânea entre os seus membros, conceito, aliás, que vem na linha de pensadores oitocentistas como Herculano⁶² e Oliveira Martins e que Jorge Dias define nos seguintes termos numa conferência proferida em 1953, intitulada «Paralelismo de processo na formação das nações»: «A nação nasce, em geral, de um acto político; é o produto da vontade de um homem, ou de um grupo de homens, que soube, ou souberam, polarizar certas forças dispersas, dando-lhes a coesão necessária para que uma nação possa surgir e subsistir. Contudo, estes homens são, não raro, os intérpretes de uma aspiração colectiva ou o instrumento de uma necessidade histórica» (DIAS, [1990]: 126).

No entanto, este conceito de nação cívica não o impede de considerar também como fundamentais as «circunstâncias sócio-económicas e naturais» (*idem*; 127). O autor estabelece, assim, três elementos básicos da formação de uma cultura nacional – a terra, o homem e a tradição: «ao estudarmos qualquer povo, temos sempre de analisar as condições naturais em que a sua cultura se move, as suas origens étnicas e as tradições do passado distante de que é portador» (*idem*; 125). Na sua obra por diversas vezes estes fatores são abordados, nomeadamente quando traça as grandes áreas culturais portuguesas – o Portugal atlântico, o transmontano e o mediterrânico⁶³ – ou quando caracteriza os vários povos que habitaram o território português antes do nascimento da nacionalidade (DIAS, [1990]: 127-129 e 142-144). Em 1950, consciente do pioneirismo da sua iniciativa⁶⁴, Jorge Dias aborda a questão da identidade nacional, procurando «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa». Embora se verifiquem muitas dissemelhanças entre as várias culturas regionais, Portugal apresenta uma forte homogeneidade nacional que resulta da «grande força atractiva do Atlântico»

62 A teoria de Alexandre Herculano sobre a formação da nacionalidade é discutida adiante, no sexto capítulo.

63 No artigo «Tentamen de fixação das grandes áreas culturais portuguesas» in DIAS, [1990]: 159-181.

64 Segundo testemunha o autor, à época os estudos etnológicos e antropológicos ainda não se tinham detido sobre o tema: «O mérito desta tentativa não será mais do que quebrar o encanto de penetrar num mundo que a todos atrai, mas onde ninguém ousa afoitamente entrar, pelos perigos que encerra» (*idem*; 137).

(*idem*; 139). O atlantismo permitiu, portanto, que Portugal fugisse à força centrípete de Castela e se mantivesse como nação independente ao longo de oito séculos. O mar reveste-se de uma importância fundamental no ser português, nomeadamente nos Descobrimentos, em que se desenvolveu o carácter expansivo da cultura portuguesa. É nesta época que o autor identifica os «quatro pilares do génio criador português» – *Os Lusíadas*, o Mosteiro dos Jerónimos, o políptico de Nuno Gonçalves e os *Tentos* de Manuel Coelho (*idem*; 142) –, o que revela uma visão esteticizante da identidade nacional. O carácter expansivo manifesta-se não só no tema da viagem e do encontro com o Outro da épica camonianiana, mas também no próprio estilo manuelino, originalmente português, que patenteia a personalidade complexa e até paradoxal do português: à decoração naturalista, com motivos marítimos e vegetação exótica, evocando o contacto com mundos longínquos e estranhos, contrapõe-se, a nível arquitetónico, a solidez das proporções e do arco redondo (do estilo românico) que determinam uma forte ligação à terra (*idem*; 152).

O carácter português é, assim, considerado por Jorge Dias como essencialmente antinómico, opinião partilhada por autores como Pascoaes, António Sérgio⁶⁵, Cunha Leão, Eduardo Lourenço e António José Saraiva. Jorge Dias, embora na generalidade assuma uma perspetiva historicista, reconhece que a identidade nacional é um compósito resultante da fusão de várias etnias que se cruzaram naquele que viria a ser o território português: «A personalidade psico-social do povo português é complexa e envolve antinomias profundas, que se podem talvez explicar pelas diferentes tendências das populações que formaram o País» (*idem*; 142). Parece estabelecer-se uma relação direta entre etnia e ser nacional, o que nos levaria a aproximar o autor de uma posição essencialista. No entanto, o conceito de raça é definido por Jorge Dias como consequência de uma interação histórica que fomenta determinados atributos: «O homem é o elemento étnico, a chamada *raça*, com aptidões e características especiais desenvolvidas em milénios da pré-história e possivelmente fixadas em épocas já adiantadas da sua evolução biológica»⁶⁶. Prevalece, sobre as características inatas, o modo como estas se desenvolveram ao longo do tempo, ou seja, podemos considerar que o «modo de agir» acaba por interferir e talvez até modificar o «modo de ser». É certo que o

65 Para António Sérgio, a contradição inerente ao ser português tem origem na conjugação entre a abertura do comércio marítimo e o fechamento opressivo do fanatismo religioso: «A coincidência ilógica de uma grande preponderância da actividade comercial-marítima e do acanhado absolutismo de uma monarquia fanática, perseguidora de hereges e judeus (e que não se despirá do seu fanatismo ao ir comerciar com os infiéis) estreitamente ligada à de Castela e sofrendo muito a influência desta, dá desde agora a Portugal uma *fisionomia contraditória*, que é um dos males de cujos efeitos lhe tem sido mais difícil desvencilhar-se» (SÉRGIO, 1983: 35, sublinhado meu).

66 Do artigo «Paralelismo de processo na formação das nações» in DIAS, [1990]: 124.

autor nunca menospreza o aspeto étnico⁶⁷, daí que procure caracterizar os povos que antecederam a nacionalidade: celtas, lusitanos, romanos, suevos, visigodos, árabes.

Recorrendo à história e também às características culturais da sua época, Jorge Dias define a «*personalidade base*» do português (*idem*; 145), a qual se revela paradoxal e algo contraditória em certos aspectos: o português é «sonhador» e, ao mesmo tempo, «homem de acção» («sonhador activo») lhe chama o autor); despreza o «interesse mesquinho» e o «utilitarismo puro», mas tem o «gosto paradoxal pela ostentação de riqueza e pelo luxo»; é «humano, sensível, amoroso e bondoso», mas «violento e cruel» se ferido no seu orgulho; é «individualista», mas também solidário; não tem humor, mas é trocista e irónico (*idem*; 145-146). Esta «mentalidade complexa» (*idem*; 146) tem o seu corolário na saudade, «um estado de alma *sui generis*» que resulta da combinação de três elementos étnicos distintos: o céltico, o germânico⁶⁸ e o oriental (*ibidem*). Ao primeiro – o «lírico sonhador» – foi a saudade buscar o lado amoroso e religioso em relação estreita com a natureza; o segundo – o «fáustico» – é o lado ativo da saudade, de busca permanente, ansiosa e obstinada; o terceiro – o «fatalístico» – é o passivo, o lamento mórbido de glórias passadas, que está na origem do Fado (*ibidem*).

O carácter nacional assume para este autor uma complexidade que resulta das suas contradições, o que, aliás, é recorrente em vários autores que refletem sobre o tema: «É um povo paradoxal e difícil de governar» (*idem*; 157).

Grande parte da obra de António José Saraiva trata questões direta ou indiretamente ligadas à identidade nacional, seja ao caracterizar a literatura portuguesa, ao descrever a formação de Portugal (território, povoamento, língua) ou ao definir as épocas da cultura portuguesa. Para o âmbito deste trabalho interessa-me sobretudo o ensaio «Algumas feições persistentes da personalidade cultural portuguesa», em que, apesar de manifestar a noção de que este é um campo em que ainda reina frequentemente o impressionismo, António José Saraiva se aventura

67 Embora reconheça o carácter incipiente dos estudos etnológicos nos meados do século XX, Jorge Dias sabe-os importantes para a caracterização de um povo: «Um povo é sempre o produto do caldeamento lento de muitos elementos díspares e em obediência a certas leis etnológicas ainda mal formuladas, porque não estão bem conhecidas» (*idem*; 130).

68 José Pereira Bastos considera que esta procura de uma ascendência germânica é uma estratégia de superação de uma imagem – racista – inferiorizada dos portugueses, pela sua associação com os africanos: «Esta aproximação etnogénica e temperamental aos povos nórdicos deve ser vista, no seu contexto científico e histórico, como uma tentativa de negar a hipótese antropológica «racista», de proveniência francesa, germânica e norte-americana, que via os portugueses como descendentes de norte-africanos mestiçados com norte-africanos subsarianos, recusando-lhes um lugar entre os ‘brancos’» (BASTOS, 2000: 9).

a traçar o caráter nacional nos seus atributos fundamentais⁶⁹. Os «perigos do subjectivismo» são evitados através da definição das fontes usadas para este estudo:

os factos averiguados da nossa história que nos permitam traçar uma figura que ao longo deles se manifeste com certa persistência; a língua, em que se manifesta sempre um espírito próprio sob variadas formas, nem sempre apreensíveis; certas instituições e tendências sociais também averiguadas; as observações de estrangeiros a nosso respeito, e as de Portugueses relativamente a países estrangeiros onde estiveram; documentos de contrastes de costumes e mentalidades; a literatura e as artes, onde se exprimem sonhos e tendências subjectivas, que nem sempre chegam a ter expressão material e social (SARAIVA, 1981: 82).

As conclusões a que chega António José Saraiva são facilitadas pelo facto de, como o próprio afirma e de acordo com Jorge Dias, Portugal ser culturalmente um «país monolítico» (*idem*; 84), cuja coesão espontânea conduz a uma homogeneidade que se sobrepõe às diferenças regionais. As «feições persistentes» encontradas podem ser sintetizadas em duas grandes linhas gerais que constituem fortes traços identitários nacionais: uma componente fortemente emotiva, à qual se contrapõe (e é dela consequência) uma apagada vida intelectual. O predomínio da emoção concretiza-se em aspetos como o isolamento, a autoimagem irrealista que os portugueses têm de si mesmos, o messianismo concretizado no Sebastianismo – «filosofia de exilados e de infelizes» (*idem*; 87) –, a saudade, a obsessão pelo tema do amor, o culto da dor, o humor (da chacota à autoironia pungente), a brandura dos costumes (à qual, aliás, se opõe uma obstinação guerreira na defesa da terra natal). O sentimento de isolamento, que resulta num «complexo de ilhéu» dividido entre o sair ativo e o ficar passivo, é fruto da nossa relação conflituosa com Castela, que se torna um «deserto isolador» (*idem*; 86), uma barreira no contacto com o mundo. O português oscila, assim, entre um complexo de inferioridade e de superioridade, automarginalizando-se e procurando refúgio numa imagem deformada de si próprio. Aliás, a facilidade de miscigenação, outra faceta do caráter nacional, é fruto da perspetiva inferiorizante sob a qual é visto o Outro colonizado.

A este «novo afectivo» (*idem*; 89) com inúmeras pontas, que só por si já torna complexo o caráter nacional, opõe-se de modo dialético o défice de racionalidade, que se manifesta, por exemplo, no desinteresse pela filosofia em

69 António José Saraiva partilha com Jorge Dias o sentimento de estar a lidar com temas cuja base científica não é ainda garantida: «Reconhecemos que ao tentar caracterizar individualmente uma nação entramos num género de problemas para o qual não há método científico estabelecido, e que por isso é aqui grande o risco do impressionismo arbitrário, dos estereótipos e das generalizações sem fundamento» (SARAIVA, 1981: 81).

favor da história, no aldeanismo (em que o caráter popular da arte se sobre põe às formas mais cultas), no pouco misticismo religioso (por contraste com o caso espanhol). O português revela maior propensão para o lado mais prático da vida, mais ligado à terra, pelo que a religiosidade é difusa, e o contacto com o Deus abstrato é substituído pelo culto da Virgem, a medianeira que é «a pessoa divina que está em efectividade de funções» (*idem*; 92).

O ser português vive em clivagem constante a sua identidade, a qual não deixa, por isso, de ser fortemente marcada:

Não lhes falta [aos portugueses] *criação*, mas falta-lhes a *doutrina*. Sentem obscuramente e realizam na afectividade os valores, mas não os sabem intelectualmente. A inteligência é cortante e separadora; só ela sabe onde começa e acaba a subjectividade, o meu e o teu. A emotividade, pelo contrário, é amalgamante. Assim, o Português *sente* a sua identidade [...], mas não discrimina os seus limites ou fronteiras (*idem*; 112).

É por isso que Portugal é considerado mais *mátria* do que pátria dos portugueses: «A mátria é a terra de origem, dá o leite e a criação materna: é a cultura ao nível da afectividade. A pátria ensina os padrões ao nível das relações com o exterior, que é também o nível propriamente intelectual» (*ibidem*). António José Saraiva encara metaforicamente a questão da identidade nacional: o povo português «teve mãe, mas é órfão de pai» (*ibidem*); ou seria a Espanha o pai intelectual rejeitado e a mãe a região galaico-portuguesa, «ninho dos valores afectivos» (*ibidem*). Qualquer destas duas teorias apela à explicação psicanalítica; de novo observamos Portugal como um ser doente e só uma cura permitiria ultrapassar uma infantilidade esterilizadora que tem no Sebastianismo uma prova irrefutável: «O sebastianismo é um sentimento de orfandade combinado com a expectativa do regresso do pai. Há algo de inacabado e até de amputado na nossa cultura, uma espécie de infância para além do termo» (*idem*; 112-113).

A identidade nacional constitui-se enquanto busca de autoconsciencialização, de resolução de falhas estruturais, daí o caráter português revelar uma clivagem, uma bipolaridade que conjuga sentimentos contraditórios:

o enraizamento e a aventura; o imediato e o longínquo concreto, o amor à terra que se tem e a busca da que não se tem, a aldeia e o mundo. No processo da história, esta bipolaridade manifesta-se na defesa obstinada da terra em contraste com a constante expansão, quer por emigração, quer por ocupação e conquista (*idem*; 110).

Podemos dizer que esta é uma identidade em constante estado de ansiedade, num equilíbrio sempre periclitante entre a afirmação de uma herança histórica

e a incerteza de um presente (e futuro) com algo por realizar: a um excesso de passado corresponde um déficit de presente e de futuro.

Da análise dos autores contemplados neste capítulo avulta de modo persistente o pendor emotivo e uma forte componente narcísica do caráter nacional, que se revela quer em manifestações autoapologéticas, quer numa autocomiseração, resultando essencialmente contraditória a compleição nacional.

CAPÍTULO III

A IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA.

ESBOÇO DE UMA DEFINIÇÃO

O contacto com diversas visões que os autores referidos no capítulo anterior desenvolveram levou-me a tentar fazer o ponto da situação e, aproveitando tão prolífero manancial teórico, a ousar delinear os contornos da identidade nacional portuguesa. A partir do que disse no primeiro capítulo sobre o tema, considero que a identidade portuguesa passa pela conjugação de vários fatores que a tornam um fenómeno compósito. À questão «O que torna os portugueses diferentes dos outros povos?» segue-se evidentemente uma resposta não unívoca, mas com múltiplas vertentes a considerar: políticas (Estado, território, Constituição) e socioculturais (língua, religião, etnia, história, mitos e arte).

3.1. Fatores políticos: estado, território e constituição

Portugal define-se como um Estado-nação, ou seja, uma nação gerida por um Estado que institui uma Constituição nacional em que se estabelecem os direitos e deveres legais dos cidadãos. Este Estado tem autonomia política em relação às outras nações, estabelecendo-se segundo o princípio da autodeterminação e confinado a um território delimitado por fronteiras políticas que ignoram as continuidades geográficas entre os dois países ibéricos, como é o caso das planícies do sul ou do sistema montanhoso nortenho.

O aspeto territorial é particularmente importante para a identidade portuguesa, uma vez que, segundo alguns estudiosos, o espaço geográfico português apresenta

uma individualidade que se torna o propulsor do nascimento da nação. Na primeira metade do século XX este foi um assunto polémico que desencadeou argumentos apaixonados e, por vezes, não consentâneos com a evidência da geografia nacional – é o caso de Silva Teles, que afirma na sua *Introdução geográfica*, de 1908:

*Portugal constitui, na Península, uma individualidade geomorfológica. A sua forma rectangular; a distribuição dos seus degraus continentais, os caracteres das suas redes hidrográficas, os aspectos climáticos do norte ao sul do Tejo, imprimem ao nosso país uma feição especial que o torna diferente do resto da Península. Exceptuando a Galiza, que é um prolongamento geográfico do Norte de Portugal e com este tem maior semelhança do que as outras províncias espanholas, o continente português, embora geologicamente deva ser considerado como uma parte da Península Ibérica, é, no ponto de vista dos seus caracteres geomorfológicos, bem diverso do reino vizinho. Foi, justamente, esta autonomia geográfica que mais influiu na sua formação política...*⁷⁰.

António Sardinha quase dá vontade anímica ao relevo, apresentando-o como sujeito ativo no processo da formação nacional: «a acidentada linha da cordilheira hercínica traçou do fundo das noites geológicas os futuros limites geográficos de Portugal» (Sardinha, 1974: 71).

A estes argumentos algo fantasistas, que forcem uma visão nacionalista do espaço português, respondem Amorim Girão⁷¹ e Ferraz de Carvalho; confirmamos o rigor geográfico da descrição deste último no capítulo dedicado a Portugal na obra *Geografia universal*:

*as diferenças entre a Andaluzia e a província portuguesa do Algarve são diminutas, e a maior parte do território português pertence à Meseta Ibérica, que Portugal partilha com a Espanha [...] não foi por alinhamentos montanhosos que se fixaram as fronteiras entre Portugal e Espanha, nem são troços de rios importantes que separam as duas nações irmãs; pelo contrário as principais cordilheiras espanholas, e os maiores rios portugueses, descendo de Espanha, só numa diminuta parte do seu curso servem de limites*⁷².

Afigura-se, portanto, não haver caracteres geográficos distintivos que permitam neles alicerçar o fundamento da nacionalidade. A fronteira entre Portugal e Espanha quase nunca é natural, antes surge algo arbitrariamente, tendo sido

70 *Apud* Peres, 1992: 19-20.

71 Na obra *Geografia física de Portugal*, de 1915.

72 *Apud* Peres, 1992: 21-22.

delimitada ao longo de séculos de conflitos e conquistas entre os reinos ibéricos⁷³. Porém, um aspeto geográfico é primordial para a identidade do país: os «848 quilómetros de fronteira marítima»⁷⁴, os quais tornam inevitável que o seu destino e a sua história passem por eles, estabelecendo-se com o mar uma forte relação identitária, que permitiu resistir à voracidade dominadora de Castela⁷⁵. O mar, ao mesmo tempo que nos isola, é também fonte de riqueza e de abertura para o mundo e constituiu um elemento aglutinador da nação portuguesa, pelo que a sua importância ultrapassa o fator geográfico: «O mar não é pois um elemento material e natural, é o espaço simbólico que para os portugueses significa a superação da sua condição telúrica e agrária e, a um nível mais profundo, a sublimação da própria condição humana» (QUADROS, 1987-1988, I: 41). Segundo Jorge Dias, é «a grande força atractiva do Atlântico» (DIAS, [1990]: 139) uma das garantias da unidade nacional, apesar de se poder considerar a divisão do país em três grandes áreas – o norte atlântico, o norte transmontano e o sul – conforme defende Orlando Ribeiro na sua obra lapidar *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1998: 144-164). Este ilustre geógrafo apresenta claramente os critérios para a divisão proposta, aliando aspetos físicos ao fator humano: «Uma região geográfica caracteriza-se por uma certa identidade de aspectos comuns a toda ela. Não apenas as condições gerais de clima e posição, mas ainda as particularidades da natureza e do relevo do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, nos darão o sentimento de não sairmos da mesma terra» (*idem*; 140).

A variedade regional não é – ao contrário do que se poderia pensar – uma ameaça à unidade nacional: a «heterogeneidade de culturas» regionais (DIAS, [1990]: 161) subsume-se numa homogeneidade da cultura portuguesa, uma «superestrutura cultural assente como uma cúpula em pilares regionais» (*idem*; 126) por um «processo especial de sublimação» (*idem*; 161):

Esta cúpula não é o somatório de todas as culturas locais, mas uma nova realidade, que, embora contendo-as a todas, é diferente. Assim como um composto químico, formado por uma reacção de elementos simples, representa um elemento novo, também na cultura superior se nos depara uma nova realidade, que, embora seja o produto de várias culturas, é distinta delas (*idem*; 126).

73 «O rectângulo continental português foi cosido a golpes de espada, de lança e a tiros de canhão. Em boa parte, a fronteira não chega a ser um muro de quintal. Só pela vontade dos homens a fronteira construída divide e os rios, que servem para unir, ficaram estêreis a separar» (cf. artigo «A identidade portuguesa no dealbar do 3.º milénio» de António Borges Coelho in Rosas e Rollo, 1998b: 69).

74 *Idem*; 71.

75 António Sérgio apresenta a pobreza e esterilidade do solo como uma das causas desta viragem para o mar (SÉRGIO, 1976: 60).

Portugal apresenta uma coesão que ofusca quaisquer exigências regionalistas autonómicas, que, a existirem, se revelam episódicas e sem consequências institucionais⁷⁶. As reivindicações independentistas que têm surgido têm-se revelado inócuas para a integridade do país⁷⁷, não constituindo uma ameaça como se verifica nos movimentos regionais independentistas em Espanha ou na Bélgica, por exemplo. Acresce ainda o facto de, aquando da consolidação do país, não haver hegemonia de nenhuma das regiões que o constituem, como acontece em Espanha, em que a força política de Castela se sobrepõe ao resto do país. No caso português, não há uma relação de domínio mas uma confluência no estuário do Tejo: «(Não houve o domínio de uma região sobre outras, antes se encontraram todas num ponto natural de convergência)» (*idem*; 139).

Situado no extremo ocidental da Europa e da Península Ibérica, Portugal é marcado por uma dupla periferia – face ao resto da Europa e face à Espanha – que, de modo paradoxal, funciona simultaneamente como argumento de superioridade e de inferioridade nacional. A relação com Espanha oscila historicamente entre o afastamento e o iberismo, a repulsa e a atração, fenómeno que se acentua com o domínio filipino, em que uma forte resistência anticastelhana coexiste com o desejo de algumas facções da sociedade de ver realizada uma união ibérica. O iberismo é, aliás, um tema que surge de forma recorrente em autores portugueses – como Antero, Oliveira Martins, António Sardinha, Miguel Torga, Natália Correia, entre outros – com um teor político ou cultural, unitarista ou federalista, cristão ou republicano e socializante (Santos, 1994: 65).

Após a perda da independência, Portugal passa a viver de costas voltadas para Espanha, considerada uma ameaça e alvo de sentimentos de repulsa. O território nacional converte-se numa espécie de ilha, como afirma Eduardo Lourenço, e a Espanha torna-se-nos praticamente invisível: «tout se passe comme si l'endroit où se trouve l'immense masse de l'Espagne s'était converti symboliquement en un désert» (LOURENÇO, [1994a]: 45).

A ligação entre Portugal e o resto da Europa começa a ter carácter de marginalidade a partir da Contra-Reforma, revelando-se um maior conservadorismo nos países ibéricos, o que resultou num atraso científico e cultural de séculos (*idem*; 44). Portugal, ficando à margem da Reforma e da revolução da cultura europeia (o crescimento da ciência físico-matemática), transforma-se numa «espécie de gueto cultural» a partir do século XVII (*idem*; 148). Perde progressivamente o

76 Esta homogeneidade leva António José Saraiva a considerar que «Portugal, culturalmente, é um país monolítico» (SARAIVA, 1981: 84).

77 Veja-se os casos dos movimentos pró-independência das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, motivados em grande parte por sentimentos de desigualdade económica e social causada pela sua condição ultraperiférica.

papel de precursor do experimentalismo renascentista ganhou com os Descobrimientos, para o que contribui em grande medida o fanatismo religioso da Inquisição. Os portugueses automarginalizam-se, colocam-se à parte da Europa, fora dela, fechados num casulo que é sentido como sinal de fraqueza e, ao mesmo tempo, como sinónimo de valorização: é o «cá dentro» por oposição ao «lá fora», tão típico do discurso nacional (LOURENÇO, 2004: 161-173).

O espírito nacional, a par desta fragilidade civilizacional geradora de um sentimento de inferioridade face ao contexto europeu, mantém um pólo oposto, de superioridade, fruto do seu pioneirismo expansionista: Portugal, mais do que ser a periferia da Europa, é o centro do seu império colonial, é o lugar de contacto com culturas estranhas, diferentes; é, afinal, o intermediário entre a Europa e os outros continentes. Portugal espalha-se pelo mundo, alarga o seu território; o espaço nacional dilata, abarca quase todos os continentes e Portugal extravasa as suas limitadas fronteiras nacionais, construindo um extenso império.

No século XX, a descolonização constitui-se enquanto reconfiguração do espaço nacional, que volta a restringir-se ao «retângulo» europeu e ilhas atlânticas. Este processo de «reterritorialização» só volta a sofrer alterações aquando da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, verificando-se um novo extravasar dos limites fronteiriços: uma nova «desterritorialização» (Santos, 1994: 57). Ao «entrar na Europa», Portugal parece ultrapassar um ressentimento cultural marcado por uma situação de marginalidade vivida como um drama desde a Geração de 70 – que via na Europa o mito do progresso e da civilização – e acentuado pela emigração (de raiz económica) de meados do século XX, sinal de subdesenvolvimento. O fenómeno migratório marca também negativamente a consciência nacional, pois constrói da nação uma imagem «desvalorizante» (LOURENÇO, 1999b: 52): «tornámo-nos emigrantes aos olhos de outros europeus» (*idem*; 51), ou seja, passámos a ser vistos como europeus «de segunda categoria» numa Europa a duas velocidades.

A adesão de Portugal à União Europeia não significa, porém, uma transformação imediata do seu estatuto marginal, mantendo-se um desequilíbrio no intercâmbio cultural, como nota Eduardo Lourenço: «Não é de um dia para o outro que se apaga uma longa herança de *troca desigual*, de desconhecimento ou de indiferença no plano das relações culturais, no sentido mais vasto do termo. Continuamos a *consumir*, em qualidade e quantidade, mais cultura inglesa, francesa, italiana, alemã, etc., do que a Europa consome cultura ibérica» (LOURENÇO, [1994a]: 53).

Periferia, atlantismo, isolamento e abertura ao mar são conceitos determinantes para a identidade nacional, que caracterizam a nação portuguesa na sua relação com a Europa e com o resto do mundo.

3.2. Fatores socioculturais: língua, religião, etnia, história, mitos e arte

A identidade nacional passa também por fatores socioculturais cujo peso varia consoante a nação considerada. Em Portugal, a língua é um traço distintivo importante, afirmando-se pela diferença em relação ao resto da Europa.

Cada língua encerra sistemas de pensamento – «*palavras-mães*», «*conceitos-mestres*», «*ideias-chave*» (QUADROS, 1989: 36) – que a tornam impossível de traduzir para outra língua na perfeição, mantendo-se sempre uma distância, mesmo que ínfima, entre o original e a cópia. A língua é o repositório da memória coletiva, da cultura e da tradição de um povo: «A base da pátria é o idioma. [...] O idioma, por isso mesmo que é uma tradição verdadeiramente viva, a única verdadeiramente viva, concentra em si, indistintiva e naturalmente, um conjunto de tradições, de maneiras de ser e de pensar, uma história e uma lembrança, um passado morto que só nele pode reviver» (Pessoa, 1978: 121). Segundo Pessoa, a língua é uma das bases para a formação de um império de cultura português (*idem*; 229).

A formação da identidade nacional passa inevitavelmente por processos linguísticos como sejam lendas, leis, documentos, arquivos históricos, história e arte literária. É um fenómeno textualizado, que se reifica na palavra, escrita ou oral: «o conceito de identidade não existe fora da linguagem e dos poderes que a estruturam. [Por isso] é inevitável que se trate de um processo de articulação e de representação, ou seja, um processo que é linguístico e literário»⁷⁸. Teixeira de Pascoaes insiste na relação direta entre o «*génio inconfundível*» de um povo e a originalidade da sua língua, a qual se torna reveladora sobretudo ao nível dos vocábulos impossíveis de traduzir: «A faculdade que tem um Povo de criar uma forma verbal aos seus sentimentos e pensamentos, é que melhor revela o seu poder de carácter, de raça. / Por isso, quanto mais *palavras intraduzíveis* tiver uma Língua, mais carácter demonstra o Povo a falar» (Pascoaes, 1993: 17). As «*palavras intraduzíveis*» na língua portuguesa atestam a existência de uma cosmovisão portuguesa, de um carácter nacional inconfundível:

quando a sensibilidade de um Povo responde, de um modo especial, às coisas que lhe «falam», ou quando elas impressionam de um modo especial a sensibilidade de um Povo, é porque ele tem alma própria, o dom de conceber e sentir o mundo e a vida por virtude própria. / E se as coisas nos falam, também nos falam os nossos sentimentos, para serem «nomeados» e adquirirem expressão vivente. E quando esta expressão não encontra equivalentes nas outras Línguas, diz-se intraduzível (*idem*; 17-18, nota 2).

78 Graça Capinha, «Ficções credíveis no campo da(s) identidade(s): a poesia dos imigrantes portugueses no Brasil» *apud* Ramalho e Ribeiro, 2001: 311.

Em *A correspondência de Fradique Mendes*, na célebre carta «A Madame S.» que constitui uma súplica do nacionalismo linguístico da personagem, Fradique partilha esta posição com Pascoaes, na medida em que defende que a língua materna implica influências afetivas, modos de pensar e de sentir irrepetíveis noutra língua. Daí que acuse o poliglota de nunca conseguir ser um verdadeiro patriota – já que o «cosmopolitismo do verbo lhe dá irremediavelmente o cosmopolitismo de carácter» (Queirós, 1999b: 130) – e combata o desejo de se saber línguas estrangeiras na perfeição, o que significa um «desejo servil de não sermos nós mesmos», «uma abdicação nacional» (*idem*; 131)⁷⁹.

Portugal apresenta uma homogeneidade linguística desde os seus primórdios, somente quebrada por assomos de bilinguismo nos séculos XVI e XVII, em que a perda da independência trouxe para a corte portuguesa o castelhano, ao qual aderiram alguns autores portugueses, como Sá de Miranda e o próprio Camões. Já na época o cultivo literário de uma língua estrangeira é visto como uma ameaça e uma afronta à língua nacional, como se constata no apelo feito por António Ferreira, em carta a Pero Andrade de Caminha: «E a boa tenção, e obra à pátria sirva, / Dêmos a quem nos deu, e devemos mais. / Floreça, fale, cante, ouça-se, e viva / A Portuguesa Língua, e já onde for / Senhora vá de si soberba, e altiva» (FERREIRA, 1953: 48).

Nos séculos XIII e XIV conclui-se a vernacularização: a língua portuguesa substitui o latim no uso institucional, quando D. Dinis proclama a oficialização do português (nos documentos públicos, por exemplo). A língua nacional conquista autonomia e começa a adquirir a consistência de um sistema de pensamento originalmente português, base, segundo António Quadros, de uma filosofia nacional: «torna-se viável o nascimento de um pensamento português, tão certo é que a filosofia radica na filologia e que uma língua autónoma contém uma filosofia virtual» (QUADROS, 1987-1988, II: 112). A autonomização dos falares europeus conclui-se no Renascimento com os «discursos hagiográficos da língua nacional» (LOURENÇO, 1999b: 121) que se multiplicam na Europa: Bembo em Itália, Nebrija em Castela, Du Bellay em França, Fernão de Oliveira, João de Barros e António Ferreira em Portugal⁸⁰ – todos manifestam orgulho nos seus idiomas e procuram conferir-lhes originalidade e autonomia em relação ao latim e aos vernáculos que com eles competem:

79 «Um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra: – todas as outras as deve falar mal, orgulhosamente mal, com aquele acento chato e falso que denuncia logo o estrangeiro. Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade»; «Falemos nobremente mal, patrioticamente mal, a língua dos outros!» (Queirós, 1999b: 130, 131).

80 Tema tratado no capítulo 5, na segunda parte deste trabalho.

Nenhum destes endeusamentos ou apologias da dignidade das línguas nacionais é inocente. Fazem parte do processo histórico em que culmina o sentimento nacional. Descobre-se que a língua não é um instrumento neutro, um factor contingente de comunicação entre os homens, mas a expressão da sua diferença. Mais do que um património, a língua é uma realidade onde o sentimento e a consciência nacional se fazem «pátria» (*idem*; 122).

Apesar de a língua portuguesa não ter pré-existido à nação – em grande parte da Península Ibérica era falado o romance românico do Ocidente – a consciência linguística vai acompanhando a progressiva consolidação da consciência nacional e a língua passa a elemento identitário fundamental à medida que se diferencia dos outros falares ibéricos. Ser falante de português é condição ideal para se ser considerado cidadão português. Não é despiciendo, porém, o facto de que Portugal partilha a sua língua com os países outrora integrantes do império colonial. Esta comunhão linguística levou à criação, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cujos laços procuram ir para além da expressão comunicacional. Eduardo Lourenço chama a atenção para a variedade cultural que é abrangida por este «amplo manto de uma língua comum» (*idem*; 124) e para a necessidade de determinar um «mínimo cultural» (*idem*; 172), uma base comum entre os três «anéis» – Portugal, África e Brasil –, sob pena de se cair num novo desejo imperialista⁸¹. A lusofonia não pode ser um «*espaço de portugalidade*» (*idem*; 186), tem de funcionar como a conjugação de identidades distintas.

A ligação de Portugal à religião católica remonta ao período visigótico, anterior à formação da nacionalidade. Os Visigodos, embora praticassem o arianismo, submeteram-se ao catolicismo, o qual se enraizou na Península Ibérica e marcou a sua história posterior: «É o clero hispano-romano quem dirige politicamente o reino visigótico» (SARAIVA, 1983: 248). De igual modo, também a invasão árabe não ofuscou o catolicismo naquele que seria o futuro território português: «Com a entrada dos árabes em 711 o cristianismo não foi exterminado. A população dominada conservou a sua língua e o seu culto. As autoridades clericais, nomeadamente os bispos, passaram intactas do domínio visigótico ao domínio muçulmano» (*ibidem*).

Em toda a Europa, Portugal é dos países em que a história da nação está impreterivelmente ligada à ação da Igreja católica:

81 «A lusofonia é hoje o nosso *mapa cor-de-rosa* onde todos esses impérios podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para quem nos vê de fora, mas brilhando uma chama no átrio da nossa alma» (LOURENÇO, 1999b: 177).

Se há país na Europa, tirando talvez a Polónia, onde a Igreja exerceu o seu magistério intelectual, espiritual, pastoral e, mesmo temporal, em toda a plenitude, é bem Portugal. Se não é como a França, *le fils aîné de l'Eglise*, é, pelo menos, o seu neto querido, aquela nação que, mais tarde, no tempo dos epítetos barrocos, será designada por «fidelíssima». A nossa história, a história da Igreja em Portugal e a da Igreja universal estão intrínseca e complexamente interligadas, bem antes da elevação de Portugal a reino independente, até aos dias que correm (LOURENÇO, 1999b: 40).

Esta ligação à religião católica remonta à fundação da nacionalidade, ao momento mítico da sacração de D. Afonso Henriques por Cristo na batalha de Ourique. Este mito, consolidado no século xv⁸², reforça uma perspetiva providencialista sobre a história de Portugal, na medida em que desenvolve uma imagem de país eleito, protegido por Deus e detentor de uma missão extraordinária no mundo. Esta conceção alimenta também os mitos do Sebastianismo e do Quinto Império, que personificam um salvador da pátria, fundador de um império universal.

A importância da religião para a identidade nacional é bem visível no facto de ser a batalha de Ourique – 1139 – considerada como a consagração da nacionalidade, a legitimação da independência; a batalha de S. Mamede, sendo anterior – 1128 – é relegada para segundo plano, por razões de vária ordem: não está associada a qualquer ato mítico e confere uma má imagem do fundador da nação, que se revolta contra a própria mãe, a qual lhe lança uma maldição que se vai cumprir no cerco de Badajoz (Buescu, 1993: 24-25). No século xvii, o milagre de Ourique serve como instrumento de legitimação da independência, ameaçada pelo poder castelhano. Apesar de a sua veracidade ser posta em causa por autores como Luís António Verney e Alexandre Herculano, aos quais escapou a força real que já constituía o mito, Ourique é assumido pela consciência nacional como a fundação mítica – com base na religião – de Portugal, a tal ponto que se envaideceram esforços, nos séculos xvi, xvii e xviii, para obter a canonização de D. Afonso Henriques.

É também a religião a base da progressiva conquista do território nacional: Portugal afirma-se como reino cristão no combate aos muçulmanos. O espírito de cruzada move os primeiros reis portugueses – a dinastia dos «reis-cavaleiros» (QUADROS, 1989: 44) – contra os mouros instalados no sul da Península Ibérica. Ainda que outras ambições estejam subjacentes, o objetivo primeiro da Cruzada é a luta contra o Infiel e a expansão da fé cristã. E é este o pretexto para o aumento do território do reino de Portugal, conquistado aos mouros.

82 A referência mais antiga ao milagre de Ourique é de 1416 em *De Ministerio Armorum*. Até ao século xv as crónicas apenas referem a dimensão militar da batalha (Buescu, 1993: 15).

O povoamento dos territórios conquistados é assegurado pelas ordens religiosas, cujos mosteiros funcionam como núcleos aglutinadores da população, a quem o clero dirige e ensina, como é o caso dos cistercienses e dos templários, no Mosteiro de Alcobaça e no Convento de Tomar, respetivamente. Na empresa ultramarina é ainda uma ordem religiosa – a Ordem de Cristo (ex-Templários) – que tem o papel fulcral de levar a fé aos territórios descobertos e conquistados, visando a fundação do Império universal, o do Espírito Santo, o Quinto Império vieirino (QUADROS, 1987: 157-159).

Desde o século XV o sul da Europa começou a diferenciar-se do centro e norte em termos religiosos: Portugal fica à margem da Reforma, afirmando-se como nação fundamentalmente católica, tradicionalista e conservadora, por contraste com o resto do continente europeu, na generalidade protestante e progressista. Enquanto a Península Ibérica permanece eminentemente rural e comercial, a restante Europa, industrializada, é avassalada pelo espírito protestante, competitivo e capitalista: «a cultura portuguesa não conheceu, nos termos em que a Itália, a França e até a Espanha a conheceram, qualquer coisa que possa ser descrita como emergência, autonomia e, ainda menos, «triunfo do espírito laico» no seio de uma sociedade idealmente modelada pelos imperativos de uma visão religiosa e estruturada da vida e do mundo tal como o catolicismo a representou» (LOURENÇO, 1999b: 40). Portugal torna-se um dos centros do fanatismo católico quando, em 1536, D. João III obtém do Papa a autorização para instalar a Inquisição no país. Seguem-se séculos de obscurantismo, de perseguições religiosas, de dogmatismo, que marcarão de modo indelével o definhamento científico-cultural da nação.

Este ambiente de dogmatismo religioso e de estagnação estende-se à época salazarista que repudia o laicismo republicano. No Estado Novo, mantém-se estreita a ligação entre Estado e Igreja, tendo o alto clero uma influência determinante nos rumos da nação. A vivência nacional apresentava um cunho acentuadamente religioso, favorecido pelo fenómeno das aparições em Fátima, que assumiram contornos de culto nacional fortemente identitário, sendo consideradas um dos acontecimentos mais importantes na história nacional, a par da guerra colonial, por exemplo⁸³. Ainda hoje, os anjos e os santos são usados como uma forma de afirmação e de proteção da comunidade, como se pode constatar pelo facto de, face a um período de seca que penaliza as populações (2004-2005), estas se virarem para a Providência Divina, ritualizando as suas preces por chuva

83 Veja-se o artigo «Representações sociais da identidade nacional», de Nelson Lima Santos, inserido em Rosa e Castilho, 1998: 147-157. Utilizando o método do inquérito, o autor elaborou um quadro que ordena hierarquicamente os acontecimentos mais significativos desde a fundação de Portugal até ao presente (*idem*; 152).

em procissões um pouco por todo o país. O luto nacional decretado pela morte da irmã Lúcia (Fevereiro de 2005), uma das pastorinhas que terá presenciado as aparições na Cova da Iria, evidencia a forte ligação entre a Igreja e o Estado português e mostra como o fenómeno de Fátima é parte integrante da identidade nacional, estando a ser envidados esforços para a beatificação de Lúcia, o que alargará o panteão dos santos pátrios.

É significativa uma sondagem de 1988 que apresenta a tradição religiosa como um dos motivos de orgulho nacional, a par de elementos como a história, a paisagem e o clima, o hino nacional, a bandeira da República, as qualidades do povo e as obras de arte (QUADROS, [1992]: 267). Em termos teóricos, a sociedade portuguesa é essencialmente laica; na prática, é ainda a religião católica que marca muitas das componentes da vida nacional, como se prova em algumas cerimónias oficiais: os funerais, por exemplo, são católicos. Mesmo que o falecido tenha expressado o desejo de ter um funeral maçónico, por exemplo, como já aconteceu; nestes casos de figuras cujo funeral tem honras de Estado, acontece terem uma dupla cerimónia fúnebre: uma católica (a oficial) e outra de natureza diversa da oficial (a particular). Há também o caso das inaugurações feitas por membros do Estado, em que parte da cerimónia consiste na bênção do sacerdote à nova infraestrutura, o que denuncia também uma clara interdependência entre a Igreja e o Estado. No sistema educativo, a presença do catolicismo faz-se através da disciplina de Religião e Moral, cuja designação, por si só, não é vinculativa à religião católica, mas é esta última que domina os conteúdos programáticos daquela.

Apesar de a sociedade portuguesa apresentar já uma variedade considerável de credos religiosos, estes têm uma expressão minoritária, quando comparados com a situação de «*monocultura religiosa*» que a religião católica confere ao país (França, 1993: 115). Como alguns estudos concluíram, esta hegemonia do catolicismo é comum aos países do sul da Europa: «Itália, Espanha, e Portugal são países que do ponto de vista sociológico e cultural se devem considerar de expressão católica quando comparados com os outros países mais a norte» (França, 1993: 178)⁸⁴.

Em termos étnicos, a característica fundamental da nação portuguesa é a variedade de povos que habitaram o espaço que veio depois a ser Portugal, e que se relacionaram, assimilaram e foram deixando traços não só ráticos, mas também de vivências e costumes, que eventualmente foram herdados pelos portugueses. A ascendência nacional inclui iberos, celtas, lusitanos, romanos, suevos, visigodos e árabes, até à Reconquista Cristã. Tal diversidade está inscrita na memória coletiva e estes povos deixaram vestígios na língua, na toponímia, na antroponímia, na

84 «A Itália e Portugal têm a mais elevada religiosidade da Europa» (França, 1993: 178).

agricultura, nas vias de comunicação, no Direito, etc. O pendor dado pelas teorias etnogénicas a cada um destes povos é variável, sendo que umas acentuam a raiz céltica (Oliveira Martins, Jorge Dias), outras a raiz lusitana (Leite de Vasconcelos) e uma em particular – a de Pascoaes – advoga uma síntese entre um ramo ariano (gregos, romanos, godos e celtas) e um ramo semita (fenícios, judeus e árabes). Sob o ponto de vista histórico, a identidade nacional é marcada por esta pluralidade étnica atestada por dados concretos. Ao nível do imaginário coletivo, são os lusitanos que ocupam o espaço mítico de efetivos antepassados nacionais, a ponto de qualquer referência ao povo português como *povo lusitano* ser imediatamente entendida, independentemente dos conhecimentos históricos do interlocutor. Esta sinonímia, com valor de excelência, remonta ao Renascimento, como se atesta na obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* (1593), de André de Resende, em que Portugal surge como decorrência direta da antiga província da Lusitânia e os portugueses como descendentes do heróico Viriato. Este e os seus companheiros, nómadas guerreiros, imortalizam-se pelo amor à liberdade e pela árdua resistência que impõem às investidas dos romanos, os quais só conseguiram assassinar Viriato através do meio ignóbil da traição, o que, aliás, não pôs fim à luta e rebeldia dos lusitanos.

Camões partilha com André de Resende esta gestão do mito; no canto III de *Os Lusíadas*, a narração feita pelo Gama ao rei de Melinde faz referência apenas a um povo antepassado do português, apagando por completo a restante árvore genealógica da nação:

Esta foi Lusitânia, derivada
De Luso ou Lisa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros,
E nela *antam* os íncolas primeiros.

Desta o Pastor nasceu que no seu nome
Se vê que de homem forte os feitos teve,
Cuja fala ninguém virá que dome,
Pois a grande de Roma não se atreve.

(CAMÕES, [1983]: 134, canto II, ests. 21-22)⁸⁵.

Os portugueses forjam assim um autoconceito dominado por um forte espírito de independência, de liberdade e de ação guerreira indomável, conceito este que se baseia na apropriação algo arbitrária da herança lusitana. Várias são as figuras que se insurgem contra esta mitificação, como Herculano e António Sérgio. O primeiro levantou celeuma quando declarou perentoriamente na sua

85 Às citações de *Os Lusíadas* acrescentar-se-á sempre a referência ao canto e à estrofe citados.

História de Portugal: «Tudo falta; a conveniência de limites territoriais, a identidade da raça, a filiação da língua, para estabelecermos uma transição natural entre esses povos bárbaros e nós» (HERCULANO, [1980]: 81-82). Forçando alguns aspetos históricos, Leite de Vasconcelos, em *Religiões da Lusitânia*, defende de modo acérrimo a linha de continuidade entre portugueses e lusitanos:

contentar-me-hei com lembrar que, se o território de Portugal não concorda exactamente com o da Lusitania, está porém compreendido no d'ella; que a língua que fallamos é, na sua essencia, mera modificação da que usavão os Luso-Romanos; que muitos dos nossos nomes de lugares actuaes provém de nomes pre-romanos; que certas feições de nosso character nacional se encontravão já nas tribus da Lusitania; que grande parte dos nossos costumes, superstições, lendas, isto é, da vida psychologica do povo, datão do paganismo; que bom número das nossas povoações correspondem a antigas povoações lusitanicas ou luso-romanas; que, numa palavra, quando estudamos, por meudo, qualquer elemento tradicional da nossa sociedade, nos achamos constantemente em estreita relação com o passado, ainda mesmo com o mais remoto (Vasconcelos, [1988-1989], I: XXVI).

Sérgio, como já vimos no capítulo anterior, considera fugaz a passagem lusitana pelo território que viria a ser o português, devendo-se a extinção deste povo nómada a razões sócio-económicas: «Ao que nos quer parecer, os caracteres gerais da grei lusitana dependiam do seu tipo social-económico: o de Pastor da Montanha; e se assim era, – desde que o pastor se tornou agricultor (a isso obrigado pelo Lavrador de Roma) no nosso território o Lusitano morreu, à luz de um critério sociológico e histórico» (SÉRGIO, 1971-1976, VIII: 67). Não discutirei aqui as possíveis falhas históricas destas duas teorias, assunto certamente mais do âmbito de uma investigação histórica. Parece-me, porém, que o equívoco deste tipo de perspectivas é o de se cingirem aos factos concretos, à história documental, relegando para segundo plano o que é do campo da lenda, do mito, do imaginário coletivo. O mito lusitano arreigou-se no espírito português, tomou conta do seu perfil identitário e, muito provavelmente, nunca dele será desligado. Basta verificar que a história de Viriato ainda convoca autores contemporâneos ao romance histórico, como é o caso de *A voz dos deuses*, de João Aguiar: limitando-se a seguir de perto os factos históricos e não aventando qualquer posição sobre estas teorias pró e anti-lusitanas, João Aguiar, pelo simples ato de reescrever a história, aviva-a na consciência dos leitores, despertando-lhes talvez a intrepidez lusitana que miticamente lhes pertence.

Cada nação, como cada indivíduo, encerra na sua envolvimento ontológica etapas fulcrais do seu passado, positivas e negativas, as quais a moldaram na realidade que ela se tornou. A História de Portugal, de oito séculos, é prolífera em acontecimentos – quer enaltecidos, quer denegridos da alma portuguesa

– que são parte constituinte da identidade nacional e a que recorremos em momentos de comemoração entusiástica ou de autocomiseração paralisante.

É a partir do século XVI que encontramos na História de Portugal factos que constituem autênticas agressões estrangeiras à autoestima nacional, na medida em que põem em causa a independência da nação, o seu direito à autodeterminação e também o seu poder sobre os territórios imperiais. No século XVI, a perda da independência e a subjugação ao invasor espanhol lança o reino português para uma posição de inferioridade no equilíbrio ibérico, gorados os esforços de D. António, prior do Crato, apoiado pelo povo. A hegemonia dos Filipes de Espanha gera hostilidade no país, a qual é agravada pelo crescente descontentamento provocado pelas suas políticas que nos desfavorecem: a política centralizadora de Madrid, as fiscalizações das finanças portuguesas, o aumento dos impostos e da pobreza, os ataques dos holandeses e franceses (aliados contra a Espanha na Guerra dos 30 anos) ao império português, conquistando-nos várias praças⁸⁶ e a «castelhanização» cultural do país, cedendo muitos autores portugueses ao hábito de escrever em castelhano, por considerarem a língua portuguesa demasiado rústica para servir a arte literária. Mesmo depois de afastado o domínio espanhol em 1640, Portugal é ainda depauperado pela Guerra da Restauração durante mais 28 anos de lutas com Espanha. Nos séculos seguintes, a recordação da experiência traumática da perda da independência leva o povo português a viver afastado da Espanha, de costas voltadas para ela, submetendo-se a um isolamento que quase se pode dizer *insulamento*, dada a situação de quase ilhéu a que se relega, como já referi no capítulo anterior.

O início e o fim do século XIX revelam-se também traumáticos para a identidade nacional, novamente por ameaças estrangeiras à integridade do território nacional: as invasões francesas e o Ultimato inglês. As invasões napoleónicas chefiadas por Junot (1807), Soult (1809) e Massena (1810) deixam o país numa situação económica e financeira deplorável, alvo de pilhagem e destruição, e desprovido do «pai» da nação, sua autoridade e proteção máximas: logo na primeira invasão, D. João VI desloca-se com a corte para o Rio de Janeiro, deixando a nação sem o símbolo supremo da sua independência, ao mesmo tempo que confere ao Brasil condições financeiras, económicas e sociais para que este se venha a tornar independente em 1822, verificando-se novo choque identitário em Portugal, que vê assim perder-se uma parte riquíssima do seu espólio imperial e tem de olhar agora para o Brasil de igual para igual, de nação para nação.

A primeira metade do século XIX foi uma época de grande turbulência em Portugal – invasões francesas, Revolução Liberal, guerra civil, revoltas populares

86 Ormuz, Baía, Ceilão, Olinda, Recife, Mombaça, S. Jorge da Mina, Arguim. Algumas foram reconquistadas.

—, mas é no fim do século que o país sofre novo abalo à sua dignidade enquanto nação autónoma e livre: em 11 de Janeiro de 1890 o governo português recebe um ultimato da legação britânica segundo o qual Portugal era obrigado a renunciar a um vasto território africano ligando Angola e Moçambique⁸⁷. A anuência do Estado português às exigências britânicas é célere (de 13 de Janeiro) e colocada em termos de absoluta submissão aos desejos da velha Albion:

Em presença duma ruptura iminente das relações com a Grã-Bretanha e todas as consequências que poderiam dela derivar, o governo resolve «ceder» às exigências recentemente formuladas nos dois últimos memorandos, ressaltando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal nas regiões africanas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.º do Acto Geral de Berlim de ser resolvido o assunto em litígio por mediação ou arbitragem. *O Governo vai expedir para o Governo-Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha* (Teixeira, 1990: 62, sublinhados meus).

Esta derrota de Portugal no jogo da diplomacia internacional tem evidentemente consequências a nível interno e externo. Além-fronteiras, o país surge enfraquecido na cena internacional, despojado de territórios que constituíam parte do seu império colonial e desautorizado na soberania que sobre eles exerce. Na sociedade portuguesa levanta-se uma onda de hostilidade a tudo o que provém da Grã-Bretanha e decide-se abolir tudo o que dela advenha, como descreve Eça numa carta a Oliveira Martins, sublinhando com a sua ironia o carácter excessivo e inútil de tais reacções:

Esse inteligente patriotismo que leva os jornais a não quererem receber mais *periódicos ingleses* (!!), os professores a não quererem ensinar mais o inglês, os empresários a não quererem que nos seus teatros entrem ingleses, os proprietários de hotéis a não quererem que nos seus quartos se alojem ingleses — parece-me uma invenção do inglês Dickens. É de um cómico frio e fúnebre (Queirós, 2000c: 161).

87 Afirma a missiva (de 11 de Janeiro de 1890), em tom seco e ameaçador: «O que o Governo de Sua Majestade deseja e em que mais insiste é no seguinte: que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas no Chire e no País dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que sem isto todas as seguranças dadas pelo Governo Português são ilusórias./ Mr. Petre ver-se-á obrigado à vista das suas instruções a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade *Enchantress* está em Vigo esperando as suas ordens» (*apud* Teixeira, 1990: 60-61).

Eça, porém, não deixa de reconhecer um fundo de sinceridade patriótica nesta «barafunda sentimental e verbosa», embora lamente a vacuidade do exagero: «O País foi atravessado por um sentimento vivo e forte, e que, como o País está numa perfeita anarquia de ideias, esse sentimento tomou em geral uma expressão despropositada» (*ibidem*). A luta antibritânica fomenta assomos de patriotismo que resultam na constituição da Liga Patriótica do Norte, presidida por Antero de Quental, a qual congrega personalidades que procuram fomentar as condições que permitam a Portugal manter a sua integridade e dignidade enquanto nação independente⁸⁸. Embora sem resultados concretos, a constituição desta Liga deixa bem evidente a força vital do levantamento patriótico gerado pelo Ultimato⁸⁹. O Ultimato inglês não só constitui uma ameaça à soberania nacional do território português, como também põe em causa a identidade de Portugal enquanto nação imperial, cuja história passa inevitavelmente pelas colónias ultramarinas:

Peão no jogo do *Scramble for Africa*, para Portugal o célebre documento de Lord Salisbury representaria um rude golpe na identidade nacional, pois punha em causa a até então alegadamente incontestável mitologia imperialista desenvolvida com base numa argumentação que evoca o passado histórico português e, consequentemente, uma certa imagem de uma pátria gloriosa (COELHO, 1996: 57-58).

Daí que, nos finais do século XIX, se verifique uma viragem para África, numa nostalgia que procura recuperar o velho Portugal de outrora, próspero e glorioso.

No século XX, fruto da Revolução de Abril, Portugal assiste à queda do império colonial, à medida que Guiné, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola conquistam a sua independência. Dilacerado por uma longa guerra colonial imposta pela ditadura salazarista, o país vê-se amputado de territórios que durante séculos fizeram parte do seu espaço identitário, constituído pelo mundo descoberto na Expansão Ultramarina. Num momento forçado de «reterritorialização», o país retoma, cinco séculos depois, os limites do seu território (Santos, 1994: 57). A descolonização implica também outras consequências, económicas

88 Esta associação visa «promover a defesa material, o fomento económico, a reorganização financeira e todos os progressos que melhor garantam no futuro a independência e prosperidade da Nação» (*apud* Machado, [1992]: 520).

89 Em carta a Jaime Magalhães Lima, Antero de Quental põe em evidência o seu empenho e a sua abnegação em prol da pátria: «O que se vai passar em Portugal é seríssimo. Faça cada um o seu sacrifício no altar da Pátria. Eu sacrifico a minha saúde, que naufragará de todo no meio disto, e muito provavelmente o meu nome, que antes de 6 meses estará manchado. Não importa. Quero sacrificar a vida, e morrerei contente se tiver vivido 6 meses ao menos da verdadeira vida de homem que é a da acção por uma grande causa» (in Antero de Quental, *Cartas II 1881-1891*, 1.ª ed., organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Universidade dos Açores/Editorial Comunicação, 1989; p. 980).

e sociais: priva Portugal de uma importante fonte de matérias-primas e de mão de obra barata e de um destino para escoamento dos excedentes europeus⁹⁰.

Enquanto estes traumas históricos integram a identidade portuguesa quase de modo subliminar, pois lembrá-los é tornarmo-nos conscientes das fragilidades nacionais, os momentos que envolvem feitos e glórias são interiorizados como património coletivo do povo e fontes de coesão nacional. Na história de Portugal estas fontes de prestígio histórico dividem-se em três tipos essenciais: vitórias sobre o estrangeiro (Ourique e Aljubarrota), feitos de empreendimentos (Descobrimentos e Expo 98) e momentos de libertação (Restauração, República e 25 de Abril).

As batalhas de Ourique e de Aljubarrota constituem momentos fulcrais de afirmação da independência nacional⁹¹ face à ameaça do estrangeiro – o mouro e o espanhol. Miticamente, Ourique implica a sagração de Afonso Henriques e de Portugal como nação escolhida por Deus e inaugura um pensamento providencialista que se interioriza na consciência nacional até aos nossos dias, tendo no Sebastianismo a sua manifestação suprema. Com a vitória em Aljubarrota afastam-se as investidas castelhanas à integridade do espaço português, provando os portugueses a sua superioridade guerreira, mesmo estando em número inferior, como narra Fernão Lopes.

Os Descobrimentos são o momento por excelência da exaltação da identidade nacional: Portugal rompe os mares, descobre territórios, conquista outros, constrói um império, põe em contacto culturas estranhas, acumula riqueza, promove o desenvolvimento científico e ganha notoriedade no mundo pelo seu ecumenismo, embora este manancial acabasse por ser desbaratado. Salvaguardando a distância entre o relevo histórico dos Descobrimentos e o da Exposição Mundial de 1998, podemos considerar que com esta última Portugal confirma, no século xx, a permanência da Expansão no espírito português: celebrar os oceanos é, indiretamente, comemorar e enaltecer o povo que os devastou, que os deu a conhecer ao mundo. Por outro lado, com a realização da Expo 98, Portugal provou a sua maioria a nível institucional, organizacional e até financeiro e reforçou a sua imagem como país modernizado⁹².

Os momentos de libertação do país de longos períodos de despotismo, opressão e crise constituem inevitavelmente marcos identitários na memória

90 Cf. artigo «A identidade portuguesa no dealbar do 3.º milénio», de António Borges Coelho in Rosas e Rollo, 1998: 93-94.

91 A importância da batalha de Aljubarrota para a identidade nacional tornou-se bem evidente quando o Ministério da Cultura decidiu atribuir, a 4 de Outubro de 2004, a classificação de monumento nacional ao campo militar de Atoleiros, situado no concelho de Fronteira. A batalha de Atoleiros (1384) foi uma das vitórias portuguesas que precedeu a derrota definitiva dos castelhanos em Aljubarrota (1385).

92 O que aliás foi corroborado, em 2004, com a realização do Campeonato Mundial de Futebol, que tanto exacerbou o orgulho nacional na seleção portuguesa, cuja prova mais visível foi o fenómeno da proliferação de bandeiras nacionais por todo o país.

coletiva. A Restauração (1640) e a Revolução de Abril (1974) simbolizam o fim de duas épocas negras da história portuguesa, marcadas por tirania, perseguições e miseráveis condições de vida, enquanto a proclamação da República em 5 de Outubro de 1910 significa para o povo português uma esperança no ressurgimento nacional, após décadas de crise política, económica e social.

O fim do domínio filipino significa a recuperação da autonomia nacional, da capacidade de Portugal gerir o seu destino sem a ingerência do jugo estrangeiro, embora a guerra com Espanha se tenha prolongado até 1668. Para grande parte da população, D. João IV surge como um novo Messias que vem salvar a nação dos 60 anos de repressão; assim o julga António Vieira nos seus escritos messiânico-proféticos que analisarei adiante.

A instauração do regime republicano corresponde a um projeto de refundação nacional que visa superar o estado decadente em que o país mergulhara e pelo qual a dinastia de Bragança era apontada como responsável. A desastrada política colonial (que culminara na humilhação do Ultimato inglês), a ausência de produção de riqueza que tinha como consequência viver o país de empréstimos do estrangeiro, a corrupção generalizada, uma máquina partidária viciada e rotinada, sem trazer qualquer desenvolvimento visível, a apatia e ignorância da população gerada pelo excessivo ascendente da Igreja sobre as consciências, um sentimento generalizado de decadência, agudizado pelas comemorações (organizadas pela ala republicana) do tricentenário da morte de Camões (1880) em que a consciência de um passado glorioso contrasta com o presente humilhado – todas estas circunstâncias favoreceram a popularização da ideia republicana na sociedade portuguesa sob a forma de uma espécie de messianismo, que salvaria o país extinguindo a velha e apodrecida monarquia. A República propõe uma redenção que se baseia nas ideias de progresso e de perfeição humana, pelo que o ensino – laico, obrigatório e gratuito – é um dos pontos fulcrais do seu projeto. No período da I República, o desejo de cortar qualquer laço com o passado reflete-se nas alterações que se efetuaram nos símbolos nacionais e que perduram até aos nossos dias: a bandeira passou a vestir-se de verde e encarnado, as cores simbólicas da esperança e do valor; *A Portuguesa*, nascida do Ultimato, foi oficializada como o novo hino nacional, com alusões ao caráter combativo e heróico dos portugueses; a moeda deixou de ser o real e passou a ser o escudo. Acresce ainda a criação de novos feriados de intenção cívica, que pretendiam preencher a lacuna deixada pela extinção dos feriados religiosos: por exemplo, o 1 de Janeiro (dedicado à fraternidade universal), o 5 de Outubro (proclamação da República) e o 1 de Dezembro (Restauração da independência), ainda hoje assinalados no calendário nacional.

O salazarismo constrói uma imagem idílica de Portugal como nação rural, pacífica, tradicionalista, a qual escamoteia o verdadeiro atraso e miserabilismo em que o país vivia mergulhado. Esta autoimagem, forjada pela retórica da propaganda do regime, só se desvanece no discurso oficial após o 25 de Abril, quando é

facultada aos portugueses a livre informação sobre o que se passa dentro e fora do seu país. Inicia-se então uma revalorização e um repensar da identidade nacional, numa busca por fazer coincidir a nossa auto-imagem com a verdadeira realidade do país, processo para o qual a literatura tem dado um contributo precioso.

Traços distintivos fundamentais entre nações, os mitos revelam a estrutura mental que enforma a entidade que os gerou: «*É, com efeito, no mito que melhor se aprende, ao vivo, o conluio dos postulados mais secretos, mais mordazes, do psiquismo individual e das pressões mais imperativas e perturbadoras da existência social*»⁹³. O mito é gerado como expressão da sociedade e, simultaneamente, exerce sobre esta um constrangimento no modo de agir, ou seja, condiciona a ação humana:

O mito [...] pertence por definição ao *colectivo*, justifica, apoia e inspira a existência e a acção de uma comunidade, de um povo, de um grupo profissional ou de uma sociedade secreta. Exemplo concreto da conduta a seguir e *precedente*, no sentido judiciário do termo, no domínio então bastante vasto da *culpabilidade sagrada*, encontra-se, por isso mesmo, aos olhos do grupo, revestido de autoridade e de força coerciva⁹⁴.

Os mitos nacionais são por vezes resultado da transformação e idealização de tradições históricas que se destacam pela sua exemplaridade: o mito constitui-se enquanto «tradição sagrada, revelação primordial, modelo exemplar»⁹⁵ a ser seguido. Os mitos das origens contam como uma realidade passou a existir⁹⁶, por exemplo uma nação, enquanto os mitos messiânicos configuram o devir, a esperança na alteração do *statu quo* por via de um messias salvador, ou seja, projetam num futuro indeterminado a ideia da perfeição dos começos, da Idade do Ouro perdida.

No campo mítico da identidade portuguesa, Ulisses, os lusitanos e Ourique constituem os mitos das origens, segundo os quais Portugal idealiza os seus tempos primordiais. De raiz messiânica e providencialista, o mito do Sebastianismo marca o imaginário português desde o século XVI e desdobra-se em múltiplas facetas do carácter nacional, como a proverbial passividade do português, na confiança de que tudo se resolva sempre através de uma solução milagrosa⁹⁷.

A fundação de Lisboa por Ulisses, que explica a forma «Ulissipo», liga

93 Roger Callois, *O mito e o homem*, Lisboa, Edições 70, s/d (1.^a ed. 1938); p. 13.

94 *Idem*; 113.

95 Mircea Eliade, *Aspectos do mito*, Lisboa, Edições 70, [1986]; p. 9.

96 «Todo o mito de origem narra e justifica uma «situação nova» – nova no sentido em que ela não existia desde o princípio do Mundo. Os mitos de origem prolongam e completam o mito cosmogónico: contam como o Mundo foi modificado, enriquecido ou empobrecido» (*idem*; 25).

97 «O Português gosta de fazer projectos vagos, castelos no ar, que não pensa realizar. Mas no seu íntimo alberga uma certa esperança de que as coisas aconteçam milagrosamente. Esta forte crença no milagre, cujo aspecto mais grosseiro é a enorme popularidade do jogo da lotaria, chega a tomar aspectos curiosos, dos quais sobressai o *sebastianismo*» (DIAS, [1990]: 155-156).

remotamente Portugal ao heroísmo grego da personagem homérica, estabelecendo uma ancestralidade mítica que associa a nação ao prestígio e valor da tradição clássica e lhe confere dignidade, respeitabilidade e legitimidade enquanto nação independente. A força coesiva e criativa dos mitos ultrapassa qualquer tentativa de lhes tentar sobrepor a verdade histórica. É irrelevante para o imaginário coletivo se Ulisses chegou ou não a pisar o solo português; ele pertence à mitologia nacional, faz parte integrante da identidade lusa, a qual, se se limitar à história, se torna redutora, como diz Pessoa no poema «Ulisses», de *Mensagem*, no qual predomina a figura do oxímoro, reveladora da complexidade do próprio conceito de mito:

O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo –
O corpo morto de Deus,
Vivo e desnudo.

Este, que aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo.
E nos criou.

Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Em baixo, a vida, metade
De nada, morre.

(Pessoa, [1986]: 25).

De igual modo, o mito das origens lusitanas do povo português procura provar a antiguidade do espírito autonómico nacional, ao mesmo tempo que transfere para o carácter português as virtudes da liberdade, rebeldia, coragem e espírito de resistência comumente consideradas atributos dos lusitanos. Este era, aliás, o objetivo de André de Resende, o precursor deste mito: em *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Resende, no contexto da busca renascentista de legitimação das nações europeias⁹⁸, baseia-se em estudos arqueológicos para argumentar a favor da teoria segundo a qual os lusitanos são os precursores da nação portuguesa⁹⁹.

98 Este processo de legitimação abrange também a valorização dos vernáculos emergentes, como demonstro na segunda parte, no quinto capítulo, em que trato a «Questão da Língua».

99 Do mesmo se ocupa Leite de Vasconcelos, na viragem do século XIX para o século XX, na obra *Religiões da Lusitânia*, como já referi anteriormente.

O valor fundacional da batalha de Ourique é evidenciado pela presença das quinas na bandeira nacional: estas simbolizam os cinco reis mouros derrotados por D. Afonso Henriques, depois de sagrado por Cristo antes do confronto. Segundo a lenda, Cristo promete a Afonso Henriques não só a vitória na batalha, mas também proteção para o seu reino e glórias futuras, nomeadamente a fundação de um império: «*Volo in te et in semine tuo imperium mihi stabilire*», terá dito Cristo ao fundador da nacionalidade. Este mito de eleição divina marcará indelevelmente a identidade nacional, o que se torna manifesto na visão providencialista da história de Portugal de historiadores e artistas como Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara, Camões, António Vieira e Pessoa, na *Mensagem*¹⁰⁰. Ourique é um mito de legitimação da independência nacional, daí que seja relembrado sobretudo em momentos de ameaça à autonomia portuguesa, como acontece no século XVII: na *Monarquia Lusitana*, Frei Bernardo de Brito (autor das duas primeiras partes), envolvido pelo clima ideológico autonomista e de apologia nacional, pormenoriza a narrativa mítica, pendendo mais para a efabulação do que para o rigor histórico.

O providencialismo que marca o mito de Ourique estende-se até ao século XVI, momento crítico na história portuguesa. O desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, a crise dinástica que se lhe segue e a invasão castelhana subsequente mergulham o país numa submissão a Castela, propícia ao germinar de esperanças messiânicas: o rei encoberto regressará numa manhã de nevoeiro, montado num cavalo branco, para libertar o povo português dos grilhões estrangeiros e estabelecer assim o primitivo estado de harmonia. É um mito de salvação, de restabelecimento, no futuro, da Idade do Ouro perdida, da época em que Portugal se vivia enquanto país livre, independente e próspero. Acresce ainda uma missão maior a Portugal, já indiciada no milagre de Ourique: fundar um império universal e eterno, o Quinto Império anunciado por António Vieira.

Ao circunstancialismo histórico aliam-se tradições várias que estiveram na origem do mito sebastiânico: o profetismo bíblico (Livros de Daniel e Zacarias), o messianismo judaico, cuja situação de cativo faz com que o povo português com ele se identifique; a teoria das Três Idades (Pai, Filho e Espírito Santo) do monge italiano Joaquim de Flora; o mito do Encoberto vindo de Espanha (profecias de Santo Isidoro de Sevilha) e as *Trovas* de Bandarra.

100 Como se vê, por exemplo, no poema «O conde D. Henrique», em que o cavaleiro é um mero intermediário da vontade divina: «Todo o começo é involuntário./ Deus é o agente./ O herói a si assiste, vário/ E inconsciente.// À espada em tuas mãos achada/ Teu olhar desce./ «Que farei com esta espada?»// Ergueste-a, e fez-se.» (Pessoa, [1986]: 27). Em «O Infante», é Deus o responsável pelos Descobrimentos: «Deus quer, o homem sonha, a obra nasce./ Deus quis que a terra fosse toda uma./ Que o mar unisse, já não separasse./ Sagrou-te, e foste desvendando a espuma» (*idem*; 57); o mesmo em «Ocidente»: «Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal/ A mão que ergueu o facho que luziu./ Foi Deus a alma e o corpo Portugal/ Da mão que o conduziu» (*idem*; 66). A dupla barra indica mudança de estrofe e será sempre usada com este significado.

Em 1603, D. João de Castro publica pela primeira vez as *Trovas* de Bandalra, sapateiro de Trancoso cujos versos revelam três sonhos que profetizam o regresso de um salvador da pátria, numa época de decadência, ao mesmo tempo que criticam a corrupção dos costumes, como sejam a imoralidade da Igreja e a injustiça dos magistrados (PIRES, [1982]: 72). Cedo, porém, o Sebastianismo deixa de se reportar factualmente ao último rei da dinastia de Avis; o mito do salvador da pátria embrenha-se no ser português e encarna em figuras e movimentos diversos: sucessivamente, a esperança deposita-se em D. João IV, D. João V, Marquês de Pombal, D. Miguel, D. João VI, a República, o sidonismo, o salazarismo, a revolução de Abril, os mitos de consumismo da C. E. E. (PIRES, 1994: 48). O mito sebastítico perdura na identidade nacional, apesar das investidas que o procuram inscrever no campo da patologia coletiva, da aberração e do irracionalismo¹⁰¹.

Até ao século XIX, o Sebastianismo assume contornos de mito político-religioso, com a sua expressão máxima em António Vieira, que profetiza a fundação do Quinto Império, liderado simultaneamente pelo representante supremo religioso – o Papa – e pelo imperador secular – o rei de Portugal, tornado assim senhor universal. No século XX, esbate-se este desejo de realização efetiva do regresso do Desejado, mas o mito perdura na tradição do pensamento português e o Sebastianismo passa a tema literário recorrente até aos nossos dias. Veja-se como no romance *As naus* António Lobo Antunes retrata ironicamente a descolonização portuguesa como um processo doloroso¹⁰² que desemboca na espera, com laivos grotescos, de uma salvação sebastiânica que se mostra irrealizável¹⁰³.

101 Cf. Oliveira Martins, *História de Portugal*; José Agostinho de Macedo, *Os sebastianistas. Reflexões sobre esta ridícula seita* (1810); António Sérgio, «Interpretação não romântica do sebastianismo», *Breve história de Portugal* e a «Questão do Desejado» entre Sérgio e Carlos Malheiro Dias (1924-1925); António de Sousa Silva Costa Lobo, «Origens do sebastianismo – História e configuração dramática» (Lobo, 1979: 685-784).

102 Para uma análise do tema da identidade nacional nesta obra consultar o meu estudo «António Lobo Antunes: a anti-épica e a identidade nacional», in *«La Lusophonie - Voies/voix océaniques»*, Atas do Colóquio Internacional de Literatura (Universidade Livre de Bruxelas, 16-19 de Setembro 1998), Lisboa, Lidel, 2000; pp. 114-120.

103 O romance termina com a esperança estéril de um grupo de enfermos que simbolizam o estado doente do próprio país: «Amparados uns aos outros para partilharem em conjunto do aparecimento do rei a cavalo, com cicatrizes de cutiladas nos ombros e no ventre, sentaram-se nos barcos de casco ao léu, no convés de varanda das traineiras, nos flutuadores de cortiça e nos caixotes esquecidos, de que se desprendiam odores de suicida dado às dunas pela chibata das correntes. Esperámos, a tiritar no ventinho da manhã, o céu de vidro das primeiras horas de luz, o nevoeiro cor de sarja do equinócio, os frisos de espuma que haveriam de trazer-nos, de mistura com os restos de feira acabada das vagas e os guinchos de borrego da água no sifão das rochas, um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer Quibir com pulseiras de cobre trabalhado dos ciganos de Carcavelos e colares baratos de Tânger ao pescoço, e tudo o que pudemos observar, enquanto apertávamos os termómetros nos sovacos e cuspiamos obedientemente o nosso sangue nos tubos do hospital, foi o oceano vazio até à linha do horizonte coberta a espaços de uma crosta de vinagreiras, famílias de veraneantes tardios acampados na praia, e os mestres de pesca, de calças enroladas, que olhavam sem entender o

As realizações artísticas de uma nação constituem parte integrante da sua identidade. A arte é a manifestação individual do seu criador e é, simultaneamente, fruto do seu tempo e do contexto histórico, e expressão das especificidades nacionais. Maria das Graças Moreira de Sá chama a atenção para esta duplicidade na literatura: «Enquanto reflexão, a obra literária é um documento dúplice: reflete o pensamento do tempo, enraizado em circunstâncias e condicionalismos concretos, e espelha a individualidade do escritor nos traços que, simultaneamente, o *identificam* à e o *distinguem* da sociedade que o viu nascer» (Sá, [1999]: 13).

Em Portugal, a literatura medieval constitui desde logo uma revelação de originalidade: na poesia trovadoresca, à herança provençal dos cantares de amor, enunciados por uma voz masculina, acrescentam os autores portugueses (e galegos) as cantigas de amigo, inovação genológica que coloca a mulher no centro do discurso, como sujeito da coita de amor, papel que anteriormente lhe estava vedado.

É, no entanto, no Renascimento que avultam criações artísticas que melhor revelam a originalidade do caráter nacional: a épica camoniana e a arquitetura manuelina. Ambas emergem da experiência das Descobertas, realização máxima do espírito português. *Os Lusíadas*, pela sua perspetiva globalizante da história de Portugal e pela exaltação da Expansão Ultramarina (não sem manifestar vozes dissonantes da empresa marítima), tornou-se símbolo do nacionalismo luso, sempre recuperado em épocas de crise e de ameaça à independência¹⁰⁴.

O Manuelino, também entendido como o gótico final português, deve a sua denominação a D. Manuel I, embora ultrapasse os limites cronológicos do reinado deste (1495-1521). Este estilo está fortemente ligado às circunstâncias económicas, políticas e sociais da época, nomeadamente ao enriquecimento do reino com os Descobrimentos, ao consequente fausto da vida da corte e à consolidação do poder real. Fortemente escultórico e decorativo, antecipa a vertigem do Barroco e a tendência deste para o luxo e a ostentação. A originalidade da arquitetura manuelina revela-se essencialmente no uso de elementos decorativos de origem tradicional e provenientes da experiência ultramarina, de que são exemplo os motivos do mar e de vegetação exótica que encontramos em monumentos nacionais como o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém e o Convento de Cristo. Este é um estilo artístico que constitui uma síntese do sentimento nacional e de um estilo de vida conotado com a aventura ultramarina, naquilo que esta tem de espírito aventureiro, busca do desconhecido e maravilhamento com o estranho e o exótico.

No presente, a imagem de Portugal no estrangeiro, a sua identidade nacio-

nosso bando de gaivotas em roupão, empoleiradas a tossir nos lemes e nas hélices, aguardando, ao som de uma flauta que as vísceras do mar emudeciam, os relinchos de um cavalo impossível» (in António Lobo Antunes, *As naus*, Lisboa, D. Quixote, 1988; p. 247).

104 Veja-se o elevado número de edições de *Os Lusíadas* de 1580 a 1640, durante o domínio dos Filipes de Espanha.

nal para o Outro, passa impreterivelmente pelas obras de artistas que ganham notoriedade internacional. O prestígio e reconhecimento de criadores como Vieira da Silva, Paula Rego, Saramago, Lobo Antunes, Manoel de Oliveira, Siza Vieira, Luís Miguel Cintra, Maria João Pires, Emmanuel Nunes, entre tantos outros, é transferido para a própria nação e as realizações deles são consideradas representativas do valor português, da originalidade e criatividade nacionais.

As várias vertentes da identidade nacional aqui consideradas – Estado, território, Constituição, língua, religião, etnia, história, mitos e arte – tornam evidente que Portugal tem um forte perfil identitário. Não posso, por isso, concordar com Boaventura de Sousa Santos quando este defende que os portugueses têm «maior capacidade [...] de se identificarem com identidades outras, do que de criar um forte núcleo identitário próprio»¹⁰⁵. Apesar da sua natural abertura ao outro, da sua proverbial capacidade de adaptação ao estranho, da sua «tradição histórica de intermediação»¹⁰⁶ entre as colónias e os países industrializados da Europa, a identidade portuguesa mantém-se inviolável e interiorizada no povo português de modo consistente e duradouro, revelando-se, por vezes, até demasiado resistente à mudança, como se constatou pela relutância à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, em 1985, não só por razões económicas, mas também pela ameaça que esta *desterritorialização* poderia significar para a autonomia nacional.

105 *Apud* Maria José Canelo, «Nações em revista(s)» in Ramalho e Ribeiro, 2001: 443.

106 *Ibidem*.

PARTE II

**PORTUGAL NA LITERATURA PORTUGUESA:
DE FERNÃO LOPES AO FIM DO SÉCULO XIX**



CAPÍTULO IV

O PANEGÍRICO MEDIEVAL

4.1. O providencialismo de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara

Das várias crônicas escritas por Fernão Lopes, a *Crónica de D. João I* é a que revela uma imagem mais completa de Portugal, contribuindo para a afirmação e consolidação de uma nascente consciência nacional. Até ao século xv, nenhuma obra de autores portugueses assumira tão perentoriamente a exaltação do país e da independência nacional; como afirma Hernâni Cidade, Fernão Lopes «tornou consciente de si própria a alma de Portugal» (CIDADE, 1975: 35).

Enquanto a *Crónica de D. Pedro I* e a *Crónica de D. Fernando* se limitam a narrar as iniciativas e realizações destes monarcas, a *Crónica de D. João I* configura um retrato muito completo da história de Portugal nos períodos da regência e do reinado de Mestre de Avis¹⁰⁷. Com a morte de D. Fernando, em 1383, e a inexistência de um herdeiro masculino, abre-se uma crise dinástica em Portugal: D. Beatriz, filha de D. Fernando, casara com D. João I de Castela, pelo que só um futuro filho seu poderia subir ao trono português. É assim que Leonor Teles assume a regência do reino, secundada pelo seu favorito, o conde Andeiro. Aumenta, então, o descontentamento gerado durante o reinado de D. Fernando, sobretudo da burguesia e das classes baixas, que viam a nobreza tirar dividendos da guerra

107 Cf. BEAU, 1959: 19, 64.

com Castela¹⁰⁸. É o Mestre de Avis que, por iniciativa própria ou talvez arrastado pela situação, assume o protagonismo da revolução de Lisboa ao assassinar o conde Andeiro em 1383, e ao ser elevado a Regedor e Defensor do Reino.

A primeira parte da *Crónica de D. João I* narra precisamente a morte de Andeiro e a progressiva consolidação do Mestre enquanto garantia da independência nacional face às investidas castelhanas (cerco de Lisboa, de Maio a Setembro de 1384): «É o período do país sem rei. E é também um período de tomada de consciência de liberdades e de responsabilidades, cuja potencialidade revolucionária havia de dar os seus frutos na mudança social que veio a produzir-se» (Amado, 1980: 63). A este conturbado período de dois anos de história (1383-1385) dedica o cronista 193 capítulos, nos quais se multiplicam as linhas da intriga histórica. Fernão Lopes dá um claro relevo ao crescente sentimento de nacionalidade, o qual é fomentado pelos ataques de D. João I de Castela, nomeadamente pelo longo cerco de Lisboa; perante esta ameaça à integridade do país, os portugueses resistem até às últimas consequências, garantindo, assim, a independência nacional.

A segunda parte da *Crónica de D. João I* é ocupada por um período de maior estabilidade, em que Portugal tem já no aclamado D. João I a figura do monarca que lhe faltava, inclusivamente para a afirmação do país perante as potências estrangeiras. A batalha de Aljubarrota e a consequente vitória sobre os castelhanos constituem o núcleo aglutinador desta parte da crónica, na qual se destacam as ações armadas conduzidas pelo rei e pelo condestável.

Fernão Lopes é o primeiro autor a ocupar o cargo de cronista do reino, criado por D. Duarte no século xv. No reinado deste monarca estabelecem-se as bases da historiografia nacional, não só com a criação do referido cargo, mas também com a fundação de um Arquivo Nacional, a Torre do Tombo. D. Duarte pretende reconstituir e registar o passado nacional até ao reinado de seu pai,

108 Este descontentamento tem origem na situação precária que se vivia no país, a vários níveis: «Desde 1369 até 1382 (faltava um ano somente para a revolução), Portugal manteve-se em pé de guerra com Castela. Episódio da Guerra dos 100 anos, estas infelizes contendas de D. Fernando custaram muito caro ao País: três derrotas sucessivas e três tratados de paz, em situação de vencido; a destruição de grande parte da nossa marinha, de tal modo que o Mestre de Avis, ao assumir a chefia da revolução, teve de dar novo incremento à construção naval e pedir auxílio aos burgueses do Porto; um tratado de paz preceituando o casamento da herdeira do trono português com o rei castelhano, o qual, apesar de muitas cláusulas tendentes a evitar o perigo duma união dos dois reinos, poderia ser pretexto, como foi, para a intervenção armada do rei espanhol nos negócios internos de Portugal, do desagrado, pelo menos, duma boa parte da nação; a miséria pública, como é atestado pela representação dos bons da cidade à rainha, logo após a morte do «inconstante» rei, de que as «gentes eram postas em grandes pobreza», como relata Fernão Lopes; a má situação do erário (o pecúlio que D. Pedro amealhara fora desbaratado) que provoca a quebra da moeda, e a sua consequente desvalorização e subida do custo da vida» (Serrão, 1978a: 31-32).

D. João I¹⁰⁹. Em carta régia de 19 de Março de 1434 encarrega Fernão Lopes, já então guarda das escrituras da Torre do Tombo, de tal tarefa: «A quãtos esta carta virem fazemos saber que nos teemos dado Carrego a fernam lopez nosso escripvm de poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em portugal foram Esso meesmo os grandes feytos e altos do muy uertuosso E de grãdes uertudes ElRey meu Senhor padre cuja alma deus aja» (*apud* Serrão, [1972]: 42). Joaquim Veríssimo Serrão atribui esta pronta determinação de D. Duarte à estabilidade e desenvolvimento da época, bem como ao fechar de um ciclo na história do nosso país. Portugal atingira a sua maioridade, afastara a ameaça castelhana e afirmara a sua independência:

É certo que, em muitos aspectos, era novo o ambiente cultural que ao tempo existia no reino. Com o advento ao trono de D. João I terminara o período de formação da Nacionalidade, com a reconquista das terras do Algarve e a expulsão dos Mauritinos, verificadas no tempo de D. Afonso III, e a obra de estrutura política que se lhe seguiu. Com as bases administrativas de que Portugal carecia, deu-se o consequente surto económico do reino. No espaço de trezentos anos, graças ao labor dos reis afonsinos, define-se um Estado forte e com uma organização política, social e económica que era de molde a garantir a sua permanência histórica (*idem*; 43).

Fernão Lopes encontra-se, assim, comprometido com a instituição régia e dependente de uma tença anual concedida por esta última. Como a carta régia citada refere, o cronista deve retratar «os grandes feytos e altos» e as «grãdes uertudes» de D. João I; a história a ser escrita reveste-se, pois, de um (aparentemente) inevitável carácter panegírico, uma vez que o objetivo era a glorificação de uma época áurea da história portuguesa.

Muito se tem polemizado acerca da objetividade histórica de Fernão Lopes. Se, por um lado, há autores que invocam uma total isenção do cronista face aos acontecimentos que relata, outros há que lhe apontam um inequívoco favorecimento da causa portuguesa. No primeiro caso inserem-se Albin Eduard Beau, Rodrigues Lapa, Joaquim Veríssimo Serrão, Gonçalves Cerejeira e Damião Peres; a segunda posição é defendida por José Caldas e Estêvão de Moraes (que

109 Esta é uma preocupação que se vai estender a outros reis portugueses, que mandam traduzir as crónicas, tendo em vista a divulgação destas fora do nosso país: «A realeza preocupava-se com a organização das Crónicas do reino, e convidava latinistas italianos como Mateus Pisano, Frei Justo Balduino, e Angelo Policiano para traduzirem para latim as memórias nacionais. De D. João II, escreveu Damião de Góis: «era tão curioso de fazer vir em luz todos os feitos d'este Conde D. Duarte e do Conde D. Pedro seu pae, e hos dos Reys passados, que para se divulgarem em *lingua latina*, mandou vir de Italia D. Justo, frade da ordem de S. Domingos, a quem por este respeito fez Bispo de Septa...»» (BRAGA, [1984]: 408).

apontaram erros e distorções às crónicas de Fernão Lopes, pondo em dúvida o seu valor histórico), bem como por Hernâni Cidade, Lindley Cintra e António José Saraiva.

Em prol da imparcialidade do cronista, apontam os estudiosos dois fatores fundamentais: o uso apurado de documentos de ordem vária (cartas, por exemplo) e o retrato insuspeito de várias figuras históricas, individuais ou coletivas. Fernão Lopes terá recorrido à consulta de documentos e tê-los-á analisado sob uma perspectiva comparativista como estratégia de chegar à tão desejada verdade histórica; ele próprio o afirma no prólogo à primeira parte da *Crónica de D. João I*: «Oo! com quanto cuidado e diligemça vimos gramdes vollumes de livros, de desvairadas languageës e terras; e isso meesmo pubricas escripturas de muitos cartarios e outros logares nas quaaes depois de longas vegilias e gramdes trabalhos, mais çertidom aver nom podemos da contheuda em esta obra» (LOPES, [1983], I: 2).

Quanto à composição das figuras históricas, vários autores demonstram como o cronista as representou de um modo pleno, ou seja, revelando quer os seus defeitos, quer as suas virtudes¹¹⁰. Hernâni Cidade, ao comparar o aproveitamento que fez Fernão Lopes da *Crónica do Condestabre* na *Crónica de D. João I*, conclui que o «apostolado nacionalista» do autor lhe ensombrou o espírito crítico (CIDADE, 1975: 89) e o levou a atenuar na *Crónica de D. João I* as fugas dos portugueses relatadas na *Crónica do Condestabre*; esta última mostra demasiado a fraqueza dos cavaleiros nacionais face aos ataques inimigos (*idem*; 87-88). Segundo Hernâni Cidade, Fernão Lopes transfigura a História, mas desculpa o um objetivo nobre: o de exaltar o sentimento de nacionalidade que então brotava no espírito dos portugueses. O desrespeito da verdade histórica é, então, justificado pela necessidade pedagógica de vivificar e consolidar a memória nacional:

Amava muito a verdade, mas sabia muito bem que não seria a sua fria nudez que inflamaria um nacionalismo nascente, que era preciso acarinhar e resguardar como planta nova. A memória individual, como a colectiva, repele recordações depressivas, por motivos análogos, porventura, àqueles que levam o organismo a eliminar as toxinas. É esta *força vital* que embeleza a história em lenda sugestiva, que transforma aquilo *que foi naquilo que deveria ter sido*; que corrige os *feitos exteriores* do homem pelas *ideias* que em sua intimidade se cumprem, isentas das mutilações provenientes do pobre condicionalismo da matéria. Esse processo, inevitável ainda hoje, em muito maior escala se realizou no passado (*idem*; 90).

110 Cf. BEAU, 1959: 47-49. Este autor mostra como o mesmo processo se verifica na *Crónica de D. Pedro I* e na *Crónica de D. Fernando* (*idem*; 43-47). Cf. também LAPA, 1956: 374-378, SERRÃO, 1972: 54-56, AMADO, 1980: 30-31 e AMADO, 1991: 64.

Este facciosismo do nosso primeiro cronista é igualmente defendido por António José Saraiva, que reconhece mesmo cortes e alterações nas crónicas de Fernão Lopes com claros objetivos panegíricos (SARAIVA, 1993: 179). Porém, Saraiva salienta dois outros elementos determinantes na narrativa apologética: o providencialismo e o privilégio dado ao ponto de vista das classes revolucionárias. O sancionamento divino, visível através dos milagres que favorecem a facção portuguesa em detrimento dos seus inimigos, é uma prova clara do favorecimento conferido ao lado português (SARAIVA, 1965: 30). Por outro lado, ao mostrar a crise do feudalismo, Fernão Lopes identifica-se com os oprimidos, mostrando o ponto de vista das classes mais baixas que levam a cabo a revolução de 1383 (SARAIVA, 1996d, II: 231 e SARAIVA e LOPES, [1982]: 135)¹¹¹.

Não é meu objetivo a averiguação da veracidade histórica da *Crónica de D. João I*, mas a análise da imagem de Portugal que esta transmite. No entanto, parece-me que será de adotar uma posição de equilíbrio entre subjetividade e objetividade, nomeadamente nos termos em que a coloca Teresa Amado. Deste modo, não negando a relativa margem de independência conseguida pelo autor face ao seu mecenas (AMADO, 1980: 20) – com base nos documentos consultados –, esta autora defende uma conceção moderna da História, segundo a qual a objetividade não passa de um mito iluminista:

O que importa é que, para além do documentável, o historiador que sabe exprimir a sua verdade, não em termos de uma impossível objectividade, mas de uma assumida subjectividade interpretativa e contingente, não aspirando afinal mais do que a ser autêntico, é provavelmente o que mais se aproxima do ideal da História./ A propósito da ‘objectividade’ diz Barthes que é «uma forma particular de imaginário, produto do que se poderia chamar a ilusão referencial, visto que o historiador pretende deixar que o referente fale sozinho» (*Le discours de l’histoire*, p. 16, tradução minha). Efectivamente, todo o acto de linguagem é discurso e este comporta sempre as suas marcas, mais ou menos explícitas, de tal modo que a própria

111 Teresa Amado refuta este tendenciosismo «classista» apontado a Fernão Lopes: «Estes dois homens [Álvaro Pais e João das Regras], como o cronista de D. João I, não eram clérigos nem senhores, dispunham pois dessa primeira condição para virem a efectuar uma ruptura com a tradição cronística anterior. Pertenciam, porém, por tradição e vivência, a grupos que tendiam a parcializar a percepção da realidade./ Uma série de circunstâncias felizes fizeram com que Fernão Lopes não estivesse sujeito a tais limitações. Não era membro puro de nenhum grupo. De origem pequeno-burguesa, ao que tudo indica, ganhou, pelas exigências da sua profissão e pelas suas próprias qualidades intelectuais, acesso ao convívio com pessoas e objectos que social e culturalmente estavam muito acima do horizonte que o seu nascimento teria permitido antever. Até aos roteiros de viagens que aparecerão umas dezenas de anos mais tarde, ele permanece caso único entre os autores de grandes obras narrativas como possuidor de um olhar exógeno sobre a cena (e as cenas) do poder. Isso havia de marcar o modo como concebeu e narrou os acontecimentos» (AMADO, 1991: 24).

ausência de signos de enunciação é significativa da presença do sujeito, dum determinado modo de presença do sujeito (AMADO, 1991: 14).

Interessa-me, pois, analisar os diferentes processos utilizados por Fernão Lopes para glorificar Portugal: o panegírico (visível nos prólogos, na caracterização das personagens e nas relações intertextuais que a *Crónica de D. João I* estabelece com outros textos) e, aliado a este, o providencialismo (o mito da Sétima Idade).

Na *Crónica de D. João I*, poucas são as personagens que assumem um destaque individualizado, sendo alvo do enaltecimento do narrador: D. João I, Nuno Álvares Pereira, a Ínclita Geração e D. Filipa de Lencastre. Já atrás disse que, apesar de ter como objetivo a ordenação da história passada de modo a celebrar as figuras retratadas, Fernão Lopes não se coíbe de mostrar os protagonistas na sua dupla faceta, a das qualidades e a dos defeitos. De facto, assim acontece com as personagens de D. João I e de Nuno Álvares, o que poderia funcionar como um contrassenso num texto que se quer enquanto exaltação. No entanto, se perspetivarmos Nuno Álvares como «o duplo (psicológico) e o complemento (na ação) de D. João I», como sugere Teresa Amado (*idem*; 59), verificamos que um supre as falhas do outro, pelo que ambos constituem o herói completo:

se o Mestre tinha de ser o rei, quem concretizou a exequibilidade de tal projecto foi Nun' Álvares; se o rei devia e soube promover a paz, foi porque o Condestável soube ganhar a guerra; se a fraqueza, o medo e a inépcia daquele não tiveram consequências mais desastrosas e puderam servir à protecção da sua preciosa pessoa, foi porque este se excedeu em coragem, força e eficiência combativa. Acrescente-se que a prepotência inapelável do fundador da dinastia no tratamento dos inferiores contrasta com a justiça e a capacidade de perdoar do seu chefe militar. Em contrapartida, há que reconhecer a vantagem da cortesia e da prudência do primeiro em ocasiões politicamente delicadas onde a severidade e impaciência do segundo só teriam agravado as dificuldades. Manifestam-se, em certo sentido, como o reverso um do outro (*idem*; 64).

No prólogo da primeira parte da *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes foge às leis canónicas do género¹¹², ou seja, em vez de se centrar no engrandecimento do monarca, expõe o seu método de historiar que se baseia no recurso a diversas fontes com vista a chegar à verdade histórica e à total isenção e na busca de um estilo claro

112 Esta é uma das originalidades do cronista; de notar que o século XIV é, por excelência, aquele em que se manifesta uma maior libertação dos autores em relação às restrições genológicas do prólogo: «Para esta autora [Corona de Ley], es, a partir de 1300, cuando el prólogo se muestra como vehículo de manifestaciones propias ya que es cuando emerge, propiamente, el escritor con su auténtica personalidad» (Martínez e Riquer, 1998: 18).

e despojado. Nada declara sobre as excelsas virtudes do ainda então Mestre de Avis, talvez por este não ser ainda o rei de Portugal¹¹³. É só no prólogo da segunda parte da crónica, na qual o mestre provou já a sua legitimidade para ser escolhido para rei, que Fernão Lopes assume um tom indiscutivelmente encomiástico, louvando as qualidades do novo monarca, das quais sobressaem a devoção religiosa – «fiell catholico» (LOPES., [1983], II: 2) –, a «justiça e piedade» (*idem*, II: 3), a fidelidade conjugal e o respeito por sua mulher, D. Filipa de Lencastre, a «vertude de grandeza» (*ibidem*). Fernão Lopes chega mesmo a sobrepor a excelência do caráter de D. João I ao facto de este ser filho ilegítimo, o que nem sequer é referido; se o Mestre de Avis não tivesse ascendência real, bastar-lhe-iam as qualidades dele para que fosse um bom rei: «ca posto que se craramente veja que as homrras mudaõ os costumes, [faleçemdo em el esta gerall regra, mais] parecia digno de reinar per vertudes e boas comdições que por reall jeração de que deçemdesse» (*ibidem*).

O prólogo da segunda parte é, portanto, o que obedece de modo inequívoco à convenção que rege o género: elabora-se o elogio superlativo do protagonista (omitindo qualquer detalhe menos virtuoso), por contraste com a humildade do autor que se propõe cantar – com brevidade – tão altos feitos. No final do texto, Fernão Lopes assume um tom grandiloquo, quase épico, ao usar a apóstrofe e a metáfora:

Ho muy nobre primcipe, froll e excçelemçia dos Reis que em Portuguall reynaraõ, bem escreveraõ os que diseraõ que todalas umanaes vertudes floresceraõ em tij, por espiciall gracça, de guisa que por a pouquidade do nosso emgenho naõ fomos ousados de falar em elas, e estas poucas que das obras alheas apanhamos, apartamos asy em soma por naõ dizerem que britavamos, a primeira ordenamça, deshi por tornarmos [a seguir] nosso symplêz razoamento (*idem*, II: 3-4).

A superioridade do caráter de Nuno Álvares Pereira, bem como a sua imensa coragem e fidelidade à causa nacional, levam a que esta personagem assumia na narrativa um destaque semelhante ao dado ao próprio rei. Como atrás já referi, Nuno Álvares e D. João I são as duas faces da mesma moeda; os defeitos de um são colmatados pelas qualidades do outro; um é o chefe militar e o outro é o chefe político. Daí que o cronista seja levado a suspender a narrativa no momento em que Nuno Álvares entra em cena; torna-se necessário, através da analepse, explicar as origens do Condestável (vol. I, cap. 32), a tomada das armas (vol. I, cap. 33), o casamento (vol. I, caps. 34-35) e a decisão irrevogável de se juntar ao

113 «Pelo que ficou dito, compreende-se que não houvesse lugar neste Prólogo para os habituais louvores: antes de os dirigir ao rei, como é devido, Fernão Lopes tem que demonstrar que o Mestre conquistou o direito a sê-lo» (Amado, 1991: 81).

Mestre de Avis (vol. I, caps. 36-39). Fernão Lopes faz anteceder estes capítulos de uma espécie de prólogo (o capítulo 31), como ele próprio afirma – «per modo de prologo que ell bem mereçe» (*idem*, I: 63) –, à semelhança dos prólogos que abrem as crónicas reais. O tom é igualmente laudatório e repete-se o tópico da indignidade do autor e da necessária brevidade. Nuno Álvares é então enaltecido neste «prólogo» por uma qualidade essencial: a de resistir aos prazeres carnaís¹¹⁴. É de notar que este processo se aproxima da *Crónica de D. Pedro I*, em que é só um traço – a justiça – a linha de força do panegírico ao monarca.

O efeito encomiástico do capítulo 31 é intensificado pelas relações inter-textuais estabelecidas, quer explícita, quer implicitamente, com narrativas de índole diversa. A um nível menos direto, podemos entrever neste Nuno Álvares casto e inabalável o Galaaz dos romances arturianos, simbólico do ideal do cavaleiro cristão que tem como missão defender os desprotegidos. Por outro lado, o tom assumido pelo cronista aproxima-se do discurso religioso, nomeadamente das narrativas de vidas de santos: «Scprevemdo em este passo, sem costramnger nehuũ que ouça, emtemdemos teer nos feitos deste homem, o modo que tem alguũs preegadores, de demtro no sermom emxertam a vida daquell de que preegam, e na fim deelle comcludem seu tema» (*ibidem*). Deste modo, desenvolve-se o tópico hagiográfico da perfeição moral da personagem, cuja exemplaridade é acentuada. A História surge como tendo uma função pedagógica¹¹⁵; Fernão Lopes pretende que os seus leitores sejam levados a imitar aquele que veem retratado:

nos sob huũa brevidade de curto estillo, emtemdemos de seguir seus exçellemtes autos. Os quaaes, aimda que a alguũs nom prazam, outros com aguilloões de proveitosa emveja podem espertar a fazer semelhamtes (*idem*, I: 64).

À Ínclita Geração e a D. Filipa de Lencastre são dedicados louvores mais breves. Nos capítulos 147 e 148 da primeira parte da *Crónica de D. João I*, faz-se referência às qualidades ímpares dos filhos de D. João I, destacando-se a obediência destes em relação ao pai¹¹⁶. Fernão Lopes enaltece-os de modo superlativo, destacando-os

114 «pois per pelleja que numca çessa, nom ssem gramde força e rresistemçia sobjugou de tall guisa os viçios carnaaes, que cheo de fruto de gramde proveito, o nom podia nehuũ prasmr de mingua algũa que notavell fosse» (LOPES., [1983], I: 63).

115 «A preocupação moral da historiografia medieval veio-lhe [a Fernão Lopes] por herança da História clássica, nomeadamente de Tito Lívio, o mais citado historiador da antiguidade, e da patrística, que à sua conta muito deveu às tradições literárias grega e romana, de que procurou colher elementos que pudesse combinar com a tradição bíblica» (Amado, 1991: 69-70).

116 «Os filhos deste nobre Rei inteiramente tem tall louvor, caa todos lhe foram sempre tam obidientes, asy solteiros como casados, que nenhuũ estaado nem crecimentto de homrra os pode mudar, pouco nem muito, do samto preposito da obidiencia» (LOPES., [1983], II: 321).

mesmo para além das fronteiras nacionais: «E estes Ifantes que dizemos saíram todos taees e tam bõos, que de nenhũ rei que da Espanha nem mais alomgada terra fose se lê que semelhantes filhos ouvese» (*idem*, II: 320). A nível retórico, a metáfora vegetal – «prazivees ramos com folhas, frutificamdo desta guissa» (*idem*, II: 322-323) – valoriza a evolução crescente destes filhos dedicados, prenunciando as suas realizações futuras. Por outro lado, a estrutura antitética acentua o caráter único e exemplar dos infantes, mais dedicados ao trabalho do que ao ócio e ao divertimento: «pos o Senhor Deos em elles especiaees doens da natureza acompanhados de nobres joias de bõos e onestos costumes, dos quaees Ifantes sem outra louvaminha se pode dizer que nã lemos nem vimos nenhũus que servisem tam pouco aos deleites, nem a que tanto aprouvesem os virtuosos trabalhos» (*idem*, II: 324).

D. Filipa de Lencastre é caracterizada pelo cronista como um modelo a seguir: devota, piedosa, fiel ao marido, afável e humilde (*idem*, II: 226). Assim como verifiquei a propósito das personagens anteriores, também ela é elevada a exemplo e transposta de caso particular a lei geral e moral: «Asy que semdo seus perfeitos costumes, em que muyto ffloreceo, per meudo postos em scripto, asaaz seriam dabastossa emsinamça pera quaes quer molheres, posto que de mor estado fosem» (*ibidem*).

Afigura-se-me que os capítulos analisados a propósito da caracterização destas personagens têm em comum o gênero convencional do prólogo, tanto no invocar das qualidades dos retratados, como nos tópicos referentes ao método de historiar; assim conclui Albin Eduard Beau:

As virtudes que o Cronista louva neles, não passam de convencionais. Isto vale tanto para as virtudes régias da justiça, moderação e piedade, força e prudência («emtemdimento»), amor da paz, devoção e generosidade, como para as filiais da obediência e amor, e ainda para as de discrição e do domínio de si próprio, sublinhadas tanto nos infantes como no condestabre, e a da lealdade, atribuída à cidade de Lisboa./ Convencionais, são também a estilização e a estrutura estilística destes panegíricos. Pertencem propriamente ao estilo laudatório as afirmações do propósito de ser breve, e da incapacidade e indignidade perante a plenitude e grandeza de virtudes e feitos a enaltecer (BEAU, 1959: 52).

No entanto, mesmo seguindo parâmetros genológicos específicos, Fernão Lopes consegue dar vivacidade e expressividade à história que conta¹¹⁷. A subversão do gênero no prólogo da primeira parte (centrando o discurso no método de historiar) e a inclusão de prólogos enaltecedores a meio da narrativa são, sem dúvida alguma, sinais de originalidade, que lhe permitem mostrar os protagonis-

117 Para uma análise estilística dos panegíricos em Fernão Lopes consultar Beau; 1959: 57-61.

tas como símbolos do valor de toda a nação e como garantias da independência nacional. Porém, é na movimentação das personagens coletivas que reside grande parte da originalidade desta crónica. A narrativa mostra a totalidade da sociedade em ação, não obliterando nenhum estrato social, ao contrário da tendência generalizada da cronística medieval para fazer da história um conjunto de episódios palacianos, cujos protagonistas são invariavelmente os reis e os nobres¹¹⁸. Em Fernão Lopes, o povo é um grupo que se destaca na defesa da independência do reino face à ameaça castelhana: o povo de Lisboa, por exemplo, dá provas irrefutáveis de sacrifício e abnegação ao resistir à fome e aos ataques durante o cerco de Lisboa por D. João I de Castela; é ele que se mantém ao lado do Mestre, mesmo quando em menor número ou mais mal apetrechado para o combate, enquanto a nobreza toma partido por Castela:

Desta guisa que avees ouvido, se levamtaram os poboos em outros logares, seemdo grande çisma e divisom amtre os grandes e os pequenos./ O quall ajuntamento dos pequenos poboos, que sse estomçe assí juntava, chamavom naquell tempo arraya meuda. Os grandes aa primeira escarneçemdo dos pequenos, chamavõ-lhe poboo do Mexias de Lixboa, que cuidavom que os avia de rremiir da sogeiçõ delRei de Castella./ E os pequenos aos grandes depois que cobrarom coração, e se juntavom, todos em huũ, chamavomlhe treedores çismaticos, que tiinham da parte dos Castellaãos, por darem o rregno a cujo nom era; e nẽ huũ, por gramde que fosse, era ousado de contradizer a esto, nem fallar por ssi nẽhuũa cousa, porque sabia que como falasse, morte maa tiinha logo prestes, ssem lhe nenhuũ poder seer boom. Era maravilha de veer, *que tanto esforço dava Deos nelles*, e tanta covardiçe nos outros, que os castellos que os amtiigos reis per lomgos tempos jazendo sobrelles, com força darmas, nom podiam tomar; os poboos meudos, mall armados e sem capitam, com os ventres ao soll, amte de meo dia os filhavom por força (LOPES., [1983], I: 86-87, sublinhado meu).

Apesar de estar em desvantagem, a «arraia miúda» tem a proteção divina, como aliás é regra ao longo de toda a crónica: invariavelmente, Deus favorece sempre a causa portuguesa. São as classes mais baixas que demonstram mais afínco na preservação da independência, movidos pelo «amor da terra e naturall afeiçom» (*idem*, I: 133), ou seja, por um sentimento de nacionalidade que neles já desponta; a estas se opõem as classes mais altas que, «per cobiiça mesturada com enteemçom maliçiosa» (*ibidem*), ignoram a fidelidade ao seu reino e tomam o partido de Castela.

118 Como irei verificar adiante, Zurara, o sucessor de Fernão Lopes, regressa a esta conceção de narrativa, o que constitui um retrocesso em relação à modernidade dos processos narrativos de Fernão Lopes. Cf. AMADO, 1991: 32-34, SARAIVA, 1996d, II: 235-238 e SARAIVA e LOPES, [1982]: 125-128.

É, portanto, fundamental a caracterização encomiástica destas diversas personagens para a composição de uma imagem de Portugal enquanto reino digno da sua independência. Ao pretender elevar o povo português a povo eleito, escolhido por Deus para vencer, Fernão Lopes convoca para o seu texto uma *auctoritas* inquestionável: o texto religioso. É sobretudo no sermão que a narrativa atinge um dos mais elevados tons de exaltação nacional. Os dois sermões da crónica surgem como celebração de vitórias dos portugueses sobre os castelhanos, nos dois núcleos diegéticos da obra: o cerco de Lisboa e a batalha de Aljubarrota. No primeiro sermão (vol. I, cap. 151) esta celebração assenta num jogo intertextual com o texto bíblico, nomeadamente com o Antigo Testamento. Frei Rodrigo de Sintra compara os padecimentos do povo de Lisboa com os de algumas cidades bíblicas; invoca os cercos de Samaria (*idem*, I: 316), de Jerusalém e de Betulia (*idem*, I: 317), bem como a perseguição do Faraó aos israelitas (*idem*, I: 318). A todos estes casos é comum a proteção de Deus aos que sofrem o cerco; todos, pelas provações que passam e pelo seu espírito de sacrifício, são alvo da misericórdia divina. O frade equipara o cerco de Lisboa a estes episódios bíblicos, para daí concluir que também os portugueses mereceram o apoio de Deus, uma vez que a peste só ataca os castelhanos. Esta comparação eleva o povo português à qualidade de mártir, mas também de eleito, de escolhido por Deus, pois os ataques castelhanos constituem uma quebra dos tratados entre os dois reinos.

Esta visão providencialista da história portuguesa estende-se ao segundo sermão, o de Frei Pero, na segunda parte da crónica. Neste esbate-se a intertextualidade com o texto bíblico e o sermão assume simultaneamente o carácter de retrospectiva e interpretação de factos já narrados. O orador recorda os sinais e maravilhas que Deus obrou em favor dos portugueses: a peste nos castelhanos, o aviso de Frei João da Barroca de que o Mestre de Avis ficasse no reino para ser rei, a previsão do alfageme de Santarém de que Nuno Álvares seria conde de Ourém, a criança de oito meses que grita por Portugal e pelo rei D. João, o desaparecimento do irmão de Nuno Álvares (partidário de Castela), depois de morto. Todos estes episódios são interpretados como uma espécie de sinais de eleição divina e culminam com a derrota dos castelhanos, um castigo divino por estes terem quebrado os tratados com Portugal: «*E asy foy de feito, que vemdo ho muy alto Deus sua ma vomtade e perversa comvidação, naquele dia da batalha gramde lhe tolheo a homrra e o reino, e deu ho a el Rey noso Senhor, que ho bem mereçia por vertudes e cavaleiroso esforço, a quoaal cousa he maravilha amte os nosos olhos.*» (*idem*, II: 126). Frei Pero repete ao longo do sermão a ideia de que a vitória portuguesa foi ação divina, notando inclusivamente que os portugueses eram em menor número, mais velhos e mais mal apetrechados que os castelhanos:

Da parte de Deus hee neste modo: cada dia vemos que como quer que o vemçimento das batalhas seja duvidoso e de reçeear, posto que as gemtes em iguualança sejaõ, peroo homde vemos melhor e maeis gemte, aquele nos diz a razaõ que todavia devem de ser vemçedores; e quoamdo se doutra guisa açerta de ser, avemolo por maravilha e dizemos que he obra de Deus. Pois que nos diguamos que os portugueses heraõ iguoais aos castelaõs em numero e corregimento, esto seria semelhamte iguoalãdo a treva a luz, caa os castelaõs heraõ muitos e bem corrygidos asy darmas e cavalos como doutras quais quẽr cousas a tal feito pertemçentes. E os portugueses muito per comtraio, caa alem de serẽ asaaz de poucos e deles já velhos de madura idade, heraõ provememte e mal amanhados [...] Doutra guisa vẽcer tamanhos arraiãs de gemtes naõ diguamos que foy por humanal força mas por divinal juizo, a que prougue de ser asy, e hee graõ maravilha amte os nosos olhos (idem, II: 126-127);

os portugueses cobrarão de seus imiguos tão homrrosa fama e boa nomeada, quoaal mũy longa velhiçe já nunca tirara da memoria. Asy que esguoardadas todas estas cousas cõ são e limpo emtemdimẽto, achareis que todas obrou o noso Senhor Deus e são maravilhas amte os nosos olhos (idem, II: 128).

O jogo intertextual surge no culminar destes sinais premonitórios; o frade cita a Sagrada Escritura, adaptando a D. João I e ao Condestável as suas palavras:

E porẽ ousadamente posso dizer dele e do Comdestabre seu fiel companheiro que desto parte sabia, o que emcomenda a Samta Escritura, falamdo de semelhamtes homẽs, naquele luguar homde diz: «Louvemos os barões gloriosos [des] do começo do mumdo, gramdes em vertude e prudentes em reger o povo, e os quais ganhando boa fama em seus dias mereçerão de ser louvados e a semente dos filhos deles durada de geração em geração». E asy o nosso Rey e seu Comdestabre per louvores e gramde fama amte os rex e primcepes do mumdo esplãdeçer devem por sempre (idem, II: 127).

A citação bíblica transporta para estas personagens uma forte carga simbólica, na medida em que os institui iniciadores de uma casta («a semente») e portadores da memória coletiva de um momento refundador da nacionalidade («boa fama»).

Os sermões funcionam, assim, não só como uma consagração final das vitórias portuguesas, mas também como retrospectiva e interpretação da história. Fernão Lopes procura legitimar o lugar de Portugal na Península Ibérica e na Europa; a oratória sagrada permite-lhe, simultaneamente, fazer uso de uma visão providencialista e alicerçá-la numa autoridade inquestionável: «Através dos

sermões, o cronista pôde integrar na *Crónica* palavras que exacerbavam desmedida mas aceitavelmente, devido a um estatuto retórico diferente, linhas de argumentação que ele esboçara ao de leve na narração mas que os limites do género e o seu próprio projecto não lhe permitiam prosseguir» (Amado, 1991: 222). A autoridade teológica e a retórica da *repetitio* que constituem a estrutura retórica dos sermões reforçam a intenção persuasiva do cronista, na medida em que intensificam o tópico a transmitir: a eleição divina do povo português e a legitimação do Mestre de Avis como rei de Portugal.

Contudo, a intertextualidade com o texto religioso não se fica pelo sermão: este processo vai ser longamente explorado nos capítulos 159 e 163 da primeira parte da crónica. O capítulo 159 tem a estrutura da ladainha, como o próprio autor a designa¹¹⁹, oração religiosa, neste caso de carácter laudativo, com um ritmo repetitivo e enleante. O cronista pretende, através desta inscrição, celebrar aqueles que ajudaram o Mestre de Avis na resistência ao cerco de Lisboa e preservá-los do «escorregamento dos grandes tempos» (LOPES, [1983], I: 338), do «perpetuu esquecimento» (*idem*, I: 339). A analogia com a Bíblia vai mais longe ainda; o reino nacional passa a ter a sua própria mensagem – o «evangelho portuguees» –, sendo o Mestre de Avis e o Condestável equiparados a Cristo e a S. Pedro, respetivamente:

Porque assi como o Filho de Deos depois da morte que tomou por salvar a humanall linhagem, mamdou pello mumdo os seus Apostollos preegar o evangelho a toda creatura; por a quall rrazom som postos em começo da ladainha, nomeamdo primeiro sam Pedro; assi o Meestre, depois que sse despos a morrer se comprisse, por salvaçom da terra que seus avoos gaanharom, emviou NunAllvarez e seu companheiros preegar pello rreino ho evangelho portuguees (*idem*, I: 340)¹²⁰.

Reitera-se o carácter iniciador e superlativo destas duas personagens e confere-se uma justificação digna e supranacional à luta dos portugueses contra os castelhanos. O evangelho português não se limita à defesa do território nacional; é sobretudo a luta pelo Papa legítimo, Urbano VI, em confronto com Clemente VII, o cismático de Avinhão, pelo qual Castela tomara partido¹²¹:

119 «o primeiro neesta ladainha» (LOPES, [1983], I: 340).

120 Esta analogia é desenvolvida mais adiante: «Mas podemos bẽ dizer e apropriar, que assi como o nosso salvador Jhesu Christo, sobre Pedro fumdou a sua igreja damdolhe poderio que aquell que legasse e assolvesse na terra, seria legado e assolto nos ceeos; assi o Mestre que sobre a bomdade e esforço de Nuno Allvarez fumdou a deffemssom daquella comarca, lhe deu livre e isemto poder» (*idem*, I: 342).

121 António José Saraiva, para além de distinguir a componente religiosa e a não religiosa do evangelho português, demonstra como, através de um artifício retórico, o inimigo castelhano é equiparado ao inimigo Mouro, contra quem lutou o conde D. Henrique (cf. SARAIVA, 1993: 170-173).

o quall [evangelho português] era que todos creessem e tevessem firme ho Papa Urbano seer verdadeiro pastor da egreja, [fora de cuja hoberdencia nenhũ salvarse podia;] e com isto teer aquella creêça, que seus padres sempre teverom, convem a saber: gastar os beês e quamto aviam por deffemder o rreino de seus emmiigos; e como por mamter esta ffee espargerom seu sangue ataa morte. A quall preegaçom, NunAllvarez e os seus, por pallavra e obra, fezerõ tam compridamente, que alguũs delles como depois verees, forom mortos polla deffemder (*ibidem*).

Através desta estratégica retórica, a luta contra Castela assume uma aura de guerra santa, o que é mais um argumento a favor da causa portuguesa. Segundo Hernâni Cidade, a pátria é neste capítulo exacerbada, a ponto de assumir um caráter divino: “a Pátria tem qualquer coisa de sagrado e o patriotismo é a religião que a serve” (CIDADE, 1975: 67).

A Sétima Idade pode ser considerada como o apogeu deste providencialismo histórico: às seis idades do mundo referidas por Eusébio e Beda, Fernão Lopes acrescenta uma sétima, numa arrojada explanação¹²² em que os portugueses assumem um protagonismo inusitado. Recorre-se novamente ao intertexto bíblico, na medida em que cada uma das seis idades corresponde a uma figura bíblica (Adão, Noé, Abraão, David, o Salvador) ou a factos bíblicos (o “trespassamento” da Babilónia). Ao caráter universalizante destas referências, vem opor-se a Sétima Idade, cujo protagonismo é assumido por uma só nação – Portugal – que vai marcar, por si só, a marcha do universo. O Mestre e os seus seguidores ganham novamente um estatuto quase religioso¹²³ e provocam uma alteração na ordem existente:

fazemos aqui a septima hidade; na quall se levamtou outro mumdo novo e nova geeraçom de gemtes; porque filhos dhomeês de tam baixa comdiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo forom feitos cavalleiros, chamamdosse logo de novas linhageês e apellidos. Outros se apegarom aas antiigas fidallguias, de que já nom era memoria, de guisa que per dignidades e homrras e officios do rreino em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tanto ao deamte, que seus deçendentes oje em dia se chamam doês, e som theudos em gram comta (Lopes, [1983], I: 350).

122 O próprio autor reconhece a originalidade e a audácia da sua teoria: “Mas nos com ousamça de fallar, como quem jogueta, per comparaçom, fazemos aqui a septima hidade” (LOPES, [1983], I: 350).

123 Fernão Lopes chega a comparar a ação congregadora dos apóstolos com a dos seguidores do Mestre de Avis: “E assi como o Filho de Deos chamou os seus Apostollos, dizendo que os faria pescadores de homeês, assi muitos destes que o Meestre acreçemtou, pescarom tamtos pera ssi per seu grande e homroso estado, que taaes ouve hi que tragiam comthinuadamente comsigo viimte e trinta de cavallo” (*ibidem*).

Os portugueses são os novos portadores do testemunho de Deus, o povo escolhido por Deus. A sua ação passa por abalar as estruturas do Feudalismo, democratizando o acesso ao poder e à tomada de decisões. Na nova ordem, o povo – os de “baixa comdiçom” – ganha o direito de, a par das classes mais altas, participar na defesa e no governo da nação. O sentimento de nacionalidade abrangge, assim, todas as camadas da população portuguesa, mantendo-as unidas contra qualquer inimigo que ameace a integridade do reino de Portugal. A Sétima Idade, por analogia com os sete dias da criação do mundo, é a idade da plenitude, a Idade do Ouro em que a perfeição é atingida: «assi como Deos criara o mûdo per espaço de seis dias, e no septimo follgara, que assi a follgamça das sprituaaes almas que no Paraíso averiã, seria a septima hidade» (*ibidem*)¹²⁴. No *Génesis*, o sétimo dia é o da celebração da obra feita, daí ser aquele em que Deus pôde descansar¹²⁵.

A presença de um herói coletivo – o povo português – e a narração dos seus feitos, nomeadamente no que diz respeito à consolidação da identidade portuguesa e da memória coletiva nacional, aproximam a *Crónica de D. João I* do género épico: Albin Eduard Beau chama-lhe «a primeira epopeia nacional do povo português» (BEAU, 1959: 64); António José Saraiva reconhece ser esta «a verdadeira epopeia portuguesa, isto é, o poema étnico dos Portugueses», não esquecendo, porém, que a atitude crítica do historiador afasta Fernão Lopes da épica pura (SARAIVA, 1993: 202). Na verdade, esta crónica inaugura o sentimento nacionalista na literatura portuguesa; insere-se na «fase de dissidência» medieval de que fala Teófilo Braga: «A Idade Média, nos seus complicados aspectos, apresenta uma fase de *dissidência*, ou do conflito das diferentes raças, que se assimilaram em unificações nacionais» (BRAGA, [1984]: 127)¹²⁶. A. José Saraiva releva a modernidade do conceito de patriotismo em Fernão Lopes, o qual apresenta a ligação do homem à terra onde nasce como um facto natural: no capítulo 160 da primeira parte da crónica, usa a metáfora bíblica dos ramos de oliveira, distinguindo portugueses e castelhanos como ramos de diferentes árvores¹²⁷. O sentimento português de nacionalidade deixa, então, de ser somente de feição territorial ou dinástica e estende-se a «valores naturais, sociais e morais que a pátria representa para o homem» (BEAU; 1959: 68). A *Crónica de D. João I*

124 Simbolicamente, o sete é um número positivizado: «Sete indica o sentido de uma mudança depois de um ciclo concluído e de uma renovação positiva» (Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos*, Lisboa, Teorema, [1994]: p.603).

125 «Concluída, no sétimo dia, toda a obra que havia feito, Deus repousou, no sétimo dia, do trabalho por Ele realizado. Abençoou o sétimo dia e santificou-o, visto ter sido nesse dia que Deus repousou de toda a obra da criação» (*GÉNESIS*, 2, 2-3).

126 A par desta, Teófilo distingue duas outras fases: a de «concorrência» em busca do Império e a de «convergência», da guerra comum das Cruzadas (cf. BRAGA, [1984]: 127).

127 Cf. «Uma teoria biológica do patriotismo» in SARAIVA, 1993: 173-175.

marca a verdadeira independência da nacionalidade, baseada na vontade coletiva do povo, como fica atestado nas Cortes de Coimbra, em 1385¹²⁸.

Não é, pois, de estranhar que esta crónica tenha posteriormente servido intuítos nacionalistas, nomeadamente em épocas de imperiosa necessidade de afirmação da independência nacional: em 1642, o Santo Ofício dá o parecer positivo para a sua edição; em 1897, Luciano Cordeiro vê a edição da crónica como uma arma contra as pretensões unionistas da Federação Ibérica¹²⁹. Rodrigues Lapa considera a *Crónica de D. João I*, a par de *Os Lusíadas*, um «breviário de portuguesismo», um «alimento de energias cívicas» (LAPA, 1956: 352). Todavia, existem claras diferenças entre estas duas epopeias: enquanto o texto de Fernão Lopes constitui um momento inaugural do nacionalismo português e tem, portanto, um carácter mais prospetivo, *Os Lusíadas* é uma obra de feição mais retrospectiva, uma glorificação desencantada ou, no dizer de A. J. Saraiva e Óscar Lopes, uma «epopeia póstuma, inspirada pelo sentimento de uma decepção que quer negar-se, e vibrando de inquietações acerca do destino nacional (social e humano)» (LOPES e SARAIVA, [1982]: 136).

Fernão Lopes vai para além da função panegírica. A sua crónica procura aprender com o passado a lidar com o futuro; conhecer e edificar, provocando o repúdio pelo mal e desencadeando a emulação face ao bem. Convoca os portugueses não só para o reconhecimento da sua tradição coletiva passada, como também para uma tomada de consciência da sua afirmação no processo histórico europeu e, como veremos em Gomes Eanes de Zurara, mundial.

Na *Crónica da tomada de Ceuta*, considerada a terceira parte da *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, Zurara dá continuidade ao legado do seu antecessor. Se Fernão Lopes é o cronista da consolidação de Portugal enquanto nação independente face ao inimigo castelhano, Gomes Eanes de Zurara ocupa-se da Expansão ultramarina, marcando uma nova fase na vida do país já legitimado. Mantém-se em Zurara a visão providencialista dos destinos da nação, bem como o engrandecimento dos portugueses, nomeadamente dos monarcas – D. João I e

128 Oliveira Martins explana este aspeto de modo lapidar, no livro segundo da sua *História de Portugal*: «Que melhor prova podia dar-se da vitalidade da nação e da sua independência já acabada, do que estas cortes de 1385, em que ela exalta uma dinastia, sem base na tradição nem na herança, unicamente enraizada no querer absoluto, comum dos portugueses? É só neste momento que bem de facto se pode dizer terminada a história da independência; porque a dinastia de Borgonha trazia consigo o pecado original da doação primitiva, segundo o direito feudal: o reino era um senhorio, sublevado, como por tantas vezes e por tão longos tempos o tinham sido, na própria Espanha, a Galiza e a Biscaia. Agora as coisas mudavam; e mudavam, porque a nação, alargando-se para o sul, recebendo novas gentes em seu seio, fomentando a actividade comercial e marítima em Lisboa, ao mesmo tempo que se constituía interna ou organicamente, era já um ser diverso do antigo, e um ser dotado de vida independente e própria» (MARTINS, 2004: 124).

129 Cf. LAPA, 1956: 351.

D. Filipa de Lencastre –, de seus filhos e da nobreza, destacando-se a figura do Infante D. Henrique.

A narrativa da conquista de Ceuta em 1415 tem três objetivos que a aproximam da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes: a exaltação nacional; a instituição de um exemplo a seguir; o registo escrito para evitar que tais feitos caíam no esquecimento dos homens. Seguindo a tradição da cronística medieval, o panegírico do rei passa pelas virtudes convencionais da época: caridade, fé, grandeza de coração (capítulo 2), magnanimidade (capítulo 3), força e humildade (capítulo 4). À rainha são atribuídas as virtudes cardeais da justiça, prudência, esperança e «forteleza», entre outros (capítulos 45 e 46). Aos filhos de D. João I Zurara gaba-lhes a obediência que deviam ao pai (capítulos 36 e 39), elogio aliás tido como superior, que já Fernão Lopes lhes atribuíra. De toda a nobreza, é ao Infante D. Henrique que o cronista dá um destaque inegável, prenunciando deste modo a posterior *Crónica dos feitos da Guiné*, que conta o impulso que o Infante deu aos Descobrimientos portugueses. Na *Crónica da tomada de Ceuta* são vários os passos elogiosos do Infante D. Henrique (capítulos 13 e 35), mas é sobretudo no capítulo 80 que este se destaca, na luta contra os mouros na cidade de Ceuta. A retórica de Zurara leva-o a uma personificação que superlativiza o herói: «as portas daquelles muros estan ajmda espantadas de tam marauilhosa fortelleza» (ZURARA, [1915]: 219). O entusiasmo do cronista pelo Infante é tal que o elogio deste herói exemplar é único atinge um tom épico que supera o do próprio monarca: «Oo exçellemte primçipe [...] froll da cavallaria do nosso regno, coraçom e fortelleza digna de gramde memoria e quall outro posso eu louuar em superlativo graao, que ouuesse a verdadeira fortelleza, salvo se disser este he outro Iffamte Dom Hamrrique» (*idem*; 219-220).

Visando reforçar este louvor das figuras portuguesas, o narrador opta por dar voz aos estrangeiros, enriquecendo o seu relato com testemunhos alheios à nação, que reconhecem o valor dos portugueses. Assim, os holandeses, perante uma ameaça de ataque iminente, revelam o seu temor pelos portugueses, exaltando D. João I como um monarca «forte e ardido e bem esqueemçado» (*idem*; 86). O mesmo receio revela a embaixada de Castela, Aragão e Granada, que se desloca a Portugal a fim de garantir as tréguas com D. João I (capítulos 32-34). Já no capítulo 70, o narrador atribui nobreza e poder ao inimigo Çalla bem Çalla, senhor da cidade de Ceuta, para que as palavras de engrandecimento deste último ao rei português ganhem assim uma outra dignidade. Para Çalla bem Çalla, D. João I é um príncipe de «gramde fortelleza», «sageza», com «gramde poderio de gemtes» e «tamanha gramdeza de frota», cujos filhos são «baroões nobres e de gramde ardimento» (*idem*; 197).

A este encómio dos portugueses, quer na voz do narrador, quer na das personagens estrangeiras, pode acrescentar-se a visão providencialista da História,

segundo a qual os atos vitoriosos dos portugueses têm o garante da sanção divina, uma vez que estes combatem o Infiel. Domina uma cosmovisão teocêntrica, característica do espírito medieval, segundo a qual o homem é relegado para o papel de instrumento da vontade divina, suportando mesmo as contrariedades: «porque necessário he, que Deos huse das suas creaturas como lhe prouuer» (*idem*; 148). Os heróis nacionais são escolhidos por Deus e Portugal é a nação eleita para propagar a palavra do Evangelho. É por isso que o que parecia ser o objectivo inicial da conquista de Ceuta – a sagração dos infantes cavaleiros num campo de batalha – acaba por ser relegado para segundo plano pelo próprio rei. D. João I acaba por ceder ao plano dos infantes por se convencer que tal façanha terá benéficos efeitos religiosos, nomeadamente a remissão dos pecados dos combatentes e a glorificação de Deus:

pera proseguimento de tamanho feito nom compre mais que hirmos arrependidos e purgados de nossos peccados, emclinando ao Senhor Deos nossas almas, tornamdonos a elle de todo coração. Fazendo penitencia dos erros passados que contra elle cometemos, e demandamolhe muy humilldosamente que nos liure de nossos jmmijgos, e que lhe praza dar gloria a seu nome, exallçando a sua samta ffe, quebramando e destroimdo todollos seus contrayros com a sua propria uirtude (*ibidem*).

Daí que Zurara atribua de forma recorrente as vitórias nacionais à vontade de Deus, à semelhança do que fizera Fernão Lopes nas suas crónicas. Contudo, esta predestinação nacional ultrapassa o campo religioso, uma vez que a Providência Divina toma partido pelos portugueses não só na luta destes contra os infiéis, mas também quando enfrentam outros cristãos, nomeadamente os vizinhos dos reinos peninsulares que ameaçam as fronteiras nacionais. Zurara introduz na história um critério territorial a par do religioso, ou seja, o monarca deve guardar o seu povo dos infiéis mas também dos cristãos que desrespeitam o «direito natural» de um povo ao seu território. Como também já defendera Fernão Lopes, Zurara evoca um emergente nacionalismo territorial, que se baseia na inviolabilidade das fronteiras de cada nação, sendo esta constituída por membros a ela ligados basicamente pela nascença, que por isso dela se sentem naturais. Deus teria ajudado os portugueses contra os castelhanos porque estes últimos atacavam «contra direito» (*idem*; 32), ou seja, contra as leis humanas, como diz o próprio D. João I:

pois elles queriam contra direito e rrezam apremar as cousas de meus naturaes, e soamente porque meu senhorio nom deuia sogeiçam praziame porque Deos por sua grande merçe me queria dar esforço e ajuda como os podesse contrariar o mao preeposito que contra mim e contra meus rregnos auiam (*ibidem*, sublinhado meu).

Verifica-se, portanto, que tanto em Fernão Lopes como em Zurara se consolida a ideia de pertença à nação portuguesa, sendo esta enaltecida no seu conjunto no caso de Fernão Lopes, que descreve também o papel do povo no destino da nação. Zurara, o cronista da classe senhorial, faz da nobreza a protagonista do seu relato, em detrimento das camadas mais baixas da população. É pela voz do capelão-mor Martim Pais que Zurara transmite a ideia de que o homem pertence à terra onde nasce, ficando a ela ligado por um laço inviolável que o obriga moralmente a defendê-la do inimigo: «nom soamente naçemos pera nos meesmos, ca parte de nosso naçimento rrequere o serviço de nossa terra» (*idem*; 200).

No entanto, Zurara, ao contrário de Fernão Lopes, centra-se nos feitos dos nobres cavaleiros. O povo, quando surge na *Crónica da tomada de Ceuta*, é para ser vilipendiado pela sua cobardia ou falta de espírito nacionalista (capítulos 77, 87 e 88)¹³⁰. Esta apetência de Zurara por retratar as classes mais elevadas é concretizada nas restantes crónicas que escreveu: *Crónica dos feitos da Guiné*, cujo protagonista é o Infante D. Henrique, *Crónica de D. Pedro de Meneses* e *Crónica de D. Duarte de Meneses*.

Os portugueses assumem em Zurara o papel de povo escolhido por Deus entre os demais para lutar contra os infiéis em África: «acho que des o fundamento desta çidade teue o nosso Senhor Deos hordenado de seer aqui posta a cabeça da jgreia de toda a terra dAffrica» (*idem*; 255). A crónica pretende registar para a posteridade este feito, numa «memoria perduravell que fiquara pera todo sempre» (*idem*; 162), contribuindo assim para que se acrescente à vitória dos portugueses em Aljubarrota cantada por Fernão Lopes uma outra glória: a conquista de Ceuta. Estes dois cronistas consolidam, através da história, duas vitórias que se estabelecem na memória coletiva nacional como momentos fundacionais da legitimidade de Portugal enquanto nação independente e capaz de se impor extrafronteiras. O tom de Zurara aproxima-se por vezes da épica, nomeadamente na exaltação recorrente da fama que a conquista de Ceuta trará aos portugueses através dos tempos e em todo o mundo: «per todallas partes do mundo uoara a uossa fama» (*idem*; 256). A missão do cronista é dupla: garantir, pelo registo escrito, que tamanhas vitórias não sejam esquecidas¹³¹ e provocar a emulação naqueles que as lêem: «per sua notauell memoria e emsinamça dos outros, que depois delles quiserem comsseguir uirtude, e arredarsse dos uiçiosos costumes» (*idem*; 274).

130 No capítulo 88 há um claro intuito de contrapor a atitude dos nobres, que depois da batalha discutem os feitos de guerra, à atitude do povo, mais materialista, que procura sofregamente descobrir riquezas na cidade conquistada (ZURARA, [1915]: 235-237).

131 «todallas boas obras deste mundo sse perderiam, sse a escriptura nom fosse» (*idem*; 272).

4.2. Garcia de Resende e a exaltação das Descobertas

A obra de Garcia de Resende continua a tradição encomiástica das crônicas medievais portuguesas que atrás referi, acentuando a faceta do louvor à Expansão Ultramarina, então já em franco progresso.

O prólogo do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende merece um lugar de destaque por, em breves linhas, fazer uma exaltação dos feitos portugueses, que abrangem várias vertentes: «muytos e muy grandes feytos de guerra, paz e vertudes, de çiençia, manhas e gentileza» (Resende, 1973, I: 5). Garcia de Resende celebra o poderio dos portugueses em várias partes do mundo – «tanta parte de Africa», «Guynee», «Etyopia, Arabia, Perssya e Hyndear» (*ibidem*) –, subjugando reis, príncipes e grandes senhores, o que Zurara já anunciara também nas suas crônicas. Garcia de Resende intensifica o seu discurso através de repetições anafóricas das palavras «tão» e «tanto», cujo efeito superlativizante é inegável e contrapõe antiteticamente a grandeza dos exércitos inimigos à exiguidade dos portugueses, o que resulta numa clara apologia nacional: «Tantas mil legoas, per força d'armas tomados, sendo tanta a multidão de gente de contrayros e tam pouca a dos nossos» (*ibidem*). Este processo antinómico encontrámo-lo já em Fernão Lopes e Zurara e prolonga-se na literatura renascentista, nomeadamente na obra camoniana.

De entre as várias funções a preencher pelo seu *Cancioneiro Geral*, evidencia-se a de emulação de outros autores a fixarem na escrita os factos heróicos nacionais: «para os que mays sabem s'espertarem a folgar d'escreuer e trazer aa memoria os outros grandes feytos, nos quaes nam sam dino de meter a mão» (*ibidem*). Esta necessidade de registo das glórias portuguesas é reiterada na *Miscelânea*: «pois ninguem non quer dizer/ louvores de Portugal/ que fora fecto immortal/ se ouvera quem escrever» (Resende, 1994: 569).

O prólogo do *Cancioneiro Geral* reflete um país já consolidado que sai das suas fronteiras limítrofes em busca de glória e riquezas. A coletânea de Garcia de Resende inclui textos de tal modo imbuídos do carácter exaltativo do prólogo que se aproximam do género épico. Estes poemas, que André Crabbé Rocha classifica como «poesia histórica ou épica» (Rocha, 1979: 54), são na sua maior parte panegíricos individuais a heróis já falecidos, assumindo um tom elegíaco. É o caso dos poemas em que Álvaro de Brito e D. João Manuel lamentam a morte do príncipe D. Afonso, Diogo Brandão chora D. João II, Luís Anriques lembra D. Afonso e D. João II e Luís de Azevedo a vítima de Alfarrobeira, D. Pedro. Estes textos têm em comum o elogio do protagonista, seja dos seus feitos, seja das suas qualidades. Mantém-se, portanto, o engrandecimento da nação através da realeza; sendo o monarca o símbolo vivo do país, elogiá-lo

é glorificar o país que ele representa, processo semelhante ao das crónicas de Fernão Lopes e de Zurara.

A par destes encómios individualizados, encontramos também no *Cancioneiro Geral* composições que aludem aos feitos dos Descobrimentos, nomeadamente «Da caça que se caça em Português», de Diogo Velho da Chancelaria. Lembrando os nomes importantes que impulsionaram a Expansão Ultramarina – D. Manuel, o Infante D. Henrique, D. João II –, o autor cumpre o objetivo de os fixar na memória dos homens: «Nunca sejam esqueçydos,/ seus nomes sempre sabydos/ e de gloria compridos/ pera sempre eternal» (Resende, 1973, II: 248).

No entanto, o retrato do país na época dos Descobrimentos não se resume só às glórias. Vários são os autores que nos dão o lado negro da empresa, criticando asperamente as mudanças nos costumes, a corrupção, a desonestidade generalizada, a vida viciosa, a usura. Álvaro de Brito Pestana, João Rodrigues de Castel Branco, Duarte da Gama e o próprio Garcia de Resende são poetas que lançam avisos ao país, invocando o exemplo dos romanos, cujos vícios levaram à decadência e queda (*idem*, II: 31). Precursores do Velho do Restelo camoniano, conferem ao *Cancioneiro* de Resende um importante ecletismo de posições face a Portugal e à imagem que dele é veiculada.

Tal ecletismo encontra-se também na *Miscelânia*, obra em que Garcia de Resende regista e comenta factos nacionais e internacionais seus contemporâneos. Celebra D. João II, D. Manuel e D. João III, mas não se coíbe de lamentar o mau governo do reino, nomeadamente o desbaratar das riquezas devido aos gastos excessivos em luxos, a corrupção dos costumes e o despovoamento do reino. Estabelece um nítido contraste entre um Portugal outrora florescente e o Portugal decadente: «era Portugal ho cume/ agora por mao costume/ se perdeo em poucos ânos» (Resende, 1994: 570).

4.3. D. Duarte e a especificidade portuguesa: o sentimento da saudade

O *Leal Conselheiro* (terminado em 1437), de D. Duarte, uma reunião de vários escritos deste monarca que se constitui num «ABC da lealdade», é um reflexo da progressiva consolidação da identidade portuguesa, que se vinha operando desde Fernão Lopes. Interessam-nos aqui as considerações do autor sobre a língua portuguesa e suas especificidades que o tornam um precursor do patriotismo linguístico manifestado mais tarde por autores renascentistas como António Ferreira e Sá de Miranda.

D. Duarte inaugura o «filão saudosista», isto é, a tradição que vai fazer

do sentimento da saudade uma das linhas-mestras do ser português¹³². Por outro lado, é o pioneiro na reivindicação da autonomia da língua portuguesa em relação ao latim, bem como em relação às outras línguas europeias emergentes, como o castelhano, por exemplo.

No capítulo 25 de *Leal Conselheiro* – «Do nojo, pesar, desprazer, avorrecimento e suidade» –, ao ocupar-se da definição de saudade, D. Duarte advoga a forte ligação deste sentimento aos portugueses por via da língua, uma vez que tal vocábulo não teria nenhum equivalente em qualquer outra língua conhecida: «E por em me parece este nome de suidade tam proprio que o latim, nem outro linguagem que eu saibha, nom é pera tal sentido semelhante» (D. Duarte, [1998]: 98).

A língua portuguesa afirma-se, assim, como um fator essencial e distintivo na construção da identidade nacional. O português, a partir do século XIV, afasta-se progressivamente do galego, ao mesmo tempo que se impõe a par do latim, ainda usado a nível institucional. Daí que D. Duarte defenda a pureza da língua nas traduções, que devem respeitar a integridade linguística, coibindo-se de tomar empréstimos de outras estrangeiras: «nom ponha palavras latinadas nem doutra linguagem, mas todo seja *em* nosso linguagem scripto, mais achegadamente ao geeral boo costume de nosso falar que se poder fazer» (*idem*; 362). Reivindica-se para a língua portuguesa uma dignidade e uma pureza que a tornam já nesta época uma marca da diferença entre Portugal e as nações estrangeiras.

À componente territorial do nacionalismo nascente de Fernão Lopes e de Zurara, acresce o fator linguístico, tão importante para a formação da identidade nacional, o qual irá novamente ser posto em causa durante o domínio filipino pelo bilinguismo luso-castelhano que tomará conta da sociedade portuguesa.

132 Rorigues Lapa considera-o «o primeiro filósofo da saudade» (LAPA, 1956: 329).

CAPÍTULO V

DO PORTUGAL-NAÇÃO AO PORTUGAL-IMPÉRIO: MITIFICAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

5.1. A consagração do nacionalismo segundo os códigos clássicos

5.1.1. A epopeia camoniana

Num tempo já marcado pela crise, a obra épica camoniana vem consolidar a consciência nacional numa tripla vertente: mitificação do passado histórico, exaltação da nação contemporânea, assunção de um destino coletivo comum a todo o povo português.

Cumprindo os preceitos canónicos da épica, nomeadamente os modelos clássicos de Homero e Virgílio, *Os Lusíadas* é uma obra que ressuma patriotismo, sobretudo na exaltação que faz não só da aventura coletiva dos Descobrimentos portugueses, mas também do seu passado e futuro. Camões não se limita a cantar a gesta de um herói ou uma parte da história nacional; conta (e canta) toda a história de Portugal, desde as suas origens mais remotas – Viriato e Sertório são os marcos míticos fundacionais – até ao momento em que escreve, em pleno século XVI. Há, portanto, um desejo de totalidade que não encontramos em outras epopeias, podendo afirmar-se que Camões contribui para a consolidação da identidade nacional no século XVI¹³³.

Em *Os Lusíadas* encontramos contempladas várias componentes da iden-

133 Fernando Gil considera *Os Lusíadas*, a par da história da viagem, uma «narrativa da fundação», em que avultam as figuras reais de D. Afonso Henriques, D. Sancho I e D. João I, este último protagonista de uma refundação nacional (GIL e MACEDO, 1998: 23-25).

tidade nacional, como o território, a língua, os mitos e memórias históricas, a religião e a etnia. É, aliás, pela existência de um Estado e de direito territorial que podemos classificar *Os Lusíadas* como uma «epopeia de imitação», por oposição às «epopeias primitivas», «que se geram numa fase em que não está definida ainda a noção de Estado, em que o grupo étnico se encontra em processo de expansão guerreira» (SARAIVA, 1972: 147-148).

Em termos institucionais e políticos, o poema reforça o lugar de Portugal na Europa como nação independente, com fronteiras territoriais já bem definidas¹³⁴, para o que contribuem decisivamente as batalhas contra mouros e castelhanos, Ourique e Aljubarrota respetivamente, como momentos simbólicos da afirmação nacional.

Por outro lado, Portugal, como entidade pensante, supera as outras nações europeias, como se deduz do retrato antropomorfizado da Europa, cuja cabeça é constituída pelo reino de Portugal, na descrição de Vasco da Gama ao rei de Melinde: «Eis aqui, quase cume da cabeça/ Da Europa toda, o Reino Lusitano» (CAMÕES, [1983]: 134, canto III, est. 20). Porém, o Portugal que Camões canta é também o do império em construção, ou seja, um Portugal que se expande em termos territoriais, expansão esta que constitui igualmente um importante traço definidor da nossa identidade nacional: «cada parcela dispersa pelo mundo é a expressão da comunidade inicial» (SILVA, 1972: 25). De acordo com uma conceção providencialista da história, Portugal é o país eleito para levar a fé aos territórios bárbaros, imbuído de um espírito de cruzada que ofusca por vezes objetivos mais materialistas, como os interesses comerciais ou o alargamento do território colonial. Este sacrifício nacional pela conversão dos infiéis é também sinal de maior elevação dos portugueses em relação aos outros povos europeus, como se verifica nas primeiras estrofes do canto VII pela oposição entre o elogio ao espírito de cruzada luso e a crítica a alemães, ingleses, franceses e italianos, que não seguem o exemplo português¹³⁵.

Da independência territorial decorrem dois outros fatores importantes para a identidade nacional: um código legal partilhado por todos os cidadãos e uma economia comum. Em *Os Lusíadas*, o reino português é regido pelo rei soberano que deve, contudo, garantir a liberdade do povo, ao qual deve ser assegurada igualdade perante a lei. Quanto ao aspeto económico, observamos todos os membros da nação empenhados na Expansão Ultramarina, ganhando com as riquezas e sofrendo também

134 É interessante notar que, se bem que Portugal já fosse um país autónomo e independente desde o século XII, o primeiro mapa do país data de 1561, o que significa que até então as fronteiras seriam um conceito relativamente vago, funcionando mais na abstração do que em concretos e precisos limites territoriais.

135 Cf. CAMÕES, [1983]: 245-248, canto VII, ests. 3-14.

as consequências mais duras de tal empresa. Temos, portanto, o retrato de uma nação política e economicamente organizada e definida, autossuficiente.

Os Lusíadas deram o seu contributo no que diz respeito ao capital simbólico que esta obra veio a significar para todo o povo português, tendo-se tornado a cartilha do nosso patriotismo, a «nossa bíblia nacional», nas palavras de Oliveira Martins (MARTINS, 1986: 225). O êxito das sucessivas edições deste poema épico demonstra o grau de disseminação da sua mensagem na sociedade portuguesa. Esta obra é o alento espiritual da nação nos momentos em que está periclitante a independência, como afirma Joaquim de Carvalho: «todas as gerações encontram n' *Os Lusíadas*, nas horas difíceis e incertas da Nacionalidade, alento, confiança, certeza, como em 1640 e em 1810. É que Camões legou-nos um modo de compreender e sentir a Nacionalidade de valor constante e objectivo, porque assenta na rocha dos factos e nos sentimentos profundos da alma portuguesa» (CARVALHO, [1987]: 6). Também Fidelino de Figueiredo releva o mesmo aspeto: «Nas horas de crise espiritual e nas perturbações políticas volta-se a Camões, como a uma fonte de renovação esthetica e de suggestiva força nacionalisadora e conductora» (FIGUEIREDO, [1987]: 21).

É sobretudo no campo dos mitos e memórias históricas que *Os Lusíadas* desempenham um papel preponderante na construção da identidade nacional enquanto «força unificadora», no dizer de Fidelino de Figueiredo (*idem*; 24). Nas narrativas do Gama (cantos III, IV e V) e da ninfa (canto X), bem como na descrição das bandeiras por Paulo da Gama (canto VII), Camões empreende a *crystalização*, por via estética, da história de Portugal. Esta componente histórica aproxima-o dos seus antecessores, como Fernão Lopes, Zurara e Garcia de Resende, mas o género que cultiva – a épica – permite-lhe ficcionalizar os factos¹³⁶ e assim fazer a apoteose da excelência nacional, num tom de incomparável exaltação nacionalista e patriótica. Para chegar a tal objetivo, emprega o autor estratégias retóricas diversas, desde o elogio direto ao valor guerreiro e de carácter dos portugueses, à comparação sistemática dos heróis nacionais com os antepassados gregos e romanos (por antonomásia, por exemplo), sendo que estes últimos são superados pelos altos feitos dos primeiros. Pode ainda acrescentar-se a estes processos a alegórica Ilha dos Amores, em que os navegantes portugueses são presenteados não só em termos sensuais, mas também espirituais: é a um português – o Gama – que é concedido o prémio supremo do saber, a visão da «máquina do mundo».

Ao contar literariamente a história de Portugal, Camões não só consolida

136 Não pretendemos, com esta afirmação, pôr em causa a veracidade dos factos narrados pelo autor. Referimo-nos, por exemplo, à inclusão dos deuses pagãos, como era da tradição da epopeia clássica.

a memória coletiva como também a mitifica, tendo a sua narrativa um efeito inaugural no que diz respeito aos que se irão tornar mitos nacionais, indicadores importantes da nossa identidade¹³⁷. Viriato, Sertório, Afonso Henriques, Egas Moniz, Nuno Álvares Pereira, Inês de Castro, Vasco da Gama, o Velho do Restelo, os Doze de Inglaterra; batalhas como a de Ourique, do Salado, de Aljubarrota; no plano maravilhoso, o Adamastor, a Ilha dos Amores, todos configuram lendas que se tornaram mitos caracteriológicos nacionais, sinónimos de traços pátrios como a coragem, a fidelidade, o patriotismo, a determinação, a honra, o amor, o valor bélico, a religiosidade, o espírito de cruzada, o sentimento de independência, entre outros. Estes mitos vão ser, a partir de *Os Lusíadas*, elementos definidores da identidade portuguesa, traços distintivos que separam os portugueses de outros povos, como afirma Fidelino de Figueiredo: «São de origem individual, perfilhados pella collectividade, e visam a um objectivo de individualisação» (Figueiredo, [1987]: 63).

A épica camoniana passa também pela referência ao fator linguístico como componente fundamental do perfil identitário nacional. É no Renascimento que se generalizam os nacionalismos linguísticos na Europa, passando os vernáculos a ocupar o lugar do latim. Daí que seja importante que cada língua se mostre apta para os vários usos, sobretudo nos géneros maiores, como é o caso da epopeia. Com a obra de Camões, a língua portuguesa atinge a maioria, provando-se suficientemente expressiva, elevada e rica. No entanto, para lhe conferir antiguidade, Camões não deixa de a enraizar numa língua nobre como é o latim: «E na língua, na qual, quando imagina, / Com pouca corrupção crê que é a Latina» (Camões, [1983]: 79, canto I, est. 33).

Pode-se então dizer que com *Os Lusíadas* a consciência nacional portuguesa atinge a sua maturidade, uma vez que Camões fixa, em obra literária, o sentimento abstrato de solidariedade nacional, de mitos e memória coletiva partilhados, de destino comum dos portugueses, cuja missão providencial é dilatar a fé e o império¹³⁸. O próprio título escolhido indica a totalidade de um povo, a sua história, os seus feitos, o seu carácter. Como conclui Hernâni Cidade, «*Os Lusíadas* – são os próprios Lusos, em sua alma como em sua acção» (CIDADE, 1995: 28). E a raiz da palavra – «Luso» – confere um fundo mítico às origens de Portugal. Os portugueses são, assim, ligados remotamente a Baco, de quem Luso (ou Lisa) era companheiro, e que ironicamente é o adversário dos navegantes na

137 Fidelino de Figueiredo fala em «crystallisação de mythos nacionaes» (Figueiredo, [1987]: 24).

138 Segundo Hegel, a epopeia é «o Livro, a Bíblia de um povo. Todas as nações grandes e importantes possuem livros deste género» onde está «expresso o seu *espírito original*», é a base sobre a qual «repousa a *consciência de um povo*» (Hegel, 1993: 573, sublinhados meus).

obra. Camões desenvolve o mito das origens do povo português, situando em tempos imemoriais a memória coletiva nacional.

Camões não se restringe, como fazem outros autores épicos, a uma parte da história ou a determinado feito¹³⁹. A sua obra é um tratado sobre a psicologia coletiva nacional, e não só dos seus aspetos excelsos, como também dos menos positivos. Já Oliveira Martins, na obra *Camões, 'Os Lusíadas' e a Renascença em Portugal*, chama a atenção para esta consubstanciação da história concreta em sentimento patriótico, afetivo, imaterial: «Eis aí como o patriotismo português se elabora, definindo-se progressivamente no sentido da abstracção»¹⁴⁰. Criam-se, deste modo, «laços imaginados» entre os membros da nação, que se relêem nela como parte integrante de uma «comunidade imaginada»¹⁴¹. Para esta tomada de consciência do sentimento nacionalista é, sem dúvida, determinante a aventura expansionista, que permite à nação ver-se de fora, à distância, una e independente:

Só depois de iniciada a penetração triunfal de regiões estranhas e terras inimigas, reconhece-se o valor basilar da unidade nacional tão cedo alcançada, fundamento e condição imprescindível da independência e grandeza. Só depois de deixar de se encontrar apenas perante rivais afins, enfrentando em território estranho e só, mundo estranho, é que a própria nação fica compenetrada do seu valor e da sua missão, entre outras nações (BEAU, 1959: 350).

Não esqueçamos que Camões escreve numa época de crise, em que se assiste já ao início da derrocada do fulgor imperial, daí que se encontrem ao longo da obra profusos apontamentos críticos, sejam políticos, sociais, culturais ou económicos. *Os Lusíadas* é, então, uma obra antinómica: o autor não ignora o declínio que observa à sua volta, ao mesmo tempo que procura, pela emulação dos heróis exemplares, incitar os portugueses a superar a situação crítica em que se encontram, tornando-os conscientes da sua identidade nacional e da necessidade da sua preservação e manutenção.

139 «E consiste em dar ao seu poema, não um nome através do qual entrevíssemos acções de um herói, como *Aeneada*, *Franciade*, *Orlando Inamorato*, *Orlando Furioso* e outros; não um nome que suscitasse a limitada evocação de uma acção militar, posto que grande – *Ilyada*, *Pharsalia*, *Punica*, *Thebaida*, *Gerusalemme Liberata*, ou de uma grande viagem, como *Odysssea*, *Argonautica*, senão em lhe dar nome que logo nos anuncia a história de todo um povo – *Os Lusíadas*» (CIDADE, 1995: 27).

140 Fala o autor a propósito do discurso de Nuno Álvares Pereira ao incitar os seus congéneres à luta pela pátria (canto IV, ests. 14-19). Pensamos, no entanto, que esta abstracção do patriotismo se pode estender a toda a obra.

141 Traduzo os termos «imagined ties» e «imagined community» de Benedict Anderson na obra *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (ANDERSON, 1991).

5.1.2. Sá de Miranda: a anti-épica

A leitura da obra de Sá de Miranda deixa-nos uma imagem de um Portugal assolado pelos «males do tempo»: enfeitiçada pelo vil metal, a sociedade portuguesa – sobretudo a urbana – aparece como uma nova Babilónia, com o pecado à espreita em cada esquina. Sá de Miranda verbera violentamente todos os quadrantes sociais, em que reinam a injustiça, a corrupção, o vício, a dissolução moral, a cobiça pelas riquezas ultramarinas. Testemunha de grandes mudanças sociais e políticas causadas pelos Descobrimentos, Sá de Miranda manifesta na sua obra uma preocupação moral que advém da lição da *Arte poética* de Horácio herdada pelo Classicismo: o escritor tem uma missão social de formar cívica e moralmente os cidadãos, ou seja, ao prazer estético acrescenta-se a função pedagógica e ética da literatura – o *utile et dulce* horacianos.

É sobretudo nas éclogas e nas cartas que se revela esta pedagogia social mirandina, nomeadamente numa antítese estrutural vinda dos clássicos gregos e latinos: a cidade e o seu oposto, o campo. O ideal bucólico da vida no campo é uma convenção literária, inserindo-se na tradição pastoril que contrapõe o sossego, a paz, a liberdade e a justiça do campo ao bulício vicioso da grande urbe. No entanto, Sá de Miranda suplanta a mera imitação dos Antigos e atualiza os géneros clássicos, refletindo neles a nova conjuntura social que as riquezas das Descobertas trouxeram a Portugal. De tal modo que vários dos seus textos aludem diretamente a situações sociais concretas, a problemas específicos da sociedade portuguesa. Em carta a António Pereira, Senhor do Basto, «quando se partiu para a Côrte co a casa tôda», Sá de Miranda tenta convencer o seu destinatário a preferir o campo, referindo os excessos e malefícios de Lisboa: a cobiça, que leva ao afluxo às cidades, deixando o reino deserto¹⁴², as mudanças de hábitos, que o fazem recordar melancolicamente as raízes dos portugueses no chefe lusitano Viriato¹⁴³, o abandono da produção agrícola¹⁴⁴.

Na écloga «Montano» o pastor faz a caracterização da sociedade portuguesa, realçando a crise de valores que se contrapõe ao passado: prevalecem a hipocrisia, a mentira, o roubo e a impunidade, sobre a honra, a verdade e a razão; penalizam-se os virtuosos em detrimento dos prevaricadores¹⁴⁵; os trabalhadores

142 «mas temo-me de Lisboa,/ que, ao cheiro desta canela,/ O Reino nos despovoa» (Miranda, 1942: 81).

143 «Ouves, Viriato, o estrago/ que cá vai dos teus costumes?» (*ibidem*).

144 «Oh! Vida dos lavradores!/ Se êles conhecessem bem/ as vantagens que tem,/ co aqueles santos suores/ que a si e ò mundo mantem./ Tratando co a madre antiga/ que, de quanto em si recebe,/ (não entre engano, ou má liga)/ singelamente se obriga/ a pagar mais do que deve!» (*idem*; 89-90).

145 «os maus são levantados/ e os bons são destruídos» (Miranda, 1942: 291).

são explorados pelos padrões ¹⁴⁶. Na voz de Montano ecoa o próprio destino de Sá de Miranda, ou seja, a fuga para o campo de modo a não presenciar a dissolução social: «porque êste mundo é tal/ que é melhor cá nos desertos/ sofrer e calar o mal/ que descobrir os secretos/ dêste nosso Portugal» (Miranda, 1942: 291). Também Sá de Miranda, a dada altura da sua vida, se retira de Lisboa para a Quinta da Tapada no Minho; mas a sua voz continua a ouvir-se através da sua obra. Para ele, a poesia não se limita a um divertimento ligeiro; ela é uma proposta de vida, um conselho a que se procure na áurea mediania – a *aurea mediocritas* clássica – uma vida equilibrada, sem grandes ambições, e esta só está acessível longe da cidade e da farsa que, segundo ele, é a vida cortesã.

Para José Pina Martins, Sá de Miranda é considerado o «poeta anti-épico por excelência do século XVI» (MARTINS, 1988: 151), sendo que a crítica social «é uma outra forma de *épos*» (*ibidem*). De facto, a poesia mirandina está nos antípodas do canto exaltado camoniano; embora retratando uma época de auge económico, o que importa a este autor é chamar a atenção para a crise moral que vai tomando conta do país no século XVI¹⁴⁷.

No entanto, a vertente crítica não invalida que Sá de Miranda elogie pontualmente os feitos portugueses. Os primeiros versos da «Fábula do Mondego» são dirigidos a D. João III e têm um tom quase épico na exaltação da coragem e lealdade dos portugueses:

vuestra animosa gente,
los Portugueses, a que nada espanta,
a vós, Señor, los ojos, y a la santa
empresa e lealtad propia y d' abuelos,
contra amenaza tanta
gran denuedo venció tantos recelos (Miranda, 1942: 79).

A elegia «À morte do Príncipe Dom João» é, de acordo com a convenção do género, um elogio ao progenitor de D. Sebastião: «como pôde cair tanta grandeza», «que no peito santo/ nunca pecado entrou, nunca entrou êrro» (Miranda, 1942: 22). Não deixa, porém, o autor de evocar os reis da primeira dinastia, buscando no

146 «Isto fazem volvedores/ e muitos pecados feos/ e os suores alheos/ que vês roubar roubadores/ sem justiça e sem bons meos» (*idem*; 299).

147 É por esta decadência ser estritamente do plano da moral e dos valores que Helder Macedo recusa ser Sá de Miranda o «exemplo pioneiro do discurso sobre a decadência nacional», discurso este que, segundo H. Macedo, «só veio a definir-se no seu sentido moderno a partir da anexação de Portugal pela Espanha» (Gil e Macedo, 1998: 215). Para este autor, o que Sá de Miranda critica como decadência é sintoma e consequência do poder político e económico de Portugal, que estava no apogeu e não em crise. Parece-nos, porém, que a pujança económica não invalida uma decadência espiritual já patente nesta época, que se vai constituir mais tarde enquanto psicodrama do povo português.

berço da nação o émulo para o elogiado e reforçando a ideia de que só no regresso ao passado e aos valores perdidos está a solução para o reino (*idem*; 27-28).

Neste conjunto de apologias à realeza nacional é de referir também a «Oração» dirigida a D. João III e a D. Catarina, na qual o monarca português é apresentado como um enviado de Deus à nação para a guiar nas explorações marítimas: «Mas quem poderia, Senhor, ser em vossos feitos tam descuidado e tam dormiente que não visse que nos fostes dado pela mão de Deus?» (*idem*; 284). Sá de Miranda manifesta deste modo encarar a história numa perspetiva providencialista, à semelhança de Fernão Lopes e Zurara. Deus surge como o protetor dos portugueses, tendo «lembrança particular» deste reino, sobretudo quando a nação se vê ameaçada na sua soberania: «por vezes que estes reinos estiveram pera se perder per guerras, ou para se misturar com os outros reinos comarcãos per casamentos, sempre vimos que Deus aí meteu sua mão e se quis lembrar dos portugueses como de gente que traz sôbre si e debaixo de sua bandeira» (Miranda, 1942: 283).

5.1.3. A «questão da língua»: António Ferreira e os gramáticos portugueses renascentistas

Época por excelência de procura de afirmação das nações modernas, o Renascimento assiste ao florescer da consolidação das línguas vulgares por toda a Europa. Os «romances» procuram autonomizar-se em relação ao latim, contribuindo esta emancipação para dignificar as nações em causa. É a «Questão da Língua», na qual intervêm artistas e gramáticos, uma vez que, para ser usada como nacional, uma língua tem de ser codificada e uniformizada. Por outro lado, a invenção da imprensa gerou a necessidade de se generalizar e normalizar uma língua acessível a todos os estratos sociais, na qual os textos fossem reproduzidos e posteriormente descodificados por um vasto público que não dominava o latim, língua restrita às minorias cultas.

No entanto, o caso português é mais complexo: a par do latim, uma outra língua disputava o papel de Língua institucional: o castelhano. Assim, em Portugal a «Questão da Língua» tem duas facetas paralelas: a reivindicação de autonomia em relação ao latim e a disputa por um lugar dominante face à ameaça do castelhano. Na sociedade nacional seiscentista é comum o bilinguismo luso-castelhano, fomentado pelas estreitas relações políticas entre Portugal e Espanha.

É no século XVI que Portugal consolida a sua posição de nação independente, ao acrescentar aos fatores da soberania nacional – a independência política,

os limites geográficos, a consciência nacional – um elemento essencial: o fator linguístico. Sendo a língua uma faceta importante na constituição da nação, sobretudo segundo o modelo de nação étnica, é determinante avaliar a ação de escritores e de gramáticos renascentistas na defesa, valorização e ilustração da língua portuguesa.

António Ferreira foi um dos autores que mais se manifestou contra a progressiva «castelhanização» da nossa cultura. A sua obra ressuma um tal sentimento patriótico que é um exemplo acabado de nacionalismo linguístico nas letras portuguesas. É recorrente o apelo aos seus companheiros de letras para que dignifiquem e fortaleçam o lugar da língua portuguesa no conjunto das línguas europeias. Em carta a Pero Andrade de Caminha acusa-o de não ser patriota por escrever em castelhano¹⁴⁸ e relembra-lhe a importância da língua como garante da independência nacional: «E a boa tenção, e obra à pátria sirva,/ Dêmos a quem nos deu, e devemos mais./ Floreça, fale, cante, ouça-se, e viva/ A Portuguesa língua, e já onde for/ Senhora vá de si soberba, e altiva» (FERREIRA, [1953]: 48).

No processo de enobrecimento da língua portuguesa tem um papel essencial o uso da mesma não só a nível institucional e administrativo, mas sobretudo a nível literário, daí que seja tema recorrente na obra de António Ferreira o incitamento à escrita de uma epopeia nacional – tópico, aliás, recorrente na literatura renascentista, presente também em Sá de Miranda –, desígnio que só irá ser cumprido por Camões. Vários são os destinatários deste apelo (D. António de Vasconcelos, D. Duarte, Pero Andrade de Caminha, António Castilho), desejando o autor que a língua portuguesa dê assim prova de maioridade pela sua aptidão expressiva para um género maior – o épico –, ao mesmo tempo que se contribuía para a celebração da expansão ultramarina: «O Português Império, que assim toma/ Senhorio por mar de tanta gente,/ Tanto bárbaro ensina, vence, e doma;/ Porque assi ficará tão baixamente/ Sem Musas, sem esprito, que cantando/ O vá do Tejo seu, ao seu Oriente?» (FERREIRA, [1953]: 78).

No campo estritamente linguístico, são os gramáticos portugueses, à imagem do que fazem os seus homónimos europeus, que procuram sistematizar, codificar e dignificar o vernáculo (numa componente mais normativa), ao mesmo tempo que refletem sobre questões mais universalizantes como as da origem e essência da linguagem (gramática de teor especulativo)¹⁴⁹.

148 «Mostraste-te tégora tão esquecido/ Meu Andrade, da terra, em que nasceste,/ Como se nela não foras nascido» (FERREIRA, 1953: 47).

149 No século XVI, vários gramáticos defenderam a sua língua vulgar, nomeadamente o italiano, o castelhano e o francês, como é o caso de, respetivamente, Pietro Bembo em *Prose della Volgar Lingua* (1525), Juan de Valdès em *Diálogo de la Lengua* (1535) e Joaquim du Bellay em *Défense et Illustration de la Langue Française* (1549).

O pioneiro é Fernão de Oliveira, em 1536, com *a Gramática da linguagem portuguesa*; seguem-se-lhe João de Barros com *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha* (1539-1540), Pero de Magalhães Gândavo com *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua* (1574) e Duarte Nunes de Leão com *Ortografia e origem da língua portuguesa*¹⁵⁰. Todos estes autores partilham de um patriotismo linguístico que se revela na inventariação das virtudes da língua portuguesa, provando ser esta superior à castelhana, quer pela sua conformidade com o latim (indicador da sua pureza), quer pela sua desconformidade com o mesmo (sinónimo de autonomia e de maioridade). Gândavo assume claramente o confronto entre as línguas vulgares ibéricas, ao encená-lo num diálogo em que disputam um português (Petrónio) e um castelhano (Falêncio), saindo o primeiro vencedor na argumentação da superioridade da sua língua.

Quanto às qualidades da língua portuguesa apresentadas por estes autores nos seus estudos, a lista é abundante e a sua ocorrência é, na generalidade dos casos, convocada pela competição com o castelhano: riqueza vocabular, criatividade, gravidade, majestade, sonoridade agradável, conformidade com o latim, dificuldade como sinal de nobreza, expressividade, antiguidade e originalidade. Todas estas virtudes permitem reivindicar para a língua portuguesa uma autonomia que lhe confere o estatuto de língua nacional. O facto de existirem palavras intraduzíveis no português (para o qual já D. Duarte chamara a atenção) demonstra que há já um modo de pensar especificamente nacional, ou seja, manifesta-se já uma consciência nacional que não se confunde com as outras europeias, conquistando assim a língua portuguesa a sua individualidade própria, alicerçada também na legitimidade do uso literário. À semelhança do que diz D. Duarte sobre a saudade em *Leal Conselheiro*, também Duarte Nunes de Leão refere a intraduzibilidade deste vocábulo, mesmo para latim: «Saudade – este aspecto, como é próprio dos portugueses que naturalmente são maviosos e afeiçoados, não há língua em que da mesma maneira se possa explicar, nem ainda por muitas palavras que se declare bem. Porque, por o que os Latinos chamam *desiderium*, não é isso propriamente» (LEÃO, [1983]: 304). É de notar que a palavra «saudade» é considerada intraduzível por refletir características próprias dos portugueses, que são «maviosos e afeiçoados».

A «Questão da Língua» em Portugal passa, a par da confirmação da cons-

150 Esta obra constituía inicialmente duas obras distintas: *Ortografia da língua portuguesa*, de 1576, e *Origem da língua portuguesa*, de 1606. Só em 1874 surge uma edição que reúne ambas: *Origem e ortografia da língua portuguesa*.

ciência nacional, pelo seu uso como instrumento de socialização, de domínio e de evangelização a nível colonial. A homogeneidade linguística do império apresenta-se como uma garantia de durabilidade do mesmo, à semelhança do exemplo de Grécia e Roma, como refere Fernão de Oliveira: «Porque Grécia e Roma ainda só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas» (OLIVEIRA, 1975: 42). Mas a língua não é só um meio de subjugação efetiva no mundo colonial; ela é também a salvaguarda de uma memória perene, de um império que se prolongará para além do territorial, de um império cultural, próximo da noção do império espiritual que mais tarde Pessoa vaticinará para Portugal. Este será um império que sobreviverá ao tempo, que manterá intacta a memória nacional, como diz João de Barros: «As armas e os padrões portugueses, póstos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartição das três pártes da terra, materiães sam, e póde-as o tempo gastar, però nam gastará doutrina, costumes, linguágem, que os Portugueses nêstas terras leixárem» (BARROS, 1971: 405).

A língua portuguesa conquista, assim, um papel primordial na consolidação da autonomia política (que vai ser determinante depois de 1580, durante o domínio filipino), confirmando Portugal como uma nação independente, dotada de expressão própria e com capacidade de se expandir pelo mundo, construindo o seu império: «A «consciência linguística» vai, pois, a par com a «consciência nacional», até mesmo com a «consciência imperial» e a língua aparece-nos pela primeira vez considerada como o «espírito e a alma» de cada Nação» (BUESCU, 1971: XXXIX).

5.2. Destino mítico de Portugal: o Quinto Império de António Vieira como expressão do sebastianismo português

Como tenho vindo a observar, desde os seus primórdios a literatura portuguesa é marcada por uma perspetiva claramente providencialista da história nacional. Com a obra do padre António Vieira extrema-se este providencialismo, nomeadamente através do Sebastianismo e do sonho do Quinto Império, o qual, aliás, o levou a ser perseguido pela Inquisição, já que Vieira – contra a doutrina estabelecida – vaticina um império não apenas espiritual, mas também temporal, cujo imperador (numa primeira fase da sua teorização) seria D. João IV, ainda que para exercer tal missão tivesse de ressuscitar. Na *História do futuro*, Vieira afirma perentoriamente a sua visão providencialista da História: «Este mundo é um teatro; os homens as figuras que nele representam, e a história verdadeira

de seus sucessos uma comédia de Deus, traçada e disposta maravilhosamente pelas idades da sua Providência» (VIEIRA, [1982a]: 156). No entanto, não deixa de defender o postulado da ação do homem – bem patente nas suas intervenções públicas em defesa dos índios, dos judeus, dos escravos –, na medida em que os portugueses devem procurar cumprir o seu destino de redenção do mundo e de consumação do Quinto Império que, segundo as suas interpretações das profecias canônicas e extracanônicas, seria liderado pela nação portuguesa.

A vida de António Vieira (1608-1697) ocupa praticamente todo o século XVII, época marcada em Portugal pelo domínio filipino (até 1640), pelas guerras contra Castela depois da Restauração – até a independência portuguesa ser definitivamente reconhecida –, bem como pela ameaça estrangeira aos nossos domínios ultramarinos. Este é, portanto, um período propício ao florescimento do messianismo, patente no espírito português e popularizado pelas *Trovas* de Bandalra, a que D. João de Castro deu forma impressa em 1603. Subjugados à coroa espanhola, os portugueses depositam as suas esperanças no regresso do rei redentor, D. Sebastião, desaparecido na malograda batalha de Alcácer-Quibir, o qual permaneceria encoberto, oculto, e aguardava o momento propício para libertar o seu povo do jugo estrangeiro. As profecias do sapateiro de Trancoso reforçam o Sebastianismo português, predizendo a vinda de um rei salvador e, pela sua fortuna literária, determinam a ampla divulgação do profetismo e do messianismo em todas as camadas sociais.

É neste culto sebastiânico (pelo menos numa primeira fase)¹⁵¹ que se inclui a obra de António Vieira, sobretudo aquela que constitui o seu *corpus* profético: *Esperanças de Portugal*, *Quinto Império do Mundo*, *Primeira e Segunda Vida del Rei D. João IV* (1659), *História do futuro* (a primeira edição é de 1718) e *Clavis Prophetarum*. A primeira obra, anteprojeto da *História do futuro*, é uma carta dirigida à rainha D. Luísa de Gusmão procurando consolá-la pela morte do rei D. João IV; Vieira chega mesmo a vaticinar a ressurreição do monarca, o que lhe vale mais tarde a perseguição do Santo Ofício. *Clavis Prophetarum*, a obra menos lusocêntrica, ultrapassa o âmbito nacional e é dirigida a todo o mundo, na medida em que discorre sobre a realidade e conservação do reino de Cristo consumado na terra. Embora nunca o refira diretamente nesta obra, este sonho universalista e unificador de Vieira só será possível sob a égide do povo português, povo eleito e predestinado para esta missão santa desde a consagração crística em Ourique.

É sobretudo na *História do futuro* que Vieira reflete sobre o destino mítico e providencial de Portugal, partindo de uma longa tradição profética, quer

151 Depois de ter dirigido as suas profecias para o regresso de D. Sebastião, Vieira deposita as suas esperanças messiânicas sucessivamente em D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II.

canónica, quer não canónica: Antigo e Novo Testamento, Joaquim de Flora e a sua concepção trinitária da história, o messianismo judaico, os portugueses Bandarra, S. Frei Gil e Beato Amadeu, entre outros. Vieira insere-se numa tradição messiânica que já anteriormente surgira em autores portugueses, como se nota em Fernão Lopes, que na *Crónica de D. João I* fala já de um «mexias» que havia de salvar o reino. É, no entanto, ao sapateiro de Trancoso, figura fundamental no messianismo nacional, que Vieira dá um lugar de destaque nas suas fontes não canónicas: muitos dos textos do jesuíta ocupam-se da legitimação de Bandarra como profeta, tema que constitui uma das acusações do Santo Ofício que sobre ele impendem. Daí que nos escritos em que desenvolve as suas justificações perante a Inquisição – nomeadamente *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício* e *Apologia das coisas profetizadas* – Vieira se ocupe detalhadamente em provar o verdadeiro espírito profético de Bandarra, inspirado por Deus¹⁵², demonstrando assim como certa a conversão universal de todos os homens (incluindo os judeus) que se reunirão sob a égide de um só imperador – o monarca português.

Vieira vaticina para Portugal a missão de evangelizar e converter o mundo à fé cristã, de o unificar sob o comando de um só imperador – que seria português –, inaugurando uma nova era, a do Quinto Império, que sucederia aos quatro anteriores, já desfeitos ou em vias disso: o assírio, o persa, o grego e o romano. Esta seria uma era de paz, prosperidade e felicidade universais – um paraíso na Terra que a ortodoxia católica remetia para o Céu – que abarcaria o mundo inteiro, inclusive as novas terras descobertas pelos marinheiros portugueses, as quais, precisamente por serem até então desconhecidas, não tinham sido dominadas pelos anteriores impérios. Eduardo Lourenço chama a atenção para este carácter universalizante do messianismo português: «muito mais do que um rei ou um salvador para um Portugal empírico, o nosso sebastianismo é sonho de rei universal, ou, melhor ainda, *de realeza universal*» (LOURENÇO, 1999c: 139).

O discurso prospetivo de Vieira é fundamentalmente de teor religioso, mas não deixa por isso de ter uma base declaradamente política: Vieira revela uma visão nacionalista e patriótica em que Portugal é exaltado como o centro da glória futura imperialista. Como afirma António Machado Pires, o Sebastianismo, após a derrota de Alcácer-Quibir, foi um «esforço de sobrevivência política», uma «forma de nacionalismo» que garantiu a unidade nacional e permitiu a resistência do espírito independentista (PIRES, [1971]: 29). Também Maria Isaura Queiroz, na obra *O messianismo no Brasil e no mundo*, defende que os movimentos messiânicos não se resumem ao aspeto religioso, apresentando-se como soluções

152 O argumento fundamental de Vieira é o de que as profecias de Bandarra se tinham cumprido, o que prova que ele é um verdadeiro profeta, por inspiração divina.

para situações de crise social, de problemas sócio-políticos (QUEIROZ, 1977: 352).

Um dos aspetos fundamentais da tese quinto-imperial vieirina é a justificação do papel central de Portugal no devir histórico. Nos textos que constituem a sua *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício*, escritos entre 1665 e 1666, Vieira apresenta uma série de provas que atestam a legitimidade da atribuição do Quinto Império a Portugal, das quais se destaca o próprio caráter dos portugueses, fortemente exaltado pelo autor. Estes reúnem as virtudes necessárias a tão grande empresa: fé, piedade, religião, culto divino, devoção e veneração do Santíssimo Sacramento, valor, resolução, constância, generosidade, espíritos grandes, fama das armas, arte da navegação e domínio sobre o mar (Vieira, 1957, II: 262-275). A par destas qualidades intrínsecas do povo português, estão argumentos de ordem histórica e de ordem mítica: entre os primeiros avulta o facto de D. Manuel I ter acolhido os judeus de Espanha, o que constitui um prenúncio da conversão universal dos povos; por outro lado, a Expansão Ultramarina é já um sinal de que os portugueses têm uma missão histórica e cristã de expandir a fé a todo o mundo, lutando contra os infiéis e evangelizando os gentios. Em termos míticos, Vieira retoma o texto bíblico e a tradição que faz dos portugueses descendentes de Noé, já que o neto deste, Tubal, teria sido o primeiro português do mundo, fundador de Setúbal. Ora Tubal – cujo nome significa «o mundo ou o homem de todo o mundo» – é filho de Jafé, literalmente «o dilatado», designação que, segundo Vieira, é já profética por aludir à propagação do poder de um povo sobre todo o mundo, a dominação universal¹⁵³. Esta sagração mítica do povo luso como predestinado a ser a cabeça do Quinto Império é confirmada num dos mitos da fundação da nacionalidade, criado três séculos depois dos factos ocorridos¹⁵⁴: o milagre de Ourique, segundo o qual é o próprio Cristo que escolhe Afonso Henriques para a missão de fundar um império cristão¹⁵⁵.

Esta visão exaltada e nacionalista que coloca Portugal à frente dos destinos do mundo encontramos-a também em *História do futuro*: «Portugal será o assunto, Portugal o centro, Portugal o teatro, Portugal o princípio e o fim destas maravilhas; e os instrumentos prodigiosos delas os Portugueses» (Vieira, [1982a]: 54). Mas esta obra não se limita a uma função exegetica e premonitória: para além do seu caráter profético, a *História do futuro* pretende ter a finalidade prática de «mo- ver os ânimos dos homens» (*idem*; 63), dando-lhes paciência e consolação para suportarem as provas a que Deus, a Providência Divina que tudo determina,

153 Cf. Borges, [1995]: 214-215.

154 Como o prova Herculano na conhecida polémica sobre o tema (cf. HERCULANO, 1982-1987, IV: 39-99).

155 Estas terão sido as palavras de Cristo: «*Volo in te et in semine tuo imperium mihi stabilire*».

os submete. Deste caráter pragmático da obra trata o autor quando refere as «utilidades da História do Futuro» (capítulos 4 a 7); assim, este escrito é um plano de ação que, ao fazer a descrição aos portugueses do seu futuro grandioso, deve incitá-los à conquista do mundo¹⁵⁶.

A ideia de um Quinto Império que abarcaria o mundo inteiro não é original. Vieira reinterpreta os profetas bíblicos Daniel e Zacarias à luz da sua teoria lusocêntrica quinto-imperial. Em *Daniel* e *Zacarias* as profecias apresentam estruturas semelhantes: são descritos quatro elementos, em ordem de valor e de poder decrescente – no sonho de Nabucodonosor são os metais (*Daniel*, 2, 27-45), na visão do próprio Daniel quatro animais (*Daniel*, 7, 1-27), em Zacarias quatro carros com cavalos de diferentes cores (*Zacarias*, 6, 1-15) – sendo que estes elementos, simbólicos de quatro impérios, são derrotados para que se instaure um novo poder. A originalidade de Vieira está na nacionalização deste quinto poder, conjugando o mito do Encoberto com um Quinto Império luso: segundo o jesuíta, será português o rei universal, independentemente da identidade do monarca. Com Vieira, o nacionalismo que vem de autores anteriores é levado ao extremo, tornando-se Portugal não só senhor do seu império ultramarino, mas líder do mundo inteiro. Este sonho imperialista esboroar-se-á, mas ficará indelevelmente marcado no imaginário da cultura portuguesa, a ponto de surgir em Pessoa, ainda que transfigurado em império cultural e não territorial¹⁵⁷. É este caráter ecuménico, universalista e messiânico que, desde a Expansão Ultramarina, permanece como traço fundamental da identidade portuguesa.

156 Cf. Cantel, 1964: 27 e Cantel, 1960: 179.

157 Cf., por exemplo, Pessoa, 1978: 249-253.



CAPÍTULO VI

VISÕES DÍSPARES DA NAÇÃO NO SÉCULO XIX: DECADÊNCIA E RECONSTRUÇÃO

6.1. O ideal romântico de recuperação da tradição nacional genuína: Garrett e Herculano

Ao século XVIII português marcado por um Neoclassicismo mais universalizante, sem raízes especificamente nacionais (de que é exemplo a *Arcádia Lusitana*), sucede o movimento romântico, genuinamente nacionalista, determinado a solucionar a crise que assolava o país. A primeira metade do século XIX é uma época de grande instabilidade política, social e económica: à devastação das invasões francesas sucede a ingerência inglesa na política nacional; a Revolução Liberal deu azo a uma guerra civil que dividiu o país; o absolutismo e a repressão ameaçaram as liberdades entretanto conquistadas. Garrett descreve assim a situação:

Portugal sem comércio, porque lho tolhera e arruinara o gabinete do Rio; sem indústria, porque lha empeciam; sem agricultura, porque lha vedavam; sem administração, porque não é administração o peculato desfaçado e público, o roubo e a venalidade patente, [–] descera ao mais abjecto, mais vilipendioso estado, a que jamais se viu baixar nação sem haver perdido sua independência; conquanto pouco era a independência de um Estado na máxima parte governado por estrangeiros delegados de seu chefe ausente (GARRETT, 1991: 88).

Perante tal situação, intelectuais como Garrett e Herculano, ambos marcados por perseguições políticas que os levaram ao exílio e ao contacto com os romantismos europeus, assumem o protagonismo do ideal romântico aplicado ao «torrão natal»: pretendem refundar a identidade nacional, perscrutando-lhe as suas raízes, nomeadamente na Idade Média. É a partir do Romantismo que surge na literatura portuguesa a problematização do ser português e do lugar de Portugal no mundo, por oposição ontológica às outras nações: «O Romantismo é o momento da cultura europeia em que o singular se torna universal, o sentimento da *diferença* o fundamento da identidade» (LOURENÇO, 1991: 101). Não esqueçamos que é no século XIX que se consolida a noção política de nação, aliada à ideia de Estado independente, conceito aliás com o qual o próprio Garrett está familiarizado, como se constata na seguinte explanação: «Uma reunião de homens, qualquer que seja o seu número, qualquer que seja a extensão do seu território, que tem leis, que tem forma de governo; eis aqui o que é uma nação. A necessidade de mútuos socorros une os homens em famílias; a necessidade une as famílias entre si, forma as cidades, constitue as nações» (GARRETT, [1985]: 195). Esta «necessidade» a que se refere Garrett está relacionada com a componente solidária e fraternal a que está também associada a nação; ou seja, pertencer a uma mesma nação é partilhar de um espírito coletivo que se constitui enquanto «unidade afectiva», no dizer de Damião Peres (1992: 38). Assim, Garrett não considera somente o significado político de nação; esta é também o conjunto de «hábitos», «maneiras de pensar», «necessidades» e «afectos», elementos fundamentais na formação da identidade nacional (GARRETT, 1991: 173).

É por isso que tanto Garrett como Herculano manifestam, seja nas suas obras, seja nas suas vidas, propósitos pedagógicos que visam despertar na alma nacional uma consciência suficientemente patriótica para reconstruir Portugal. Este conceito da missão cívica do escritor, herança ainda do Iluminismo, leva estes autores a projetos bastante abrangentes, que contemplam não só a literatura, como também a política, o património arquitetónico, a educação, a língua, a revisão da história nacional, entre outros. Apesar dos reveses nas suas vidas pessoais e na vida nacional; apesar das violentas diatribes à nação que encontramos nas suas obras, o tom geral é sempre de esperança na reconstrução nacional, no rejuvenescer de um país mergulhado em conturbados acontecimentos. Num texto intitulado «Mr. Sheridan Knowles», Garrett reflete sobre o atraso civilizacional de Portugal, mas o tom confiante mantém-se, assumindo a forma metafórica de povo eleito à espera da libertação:

Tenho fé comtudo que, apesar dos nossos opressores, das suas companhias, de suas malvadas leis, e da escravidão em que fomos vendidos para o Egypto da agiotagem, a Providencia nos acudirá. Este innocent povo, este *José das nações*, surgirá do captiveiro á grandeza pela sabedoria e

pela constancia na adversidade. A civilização é tam poderosa e forte que romperá todas estas peas, e nos tirará do carcere: mais dia, menos dia, nós tomaremos tambem o logar que nos compete em Israel (1904b: 220).

E é irónico que, uma vez conquistada a tão desejada estabilidade com a Regeneração (1851), a esperança dê lugar ao vencidismo da Geração de 70, por razões que adiante analisarei.

O objetivo de Garrett revelou-se ser, desde cedo, o de renacionalizar a literatura portuguesa, que sofrera ao longo da sua história interferências do gosto inglês, do castelhano e sobretudo do francês, como refere na introdução do *Romanceiro* (1843) (GARRETT, [1997b]: 17-22). Neste texto de teor ensaístico, Garrett divide a poesia original portuguesa em oito fases, em que a última – o Romantismo – é aquela em que finalmente Portugal recupera a sua «independência literária» (*idem*; 22). No *Romanceiro*, o autor, etnógrafo *avant la lettre*, visa estudar as origens da literatura portuguesa e faz uma recolha de poesia popular medieval, a qual ele considera mais próxima do verdadeiro espírito português¹⁵⁸. Contribui, assim, para a missão de fazer Portugal regressar a si próprio, às raízes fundadoras da sua identidade. Este interesse pela literatura popular genuinamente nacional levava-o a recuperar uma lenda nacional em *D. Branca* (1826), rejeitando a mitologia estrangeira e preferindo a nacional:

Vivam as fadas, seus encantos vivam!
Nossas lindas ficções, nossa engenhosa
Mythologia nacional e propria
Tome emfim o logar que lhe usurparam
Na lusitana antiga poesia (GARRETT, 1904d: 38)

Assim se compreende que praticamente todas as suas obras tenham Portugal – passado e presente – como tema nuclear¹⁵⁹.

A obra garrettiana constrói-se enquanto «processo de autognose de Portugal» (LOURENÇO, 1988: 82), daí que se torne fundamental uma revisitação da história nacional, a par de uma reflexão sobre o tempo coevo. Nas suas obras históricas,

158 António José Saraiva refere este papel precursor de Garrett no movimento de pesquisa da poesia popular, continuado depois por Teófilo Braga, Adolfo Coelho, José Leite de Vasconcelos, entre outros (SARAIVA, 1996c: 106).

159 Excetua-se as peças *O tio Simplicio* e *Falar verdade a mentir*, comédias inspiradas no teatro francês; *O Camões do Rossio*, feita de intrigas amorosas; os poemas de teor clássico *O retrato de Vénus* e *O roubo das sabinas*, bem como as peças juvenis ainda de inspiração clássica *Mélope*, *Catão* e *Lucrecia*. *Catão*, porém, representa valores da jovem burguesia liberal portuguesa de 1820: virtudes cívicas, primazia da lei sobre o poder pessoal. Nemésio considera esta peça um «panfleto contra o velho regime português em crise, e ao mesmo tempo [...] tomada de consciência cívica da geração liberal» (NEMÉSIO, [1985]: 130).

Garrett privilegia épocas de crise, momentos em que está em causa a manutenção da independência nacional e em que o povo português revela suficiente força e determinação para resistir ao jugo estrangeiro. Assim, *O alfageme de Santarém* (1842) retrata a crise dinástica de 1383/85, em que, aliado ao povo, surge a figura do herói cavaleiro e defensor da pátria, Nuno Álvares Pereira. No poema *Camões* (1825), marco simbólico do início do Romantismo em Portugal, é o grande épico nacional que simboliza a crise pátria: gênio incompreendido, regressa solitário à pátria, que o ignora, deixando-o morrer na miséria, e com ele falece também a independência nacional. Garrett mitifica Camões enquanto herói que passa a pertencer à galeria das figuras identitárias da nacionalidade portuguesa, que evoca na sua épica uma glória a não esquecer. O autor de *Camões* pretende «lembrar aos portugueses do presente que as propostas de transformação política e social do seu país não podem ignorar o tempo de vigor e prestígio histórico de que a epopeia camonianiana é repositório» (REIS, 1982: 73).

Em *Filipa de Vilhena* (1840) enaltece-se o espírito de sacrifício pela causa pátria que leva D. Filipa a armar os filhos cavaleiros para que possam combater contra o domínio filipino. É a época da Restauração (1640), o reverso de *Camões*, este último, aliás, escrito na amargura do exílio em que o próprio Garrett se encontrava. Finalmente, *Frei Luís de Sousa* (1843), a obra-prima dramática do autor, ao pôr em cena também a época filipina, coloca em primeiro plano o espírito de resistência ao inimigo estrangeiro na figura de Manuel de Sousa Coutinho, que prefere deitar fogo à sua própria casa, a ser obrigado a albergar o invasor castelhano. Garrett acrescenta aqui um tópico fundamental no questionamento das crises nacionais: o Sebastianismo. A espera do regresso do Desejado, encarnada sobretudo na figura de Telmo, é posta em causa pela chegada de D. João de Portugal, que desmistifica a esperança de solução da crise. Garrett pretende sublinhar, com a entrada de Manuel e Madalena na vida religiosa e com a morte de Maria, a inépcia a que conduz a espera sebastiânica, que imobiliza o povo português. Esta peça desmonta o mito e simbolicamente espelha aquilo que deveria ser o destino português: não a espera infundável, mas o avanço para um futuro em que todos os elementos da sociedade participarão na reconstrução de um país minado, material e espiritualmente. Esta desmontagem do Sebastianismo encontramos-la também na comédia *As profecias do Bandarra* (1845), em que, em tom caricatural, surge um Bandarra dos tempos modernos que, a troco de vinho e comida, recita de cor as trovas do sapateiro de Trancoso, sem delas tirar o menor significado.

O arco de Sant'Ana (1845 – vol. I; 1850 – vol. II) e *A sobrinha do Marquês* (1848) são obras cujas intrigas se tecem, não à volta de crises com o exterior, como as anteriores, mas de lutas políticas internas em fases importantes da história de Portugal. No primeiro caso, é retratado o reinado de D. Pedro I e os abusos

de poder do clero, encarnado na figura do bispo do Porto. A este contrapõe-se o povo revoltado (povo miúdo e pequena burguesia) que, com o próprio rei justicheiro tomando o seu partido, consegue cercear a repressão feita pelo clero. Em *A sobrinha do Marquês* assistimos ao confronto entre o Marquês de Pombal e os jesuítas, estes últimos prestes a retomar o poder com a morte de D. José I.

D. Branca (1826) e *Um auto de Gil Vicente* (1838) celebram épocas áureas da história portuguesa: a primeira tem como pano de fundo a conquista do Algarve no reinado de D. Afonso III; a segunda põe em cena a época manuelina, apogeu da Expansão portuguesa. Para além deste regresso ao passado, ambas as obras têm um papel fundamental no campo literário nacional, na medida em que *D. Branca* recupera a mitologia nacional e as fontes primitivas populares da literatura portuguesa. Por outro lado, *Um auto de Gil Vicente* marca o início da renacionalização do reportório teatral português, missão que Garrett assumiu patrioticamente. Simbolicamente, escolhe para protagonista aquele que é o fundador do teatro nacional.

Esta recuperação de várias datas-chave na história de Portugal constitui uma refundação da memória coletiva nacional, típica do espírito romântico. Os momentos evocados são o propulsor de que a nação necessita para se reerguer. Portugal tem de reencarnar a força coletiva e o espírito de autonomia e empreendimento que outrora o caracterizaram. Garrett não se limita a retratar o passado; o seu objetivo é que o seu público se reveja nesse tempo pretérito e daí retire lições para o presente. Esta fixação no presente levou Ofélia Paiva Monteiro a afirmar: «Nenhum dos temas abordados pela ficção histórica de Garrett (de *D. Branca* a *Frei Luiz de Sousa* e ao *Arco de Sant'Anna*) deu azo também a evocações do passado pelo passado; permitiram-lhe, sim, enquadrar numa ambientação antiga problemas, reacções, sentimentos da época do Autor e do seu próprio mundo íntimo» (MONTEIRO, 1971: 276). O próprio autor dá conta deste facto na advertência da primeira edição a *O arco de Sant'Ana*: «O romance é deste século: se tirou o seu argumento do XIV, foi escrito sob as impressões do XIX» (GARRETT, s/d d)¹⁶⁰.

Viagens na minha terra (1843) é a obra por excelência em que Garrett discorre sobre a sua época. Romance deambulatório, nele o narrador percorre as várias faces do país real em que se desloca. Moda, política, costumes, literatura, arte, património – são inúmeros os temas focados, contribuindo todos eles para

160 Esta forte centralização na contemporaneidade do autor leva alguns críticos a questionarem a inclusão desta obra no subgénero do romance histórico. Castelo Branco Chaves considera-o «um romance histórico de declínio e deterioração do género», pois, segundo ele, Garrett não tinha «conhecimentos arqueológicos suficientes nem bastantes para a reconstituição descritiva do Porto do século XIX» (CHAVES, 1979: 36). Cf. também MARINHO, 1999: 69. João Gaspar Simões considera-o «um panfleto político-religioso» (SIMÕES, 1969: 17).

a elaboração de um retrato multifacetado do Portugal oitocentista. É essencial a perspetiva que nos dá o narrador sobre a implantação do sistema liberal no nosso país. Nesta fase da sua vida já se desvanecera o radicalismo liberal do autor; reconhece agora exagerada a marginalização do clero, que teve como resultado o excessivo materialismo de uma nova personagem social: o barão, agiota e corrupto (GARRETT, [1994], cap. XII). A novela da menina dos rouxinóis ilustra este facto: Carlos, após participar nas lutas liberais, enriquece e torna-se barão, ou seja, instala-se na vida, abandonando completamente os seus ideais de juventude. Nesta diagnose da realidade nacional transparece um ceticismo catastrofista de remissão aparentemente difícil: «Uma nação grande ainda poderá ir vivendo e esperar melhor tempo, apesar desta paralisia que lhe pasma a vida da alma na mais nobre parte de seu corpo. Mas uma nação pequena, é impossível; há-de morrer./ Mais de dez anos de barões e de regímen da matéria, e infalivelmente nos foge deste corpo agonizante de Portugal o derradeiro suspiro do espírito» (*idem*; 215).

Há, no entanto, uma réstia de esperança naquela que é a base da nação, a massa popular, que se mantém fiel às verdadeiras tradições e valores nacionais: «Mas ainda espero melhor, todavia, porque o povo, o povo está são; os corruptos somos nós, os que cuidamos saber e ignoramos tudo» (*ibidem*); «ele, aquele senso íntimo do povo, vem da Razão Divina e procede da síntese transcendente, superior, e inspirada pelas grandes e eternas verdades que se não demonstram, porque se sentem» (*idem*; 216). Na novela, é Joaninha o símbolo deste povo, puro, ingénuo e genuíno; é nele que se encontra o verdadeiro sentido do ser português.

A pesquisa da identidade nacional em *Viagens na minha terra* passa também por uma inventariação do património arquitetónico, negligenciado pelos sucessivos governantes e em avançado estado de degradação¹⁶¹. A porta de Atamarma, a Virgem da Vitória, a fachada gótica da Graça, a igreja do Santo-Milagre (e o túmulo de D. Maria da Assunção que aí se encontra), o Colégio de Marvila de Santarém, o Convento de S. Domingos, o Real Convento de S. Francisco de Santarém, o túmulo do rei D. Fernando – estas são as edificações em ruínas que levam o narrador a uma «descida aos infernos da nação» (MENDES, 1999: 106), uma vez que são simbólicas de uma história nacional esquecida e até vilipendiada, em alguns casos por restauros «modernizantes» simplesmente descaracterizadores.

161 Esta preocupação com a ruína ou a errada restauração de monumentos encontramos-a em outras obras do autor: em *O arco de Sant'Ana*, logo no primeiro capítulo, o narrador lamenta a demolição do referido arco em prol de uma melhor iluminação da rua; na introdução à *Lírica de João Mínimo* são referidos a Sé Velha de Coimbra e o Convento de Odivelas (GARRETT, 1904g, I: 16-18); em nota a *Camões*, fala do estado degradado da Torre de Belém (s/d b: 184-186, nota L); no canto IV de *D. Branca* choca-o o estado deplorável das torres do Infante D. Henrique, em Sagres (1904d: 40).

Garrett, como Herculano, chama a atenção para a necessidade de preservação do património arquitetónico, pois este é um marco da história nacional, um elemento fundamental para a reconstituição e manutenção da memória coletiva portuguesa. Prevalece um discurso de teor construtivo, daí que discordemos de Victor Mendes quando afirma que «uma leitura simbólica, de correspondência perfeita entre monumentos e história, é inviabilizada. O que podemos ler é um conjunto de histórias, por sua vez, também de fracasso e degradação» (*idem*; 141). As ruínas não implicam desidentificação; a carga simbólica e fundadora do monumento permanece. Por outro lado, a indignação que provocam as ruínas negligenciadas é também um modo de reativar o sentimento de identidade nacional¹⁶².

Também a obra lírica de Garrett, embora sobretudo de forte temática amorosa, inclui poemas que refletem sobre a situação política do país. Assim, *Lírica de João Mínimo*¹⁶³ (1829), *Flores sem fruto*¹⁶⁴ (1845) e *Folhas caídas*¹⁶⁵ (1853) recordam o exílio a que o sujeito poético é obrigado, fruto da repressão, ao qual estão ligados o patriotismo e o sentimento de saudade e de abandono. A par do enaltecimento da Revolução Liberal, Garrett lamenta os períodos de despotismo a que o país foi submetido e que o levaram a deixar a pátria amada. No poema «Sonho profético», datado de 1819, retoma-se o mito do passado lusitano português, celebrizado por Camões: o sujeito poético sonha com um Portugal personificado numa figura feminina – «Lysia era a matrona» – que tem ao peito as Quinas, símbolo nacional (1904g, I: 54). Evocando o passado imperial português, agora lamentavelmente perdido, explora-se um contraste intenso entre passado e presente; de vencedor e dominador, Portugal passou a vencido: «Éstas mãos victoriosas, que, outro tempo,/ Empunharam o sceptro do Oceano,/ D’onde o fado pendeu d’Africa e d’Asia,/ Agora em vez do sceptro, em vez das palmas,/ Grilhões!... ferreos grilhões!» (*idem*, I: 53). Porém, o texto termina com nota positiva: a profecia do sonho é a da libertação da matrona.

O presente de opressão, cativo e guerra civil leva-o a evocar um dos mitos fundadores da nacionalidade: o mito de Viriato (poema «A caverna de Viriato»). O pastor dos Montes Hermínios é simbólico da «lusitana antiga liberdade»

162 Num passo anterior, Victor Mendes afirma, num tom niilista que nos parece desadequado a propósito de *Viagens*: «falham os objectos intermediários que representam o passado, não há originais e o resultado final é «nada!»» (MENDES, 1999: 136).

163 Referimo-nos aos poemas «Sonho profético», «A liberdade», «À pátria», «Ao Corpo Académico» (dois poemas homónimos), «A liberdade de imprensa», «Aniversário da Revolução de 24 de Agosto», «Ao Rei – jurando a Constituição», «A guerra civil», «O carcere», «O exílio», «A lyra do proscripto», «A morte de Riego», «O Natal em Londres», «O anno novo» (GARRETT, 1904g, I).

164 Poemas «A Domingos Sequeira. Sahindo de Portugal», «A caverna de Viriato», «A victoria na praia» e «O juramento. Canto patriótico» (*idem*, II).

165 Poemas «Os exilados» e «No Lumiar» (*ibidem*).

e da «honra e lealdade» (*idem*, II: 40) e é a antítese da situação actual: «Patria... não temos patria.../ Oh! Não há para nós tão doce nome./ Grilhões, escravos, carceres e algozes,/ De quanto outr'ora fômos,/ Isto só nos restou, só isto fomos.» (*idem*, II: 42). No entanto, a «sombra» de Viriato responde com esperança: «O dia da justiça/ Do Eterno chegará» (*ibidem*). Na mesma obra – *Flores sem fruto* – dois poemas que formam um todo («A victoria na praia» e «O juramento. Canto patriótico») celebram a vitória liberal na ilha Terceira num tom mítico: surge a figura de um cavaleiro montado num «corcel branco», com o «Real pendão de Ourique» na mão (*idem*, II: 55) e anuncia que ainda há nos portugueses o «santo amor da liberdade», «honra e lealdade» (*idem*, II: 56). Garrett aglutina, assim, dois mitos identitários fundamentais: o milagre de Ourique (segundo o qual Cristo apareceu a Afonso Henriques aquando da batalha de Ourique e o sagrou vitorioso) e o mito do Sebastianismo (o regresso de D. Sebastião, montado num cavalo branco, numa manhã de nevoeiro, para libertar Portugal). Ambos são mitos que consagram Portugal como pátria eleita pela Providência Divina para dirigir os destinos do mundo. Esta réstia de providencialismo surge, aliás, nas preces que os liberais dirigem a Deus: «Confunda-os, Senhor, tua ira,/ Desarme-os teu braço eterno;/ Manda a confusão do inferno/ Suas hostes baralhar» (*idem*, II: 64-65). Não esqueçamos que, para Garrett, os portugueses legítimos são os liberais e que esta é uma luta dentro da própria nação. Para Garrett, esta é mais uma guerra entre portugueses e estrangeiros do que entre falanges nacionais. Ao longo dos seus escritos políticos, Garrett recrimina a facção miguelista por ser fanática e vendida, sobretudo aos espanhóis¹⁶⁶.

Já na farsa *O corcunda por amor*, Garrett caricaturara os conservadores – os «corcundas» – na personagem do doutor Lapafuncio, um velho corrupto que simboliza os valores decadentes do Antigo Regime. A peça acaba por ter uma moral política, uma vez que Lapafuncio se «converte» ao Liberalismo, num momento de revelação quase religiosa: «e faça um tal exemplo abrir os olhos áquelles, que por ignorancia ou perversidade, querem ser cegos à verdadeira luz, e surdos aos clamores da justiça» (GARRETT, 1904I: 111).

Por último, resta-nos referir a peça de um só ato *Um noivado do Dafundo* (publicada só em 1857) cuja moral é a apologia dos costumes portugueses em detrimento da imitação de modelos franceses: a um casamento à moda de Paris, acaba por preferir-se um casamento à velha portuguesa (GARRETT, 1904o).

Podemos então concluir que a obra garrettiana inaugura uma procura de autoconhecimento de Portugal, a qual vai ser continuada durante todo o século

166 Cf., por exemplo, GARRETT, 1991: 357-361 e 375-377.

xix e estender-se-á pelo século xx. Língua¹⁶⁷, literatura, património, história – são variados os elementos da identidade nacional visados pelo autor. Em causa está sempre a valorização de Portugal, não numa perspectiva providencialista como vimos predominar de Fernão Lopes a António Vieira, mas numa visão mais empírica que nos dá o «país real», com os defeitos, as virtudes e as suas infinitas possibilidades de reconquista de um lugar forte, na Europa e no mundo. Garrett acredita que a literatura é uma arma crucial neste combate pela afirmação nacional, como podemos ver nesta sua apreciação a propósito da épica camonian: «os *Lusíadas* têm sido melhor cidadella para defender a independencia d'este nosso reininho, do que o forte da Graça, e a torre de S. Julião»¹⁶⁸.

Assim como Garrett, também Herculano é o «poeta-cidadão» (Serrão, 1983b: 107), ou seja, o intelectual romântico intensamente empenhado no processo conturbado de implantação do liberalismo na sociedade portuguesa. Herculano partilhou com Garrett a utopia romântica de uma profunda revolução cultural nacional que regenerasse o país dilacerado e decadente. A sua vida e a sua obra são testemunhos de uma busca incessante de reconstrução do país, nomeadamente através de propostas de reformas educativas, económicas, administrativas e culturais.

Segundo Herculano, e de acordo com a ideologia romântica, é na Idade Média que se deve procurar a verdadeira tradição nacional, a qual restituirá ao país a sua identidade original. Daí que toda a sua obra, seja literária, seja histórica, se centre naquele que é para Herculano o ciclo áureo da história portuguesa: o ciclo medieval. A este o autor contrapõe o ciclo do Renascimento, conotado, segundo ele, com o início do declínio nacional.

Com um objetivo declaradamente pedagógico, Herculano cultiva o romance histórico, um inovador subgénero romântico cujos modelos são Walter Scott e Vítor Hugo¹⁶⁹. Partindo de factos e de figuras históricas, estas narrativas procuram elaborar um retrato de época, reconstituindo a «cor local» através de minuciosas descrições de festas, cerimónias, trajes, usos e costumes, como é o

167 É frequente a defesa da língua portuguesa na obra de Garrett, sobretudo no que diz respeito aos estrangeirismos que a descaracterizam (embora GARRETT faça uso destes quando necessário). É em *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa* (1826) que rejeita a ideia de que o português é um dialeto castelhano, historiando a origem da nossa língua como uma combinação das línguas ibéricas com grego, latim, árabe e línguas dos povos do Norte (GARRETT, 1904b: 2-3). Neste mesmo ensaio, critica o demasiado apego de alguns autores da história literária portuguesa a modelos estrangeiros e lamenta o facto de autores renascentistas, como Sá de Miranda, terem escrito em castelhano.

168 Carta a António Maria de Sousa Lobo (GARRETT, 1904c: 84).

169 Este teor didático do romance histórico herculaniano é, aliás, um traço que o distingue do modelo de Walter Scott, pois este último visava sobretudo a evasão e distração do público leitor (BEIRANTE, 1991: 56).

caso, por exemplo, de capítulos como «O sarau» (capítulo xxv do volume II de *O monge de Cister* e capítulo III de *O bobo*). Esta revisitação do passado não se limita, em Herculano, a uma mera divulgação de factos históricos; o leitor tem de «encarnar» o espírito da época, reviver os acontecimentos «por dentro» e não observá-los do exterior, como refere Lukacs:

Il n'importe donc pas dans le roman historique de répéter le récit des grands événements historiques, mais de ressusciter poétiquement les êtres humains qui ont figuré dans ces événements. Il importe de nous faire revivre les mobiles sociaux et humains qui ont conduit les hommes à penser, sentir et agir précisément comme ils l'ont fait dans la réalité historique» (Lukacs, [1977]: 43-44).

Deste modo, através do romance histórico o leitor comunga dos valores medievais que Herculano quer exaltar: o patriotismo, a honra, o heroísmo, a abnegação, a devoção a causas, a solidariedade, a lealdade.

O autor procura dignificar e celebrar as origens da nação portuguesa, época que tem algumas soluções para a crise que se vive no século XIX. O reforço do poder popular como contraponto à centralização do poder real, nomeadamente em termos municipalistas, é um dos exemplos que Herculano retira do passado. Com a exaltação de tempos pretéritos ele pretende superar os erros do presente, levando os seus contemporâneos à emulação através da História: «Pobres, fracos, humilhados, depois dos tão formosos dias de poderio e renome, que nos resta senão o passado?», pergunta em *O bobo*, «Lá temos os tesouros dos nossos afectos e contentamentos. Sejam as memórias da pátria, que tivemos, o anjo de Deus que nos revoque à energia social e aos santos afectos da nacionalidade» (HERCULANO, s/d c: 47). Esta é, aliás, a missão cívica e pedagógica do artista romântico, a de servir de guia, de profeta, aos seus concidadãos: «Que todos aqueles a quem o engenho e o estudo habilitam para os graves e profundos trabalhos da história se dediquem a ela. No meio de uma nação decadente, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma espécie de magistratura moral, é uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime» (*ibidem*). O romance histórico surge como um instrumento didático em que se deve tornar patente o confronto entre a decadência do presente e a idealizada época das origens, a Idade de Ouro perdida: «E a arte? Que a arte em todas as suas formas externas represente este nobre pensamento; que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eco das eras poéticas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande vulto dos seus antepassados. Ser-lhe-á amarga a comparação» (*ibidem*).

Através dos romances históricos, Herculano recupera a memória do passado nacional, contribuindo para fortalecer os laços identitários na sociedade

portuguesa. Daí que opte por situar as suas narrativas em épocas fundamentais da criação da nacionalidade. *Eurico, o presbítero* (1844) passa-se no século VIII, ou seja, muito antes da efetiva formação do reino de Portugal, na época da invasão árabe na Península Ibérica, da qual resultou o embrião da Reconquista Cristã – é, portanto, aquilo a que chamo uma *narrativa dos primórdios*, uma evocação da génese de Portugal, a qual para o autor remonta, em termos civilizacionais, ao império godo: «O período visigótico deve ser para nós como os tempos homéricos da Península» (HERCULANO, s/d b: 198, nota 1). Isto é, aliás, corroborado na segunda carta sobre a História de Portugal incluída no volume IV de *Opúsculos*, na qual Herculano reflete sobre a seguinte questão: «onde, quando, e como nasceu este indivíduo moral chamado Nação?» (HERCULANO, [1982-1987], IV: 199). É precisamente aos conflitos entre godos e árabes na Península Ibérica que Herculano remonta para delinear as origens da nação portuguesa, que nesta fase se confundem com a resistência cristã iniciada nas Astúrias:

Tanto que o império visigodo desabou em ruínas ao embate violento do entusiasmo e perícia dos árabes, e a polícia e civilização destes substituiu nas Espanhas a muito mais viciosa e incompleta civilização dos godos, a reacção cristã e europeia contra a violência maometana e asiático-africana começou imediatamente. Desde a batalha de Chryssus [1] ou Guadalete, em que expirou o império fundado por *Theoderick* (2) e estabelecido em toda a Península por Leudvi-ghild (1) [2] até o recontro [3] de *Canicas* ou *Cangas*, em que se pode dizer nasceu o reino das Astúrias, bem curto espaço mediou (*idem*, IV: 199-200).

É, portanto, no império visigótico que, para Herculano, radicam os verdadeiros alicerces do reino de Portugal.

O bobo (publicado em *O Panorama* em 1843 e saído em volume em 1878) é a *narrativa da formação*: conta os conflitos entre D. Afonso Henriques e sua mãe D. Teresa, secundada pelo galego Fernando Peres de Trava, e culmina com a batalha de S. Mamede (1128) e a vitória daquele que viria a ser o primeiro rei português.

O monge de Cister (publicado em revista em 1841 e em volume em 1848) completa o quadro da evocação patriótica do passado nacional. Situando-se no fim do século XIV, este romance pode ser considerado a *narrativa da consolidação*, uma vez que mostra a sociedade portuguesa pós-batalha de Aljubarrota, ou seja, num momento em que Portugal se afirma indubitavelmente como independente e como força opositora às investidas castelhanas.

Estes três romances históricos podem, portanto, considerar-se narrativas fundacionais, pois evocam momentos-chave na história de Portugal. Apesar da distância temporal entre o tempo de ação de *Eurico, o presbítero* – o século VIII – e a formação de Portugal, esta obra rememora as origens cristãs do país, ou seja,

faz recordar à sociedade oitocentista um dos traços identitários da nação portuguesa que é negligenciado pelo liberalismo: a religião¹⁷⁰. Segundo Herculano, o catolicismo é parte integrante da identidade nacional, como o atesta o próprio sentimento do exilado que, longe da pátria, parece estar longe do seu Deus¹⁷¹. Eurico, o poeta-sacerdote-guerreiro, encarna a figura do herói romântico em quem o «amor da pátria» – embora apenas ainda um «sentimento confuso e indefinido, mas indelével» (HERCULANO, s/d b: 66) – é o único que sobrevive às vicissitudes da sua atribulada vida. Para Eurico, defender o seu reino é também defender a sua religião, uma vez que o primeiro implica a segunda: «Mas não é a sua coroa [de Roderico] que os filhos das Espanhas têm hoje que defender; é a liberdade da pátria; é a nossa *crença*; é o cemitério em que jazem os ossos dos nossos pais; é o *templo* e a *Cruz*, o lar doméstico, os filhos e as mulheres, os campos que nos sustentam e as árvores que nós plantámos» (*idem*; 71, sublinhados meus).

Herculano define a nação em termos cívicos, ou seja, para ele Portugal distingue-se das outras nações não só em termos territoriais, mas também pela religião, pela língua e sobretudo por laços afetivos que unem os cidadãos, um «sentimento misterioso da família, e portanto da nacionalidade», como afirma o narrador de «O pároco da aldeia» (HERCULANO, 1900, II: 187). Num passo anterior, este mesmo narrador elabora uma definição de pátria em que vários traços identitários são contemplados, como a religião, a união afetiva, a memória coletiva, o sangue:

A patria não é a terra; não é o bosque, o rio, o valle, a montanha, a arvore, a bonina: são-no os affectos que esses objectos nos recordam na historia da vida; é a oração ensinada a balbuciar por nossa mãe, a língua em que pela primeira vez ella nos disse – «meu filho!» – A patria é o crucifixo com que o nosso pae se abraçou moribundo, e com que nós nos abraçaremos, tambem, antes de ir dormir o grande somno, ao pé do que nos gerou, no cemitério da mesma aldeia em que elle e nós nascemos. A patria é o complexo de familias enlaçadas entre si pelas recordações, pelas crenças e, até, pelo sangue (*idem*, II: 186).

Desenha-se a noção de consciência nacional, constituída por afetos, recordações e crenças comuns, um sentimento patriótico que se constitui pela fraternidade entre habitantes de um mesmo espaço.

170 Apesar de manifestar posições anticlericais, Herculano lamenta o modo como algum clero foi lançado na miséria pelas reformas liberais, chegando a interceder pelos religiosos em artigos como «Os egressos – Petição humilíssima a favor de uma classe desgraçada» (1842) e «As freiras do Lorrão» (1853), ambos incluídos no primeiro volume de *Opúsculos* (HERCULANO, [1982-1987], I: 89-99 e 123-130).

171 Cf. poema «Tristezas do desterro» (HERCULANO, 1981: 115).

A época de transição retratada em *Eurico, o presbítero* – a queda do império visigótico e a invasão árabe – não tem somente um valor fundacional; Herculano pretende tirar do passado uma lição para o presente. A «perversão moral», a «dissolução política», o «vício» e a «degeneração política» (HERCULANO, s/d b: 34) apontados como causas do declínio visigótico podem ser lidos como um diagnóstico para o século XIX que, como já referimos, é uma época fustigada por múltiplas convulsões sociais e políticas, inclusive por uma guerra civil, como também acontece neste romance. Esta relação especular entre passado e presente desenvolve-se a vários níveis, como explica Ofélia Paiva Monteiro: «na representação, em *Eurico*, da decadência dos Visigodos (guerra civil, ambições torpes da nobreza, luxo do clero, miséria do povo prostituído aos poderosos) insinua-se o desenganado juízo do escritor sobre o Portugal do seu tempo» (Monteiro, [1997]: col. 992). A este paralelo, Vitorino Nemésio acrescenta uma relação direta entre figuras históricas: na morte de Vitiza vê uma alusão à morte de D. João VI, ambos dando azo a conflitos de poder e a guerras civis e na tomada do trono de Roderico considera haver uma relação com a aclamação de D. Miguel (Nemésio, [1978]: xxvii). Embora Herculano nunca refira diretamente que pretende retratar o presente através do passado, é certo que o seu objetivo no romance histórico passa por doutrinar os seus contemporâneos, levando-os a valorizar a tradição medieval naquilo que ela tem de nacional e genuíno, a fim de que Portugal possa ressurgir do estado decadente em que se encontra no século XIX.

Esta valorização nacional é uma componente essencial do Romantismo: com o estabelecimento do conceito de Estado-nação, os românticos são impelidos a buscar as raízes da nação, bem como a delinear os seus traços identitários: território, povo, língua, religião, história, mitos e arte. Daí que seja fulcral preservar a memória da nação: no património arquitetónico, na literatura, na história. Em *O bobo*, Herculano revisita as origens de Portugal, o momento da formação do país. Ao pôr em confronto os partidos de D. Teresa e de D. Afonso Henriques, mostrando as intrigas políticas só resolvidas em S. Mamede, Herculano demonstra artisticamente o que já defendera em ensaios: a sua tese política sobre a formação da nacionalidade. Segundo Herculano, Portugal nasceu da revolução e da conquista, ou seja, da revolta dos nobres portugalenses, comandados por D. Afonso Henriques, contra os galegos. O autor rejeita, portanto, qualquer predeterminação divina da vitória portuguesa, posição que o leva anos mais tarde a refutar, na *História de Portugal* (o primeiro volume é de 1846), o mito de Ourique, o que gera uma acesa polémica com o clero, da qual resultaram textos como «Eu e o clero» (1850) e «Solemnia verba» (1850), entre outros.

O apelo ao espírito patriótico é feito, em *O bobo*, através do maniqueísmo com que a subjetividade do narrador caracteriza as personagens. Estas são polarizadas em extremos, o Bem e o Mal, sendo que as que constituem a facção

de D. Afonso Henriques são conotadas com o polo positivo, enquanto Peres de Trava e seus seguidores constituem o polo negativo. Assim, a um Peres de Trava ambicioso, autoritário, impiedoso e violento, juntam-se o hipócrita Martim Eicha (um renegado tornado bispo) e o diabólico Tructesindo, sobrinho de Trava. Garcia Bermudes, companheiro de armas de Trava, esbate a oposição entre Bem e Mal, pois apieda-se de Dulce e de Egas Moniz. Por outro lado, D. Teresa é desculpabilizada pelo facto de ser submissa ao seu amante galego, não deixando de manifestar um sentimento maternal de desgosto e preocupação pelo afastamento do filho. Tratando-se da mãe do primeiro rei de Portugal, é natural que Herculano procure torná-la imune a qualquer crítica, de modo a não macular a ascendência do trono português. O mesmo se verifica quando se fala da possibilidade de o conde D. Henrique ter mandado construir uma masmorra no castelo de Guimarães onde se praticassem atrocidades; embora em tom irónico, o narrador reconhece a necessidade de omitir tal facto, sob pena de se denegrir uma imagem que se queria exaltar: «Ainda que algum documentinho de má morte provasse o contrário cumpria-nos pô-lo no escuro, ou contestar-lhe francamente a autenticidade, porque o conde foi o fundador da monarquia, e a monarquia desfunda-se uma vez que tal coisa se admita. Assim é que se há-de escrever a história» (HERCULANO, s/d c: 166). É óbvia a ironia, uma vez que Herculano nos seus estudos históricos pratica precisamente o método contrário: a verdade deve estar acima de qualquer objetivo panegírico. Não esqueçamos, porém, que estamos em pleno reino da ficção.

Na galeria dos nacionalistas avultam as figuras de Gonçalo Mendes da Maia (protagonista de «A morte do lidador», um dos contos de *Lendas e narrativas*) e de Egas Moniz, ambos corajosos e bravos lutadores, fiéis, leais e conciliadores. Embora seja uma personagem secundária, D. Afonso Henriques surge como perseverante e audaz, com «o valor indomável de um desses heróis dos antigos romances de cavalaria» (*idem*; 46); a este carácter de exceção acrescenta-se uma superlativização física: as suas «formas atléticas» (*ibidem*) fazem com que «o vulto agigantado do moço príncipe [sobreleve] aos mais corpulentos cavaleiros» (*idem*; 181)¹⁷².

Herculano mostra como, mesmo antes de se formar o reino de Portugal, crescia já nos cavaleiros portugueses um sentimento de nacionalidade «vago e confuso, mas enérgico» (*idem*; 66). Reconhece, porém, que o patriotismo – «O amor cioso da própria autonomia que deriva de uma concepção forte, clara, consciente, do ente colectivo» (*idem*; 42) – só existia de modo ainda difuso nos séculos XI e XII. No entanto, esta é também uma lição para o século XIX: acordar as

172 Procurando não fugir à verdade histórica, o narrador, em nota, corrobora este facto com a abertura do túmulo de D. Afonso I em 1832 em Santa Cruz de Coimbra em que se constatou que os ossos de D. Afonso Henriques «eram de dimensão extraordinária» (HERCULANO, s/d c: 181).

consciências para a necessidade de preservar e defender a independência nacional da intromissão estrangeira, exaltando o combate por ideais e reativando valores como o heroísmo, a honra e a lealdade.

O monge de Cister, narrativa da consolidação da nacionalidade, retrata os conflitos de interesses das diferentes classes sociais no reinado de D. João I, a par de uma ação cujo tema fulcral é a vingança da honra manchada de Frei Vasco. A uma nobreza (por exemplo o Conde de Seia) com pouco sentido patriótico (de que Nuno Álvares Pereira constitui a exceção) – esta oscilava entre a facção nacional e a castelhana na crise de 1383/85, consoante os seus interesses¹⁷³ – alia-se o alto clero, representado pelo abade de Alcobaça, que vive no luxo, usufruindo da exploração dos povoadores dos coutos. João das Regras, o conselheiro de D. João I, é o burguês por excelência, aquele que, ao fomentar a aliança entre o rei e o povo, prepara o caminho que leva mais tarde ao absolutismo, no reinado de D. João II. O povo, representado por personagens como Mem Bugalho, o truão Alle e Domingas, é por vezes ingênuo, deixando-se manipular pelas classes altas.

O medievalismo de Herculano manifesta-se a vários níveis neste romance; o autor releva na sociedade dos fins do século XIV traços que servem de lição e de solução para os problemas oitocentistas: o municipalismo, a liberdade, a tolerância religiosa e a economia essencialmente agrícola.

A liberdade relaciona-se sobretudo com o emergir do Terceiro Estado enquanto classe com um lugar estabelecido na pirâmide social. É no reinado de D. João I que se fomenta a aliança entre o rei e os concelhos, os municípios, o que mais tarde veio a ter como consequência negativa a progressiva centralização do poder real, que assim se foi libertando do poder nobre e clerical. A ausência de liberdade no século XIX contrasta, portanto, com a época do romance, e é o próprio autor que, numa nota final, aponta o dedo acusador ao liberalismo, no qual depositara as suas esperanças: «liberalismo absurdo e covarde que os [jesuítas] persegue e martyrisa; liberalismo, que crê em tudo, menos nos foros da consciência, na magna charta do pensamento; em tudo, menos na liberdade da inteligência humana» (HERCULANO, s/d d, II: 371-2). A amargura do autor para com o sistema liberal torna-se também visível num passo em que o narrador aproveita um comentário às ideias tolas da tia Domingas para criticar as medidas liberais: as ideias da tia Domingas são «ideias profundas, concatenadas, harmonicas e uteis como as reformas governativas feitas em Portugal nos ultimos quinze annos» (*idem*, I: 305).

Na Idade Média, o povo é livre de se fazer representar em cortes, de fazer ouvir as suas queixas sobre os abusos das restantes classes sociais, como é o caso

173 Cf. HERCULANO, s/d d; I: 113-114.

do rol de artigos dos concelhos que Mem Bugalho, ingénuo, acaba por revelar aos nobres que o pressionam. Fazendo uso da ironia, o narrador vai desfiando as lamentações dos oprimidos, testemunhos de opressões, ao mesmo tempo que faz comentários contra o povo, fingindo tomar o partido dos nobres (*idem*, I: 222-225).

Em termos religiosos, no século XIV predomina a tolerância, na medida em que coabitam três religiões, todas protegidas pela lei: catolicismo, judaísmo e islamismo. Com este espírito condescendente, o narrador faz contrastar os exageros em que se caiu nos séculos seguintes: «O fanatismo cego, bruto e feroz veio-nos com as primeiras luzes de uma falsa civilização» (*idem*, I: 74).

No campo económico, Herculano sempre preconizou o desenvolvimento da agricultura como fonte de riqueza nacional e o equilíbrio da sociedade medieval tem a sua base precisamente na posse da terra, como podemos observar nas relações que se estabelecem entre as várias classes sociais em *O monge de Cister*. Face à triste realidade sua contemporânea, o fomento agrícola surge como a opção certa: «As conquistas não voltarão mais, porque já não há novos mundos para devastar, e as nossas esperanças devem dirigir-se para um solo fértil, visitado pela bênção de Deus» (HERCULANO, [1982-1987], III: 63)¹⁷⁴. É na época dos Descobrimentos que radica, segundo o autor, a crise nacional e o abandono da agricultura. Herculano não deixa, porém, de reconhecer e de exaltar o papel fundamental e pioneiro que teve Portugal para a história mundial:

[Portugal] veio por milagres de prudência e de energia a constituir, não a nação mais forte, mas decerto a mais audaz da Europa nos fins do XV século. Dir-se-ia um povo predestinado. Quais seriam hoje de feito as relações do Oriente e do Novo Mundo com o Ocidente, se Portugal houvesse perecido no berço? Quem ousará afirmar que, sem Portugal, a civilização actual do género humano seria a mesma que é? (HERCULANO, s/d c: 45).

Estas palavras do romance *O bobo* constituem um dos raros casos na obra do autor em que se valoriza a Expansão Ultramarina. Também a sua poesia alude, por vezes, ao tema; nos poemas «A perda d'Arzila» e «O canto do adail» o autor lamenta a retirada portuguesa de Arzila a mando do rei D. João III, a quem critica: «Tomar-te-há Deus contas,/ Rei fraco e prasmado» (HERCULANO, 1894: 142). Nestes poemas Herculano recorda o tempo de um Portugal forte e poderoso das Descobertas: «Portugal, oh leão do occidente,/ Tu rugias à beira do mar,/ E o teu

174 Este tema é recorrente na obra herculaniana, em vários artigos reunidos nos *Opúsculos*, como é o caso de «Os vínculos» (1856), «A emigração» (1873-1875), «Duas épocas e dois monumentos ou a granja real de Mafra» (1843), «Breves reflexões sobre alguns pontos de economia agrícola» (1849) e «A granja do Calhariz» (1851), todos reunidos no volume II (HERCULANO, [1982-1987], II).

grito cá vinha troar/ Temeroso no ardente Moghreb» (*idem*; 145). Já no drama lírico «Os infantes em Ceuta», cujo tema central são os amores de D. Pedro e de D. Henrique por duas mouras, é posto em relevo o patriotismo dos cavaleiros – «Contentes saudamos/ Os dias da guerra:/ Ser dignos da terra/ Da infância juramos./ O braço não treme!.../ O peito não teme!...» (*idem*; 233) –, bem como a clemência dos portugueses vitoriosos para com os vencidos: «Da nossa clemência/ Aprende o africano/ A ser nobre e humano,/ E o que é perdoar» (*idem*; 272).

Como atrás referi, o ciclo do Renascimento constitui para Herculano a fase de decadência na história nacional, tema que é retomado no capítulo IV de *O monge de Cister*, em que se personificam Portugal e Lisboa como pai e filha, ambos caídos em desgraça após um período de glória:

Era então como a filha donzella e innocentinha do honrado e guerreiro Portugal, bom soldado da idade-média, a quem riquezas de conquistas e embriaguez de glórias fizeram dissoluto, e a dissolução fez antes da velhice caduco. Lisboa, a sua filha, graciosa, pudica, pura na antiga pobreza, cresceu na abundância e no luxo, quebrou o cinto que lhe dera o último rei da primeira raça e, trepando o monte occidental que a encobria, sorriu-se e chamou, como mulher perdida, os estrangeiros que passavam. Eles, mais corrompidos que ella, saciaram-na de vícios e de abominações. Hoje ahi está assentada ao pé de seu velho pae. Elle, veterano tonto, afasta os farrapos que o cobrem e mostra as cicatrizes de mil batalhas e, levando a mão á fronte calva, procura os louros de novecentas victorias; mas as cicatrizes estão cobertas de vermes, e os louros desfolhados por mãos de nações de que ha dous ou tres seculos havia já tal qual noticia no mundo. Ella, vestida com andrajos de brocado, ainda formosa, mas descórada e abjecta, quer sorrir-se lascivamente aos estranhos; porém os estranhos que passam, se honestos, seguem ávante, meneando a cabeça; se corruptos, passam uma noute no seu regaço e, ao partir no outro dia, cospem-lhe nas faces dando uma gargalhada./ Cidade, donzella e pura do seculo XIV, porque rasgaste o teu véu de innocencia? Porque quebraste o cinto que te dera o rei que tanto te amou? Porque te aproximaste á foz do Tejo, convocaste os estrangeiros, e converteste a tua morada em lupanar? Foi porque teu pae perdeu na idade grave as virtudes da idade viril. Foi porque elle te entregou a ti só as riquezas que conquistára por todos e para todos os seus filhos, e tu o fartaste de deleites e dissoluções, e embriagado se te deitou aos pés como escravo. É por isso que os que vem buscar os ultimos fios de ouro do roto brocado que te cobre, ou arroxear-te as faces sem pudor com os ultimos beijos de uma sensualidade hedionda e bruta, calcam o velho que dorme a teus pés o somno da embriaguez. É por isso que tu ouves ao longe, na terra e nos mares, um som vago de risadas de insulto, um apupar de gentilha em linguas barbaras. Riem-se de ti, desgraçada! riem-se do Portugal que fez muitas vezes enfiar de terror os avós dos

que ora fazem de ti baldão. Este rir, este apupar é a voz do teu opprobrio. Quando has-de tu ser quem foste, oh terra de D. João I? (HERCULANO, s/d d, I: 68-70).

Os Descobrimentos só trouxeram ao país «embriaguez de glórias», dissolução provocada pelo luxo e riquezas: o guerreiro e a filha donzela corromperam-se e tornaram-se obsoletos. Embora ostentem ainda sinais de um passado exaltante – as «cicatrices» testemunhas de ação na guerra, os «louros» e o «brocado» –, estes manifestam já o declínio acentuado dos seus portadores, como se constata nos termos disfóricos, conotados com a podridão e a inutilidade a eles associados: as cicatrizes estão «cobertas de vermes», os louros «desfolhados» e do brocado só restam «andrajos». A perda da dignidade nacional é retratada numa Lisboa tornada prostituta e num Portugal reduzido a um velho «veterano tonto», o que provoca a perda do respeito do estrangeiro: o riso de que pai e filha são alvo é o limite da irrisão.

Embora só reunidos em volume em 1851, os contos de *Lendas e narrativas* já haviam sido publicados no *Panorama* e na *Ilustração*. Afirma Herculano que constituem as primeiras tentativas do romance histórico em Portugal (HERCULANO, 1900, I: VI). Também nestas narrativas se manifesta o medievalismo do autor, nomeadamente no tom jogralesco de «A dama pé-de-cabra» (século XI), reconstituição próxima da literatura popular, recheada de fantástico e de maravilhoso. O fascínio que a Idade Média exerce sobre o autor leva-o a desenvolver alguns dos contos com base em crónicas medievais: «Arras por foro de Espanha» e «O castelo de Faria» são tirados da *Crónica de D. Fernando* (o segundo do capítulo 79), de Fernão Lopes; «O bispo negro» da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, e «A dama pé-de-cabra» do *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*¹⁷⁵.

À exceção de «O pároco da aldeia», narrativa contemporânea que retrata a caridade do padre de província¹⁷⁶, todos os contos se passam na época medieval ou na transição desta para o Renascimento, como é o caso de «A abóbada» (1401). «O alcaide de Santarém» (século X) é uma história de vingança em pleno domínio árabe na Península Ibérica. «O bispo negro» e «A morte do lidador» enquadram-se no reinado de D. Afonso Henriques (século XII): por narrar o modo como o primeiro rei desafiou o poder papal, o narrador sublinha que «O bispo negro» é uma lenda tirada das *Crónicas de Acenheiro*, «rol de Mentiras e disparates publicado pela nossa Academia» (*idem*, II: 73). «A morte do lidador» é uma celebração do heroísmo e patriotismo de um dos heróis da história nacional, Gonçalo Mendes da Maia.

175 Cf. MARINHO, 1999: 54-55. Segundo Maria de Fátima Marinho, os contos referidos «são quase a transcrição de capítulos das crónicas medievais» (*idem*; 54).

176 Como afirma Fidelino de Figueiredo, este conto anuncia o romance campesino «com visão ingenua e optimista da vida rustica», género dileto de Júlio Dinis (FIGUEIREDO, 1923: 114).

Ao século XIV pertencem «O castelo de Faria» e «Arras por foro de Espanha». O primeiro, à semelhança de «A morte do lidador», é também um exemplo de honra e sacrifício pela pátria e pela independência. «Arras por foro de Espanha» retrata, a par da vingança de D. Leonor contra os seus inimigos, a luta e ascensão do povo – a arraia miúda – que era ainda manipulado pela nobreza, mas que ia lentamente ganhando força anímica: «O elemento democratico erguia-se para influir activamente na monarchia» (*idem*, I: 93).

«A abóbada» é o conto em que o espírito nacionalista ganha mais relevo: o tema é a construção da abóbada no Mosteiro da Batalha, primeiramente iniciada pelo Mestre Afonso Domingues, tendo este depois sido substituído pelo irlandês Ouguet. Este último fracassa e a abóbada cai; este desmoronamento pode ler-se como um sinal de que uma obra que é um símbolo nacional, uma celebração da independência, não deve ser entregue a um estrangeiro. O próprio mestre Ouguet se revela indigno desta missão, ao mostrar desprezo para com os portugueses: chama-lhes ignorantes, «brigosos», «paiz safaro e inculto» (*idem*, I: 245), atitude que é criticada pelo narrador. É em Afonso Domingues que encarna o nacionalismo: ele defende que o mosteiro tem de ser nacional e popular, daí que tenha de ser feito por quem tem amor à pátria portuguesa. O mestre acaba por mostrar a sua devoção a Portugal, dando a vida pelo sucesso da sua obra: morre desfalecido após ficar três dias, sem comer e sem beber, sob a abóbada por ele finalmente erigida.

Ao medievalismo das narrativas históricas de Herculano contrapõe-se a contemporaneidade da sua obra poética. Na poesia herculaniana perpassam temas políticos, sociais e religiosos, como a tirania, o exílio e a guerra civil; são reflexões do autor sobre o seu próprio tempo, que assumem por vezes a forma de impreciação contra injustiças e imoralidades. O poeta é o guia da Humanidade, é o ser iluminado que usa a palavra para invetivar e prevenir os seus coetâneos. É o caso de *A voz do profeta* (1836-1837), longo poema em prosa em estilo bíblico, inspirado em *Paroles d'un croyant*, de Lamennais: nele Herculano rejeita o Setembrismo e a ação destruidora do povo e defende a Carta Constitucional¹⁷⁷. Através de várias parábolas, o poeta passa em revista alguns factos da história do

177 «Porque a plebe desenfreada é como o fantasma do crime, como o espectro da morte, como o grito do extermínio»; «A relé popular é chamada as fezes da sociedade, [...] porque é vil e malvada» (HERCULANO, [1982-1987], I: 44). Na introdução à obra, escrita trinta anos depois da primeira edição, Herculano reconhece alguns erros do Cartismo (que, no entanto, continua a defender) e admite ter exagerado no ataque aos setembristas: «Em muitos desses indivíduos, aparentemente revolucionários, havia o patriotismo reflexivo, e até a abnegação, enquanto em nós, os que os agredíamos com a sinceridade da indignação, havia, por amor exagerado aos bons princípios, uma cólera que em muitas coisas ofuscava a razão. *A voz do profeta* representa esse estado dos espíritos./ Hoje a exageração sincera do insulto, a invectiva hiperbólica, inspirada, não pelo cálculo, mas pelas irritações da consciência, mal se compreende» (*idem*, I: 33).

liberalismo: a guerra civil, os conflitos entre Absolutismo, Cartismo e Setembrismo, a abdicação de D. Pedro IV, a usurpação de D. Miguel, o restabelecimento da Carta Constitucional e a posterior renúncia a esta imposta a D. Maria II em 1836. A um passado de glória sobrepõe-se a decadência do presente: «Lembraí-vos que as cinzas dos cavaleiros de João primeiro, dos valentes de Ceuta, de Tânger e de Arzila, dos conquistadores do Oriente, estão envoltas na terra que pisas./ E onde quer que ponhais os pés levantará o passado um grito de repreensão contra a depravação do século actual» (*idem*, I: 59)¹⁷⁸.

Passado e presente são transformados em duas cidades, numa parábola em que uma das cidades (a que simboliza o passado) é humilde e virtuosa – «havia aí virtude, honra e amor filial e paterno» (*idem*, I: 76) –, enquanto a «moderna cidade» é mais rica mas mais viciosa, caracterizada pelo crime, pela corrupção e pelo repúdio da religião (*ibidem*).

Também neste opúsculo transparece o nacionalismo de Herculano, pois o poeta visionário teme que a decadência de Portugal o faça cair novamente na mão do intruso estrangeiro, nomeadamente o espanhol: «Povo desvairado, dói-te de ti próprio. Sabes, acaso, a quem os homens das trevas pretendem submeter-te e a teus filhos e netos?» (*idem*, I: 73). Em tom de profecia mostra, porém, confiar no espírito de independência do povo português que, ainda que subjugado territorialmente, mantém a sua honra e o seu patriotismo: «Não, o Espanhol orgulhoso não calcará as cinzas dos nossos valentes, embora possua esta terra corrupta e serva» (*idem*, I: 74).

A voz do profeta é um dos textos mais amargurados de Herculano; nele ressuma o espírito atormentado do poeta em face do declínio moral que o rodeia: «A cobiça do mando e do ouro» e a «sede da tirania» (*idem*, I: 68). Num clima de guerra civil e de desmandos do poder, a liberdade a que aspirara para a pátria parece estar ameaçada para sempre: «O sonho da liberdade, o sonho da minha juventude, esta fonte de poesia e de acções generosas, converteu-se para mim num pesadelo cansado» (*idem*, I: 64). Este negativismo leva Agostinho de Campos a considerar *A voz do profeta* uma «profecia de desgraças fulminada contra o Setembrismo, epopeia negativa de um pessimista que via para muito breve o naufrágio da Pátria na tempestade da anarquia» (Campos, 1921: xxiv).

A harpa do crente (1838), como o próprio título indicia, tem muitos poemas cujo tema é a religião e a relação entre esta e a liberdade e dignidade humanas. Com este eixo temático interseccionam-se referências à situação política oitocentista em Portugal com alusões à tirania, à guerra civil e ao exílio. A história contemporânea marca indelevelmente esta poesia, fazendo dela uma « projecção

178 Cf. também as páginas 61-62, em que se retrata a Lisboa dos descobrimentos, opulenta e poderosa.

da ideologia liberal», como nota António Machado Pires¹⁷⁹. Também António José Saraiva e Óscar Lopes sublinham a relação destes poemas com a experiência liberal do autor: «É um dos raros testemunhos poéticos da grande crise social da instauração do liberalismo no nosso país; ecoam a actualidade histórica de um modo directo» (LOPES e SARAIVA, [1982]: 767).

No poema «A semana santa», o poeta lamenta a apatia que vê grassar nos seus conterrâneos, que se subjugam docilmente à tirania: «Nós, homens fortes, servos de tiranos,/ Que sabemos tão bem rojar seus ferros/ Sem nos queixar, menosprezando a Pátria/ E a liberdade, e o combater por ela» (HERCULANO, s/d a: 25). À semelhança de *A voz do profeta*, também neste poema o poeta se destaca pela diferença; ele é o único que se manifesta contra a situação: «Eu não! – eu rujo escravo; eu creio e espero/ No Deus das almas generosas, puras,/ E os déspotas maldigo» (*ibidem*). Aflora novamente o tema da decadência do presente por contraste com um passado exaltante: «A minha triste pátria era tão bela,/ E forte, e virtuosa!» (*idem*; 42). A degeneração é acentuada pela personificação, que nos devolve uma imagem marcada pela podridão, tão ao gosto ultrarromântico: «Bem como um cadáver já corrupto,/ A Nação se dissolve: e em seu letargo/ O povo, envolto na miséria, dorme» (*ibidem*).

Mesmo só vendo à sua volta «O vil escravo/ Imerso em vícios, em bruteza e infâmia» (*ibidem*), o poeta confia ainda no espírito nacionalista dos soldados liberais, como o manifesta no elogio fúnebre «D. Pedro», no qual os soldados prometem lutar pela liberdade da pátria, contra tiranos e opressores, ainda que isso implique estar longe da terra natal, sofrendo a distância e a saudade (poema «O soldado»). Daí que o exílio seja tema recorrente nestes poemas, bem como noutras obras do autor, nomeadamente em «De Jersey a Granville» (1831), narrativa em que descreve a sua própria viagem na situação de exilado.

Ainda em *A harpa do crente*, o poema «A vitória e a piedade» alude diretamente à experiência liberal do autor: o sujeito poético conta o seu exílio da pátria por perseguições políticas, o levantar de armas e o desembarque no Mindelo em 1832. É de destacar a reflexão sobre a guerra civil, uma luta fratricida em que a vitória tem sempre um sabor amargo, como afirma também no poema «O soldado»: «Que é, em fraternas lides,/ Um canto de vitória?// É delirar maldito;/ É triunfar sem glória» (HERCULANO, s/d a: 94)¹⁸⁰.

«Tristezas do desterro», incluído na primeira edição de *Poesias* (1850), é um poema dedicado ao exílio na Grã-Bretanha. O sujeito poético manifesta a sua veneração pela pátria, o paraíso da sua felicidade perdida: «Berço do meu nascer.

179 No artigo «A expressão do sagrado n' *A harpa do crente* de Alexandre Herculano» in AA.VV., 1974: 132.

180 A dupla barra indica mudança de estrofe.

Solo querido,/ Onde cresci e amei e fui ditoso» (HERCULANO, 1981: 107). O exílio é marcado pelo afastamento físico da nação, da qual o poeta recorda os afetos (o pai, por exemplo), mas também os aspetos telúricos – as árvores, as flores, o laranjal (*idem*; 110) –, por contraste com a natureza agreste do país estrangeiro, que em tudo se opõe à claridade meridional de Portugal: na Grã-Bretanha, a verdura é «uniforme e torva», o cheiro do arvoredado é «acre», «Mal-assombrado o rio, húmido o vale», o ar «denso e pesado» (*idem*; 111). A descrição deste lugar inóspito revela a inadaptação do sujeito poético, cuja dor, segundo diz de modo hiperbólico, supera a do órfão, da viúva ou da mãe que perde o filho (*idem*; 112).

Já em «De Jersey a Granville» Herculano manifesta igual animosidade em relação aos ingleses, criticando-lhes a gastronomia e a língua (HERCULANO, 1934: 13, 18, 20)¹⁸¹. O autor, com saudades da pátria, descreve o seu desterro, causado por «intolerâncias insensatas e ferinas de paixões políticas» (*idem*; 38) e agravado pelo escárnio de que é alvo por ser oriundo de um país «fraco, limitado e obscuro» (*idem*; 37).

Garrett e Herculano, românticos e nacionalistas, inauguram uma reflexão sobre o ser nacional que assume a forma de uma interrogação sobre a identidade portuguesa, processo de autognose que se vai prolongar até à contemporaneidade e que se reveste de contornos claramente pessimistas e algo céticos na Geração de 70.

6.2. Eça de Queirós e uma sociedade em decadência

O excessivo sentimentalismo do Ultrarromantismo desencadeou, na segunda metade do século XIX, a reação de um grupo de jovens autores, inspirados na teoria proudhoniana da literatura como instrumento da revolução, da justiça e da moral. Em 1865, Antero de Quental, atacado por António Feliciano Castilho no posfácio ao *Poema da mocidade*, de Pinheiro Chagas, responde com o texto «Bom senso e bom gosto», em que defende a conceção do artista e do intelectual como um sacerdote de ideias, um profeta com uma missão social, que dificilmente se identifica com o «umbiguismo» por vezes de teor mórbido e espectral da literatura ultrarromântica. Estava iniciada a «Questão coimbrã», primeiro assomo do revolucionário grupo da Geração de 70: face ao atraso cultural e económico, pretendia-se modernizar o país, pô-lo em contacto com a evolução da Europa, mudar a mentalidade retrógrada, tradicionalista e conservadora que minava o progresso necessário.

A Geração de 70 inaugura uma nova perspectiva sobre a realidade portuguesa: afasta-se da tendência idealizante dos românticos e procede a um diagnóstico social

181 Desprezando a hegemonia material da Inglaterra, elogia, por contraste, a superioridade intelectual da França, modelo para toda a Europa ocidental (HERCULANO, 1934: 30-32).

cujos resultados, em várias áreas, convergem num único veio, a evidente decadência nacional. É a partir da intervenção de Antero nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, em 1871, que o tema se torna recorrente na literatura, na história, no pensamento português em geral. Em *A ideia da decadência na Geração de 70*, António Machado Pires analisa exaustivamente as repercussões da teoria da decadência nacional de Antero sobre alguns autores na segunda metade do século XIX, comprovando a profunda influência que deixou em autores como Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro e Alberto Sampaio a conferência anterior de análise às «Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos» (PIRES, 1992: 76-89). Antero herda de Herculano a conceção que idealiza a Idade Média como a época da verdadeira liberdade, seja a nível religioso, seja a nível político, pela descentralização do poder real por ação das forças locais (municipalistas, refere Herculano). Para Antero e, com uma ou outra variação, para a generalidade dos homens da Geração de 70, a decadência de Portugal inicia-se no século XVI e tem causas bem definidas: o catolicismo pós-tridentino, que propicia as perseguições da Inquisição; o Absolutismo, sinónimo de repressão das liberdades locais; as conquistas longínquas que levam ao despovoamento do reino e à crise nas atividades produtivas, agrícolas e industriais.

As farpas (1871-1890), inicialmente reunindo Eça de Queirós e Ramalho Ortigão e da exclusiva responsabilidade deste último após 1872, são crónicas jornalísticas de carácter fragmentário pela sua inicial publicação avulsa¹⁸², que constituem um enorme fresco da sociedade portuguesa da segunda metade do século XIX. Com um objetivo declaradamente pedagógico, Ramalho critica através do riso e da gargalhada; procura «fazer ver bem» ao português a apatia, a moleza, a decadência em que este mergulhara, herdando assim das «Conferências do Casino» (1871) o propósito de abalar e despertar a consciência nacional, visivelmente inerte e moribunda. Ramalho Ortigão recusa a vivência do presente baseada no passado glorioso português. Ele olha de frente a época sua contemporânea, analisa-a, diagnostica-a e, embora de um modo não sistemático, apresenta por vezes soluções concretas, como no caso da educação ou da higiene pública.

Muito por influência de Teófilo Braga¹⁸³, *As farpas* têm uma base positivista. Os anos 60 viram a introdução do Positivismo em Portugal, nomeadamente no ensino universitário – por ação de Emídio Garcia na Faculdade de Direito de Coimbra e de Teófilo Braga na Faculdade de Letras de Lisboa – e através da publicação de obras sobre este sistema, como por exemplo a edição de *Traços gerais da filosofia positiva*

182 Só em 1887 Ramalho reúne *As farpas* em volumes temáticos, abandonando a ordem cronológica.

183 O ascendente de Teófilo sobre Ramalho está bem patente no esboço biográfico que este fez daquele, no qual expõe sumariamente algumas ideias-chave do Positivismo. Cf. «Teófilo Braga», in ORTIGÃO, 1943-1945, II: 191-207.

por Teófilo em 1877. Teófilo e Júlio de Matos congregam na revista *O Positivismo* (1878-1882) um conjunto de defensores do Positivismo, experiência repetida em duas outras revistas seguidoras da mesma doutrina: *Era Nova* (1881) e *Revista de Estudos Livres* (1883-1886). Vários artigos de *As farpas* revelam o entusiasmo do autor pelo pensamento de August Comte. Ramalho repete frequentemente tópicos positivistas da necessidade de reorganizar a sociedade, de fortalecer os laços familiares, de separação entre a Igreja e o Estado, de reforma da educação com base na classificação das ciências defendida por Comte¹⁸⁴. Este entusiasmo pelo Positivismo como sistema utópico de construção da sociedade ideal, substituindo os sábios da *República* de Platão pelos cientistas, os novos sacerdotes da Humanidade, incute aos volumes de *As farpas* uma euforia aparentemente não muito consentânea com as múltiplas críticas corrosivas. Podemos afirmar que esta obra se baseia num movimento pendular entre decadência e regeneração, crítica e elogio. Apontam-se os «podres» da sociedade portuguesa – a corrupção política, o clientelismo, a hipocrisia religiosa, o autoritarismo, a decadência da educação, a crise da agricultura, da indústria, do comércio –, mas estes ataques têm um objetivo construtivo. Ramalho crê verdadeiramente que a missão do intelectual é ajudar na reconstrução social, mesmo que essa tarefa passe por ser uma força de oposição, que luta contra a apatia e a inércia:

Por mais que os vícios de uma sociedade pareçam constitucionais e incuráveis, por mais que sejam flagrantes os seus desvarios, por mais mórbido que seja o carácter dos seus erros, desde que ela possui a suficiente porção de seiva regeneradora, de exuberância de vida própria para produzir em si mesma *um grande escritor dissidente do seu meio*, que independentemente o analisa e refuta, essa sociedade progride (ORTIGÃO, [1971]: 472).

É por isso que Ramalho nunca perdoará a Herculano o ter-se retirado do combate para o seu refúgio campestre de Vale-de-Lobos, o que o autor de *As farpas* verá como um abandono, uma renúncia à missão de reconstruir a consciência nacional¹⁸⁵.

A crença no ressurgimento de Portugal é, portanto, ideia recorrente em *As farpas*, assente na confiança positivista no progresso científico. Ramalho não dei-

184 Cf. ORTIGÃO, 1942-1945, II: 31-32.

185 «A isolamento de Herculano no remanso estéril do diletantismo bucólico, comprometeu o destino mental de uma geração inteira. Pelo intenso poder das suas faculdades reflexivas, pela eminência do seu talento, pela autoridade da sua palavra, pela popularidade do seu nome, pela reputação nunca discutida da sua honestidade, ele era o homem naturalmente indicado para assumir o pontificado intelectual do seu tempo. A ausência dessa autoridade do espírito foi uma catástrofe para a geração moderna. [...] Porque a isolamento de Herculano não é um simples episódio biográfico, é um facto social, é um dos mais tristes fenómenos da decadência portuguesa» (ORTIGÃO, 1942-1945, III: 10 e 15). Cf. igualmente *idem*, IX: 78-80, 123-128, 135-144 e *idem*, XIII: 178-179.

xa, no entanto, de apelar ao cidadão em particular como participante ativo neste renascer nacional, responsabilizando-o também neste processo: «a prosperidade e a glória de uma nação, assim como a sua decadência e a sua desgraça, não são senão o resultado da equação das coisas públicas com as ideias, os sentimentos e as virtudes particulares dos indivíduos, de cujo conjunto se formam os Estados» (*idem*; 229).

Eça, anos mais tarde em «*O bock ideal*» (1893), manifesta uma desilusão com a ciência, muito característica do espírito finissecular:

E a própria ciência? A ciência, que tão duramente destrói assim as promessas da democracia, tem ela realizado as suas promessas? Não, meu caro Sr. De Vogué. A ciência tem somente, pela magnitude e extensão do seu esforço, tornado mais saliente a pequenez da sua obra. O que acontece com a nossa arrogante ciência? Que em torno de cada curta verdade que ela conquista – se estende logo e irremediavelmente um imenso campo de incerteza./ Mais ela avança – mais se sente e se verifica a pavorosa extensão do escuro caminho a atravessar. Apenas ela consegue, suando e gemendo, arrombar a porta que julgávamos ser a última do sacrário – imediatamente diante de nós aparece uma porta maior, mais dura, mais impenetrável. A chamada «luz da ciência», a cada instante mais viva e mais alta, só nos serve, por isso mesmo que aumenta em altura e brilho, para nos mostrar quanto é infinita e inacessível, em redor, a tremenda treva metafísica. A ciência realmente só tem alcançado tornar mais intensa e forte uma certeza: a velha certeza socrática da nossa irreparável ignorância. De cada vez sabemos mais – que não sabemos nada (QUEIRÓS, 2000d: 378-379).

Neste ponto, os dois autores nunca se encontram: Eça, com o tempo e com a experiência, vai caminhando para uma descrença no espírito científico e no progresso baseado na civilização, o que está bem ilustrado no entediado Jacinto no 202 de Paris do romance *A cidade e as serras*, enquanto Ramalho, pelo menos em *As farpas*, nunca abandona a esperança de ver renascer o espírito português com base na ciência e no progresso. Tal não significa, porém, que Ramalho não se aperceba da crise geral do país; em vários passos faz uma descrição detalhada da decadência geral¹⁸⁶. A viagem à Holanda, em 1883, da qual resulta o volume *A Holanda*, despertou nele o fascínio pelo espírito holandês de trabalho árduo, honestidade, persistência, simplicidade e apego à tradição, por contraste com o português, apático, «apedantado», corrupto, enfim, um «vencido da vida». Em

186 Cf. ORTIGÃO, 1942-1945, I: 46-67, 125-127; *idem*, II: 126-128; *idem*, III: 180-181; *idem*, IV: 120-132; *idem*, VI: 191-192; *idem*, VII: 208-213; *idem*, VIII: 18-21; *idem*, X: 75-76; *idem*, XI: 317-318; *idem*, XII: 205.

contrapartida, a Inglaterra desperta mais o seu desagrado, nomeadamente a frieza e a excessiva racionalidade do povo britânico, ao qual se opõe a pátria lusa no seu sentimentalismo, na sua emotividade à flor da pele, na sua espontaneidade:

Porque, enfim, esse ingénuo burguês do Porto, esse mísero proprietário do Douro, que, tu, John, tão lucrativamente exploras e tratas com o mesmo desprezo com que se trata um cão, é um ser humano de casta incomparavelmente mais fina, mais bela, mais inteligente e mais nobre do que a tua. [...] Ele é jactancioso, verboso, retórico, boémio, sentimentalista e atemorado, mas com todos esses defeitos alia qualidades de meiguice e de imaginação, que não tornam talvez a vida mais rica mas que a tornam com certeza mais fácil, mais doce e mais bela (ORTIGÃO, 1943c: 13 e 15).

Ramalho, se sai do seu país, é não só pelo gosto de viajar e de conhecer, mas essencialmente com vista a uma observação *in loco* que lhe permita efetuar comparações com Portugal, as quais resultam sempre num acréscimo significativo de autoconhecimento, de autocrítica e também de autocomprazimento.

Porém, o entusiasmo inicial de Ramalho pela ciência e pelo progresso transforma-se lentamente num retorno à tradição, ao Portugal da sua infância, nomeadamente após a queda da ilusão republicana. Já em 1887, Ramalho transfere a sua esperança de ressurgimento nacional da ciência para a arte. Esta revela-se o último refúgio possível, a única saída para a decadência generalizada:

As mais desgraçadas nações são hoje aquelas de cujo coração desapareceu de todo a delicada flor da aptidão artística. No medonho derrocamento de tradições e de ideias, de que o nosso século tem sido testemunha na esfera da religião, na da política, na do direito sobre o montão aterrador de tantas coisas para todo o sempre destruídas durante os últimos cinquenta anos, no meio do revolto e inextricável conflito das contradições e das incertezas que tão dolorosamente caracterizam a mentalidade do nosso tempo, está a arte destinada a ser sagrado e inviolável refúgio dos interesses intelectuais da espécie humana. / Tudo mais, na obra da inteligência do século XIX, ou falhou de todo ou deu muito menos do que prometia, e o futuro terá de remanusear a um por um, para chegar a uma verificação positiva, todos os problemas do progresso que a nossa geração foi tão ousada em levantar quanto foi impotente para resolver. A obra de arte, unicamente ficará intacta como o documento fiel dos sentimentos e das aspirações de cada raça (*idem*; 270-271).

Manifesta-se, assim, uma clara atitude de fim de século, em que o ser humano vê ruir as suas certezas e cai num ceticismo de que só a arte o pode redimir. À «Ordem e Progresso» positivistas sucede a arte. Para Ramalho Ortigão, o fim do século XIX representa, acima de tudo, um período de passagem, uma fase

necessariamente conturbada e de mudança constante: «Sente-se confusamente que nos achamos num período de interinidade e de transição; que tudo se vai transformar amanhã ou depois, porque, evidentemente, isto não pode continuar assim» (*idem*; 320). Esta mesma perplexidade quanto ao destino do país manifestou mais tarde Manuel Laranjeira, em carta a Unamuno (de 28 de Outubro de 1908):

É claro, eu sou português e portanto filho dum povo que atravessa uma hora indecisa, crepuscular do seu destino. É possível, pois, como acontece a quase todos os enfermos, que eu não tenha a compreensão clara do nosso estado. E, como acontece ainda a quase todos os enfermos, o meu espírito tem intercadências de abatimento e entusiasmo, de fé e desânimo, de crença e desesperança./ Isto quer singelamente significar que quanto eu digo das coisas e desditas de Portugal, o digo como português. Repito: Portugal atravessa uma hora indecisa, gris, crepuscular, do seu destino./ Será o crepúsculo que precede o dia e a vida, ou o crepúsculo que antecede a noite e a morte?¹⁸⁷.

Ramalho acredita claramente que a mudança será para melhor, apesar de, nos anos 90, se assistir a uma queda do Positivismo e do experimentalismo, fruto de uma reação idealista¹⁸⁸ desencadeada pelos crescentes problemas da industrialização¹⁸⁹, como a fome e a tuberculose, pela poluição urbana e pelo definhamento da espécie. O homem refinado e civilizado é decadente, estiolado¹⁹⁰ devido, en-

187 Manuel Laranjeira, *Cartas*, prefácio de Miguel de Unamuno, Lisboa, Relógio d'Água, s/d; p. 121.

188 Esta tendência para o Idealismo observa-se na evolução da obra de Eça de Queirós: abandona gradualmente a ficção realista/naturalista para se dedicar à ficção de teor mais fantástico, de que é exemplo *O mandarim* (1880).

189 Ramalho chama a atenção para as consequências da industrialização e do liberalismo comercial: «Porque, como liberal, [a nossa política] permite a livre concorrência do capital e do trabalho, aliena as funções e propriedades colectivas, e para corrigir as consequências da distribuição viciosa que daí resultam, mantém uma protecção anacrónica, com as alfândegas, com a dívida e com o imposto, protecção que recaindo afinal toda no consumo, vem ainda agravar as condições do trabalhador pela elevação no preço das coisas. Acima da perversão económica devemos pôr a perversão moral. No pequeno mundo industrial de Lisboa, não contaste nunca, leitor, aos sábados o número de ébrios que povoa as vielas escuras e nauseabundas, onde à crápula vem juntar-se a orgia das mulheres perdidas? Onde o prostíbulo está em frente da taberna, ao lado o bilhar, e entre o bilhar, o prostíbulo e a taberna, se funde a fêria?» (ORTIGÃO, 1942-1945, VII: 88).

190 A personagem Jacinto de *A cidade e as serras* é um bom exemplo: «Sofrer portanto era inseparável de Viver. Sofrimentos diferentes nos destinos diferentes da Vida. Na turba dos humanos é a angustiada luta pelo pão, pelo tecto, pelo lume; numa casta, agitada por necessidades mais altas, é a amargura das desilusões, o mal da imaginação insatisfeita, o orgulho chocando contra o obstáculo; nele, que tinha os bens todos e desejos nenhuns, era o tédio. Miséria do Corpo, tormento da Vontade, fastio da Inteligência – eis a Vida! E agora aos trinta e três anos a sua ocupação era bocejar, correr com os dedos desalentados a face pendida para nela palpar e apeteecer a caveira», in QUEIRÓS, s/d a: 104.

tre outras razões, na opinião de Ramalho, à pouca importância dada à educação física no nosso país, situação agravada por «duzentos anos de uma educação dogmática e de uma disciplina fradesca» (ORTIGÃO, 1943-1945, VIII: 178)¹⁹¹. António Machado Pires sistematiza assim as várias interpretações da decadência portuguesa apresentadas pelo autor de *As farpas*: «a consideração dos factores políticos, sociais e religiosos (Jesuitismo, monarquia absoluta, avidez da nobreza, conquistas longínquas), factores intervenientes na estrutura social do século XIX português (educação «romântica», dandismo, provincianismo), factores de tipo temperamental colectivo, «rácico» e fisiológico (acentuando-se a interpretação positivista da «degenerescência»))» (PIRES, 1992: 330).

O Naturalismo, com as suas explicações fisiológicas e comportamentais, surge na literatura como uma conjugação ideal desta com os métodos científicos: analisam-se os comportamentos do ser humano, influenciado pelo meio, pela hereditariedade e pelo momento histórico em que se insere (Taine). Abundam as nevroses, as taras, os casos de loucura, a degenerescência. Todos os fenómenos têm uma explicação fisiológica e/ou psiquiátrica. Em Portugal surgem romances de tese, positivistas, como as séries *Patologia social*, de Abel Botelho¹⁹², e *Comédia burguesa* e *Comédia do campo*, de Teixeira de Queirós¹⁹³. O próprio Ramalho Ortigão desenvolve na sua obra várias análises de pendor naturalista, fornecendo explicações positivistas, com pretensões de cientificidade. No volume VI de *As farpas*, por exemplo, no artigo «*A mania das grandezas e a melomania, doenças hereditárias na sociedade portuguesa*» (ORTIGÃO, 1942-1945, VI: 39-79), Ramalho critica o despesismo no casamento real, explicando-o como fruto de uma patologia, uma degenerescência coletiva. Baseando-se nas pesquisas psiquiátricas de Júlio de Matos e seguindo uma tendência positivista da época de tudo explicar com base na fisiologia e na alienação, o autor vê nas cerimónias do rei um «puro ataque de loucura» (*idem*, VI: 47), um caso de «alucinação social» (*idem*, VI: 48). Também no prefácio à edição monumental de *Amor de perdição*, de 1889, Ramalho traça o retrato de Camilo através de uma interpretação positivista e finissecular deste autor; Camilo é, assim, elevado à categoria de personagem de um romance naturalista.

191 Cf. também ORTIGÃO, 1943-1945, I: 221-222; *idem*, V: 260-261; *idem*, VI: 16; *idem*, VII: 16-19; *idem*, VIII: 16-17, 167-190, 212-223; *idem*, X: 13-14; *idem*, XI: 68-69, 275-278.

192 Esta série compreende os romances *O Barão de Lavos* (1891), *O livro de Alda* (1895), *Amanhã* (1901), *Fatal dilema* (1907) e *Próspero Fortuna* (1910).

193 A série *Comédia burguesa* inclui os romances *Os noivos* (1879), *Salústio Nogueira* (1883), *A morte de D. Agostinho* (1895), *O famoso Galvão* (1898) e *A grande quimera* (1919). A *Comédia do campo* é constituída por *Primeiros contos* (1876), *Amor divino* (1877), *A nossa gente* (1900) e *A cantadeira* (1913).

Ramalho mantém até ao fim da sua vida o projeto de reconstituir a mentalidade nacional, de dar um novo fôlego à identidade portuguesa através da sua obra. Como escritor e intelectual, ele acredita ter esta missão a cumprir. Pretende despertar a consciência nacional adormecida, apelando a um esforço coletivo, de acordo com o conceito positivista da coesão social, da unidade de pensamento do país. É neste sentido que devemos ler o seu apelo recorrente à valorização, preservação e desenvolvimento de tudo o que é original em Portugal, nomeadamente o património artístico, as indústrias tradicionais como a olaria; a arte nacional como o teatro popular; a tourada em detrimento das corridas de cavalos, tipicamente inglesas. Sob a emotiva reação ao Ultimato inglês em 1890, no artigo dedicado a «*Lord Salisbury e correlativos desgostos*», Ramalho termina com uma nota final de esperança na probidade e na integridade inerentes ao carácter português:

Apesar do envilecimento da sua política, Portugal é ainda uma das sociedades europeias em que mais considerável é o predomínio numérico dos homens fundamentalmente honestos sobre aqueles que o não são. Uma ditadura de probidade, de economia e de trabalho teria hoje o apoio do país inteiro, seria o núcleo do grande partido nacional, reformaria em poucos anos os costumes políticos e sociais e prepararia a desforra da Inglaterra pela força, que nas nações, assim como nos indivíduos, não é senão um resultado do juízo e do trabalho (ORTIGÃO, 1943c: 326-327).

Apesar de a sua obra ser percorrida por um espírito finissecular de decadência, de degenerescência generalizada, uma visão da Humanidade mergulhada numa profunda descrença e consequente apatia e vazio existencial, o furor verbeante das suas invetivas tem sempre como contraponto uma esperança profunda na regeneração nacional. O mesmo espírito domina, na generalidade, o grupo da Geração de 70. Diagnosticada a decadência em que mergulhara o país, esta assume a missão de levar Portugal a uma revolução cultural que permitisse superar o marasmo instalado, promover a moralização da sociedade através do retrato da podridão social e elevar assim o espírito nacional ao nível da civilização europeia.

Eça de Queirós é uma das vozes fundamentais neste projeto setentista de reforma social. A sua obra tem como protagonista – efetivo ou latente – Portugal: seja no romance, no conto, na crónica jornalística, na correspondência, nas notas de viagem, perpassam pela sua escrita aspetos fundamentais da identidade nacional, como sejam a religião (clero vicioso), o Estado (mediocridade e corrupção política), a história (revisão do passado à luz do presente), o território (nacional e imperial), a língua e a arte (sobretudo a literária). Em todas estas áreas o diagnóstico é alarmante: a crise de valores, o atraso económico e cultural configuram um país em decadência, apesar do progresso material assegurado pela política fontista. À semelhança de Oliveira Martins, Eça encara a decadência como uma

ameaça à integridade do país, à possibilidade de este se manter independente, pelo que defende a necessidade de uma *revolução mental* que restitua aos portugueses a energia cívica que permite o avanço das nações. Mais do que os investimentos fontistas nas obras públicas (estradas, caminhos de ferro, pontes), Portugal deve estimular a sua vida intelectual e artística para se afirmar como nação pensante no seio dos países mais desenvolvidos e neste processo têm responsabilidade as elites do país que deixam o povo «adormecido no sono frio e lento da ignorância: não há quem levante a voz por ele, quem lhe deixe cair na alma as ideias do Bem, da Justiça, da Igualdade» (QUEIRÓS, 1981, I: 110-112). Nestas primeiras imprecações jornalísticas, o Eça dos 22 anos teme já pela nação e coloca nas massas populares a base da independência: «O povo é o coração da pátria: a indiferença do povo é a morte da pátria. Se nós a abandonamos, quem velará por ela? Virá um dia uma nação estrangeira apanhá-la e cosê-la como um farrapo ao seu território» (*idem*, I: 112). De acordo com os princípios da escola realista expostos por ele na conferência do Casino, Eça escolhe a via da «literatura de combate» para tirar o país do marasmo em que caíra; recusa a arte pela arte e através da crítica social procura ter uma função interventora e pedagógica na sociedade; crê que «A literatura é a educação das almas» (*idem*, II: 414).

Na profunda reflexão sobre o ser português que constituem as suas narrativas, a religião ocupa um lugar de destaque pela acentuada crise de valores que atravessa. Amaro, o cônego Dias, Natário, o abade da Cortegaça (*O crime do padre Amaro*), Sagueiro (*A correspondência de Fradique Mendes*), Augusto (*O conde de Abranhos*), representam um clero maculado por todo o tipo de vícios que corroem a sua suposta santidade: luxúria, gula, irascibilidade, corrupção, compadrio, reacionarismo, egoísmo.

Na carta XIV, a Madame de Jouarre, Fradique retrata em Sagueiro o padre sem vocação, que considera o sacerdócio uma função civil e cumpre a sua obrigação maquinalmente, como um funcionário público, não se coibindo de se servir da sua posição para viciar eleições (QUEIRÓS, 1999b: 208-212). A manipulação eleitoral é, aliás, apanágio do clero em geral: ««cozinhar um deputadozinho»» no segredo do confessionário ou encenando um milagre (forjando cartas da Virgem pedindo votos para o candidato, por exemplo) é prática recorrente e naturalmente aceite no meio eclesiástico (QUEIRÓS, 1999c: 115-116). Esta influência política é um modo de o clero contornar a perda de poder que sofrera com a revolução liberal, que procurou laicizar o Estado e cercear a ação religiosa através de medidas como a supressão das ordens religiosas e a extinção do dízimo. O liberalismo separa a nação da Igreja¹⁹⁴, pelo menos em teoria, porque efetivamente o clero

194 Amaro lamenta esta situação: «O que lhe faltava era a autoridade dos tempos em que a Igreja era a nação e o pároco dono temporal do rebanho» (QUEIRÓS, 1999c: 140).

continua a ter um inegável ascendente sobre a vida política e sobre os cidadãos.

Contrariando os valores cristãos da espiritualidade, humildade e abstinência, o clero cede aos prazeres da mesa, como se vê no jantar em casa do abade da Cortegaça (capítulo VII de *O crime do padre Amaro*), em que o abundante repasto contrasta ironicamente com a conversa sobre os mendigos da freguesia, que não despertam nos sacerdotes quaisquer sentimentos de piedade ou caridade: «Querias que comessem peru? Cada um como quem é!» (QUEIRÓS, 1999c: 113). A esta mentalidade reacionária convém a manutenção de uma estrutura vincadamente hierárquica, em que os mais desfavorecidos permanecem num limbo, ocultos do olhar da sociedade. É com este objetivo que o conde de Abranhos elabora o projeto dos asilos, nunca aprovado, que asseguraria a tranquilidade hipócrita dos governantes: «E as classes dirigentes, tendo a certeza de que os seus pobres lá estão, bem aferrolhados, com uma razoável enxerga e um caldo diário, podem dormir descansados, sem receio de perturbações da ordem ou de revoltas do pauperismo» (QUEIRÓS, 2000e: 36).

Um dos mais graves aspetos da imoralidade destes padres é, sem dúvida, a sua lascívia: Dias e Amaro quebram a regra do celibato numa atitude fria e calculista, em que o prazer carnal não implica necessariamente o amor. Vivem uma vida dupla, cumprindo as funções religiosas e apaziguando os seus desejos num confortável ambiente doméstico:

Todos são do mesmo barro, – sobem em dignidades, entram nos cabidos, regem os seminários, dirigem as consciências envoltos em Deus como numa absolvição permanente, e têm no entanto, numa viela, uma mulher pacata e gorda, em casa de quem vão repousar das atitudes devotas e da austeridade do ofício, fumando cigarros de estanco e palpando uns braços rechonchudos! (QUEIRÓS, 1999c: 105).

O retrato destes sacerdotes mundanos, materialistas, lascivos e manipuladores acentua o afastamento da Igreja em relação aos verdadeiros valores morais, ao mesmo tempo que recrudesce o ascendente dos padres sobre os leigos. A «Associação das Servas da Senhora da Piedade», grupo de beatas que se forma sob a alçada da S. Joaneira em *O crime do padre Amaro*, é a caricatura de um povo subjugado, acrítico, impossibilitado de pensar por si próprio; é um símbolo da nação adormecida, dominada por padres e políticos e alheada da vida intelectual do país: «O bom católico, como a tua pequena, não se pertence; não tem razão, nem vontade, nem arbítrio, nem sentir próprio; o seu cura pensa, quer, determina, sente por ela» (*idem*; 251). A este negro retrato só escapa o abade Ferrão, piedoso, casto, virtuoso, único amparo de Amélia na sua desgraça. Mais do que demonstrar as possíveis exceções piedosas dentro da Igreja, Eça quer sublinhar

a ignomínia do restante clero ao pôr em contraste estes dois modos de viver o sacerdócio. Como já foi notado por alguns críticos, a figura de Ferrão serve mais para dar relevo ao vício do que para mostrar a virtude¹⁹⁵.

A Igreja e o Estado são alvos preferenciais da crítica eciana, enquanto pilares fundamentais da identidade nacional. O Constitucionalismo, sistema que desiluiu pela sua corrupção e pela sua incapacidade de fazer progredir o país, é severamente criticado nas personagens do conde de Abranhos, Acácio, o conde de Ribamar e Sousa Neto. Não há em toda a obra de Eça um político que fuja a este estereótipo: incompetência, ignorância, retórica vazia, corrupção, vaidade, compadrio – é este o quadro do Estado na segunda metade do século XIX, tal como no-lo apresenta a lente transfiguradora do autor.

Os destinos da nação apresentam-se ameaçados pela inépcia parlamentar, que mantém o país improdutivo, suportando-se através de empréstimos estrangeiros e de proventos oriundos das colónias¹⁹⁶; ao mesmo tempo, debilita-se a vida intelectual do país e o povo, na ilusão de viver numa democracia, entrega-se apaticamente nas mãos de poderosos como Abranhos, cuja política é de clara manipulação dos mais fracos: «Eu, que sou governo, fraco mas hábil, dou aparentemente a Soberania ao povo, que é forte e simples», descreve abertamente o próprio conde, «Mas, como a falta de educação o mantém na imbecilidade, e o adormecimento da consciência o amolece na indiferença, faço-o exercer essa soberania em meu proveito... E quanto ao seu proveito... adeus, ó compadre!» (QUEIRÓS, 2000c: 54).

No fim da sua vida, Eça parece voltar-se para a história como alternativa à decadência presente. Em 1892, o autor confessa a Oliveira Martins, lamentando a situação deplorável do país: «não há hoje para um português senão uma solução – que é, como tu, viver na História, e esquecer o *que é* na convivência do *que foi*» (QUEIRÓS, 2000c: 189). Apesar de, em carta ao conde de Sabugosa (de 1889), considerar o romance histórico «um género abominável» (*idem*; 152), Eça manifestara já em 1885 um «latente e culpado apetite do romance

195 Cf. Rosa, s/d: 281 e Nunes, 1976: 302-303.

196 Já nas páginas do jornal *O Distrito de Évora*, em 1867, Eça descreve o entorpecimento em que o país está mergulhado e atribui aos políticos a responsabilidade de tal situação: «O comércio está paralisado; a indústria, a agricultura, vão sofrer, com o aumento dos salários, consequência inevitável do imposto de consumo; as leis estão desorganizadas e o projecto do código civil dorme na escura sonolência dos arquivos; as transacções estão paralisadas; as companhias e os bancos, comprimidos na sua acção económica; os fundos descem, o crédito está perdido, a agitação cresce, os campos do Minho estão invadidos por uma política de inquietação e de animosidade que prejudica o trabalho; a vida vai tornar-se cara com os tributos; os pobres, os operários, os trabalhadores, viverão precariamente do empréstimo, das privações; a actividade do País, hoje débil pela política, será então mortuária pelo desalento; as forças produtivas esterilizar-se-ão. Num próximo tempo sentir-se-ão, nas angústias populares, os efeitos desta política deplorável» (QUEIRÓS, 1981, I: 335-336).

histórico» (*idem*; 83) ao comentar com o conde de Ficalho as suas pesquisas para *A relíquia*. Recordar os heróis do passado é reativá-los na memória coletiva e despertar o patriotismo, ameaçado pela desnacionalização: «Tu reconstróis a Pátria», diz Eça a Oliveira Martins a propósito dos romances *Os filhos de D. João I* e *Vida de Nun'Álvares*, «e ressuscitas, com esses livros, o sentimento esquecido da Pátria. E não é pequeno feito *reaportuguesar* Portugal. Pagas de resto a dívida, que nunca fora paga, àqueles que fizeram Portugal. Outros estão no limbo obscuro, pedindo igualmente o seu salário. Pensa neles» (*idem*; 201)¹⁹⁷.

É através de Gonçalo Mendes Ramires que Eça revisita a história nacional, estabelecendo um forte contraste entre os heróis medievais (sobretudo Tructesindo Ramires, alferes-mor de Sancho I) e as figuras do presente: aqueles revelam coragem, valentia e honra; estes representam a cobardia, o interesse, a corrupção política, a falta de palavra, o adultério. Incitado por Castanheiro, o «Patriotinho» (QUEIRÓS, 1998: 9), a lembrar à nação os feitos passados e a reavivar o amor pátrio nos seus contemporâneos, Gonçalo lança-se na penosa reescrita do poema «Castelo de Santa Ireneia», de seu tio Duarte, e o desenrolar da narrativa torna-o consciente da degenerescência da sua raça, da família Ramires, pela tomada de consciência da distância entre os grandes homens do passado e a mesquinhez e vileza dos Ramires do presente: Gonçalo, cobarde, interesseiro, corrupto; Gracinha, a irmã, adúltera. O declínio deste clã é simbólico da decadência de Portugal, como atestam as primeiras páginas do romance, que desfiavam os feitos de vários dos seus elementos desde a fundação da nacionalidade. Eça, como Oliveira Martins, considera que é na dinastia dos Braganças que se encontra a raiz da decadência de Portugal; no reinado de D. Pedro II inicia-se a queda dos Ramires: as antigas façanhas dão lugar a arruaças, boémias, pompas, amores proibidos, exageros gastronómicos e favores políticos.

A *mise-en-abîme* narrativa parece resultar ironicamente: apesar de, inicialmente, Gonçalo se identificar com a grandeza deste passado¹⁹⁸, cedo se apercebe de que nada o une a Tructesindo: «E que contraste o do derradeiro Gonçalo, encolhido no seu buraco de Santa Ireneia, com esses grandes avós Ramires cantados pelo Vi-deirinha – todos eles, se a História e a Lenda não mentiam, de vidas tão triunfais e sonoras! Não! nem sequer deles herdara a qualidade por todos herdada através dos tempos – a valentia fácil» (*idem*; 276). Esta autocomiseração e o reconhecimento das suas limitações torna Gonçalo mais humano do que os seus indefetíveis antepassados;

197 A propósito da obra *Garcia da Orta* do conde de Ficalho, Eça faz um comentário semelhante: «A nossa história é uma mina de *heróis*, que estão pedindo que os ressuscitem» (QUEIRÓS, 2000c: 97).

198 O contacto com a história de Tructesindo provoca em Gonçalo esta identificação: «uma compreensão tão segura daquelas almas afonsinas mostrava que a sua alma conservava o mesmo quilate e saíra do mesmo bloco de ouro» (QUEIRÓS, 1998: 125-126).

por outro lado, ele revela virtudes – como a caridade e generosidade com os pobres, a capacidade de perdoar, a tolerância, contrastando com a violência e o sentimento de vingança de Tructesindo – que contrabalançam a sua falta de valentia e de palavrão. Gonçalo está, afinal, mais próximo do homem real, com defeitos e qualidades, por oposição à rigidez e estatismo das figuras dos seus antepassados. O que à partida afigurava ser uma concessão ecianã à ficção histórica como compensação de um presente decetivo e refúgio num passado de glória e valentia, volve-se num reconhecimento da inevitável fragilidade do ser humano, que vive na contingência de ter de lidar com as suas fraquezas e inseguranças. Eça afasta-se do modelo herculiano de romance histórico, no qual impera uma visão maniqueísta que estabelece uma oposição drástica entre a idealização do passado e a decadência do presente.

A ilustre casa de Ramires, apesar das incursões na história, é um romance essencialmente voltado para a contemporaneidade, como aliás toda a obra queirosiana. A política colonial portuguesa é uma das questões que se coloca na época do autor e é abordada pontualmente em alguns passos da sua obra. O território – metropolitano e colonial – é um aspeto determinante da identidade nacional que se torna assunto polémico no século XIX, nomeadamente depois do Ultimato inglês e das expedições africanas, como a célebre «campanha de 1895» de António Enes em Moçambique¹⁹⁹. Portugal sempre negligenciara as suas colónias, para as quais nunca delineou uma política imperial de fixação e de desenvolvimento, tendo optado mais por um domínio do mar do que por uma exploração do território, do qual só retirava a riqueza dos produtos autóctones que não implicasse investimento demorado²⁰⁰. Com o agravar da crise económica em Portugal na segunda metade do século XIX, houve a esperança messiânica de que o país encontraria em África a solução para a crise que atravessava, se procurasse explorar as riquezas daquele continente. Gonçalo Mendes Ramires vê em África não só uma fonte de riqueza, mas também um capital de engrandecimento do orgulho patriótico pela expansão efetiva do poder do Estado sobre um vasto território: «E lançaria então um brado à Nação, que a despertasse, lhe arrastasse as energias para essa África portentosa, onde cumpria, como glória suprema e suprema riqueza, edificar de costa a costa um Portugal maior!...» (*idem*; 154).

199 João Medina fala em «neoafricanismo» por parte dos republicanos, que terá levado a um esquecimento da Europa e ao descurar do desenvolvimento interno do país, em termos, por exemplo, de atividades produtivas como a agricultura e a indústria (Medina, 1999: 38).

200 Já em 1871, em *As farpas*, Eça refere a inutilidade das colónias para o nosso país: «As relações de Portugal com as suas colónias são originais. Elas não nos dão rendimento algum: nós não lhes damos um único melhoramento: é uma sublime luta – de abstenção!» (QUEIRÓS, s/d h: 100). São as outras nações que tiram proveito desses territórios, já que Portugal os deixa ao abandono: «o único movimento é o do estrangeiro que as explora de facto – apesar de nós as possuímos de direito» (*idem*; 102).

Eça analisa a Expansão Ultramarina como uma necessidade histórica, uma inevitabilidade; numa crónica em *O Distrito de Évora*, reconhece a necessidade da expansão territorial das nações, que tendem a estiolar se reduzidas a um espaço limitado: «Todo o povo tende a desenvolver-se, não só pelo acréscimo rápido da população, mas pelo sentimento instintivo de ambição e de movimento, que é o carácter mais nobre e mais elevado da alma humana. [...] As nações, como os indivíduos, esterilizam-se pela concentração» (QUEIRÓS, 1981, II: 263-264).

Em *Os Maias*, é pela voz do conde de Gouvarinho que se faz a apologia da viragem para África, não só pela sua riqueza, mas também pela sua possibilidade de progresso e pelo prestígio de «grandes glórias» a ela ligadas, como o Infante D. Henrique ou a tomada de Ormuz (QUEIRÓS, 2000g: 391). As perspetivas de Gonçalo e Gouvarinho têm o contraponto nas opiniões de João Gouveia e de Ega, respetivamente. Os dois últimos manifestam-se contra a viragem para África, terra rude que constitui um peso para Portugal e cujo destino deveria ser a venda: «Só nos servem [as colónias], como a prata de família aos morgados arruinados, para ir empenhando em casos de crise...» (*idem*; 167), afirma Ega no seu habitual tom provocatório, ao que João Gouveia, mais pragmático, parece anuir, em *A ilustre casa de Ramires*: «Eu não acredito nesses prazos... Nem na África. Tenho horror à África. Só serve para nos dar desgostos. Boa para vender, minha senhora! a África é como essas quintarolas, meio a monte, que a gente herda de uma tia velha, numa terra muito bruta, muito distante, onde não se conhece ninguém, onde não se encontra sequer um estanco; só habitada por cabreiros, e com sezões todo o ano. Boa para vender» (QUEIRÓS, 1998: 365). Nestes dois passos, África surge como uma herança indesejável e inútil, cujo único fim, como a «prata» e as «quintarolas», é ser convertida em alguma vantagem financeira. Enquanto Ega ainda invoca argumentos civilizacionais – a exploração de África iria descaracterizá-la e torná-la igual às outras regiões (QUEIRÓS, 2000g: 391-392) –, João Gouveia acentua a perspetiva economicista, ao defender que Portugal deve desfazer-se das colónias e aplicar-se em melhoramentos internos, virando-se para uma zona sempre descurada pelo país: o Alentejo²⁰¹. Esta personagem, embora em termos excessivos, simboliza o distanciamento em relação ao que restava do império colonial; chega mesmo a denegrir as conquistas em África, descrevendo-as como tarefa fácil, mesquinha e irrisória: «Era desembarcar ali na areia, plantar umas cruces de pau, atirar uns safanões aos pretos... Essas glórias de África são balelas» (*idem*; 356). Não nos parece que Eça partilhe com a personagem este desejo de apagamento das conquistas africanas da memória coletiva nacional, uma

201 «Ora a Portugal restava toda uma riquíssima província a amanhar, a regar, a lavrar, a semear – o Alentejo» (QUEIRÓS, 1998: 36).

vez que ele próprio reconhece ser natural a expansão da nação para fora do seu território. Porém, considera «ilegítimas» as conquistas portuguesas (e as espanholas), pois implicaram violência sobre os vencidos, em vez de propagarem o bem e a justiça: «onde tem aparecido a raça ibérica, raça arrogante e violenta, o movimento social tem-se retardado» (QUEIRÓS, 1981, II: 267). Eça partilha com Oliveira Martins a opinião de que Portugal contrariou a sua verdadeira vocação ao lançar-se nos Descobrimentos, o que teve como dupla consequência o descurar do reino e a inaptidão para uma efetiva colonização:

nós somos realmente o povo que se compraz em estar quieto entre os choupais, a ver correr as águas meigas, pensando em coisas saudosas. Fomos à Índia, é verdade, mas quase três séculos são passados, e ainda estamos descansando, derreados, desse violento esforço a que nos obrigaram alguns aventureiros que tinham pouco do fundo comum da nossa raça e que, a julgar por Afonso de Albuquerque, deviam ser de origem fenícia, puros cartagineses, talvez da família dos Barcas (QUEIRÓS, [1988]: 160).

África não parece ser a solução para o país, segundo Eça. Para Gonçalves, os quatro anos de aventura africana têm um só objetivo utilitário: enriquecer para regressar ao país natal e poder instalar-se sem preocupações financeiras²⁰²; para trás ficam os propósitos de construir um «Portugal maior» (QUEIRÓS, 1998: 154), extrafronteiras, que exaltasse o orgulho e prestígio nacionais. Julgo que Eça defende uma *reterritorialização*, uma (re)concentração do país dentro das suas fronteiras seculares e uma renovação de energias que parta necessariamente de um autoconhecimento dos portugueses, de modo a capitalizarem as suas qualidades e corrigirem as suas falhas. As obras de Eça passam também por esta pesquisa do caráter nacional, cujos traços fundamentais atribui simbolicamente a Gonçalo Mendes Ramires, pela voz de João Gouveia: a uma série de defeitos – «fogachos e entusiasmos» passageiros, «desleixo», inabilidade para os negócios, tendência para o exagero até à mentira, esperança em soluções milagrosas, « vaidade », « melancolia », « desconfiança terrível de si mesmo, que o acobarda » – contrapõem-se várias qualidades – « franqueza », « doçura », « bondade », « persistência », « generosidade », « honra », « escrúpulos », « espírito prático », « viveza », « facilidade em compreender », « simplicidade », sociabilidade, « antiguidade de raça » (*idem*; 361-362) – que os portugueses devem saber gerir enquanto nação

202 Neste ponto concordamos com António José Saraiva, que rejeita uma leitura pró-colonialista deste romance: «seria erróneo pensar que Eça aconselhava a África como programa aos Portugueses do seu tempo. A África aparece neste romance como um *alçapão providencial*» (SARAIVA, 2000: 142, sublinhado meu).

que precisa de um rumo. A incursão de Gonçalo Mendes Ramires em África é um modelo de uma possível solução para o país, através do trabalho e do esforço próprio: «Vale pelo exemplo individual e pela lição à colectividade: a sua leitura deve ser cívica e patriótica, anti-decadente» (PIRES, 1992: 236). O europeísmo da Geração de 70, que se assume sobretudo como francesismo dado o papel modelar que a França ocupa na Europa, não ofusca em Eça o orgulho patriótico que acarreta um sentido de responsabilidade na mudança necessária: Portugal deve acertar o passo com a Europa, o que não significa necessariamente perder a sua identidade.

«Portugal é um país traduzido do francês em calão» (QUEIRÓS, [1988]: 147) – é com o comentário ao impacto que esta sua afirmação teve na sociedade portuguesa que Eça inicia o seu opúsculo de ataque ao francesismo. Defendendo-se das acusações que lhe tinham sido feitas de ser «*estrangeirado, afrancesado*», de «*desaportuguesar Portugal*» (*idem*; 148), Eça apresenta-se, a si e à sua geração, como vítima e não como responsável da excessiva galofilia vivida em Portugal: «Em lugar de ser culpado da nossa desnacionalização, eu fui uma das melancólicas obras dela. Apenas nasci, apenas dei os primeiros passos, ainda com sapatinhos de croché, eu comecei a respirar a França. Em torno de mim só havia a França» (*ibidem*). Em carta a Oliveira Martins (de 1884) está presente uma confissão semelhante, também acompanhada da autodesculpabilização pela inelutabilidade da influência sofrida:

A nossa arte e a nossa literatura vêm-nos feitas de França, pelo pacote, e custam-nos caríssimo com os direitos de alfândega. Eu mesmo não mereço ser exceptuado da legião melancólica e servil dos imitadores. Os meus romances, no fundo, são franceses, como eu sou, em quase tudo, um francês [...]. Nem podia ser de outro modo: já no Pátio da Universidade, já no Largo do Rossio, eu fui educado, e eduquei-me a mim mesmo, com livros franceses, com ideias francesas, modos de dizer franceses, sentimentos franceses, e ideais franceses (QUEIRÓS, 2000c: 52).

Apesar disto, Eça mantém o seu espírito patriótico: na mesma carta, afirma manter no seu carácter «certo fundo de tristeza lírica» tipicamente portuguesa, bem como o gosto por coisas pitorescas como o «*fadinho*» e o «*bacalhau de cebolada*» (*ibidem*).

A Geração de 70, apesar de europeísta, surge como a força de reacção patriótica a este movimento desnacionalizador, ou seja, passa de potencial responsável pela crise a elemento salvífico, remetendo a origem do problema para as gerações anteriores: «Talvez os homens de 1820; talvez os românticos da Regeneração. Eu não fui» (QUEIRÓS, [1988]: 148). Na correspondência, a acusação ao liberalismo vintista é mais veemente, sendo que Eça acusa os «homens de 20» de cortarem

abruptamente com a tradição para a substituírem por uma «reles tradução» da França: «E a culpa é sua!», diz ao conde de Ficalho em carta de 1884:

Está claro que é sua, e dos seus amigos liberais, e do Sr. D. Pedro IV, e dos homens de 20, e do execrando Fernandes Tomás! Essa gente não compreendeu que este país, para ter prosperidade e saúde, não se devia afastar nunca da verdadeira tradição nacional, da legítima, da antiga, com um rei absoluto e paternal, frades, merendas nos adros, capote de cabeça, e o belo assado no espeto, e o delicioso arroz de forno... (QUEIRÓS, 2000c: 64).

Eça insiste na ideia de que não há verdadeira identificação entre Portugal e a França, nem na «ideia», nem no «sentimento», na «natureza ou no «temperamento», daí que a separação seja fácil: «Nós estamos colados à superfície, somos um parasita» (QUEIRÓS, [1988]: 160). Portugal deve assumir a sua identidade e viver de acordo com a sua verdadeira essência, em vez de adotar artificialmente caracteres alheios: «A França é um país de inteligência; nós somos um país de imaginação» (*idem*; 159). Fradique Mendes lamenta a perda do caráter nacional em Portugal, que se revela em várias frentes: a gastronomia, a língua, a política, a literatura. À perspetiva do lado poliglota do português como um sinal de abertura ao mundo, Fradique contrapõe uma visão segundo a qual o perfeccionismo nas línguas estrangeiras significa uma desnacionalização, uma «lamentável sabujice para com o estrangeiro» que implica uma «abdição da dignidade nacional» (QUEIRÓS, 1999b: 131). Os portugueses devem combater a tendência para desprezar a sua identidade e para venerar o estrangeiro, num «desejo servil de *não sermos nós mesmos*, de nos fundirmos nele» (*ibidem*). As palavras de Fradique ressumam patriotismo linguístico: «Falemos nobremente mal, patrioticamente mal, a língua dos outros!» (*ibidem*). A apologia casticista de Fradique aproxima-se do idílio rural de Jacinto de *A cidade e as serras*, com uma diferença fundamental: Jacinto regressa a Portugal e *permanece* em Tormes, mesmo não resistindo a civilizá-lo com telefones e banheiras; Fradique ama o país visto *de fora*, como turista que nele pernoita ocasionalmente, admira o seu pitoresco, para logo regressar à cosmopolita Paris. Por isso, Fradique abomina a modernização que descaracteriza o país, aproximando-o das outras capitais estrangeiras; só no povo encontra originalidade, na rudeza e submissão do Portugal de outrora: a «paciência de boi manso», a «alegria idílica» no trabalho, a «aquiescência à vassalagem», a «doçura amaviosa e naturalista», a «linguagem tão bronca e pobre» – todas estas características configuram um povo ainda sem consciência dos seus direitos, sem iniciativa e vontade própria, ignorante e, portanto, subjugado às classes mais elevadas (*idem*; 84). Povo sem cultura de pensamento, sem espírito crítico, condição que o próprio Eça denuncia por vezes, e que Fradique, culto, viajado e supercivilizado, deseja perpetuar por amor egoísta do pitoresco.

O Portugal genuíno de Fradique – não o de Eça – é um país condenado a não evoluir, a permanecer o último reduto de um arcaísmo retrógrado. O que não invalida que o próprio Fradique, pela sua intensa atividade intelectual, contribua para a elevação cultural do país, revelando, segundo Machado Pires, «*um ideal anti-decadência*: o do homem que pensa e nobilita o seu país em virtude desse mesmo pensamento» (PIRES, 1992: 147).

Muitos críticos acusaram Eça de se desnacionalizar por ter demolido a sociedade portuguesa, mas a ação destrutiva da crítica social implica o seu reverso, isto é, a consolidação de um sentimento nacional que possibilita a sobrevivência do ser português ao estado de decadência que o assola. Não podemos deixar de ler em *A cidade e as serras* uma apologia ao regresso à pátria, genuína e simples, por oposição à babilónica Paris, símbolo da degenerescência civilizacional. À chegada a Portugal, Jacinto é confrontado com uma pequena estação ferroviária, sinédoque do Portugal telúrico que inicialmente o vai chocar e que é assim retratado por Zé Fernandes:

Era uma estação muito sossegada, muito varrida, com rosinhas brancas trepando pelas paredes – e outras rosas em moitas, num jardim, onde um tanquezinho abafado de limos dormia sob duas mimosas em flor que rescendiam. Um moço pálido, de paletó cor de mel, vergando a bengalinha contra o chão, contemplava pensativamente o comboio. Agachada rente à grade da horta, uma velha, diante da sua cesta de ovos, contava moedas de cobre no regaço. Sobre o telhado secavam abóboras. Por cima rebrilhava o profundo, rico e macio azul de que meus olhos andavam aguados (QUEIRÓS, s/d a: 129).

Neste cenário bucólico destaca-se a tranquilidade que permite o ato contemplativo do «moço pálido», por contraste com o bulício de Paris, descrito em passos anteriores do romance; a pureza do branco das rosas e da limpeza do lugar; a possibilidade de autossustentação que o campo permite, concedendo ovos à velha e abóboras que podem matar a fome, ao invés da cidade, que condena muitos à miséria; o contacto com a natureza – tudo isto envolto num tom de afetividade por parte do narrador, atestado pelos diminutivos («rosinhas», «tanquezinho», «bengalinha») ²⁰³.

203 Os mesmos campos semânticos se encontram adiante no capítulo, em que se acentua a ideia de pureza associada à cor branca e a riqueza produtiva do campo («vinhedo», «laranjal», «pipas», «oliveiras»): «Rolávamos na vertente de uma serra, sobre penhascos que desabavam até largos socalcos cultivados de vinhedo. Em baixo, numa esplanada, branquejava uma casa nobre, de opulento repouso, com a capelinha muito caiada entre um laranjal maduro. Pelo rio, onde a água turva e tarda nem se quebrava contra as rochas, descia, com a vela cheia, um barco lento carregado de pipas. Para além, outros socalcos, de um verde pálido de reseda, com oliveiras apoucadas pela amplidão dos montes, subiam até outras penedias que se embebiavam, todas brancas e assoalhadas, na fina abundância do azul» (QUEIRÓS, s/d a: 129-130).

Indubitavelmente Eça ama o seu país e faz dele uma caracterização enco-miástica que justifica que seja alvo da cobiça estrangeira:

Um solo fértil, abundante, rico; um clima admirável; uma natureza lindíssima; uma raça paciente, sofredora, valente; magníficos portos abertos sobre o Atlântico; possessões na Índia e na África, com relações muito estreitas com os povos do interior; irmãos quase, e quase amparos duma grande nação, o Brasil; comerciantes enérgicos, produtores de especialidades muito procuradas nos mercados da Europa; belos navegadores e admiráveis soldados; confessemos que estas nossas belas qualidades todas devem tentar uma nação qualquer, vizinha ou não vizinha (QUEIRÓS, 1981, I: 243).

Falta a Portugal um governo que reconduza estes meios para a via do progresso. *O Distrito de Évora* (1867), *As Farpas*, as Conferências do Casino, a *Revista de Portugal* (1889-1890), os romances – toda esta atividade é fruto do projeto patriótico de Eça de Queirós que visa, a nível interno, acordar o povo português e ativar o sentimento nacional que permita o efetivo desenvolvimento do país e, a nível externo, repor Portugal num lugar proeminente entre as nações civilizadas, «europeizá-lo». Só através de uma revolução pode o país ser despertado do marasmo que o domina, como defendem Carlos da Maia²⁰⁴, Ega, Julião²⁰⁵ e Eça ele-próprio em *O Distrito de Évora*, mesmo que tal implique sofrimentos e convulsões: «As desgraças das revoluções são dolorosas fatalidades, as desgraças dos maus governos são dolorosas infâmias» (QUEIRÓS, 1981, I: 368). Ega, mais radical e *blagueur*, defende a «teoria da tareia» (Lisboa, 2000: 28), segundo a qual só uma invasão espanhola poderia despertar Portugal:

Sovados, humilhados, arrasados, escalavrados, tínhamos de fazer um esforço desesperado para viver. E em que bela situação nos achávamos! Sem monarquia, sem essa caterva de políticos, sem esse tortulho da «inscrição», porque tudo desaparecia, estávamos novos em folha, limpos, escarolados, como se nunca tivéssemos servido. E recomeçava-se uma história nova, um outro Portugal, um Portugal sério e inteligente, forte e decente, estudando, pensando, fazendo civilização como outrora... Meninos, nada

204 Carlos apela à revolução que «faça subir à superfície alguns elementos originais, fortes, vivos, que isto ainda encerra lá no fundo» e se não houver nada «demitamo-nos logo voluntariamente da nossa posição de *país* para que não temos elementos, passemos a ser uma fértil e estúpida província espanhola, e plantemos mais legumes!» (QUEIRÓS, 2000g: 385).

205 Diz Julião em *O primo Basílio*: «Tudo isto está podre por dentro e por fora! O velho mundo constitucional vai a cair aos pedaços... Necessitam-se homens! [...] / – Este país, meu caro amigo, tem-se governado até aqui com expedientes. Quando vier a revolução contra os expedientes, o país há de procurar quem tenha os princípios» (QUEIRÓS, s/d f: 400-401).

regenera uma nação como uma medonha tarefa... Oh! Deus de Ourique, manda-nos o castelhano! (Queirós, 2000g: 168).

Esta teoria é desenvolvida no fragmento narrativo «A catástrofe» (que seria uma parte do projetado e nunca concluído *A batalha do Caia*) em que Portugal, «morto, apagado, adormecido, desnacionalizado, inerte» (QUEIRÓS, 2000e: 199), se vê invadido e subjugado à superioridade estrangeira. Portugal deve procurar manter a integridade do seu território através do pensamento e da ação, já que lhe faltam a força e a grandeza: «As nações nem sempre resistem pela grandeza e pela força; resistem pela sua elevação moral, pela sua superioridade espiritual, pela sua perfeita administração interna, pelas suas organizações proveitosas, pela sua íntima união; assim, num momento de perigo, o seu vigor é imenso, a sua altivez indomável; o povo tem a consciência da sua segurança; luta com esperanças de vencer» (QUEIRÓS, 1981, I: 219).

Ironicamente, as personagens que pedem a revolução são aquelas que cedem ao «vencidismo»: Carlos e Ega nunca passam de um diletantismo estéril; Julião acomoda-se depois de conseguir um lugar público que lhe convém²⁰⁶. O país não tem remissão e a mudança e o progresso são uma miragem; no final de *Os Maias* e de *O crime do padre Amaro*, Camões representa o Portugal de antanho, quase esquecido: a estátua do poeta simboliza a bravura e nobreza de caráter («erecto e nobre», «forte», «espada firme» – QUEIRÓS, 1999c: 500) aliadas ao patriotismo, sugerido na «Epopéia sobre o coração» (*ibidem*). O seu «frio olhar de bronze» (*ibidem*) e o seu aspeto «triste» (QUEIRÓS, 2000g: 697) são um lamentamento da decadência oitocentista: Carlos e Ega, dez anos depois, encontram a mesma Lisboa adormecida, improdutiva, provinciana, inautêntica, reincidindo na desenfreada imitação de modelos estrangeiros, desnacionalizada, portanto; ironicamente, agrada-lhes o lado pitoresco, a «vidinha» pacata que lhes permite ainda saborear típicas iguarias portuguesas – o «paiozinho» com ervilhas (*idem*; 716) – que dificilmente encontrariam em Paris. No mesmo lugar – o Largo Camões, junto à estátua – o conde de Ribamar vê a «paz», «animação», «prosperidade», «contentamento» (QUEIRÓS, 1999c: 499-500), ilusão desfeita pela perspectiva do narrador, cuja longa descrição desconstrói a «certeza gloriosa da grandeza do seu país» sentida pelas três personagens que aí se reúnem: impera a decrepitude e doença («palidez clorótica de uma degeneração de raça», «face [...] esverdeada», «faces enfezadas», «mundo decrépito»), agravadas por uma tendência para o ócio estéril («torpor de vadiagem», «fadistas gingavam», «burguês enfastiado»),

206 Confessa a própria personagem: «Eu? – E baixando a voz: – Até há dias um revolucionário terrível. Mas agora... [...] – Um amigo da Ordem – gritou com júbilo./ E desceram, contentes de si e do seu país» (QUEIRÓS, s/d f: 425).

«vagar madraço»), que resultam numa estagnação do país («carros de bois [...] como o símbolo de agriculturas atrasadas de séculos», «operetas obsoletas», «indústrias moribundas»), o qual só oferece soluções milagrosas como «a lotaria e a batota públicas» ou recursos desesperados como as «casas de penhores», a «prostituição» e o «crime» (*ibidem*). É através da composição deste retrato de degenerescência que Eça procura abalar o mundo dos seus leitores, despertar a alma nacional para a necessidade de uma revolução de mentalidades, que proporcione a elevação moral e cultural do povo português, evitando que a «pátria para sempre passada, memória quase perdida!» se desvaneça por completo (*ibidem*). Seguindo a mesma linha de pensamento, *Os Maias* constituem igualmente um grito de alarme dirigido à sociedade portuguesa, uma chamada de atenção para a decadência do país a vários níveis, contra a qual a geração do autor procura lutar. Não a consideramos, por isso, uma obra fatalista, de desistência, ou, numa interpretação mais radical de João Medina, uma obra niilista; segundo este crítico, *Os Maias* são um ponto de chegada, a sentença final da nação, já que tudo nele – homens, ideias, empresas históricas e artísticas – está votado ao falhanço: «oeuvre nihiliste: le tableau national qu'y est brossé montre le doute presque ontologique de son auteur à l'égard de son pays»²⁰⁷. Pelo contrário, consideramos este romance não a certidão de óbito da nação, mas o momento-charneira da assunção de que Portugal deve superar a decadência diagnosticada. Eça interpreta a história portuguesa à luz da decadência, como faz notar Machado Pires, mas para o autor de *Os Maias* a crise implica a sua superação, ou seja, a um momento de declínio e queda sucede um novo movimento ascendente: Eça insere a «decadência europeia e nacional portuguesa (esta mais agudizada) numa teoria cíclica da evolução histórica, numa espécie de Eterno Retorno» (PIRES, 1992: 151).

O contraste entre o tom crítico dos romances ecianos até 1888 (data da publicação de *Os Maias*) e a produção narrativa posterior de apologia casticista tem levado alguma corrente crítica a considerar a existência de duas fases distintas na obra do autor: a primeira destrutiva, demolidora e, por isso, desnacionalizadora, consentânea com a estética realista-naturalista; a segunda, pós-1888, criadora, construtiva, de reconciliação com Portugal, compreendendo *A ilustre casa de Ramires*, *A correspondência de Fradique Mendes*, *A cidade e as serras* e restantes escritos de 90, correspondendo a um afastamento do retrato naturalista²⁰⁸. Esta parece-nos ser uma «arrumação» demasiado esquemática e simplificadora, que descarta uma interpretação mais aprofundada da obra como conjunto coerente de significação. Será

207 João Medina, «Un double centenaire: *Os Maias* d'Eça de Queirós et *Fortunata y Jacinta* de Pérez Galdós» in AA. VV., 1988b: 105.

208 Cf. Teresa Rita Lopes, «Eça e o regresso às raízes» (in AA.VV., 1997a: 502); André González Blanco, «Ante la estatua de Eça de Queiroz» (in Amaral e Martha, 1947: 76-79); Correia da Costa, «Eça de Queiroz postumo» (in *idem*; 124-148); Cabral, 1916: 200; Cortesão, [1970]: 16-18.

lícito pensar que Eça se limitou, até 1888, a fazer a crítica pela crítica, pelo simples gosto de demolição gratuita, por vingança social?²⁰⁹ E que, por efeito de uma misteriosa epifania nacionalista, se retratou, fazendo dos seus romances posteriores libelos patrióticos? Parece-me, pelo contrário, haver um substrato comum a toda a obra do autor, substrato esse que se constitui enquanto reivindicação de um regresso à identidade nacional, assunção da necessidade de *reaportuguesar* Portugal, o que passa por uma severa crítica de costumes, base da pretendida reforma social.

O próprio Eça se defende da acusação de antipatriotismo que lhe foi lançada por Pinheiro Chagas a propósito do artigo «Brasil e Portugal»; numa carta de 1880, Eça distingue o verdadeiro patriotismo do patriotismo passadista: o primeiro empenha-se no desenvolvimento presente da nação, enquanto o segundo se limita a reviver as glórias do passado, sem ter qualquer ação frutificadora. É evidente que, para Eça de Queirós, o patriotismo ativo implica admoestações, correções, reprimendas, ou seja, compete-lhe destruir para poder voltar a edificar, o que só é possível mostrando as raízes do mal, os podres da nação, a verdade, enfim:

É que há duas espécies de patriotismo, meu caro Chagas./ Há em primeiro lugar o nobre patriotismo dos patriotas: esses amam a pátria, não dedicando-lhes estrofes, mas com a serenidade grave e profunda dos corações fortes. Respeitam a tradição, mas o seu esforço vai todo para a nação viva, a que em torno deles trabalha, produz, pensa e sofre: e, deixando para trás as glórias que ganhámos nas Molucas, ocupam-se da pátria contemporânea, *cujo coração bate ao mesmo tempo que o seu*, procurando perceber-lhe as aspirações, dirigir-lhe as forças, torná-la mais livre, mais forte, mais culta, mais sábia, mais próspera, e por todas estas nobres qualidades elevá-la entre as nações. [...] Dão-lhe sobretudo o que as nações necessitam mais, e o que só as faz grandes: *dão-lhe a verdade. A verdade em tudo, em história, em arte, em política, nos costumes. Não a adulam, não a iludem*: não lhe dizem que ela é grande porque tomou Calecute, dizem-lhe que é pequena porque não tem escolas. *Gritam-lhe sem cessar a verdade rude e brutal*. Gritam-lhe: – «Tu és pobre, trabalha; tu és ignorante, estuda; tu és fraca, arma-te! E quando tiveres trabalhado, estudado e armado, *eu, se for necessário, saberei morrer contigo!*»./ Eis o nobre patriotismo dos patriotas (QUEIRÓS, 2000d: 50-51, sublinhados meus).

209 Maria Manuel Lisboa considera que o espírito de vingança levou Eça a abandonar qualquer intuito de reforma moral: «a vertente vingativa dessa missão sobrepôs-se desde muito cedo ao que nela havia de reabilitador, levando o autor d’*O crime do padre Amaro* já desde a concepção deste romance a uma postura de desdém e desistência face ao seu público e à sua pátria, que, por definição, excluía qualquer possibilidade de verdadeira reforma» (Lisboa, 2000: 335). Discordo desta posição, pois, como procuro demonstrar a seguir, Eça não desiste de fazer ressurgir a consciência nacional: muda o registo – da crítica ácida a apologia nacionalista – mas não o objetivo. Numa leitura mais biografista, Allyrio de Mello explica a crítica social de Eça com base na sua bastardia e fala da sua «obsessão de filho ilegítimo» (Mello, 1945: 18).

O escritor tem de ser cáustico e agressivo ao mostrar a realidade deprimente para assim despertar as consciências para a necessidade de mudança. É neste contexto que Eça defende o Naturalismo das acusações de obscenidade e libertinagem que lhe são feitas, afirmando-o como «uma larga e poderosa arte, fazendo um profundo e subtil inquérito a toda a sociedade e a toda a vida contemporânea, pintando-lhe cruamente e sinceramente o feio e o mau, e não podendo, na sua santa missão de verdade, ocultar detalhe nenhum por mais torpe!» (*idem*; 102). A luxúria de Amaro, o adultério de Luísa, a mediocridade de Gouvarinho, Acácio e Abranhos, o diletantismo de Carlos e Ega – são estratégias para se operar uma lenta revolução de mentalidades, de moralização. Eça nunca perde de vista o objetivo de educar o povo português – não só as classes baixas, mas a sociedade no seu conjunto. Para manter a sua integridade enquanto nação independente, afirma em 1867, Portugal não se pode limitar a confiar no seu estatuto político; a autonomia da nação passa inevitavelmente pela sua atividade criadora enquanto nação pensante, por uma fecunda vida intelectual e artística, alicerçada numa sociedade justa e moralizada:

um país não tem existência própria e exclusiva porque existe uma constituição que lha garante, porque quatro nações se juntaram para declararem ao mundo oficial que aquele país tem uma constituição, uma autonomia, uma vida própria. Não. Isto poderá valer muito perante o mundo político, não vale nada perante a Justiça. Um país vive pela sua superioridade moral, pela sua elevada ciência, pelo seu amor da Justiça, pela fecundidade do seu trabalho, pela sua literatura, pelos seus movimentos no mundo político (QUEIRÓS, 1981, I: 7).

A partir de *Os Maias*, Eça afasta-se da estética naturalista do feio e do chocante como concretização da função interventora da literatura. Apesar de fazer a defesa do Naturalismo, o prefácio a *Azulejos* do conde de Arnoso, escrito em 1886, revela já um certo distanciamento em relação a esta estética da verdade nua e crua e um nascente fascínio por uma conceção de arte mais virada para a idealização das coisas: «Bem fazes tu! Colhes apenas a flor das coisas que pode ser roxa e melancólica ou amarela e festiva, mas é sempre uma flor; enquanto nós nos dobramos a analisar cientificamente as raízes, que são negras, que são feias, e vêm sujas da terra rude em que mergulham e sugam» (QUEIRÓS, 2000d: 104). Eça, agora menos radical, reconhece haver outro modo de mostrar o real e elogia esta «maneira de pintar a verdade, levemente esbatida na névoa dourada e trémula da fantasia, satisfazendo a necessidade de idealismo que todos temos nativamente, e ao mesmo tempo seca a curiosidade do real que nos deram as nossas educações positivas» (*idem*; 105). É talvez esta «necessidade de idealismo» – sobre a qual Eça faz uma longa reflexão nos artigos «A decadência do riso» (1891), «O Bock ideal» (1893) e «Positivismo e idealismo» (1893) – que o leva a suavizar a visão sobre Portugal em *A ilustre*

casa de Ramires, A cidade e as serras e *A correspondência de Fradique Mendes*, obras em que a pena demolidora é substituída pelo pincel que dá cor à paisagem, a humana e a outra. Não há, porém, um total abandono da intenção crítica: Gonçalves tem sérios defeitos; o idílio de Tormes é maculado pela pobreza e miséria e ao bucolismo Jacinto acrescenta marcas civilizacionais como o telefone; o Portugal de Fradique peca pela imitação compulsiva de França... Mantém-se, portanto, a veia crítica, ainda que por vezes ofuscada por um desabrido elogio, revelador de um acerbo e genuíno patriotismo²¹⁰; mantém-se igualmente o substrato comum de que falei atrás, o de uma obra que constitui uma reflexão continuada sobre a identidade nacional com o intuito de operar uma revolução nacional.

6.3. Fim de século e *finis patriae*? Nobre e Junqueiro: o passado e o futuro

O conceito de fim de século é, por excelência, sinónimo de um generalizado sentimento apocalíptico de desistência, de cansaço da vida, de crise, de tédio, de teorias milenaristas. A esta disforia aliam-se, no entanto, laivos de messianismo, de esperança e de fé no progresso. O fim do século XIX não fugiu a este quadro: Nietzsche anunciara a morte de Deus, até então o «porto de abrigo» da Humanidade; Schopenhauer afunda-se no Pessimismo, Max Nordau escreve *Degenerescência* (1834)²¹¹, contribuindo, assim, para a ideia de decadência da raça humana, a noção de queda inevitável do homem, após uma Idade do Ouro resplandecente. O desenvolvimento científico e o progresso material verificado ao longo do século XIX equilibraram este cenário: o caminho de ferro, o telégrafo, a iluminação a gás e depois elétrica, incutiram no homem a ilusão de domínio sobre a natureza, de poder e de autossuficiência; ou seja, o progresso torna-se sinónimo de felicidade. Impera o materialismo e o homem acaba por sentir-se órfão do transcendente, de algo que dê um sentido à sua própria existência. Portugal não foge a este espírito finissecular. A reação antipositivista manifesta-a já Eça de Queirós no seu texto «*Positivismo e Idealismo*» (1893), em que reconhece ser necessário ao homem algo mais do que a Razão.

Na Geração de 90 vai agudizar-se a desumanização sentida devido ao Positivismo e ao progresso, manifesta já no Jacinto de *A cidade e as serras*; num poema de 1897, António Nobre invoca em termos panteístas a fuga para a Natu-

210 Comentando a divisão da obra de Eça nas duas fases distintas de demolição e de reconstrução, de crítica ao país e de amor pátrio, Feliciano Ramos afirma que «O primeiro Eça nunca desapareceu completamente do segundo» (RAMOS, [1945]: 45).

211 Cf. sobre este conceito PIRES, 1992: 108-112.

reza: «Ó meus queridos! Ó meus Stos. Limoeiros! / Ó bons e simples padroeiros! / Santos da minha muita devoção! / Padres choupos! Ó castanheiros! / Basta de livros, basta de livreiros! / Sinto-me farto de civilização!» (NOBRE, 1985: 49). Também Alberto de Oliveira acompanha este movimento antipositivista e deseja libertar-se da dor de pensar²¹² – «E nós que nascemos agora e queremos ocupar os nossos velhos vinte anos, só uma estrada temos a seguir: procurar a felicidade na fé, e o sossego no instinto» – e atingir a inconsciência feliz através do afastamento da racionalidade: «Desintelectualizar-nos. Enjoa-nos a análise, agonia-nos a dúvida. Pelo contacto com os simples, enxertando nas nossas veias o seu sangue, fazendo-nos espectadores da sua desassombrada paz, melhoremos e seremos úteis a Deus» (OLIVEIRA, [1984]: 32)²¹³.

Em *As farpas*, Ramalho Ortigão revela um sentimento de desistência e de vazio, que se manifesta numa «fadiga de viver» e num niilismo que ensombram a alma moderna, cujo corolário é o *spleen* e o tédio, angústias típicas da literatura decadentista que vai marcar o fim de século (ORTIGÃO, 1942-1945, XI: 295).

Este espírito de decadência tipicamente finissecular é agravado no nosso país pela crise generalizada: na economia, na educação, na política, na religião. O Ultimato inglês de 1890 acentua a submissão nacional à Inglaterra e a consequente perda de poder de Portugal sobre as colónias. Em vésperas da revolução republicana, Manuel Laranjeira, em carta a Miguel de Unamuno, manifesta esta posição marginal de Portugal face à conjuntura europeia: «A Europa despreza-nos; a Europa civilizada ignora-nos; a Europa medíocre, burguesa, prática e egoísta, detesta-nos, como se detesta gente sem vergonha, sobretudo... sem dinheiro»²¹⁴. Já em 1896, nas «Anotações» ao poema dramático *Pátria*, Junqueiro constata a crise identitária em que vive Portugal perante as outras nações europeias:

Mas na opinião do mundo, já Portugal não existe. Dura geograficamente, mas não existe moralmente. A Europa já considera isto uma coisa defunta, espólio a repartir, iguaria a trinchar. Salva-nos da gula dos comensais a rivalidade dos apetites. No dia em que harmonizem, devoram-nos. / Como resistir? pela força física? impossível. Não há balas nem libras, não há ouro nem ferro. Qual o meio então? Um único: a força moral (JUNQUEIRO, s/d: 641).

212 Este é, aliás, um tema que vai ser glosado pelo Modernismo, nomeadamente por Fernando Pessoa.

213 Mais adiante na mesma obra, em «Carta a um abade meu amigo», Alberto de Oliveira reitera este pensamento, a propósito da vida do operário: «Feliz de aquele, que numa existência quase automática pôde afogar o seu pensamento. [...] Nascer inteligente é uma má estrela, meu amigo!» (OLIVEIRA, [1984]: 84).

214 Manuel Laranjeira, *Cartas*, prefácio de Miguel de Unamuno, Lisboa, Relógio d'Água, s/d; p. 119. Esta carta é de 28 de Outubro de 1908.

O Ultimato é sentido pelo país como uma ameaça à identidade nacional e desencadeia uma reação nacionalista, que ganha contornos literários no Neogarrettismo de Alberto de Oliveira²¹⁵, acérrimo defensor das tradições nacionais em detrimento de qualquer cosmopolitismo; chega mesmo a criticar o fascínio de Ramalho Ortigão pelo estrangeiro²¹⁶, crítica da qual se retrata anos mais tarde²¹⁷.

Para este sentimento de crise em Portugal muito contribui a ação do emergente Partido Republicano (fundado em 1876) no minar da monarquia, a qual era alvo de duras críticas pelo peso que significava para o erário público (a família real vivia de adiantamentos), pela convivência com a corrupção política, pelos sucessivos erros administrativos, pela sua desastrosa política colonial, pela sua excessiva ligação à Igreja, permitindo a ingerência desta nos assuntos do Estado. A revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, no rescaldo do Ultimato, é já sintoma de que era almejada uma mudança de regime que permitisse regenerar o país. Embora tenha sido vencida pelas forças monárquicas, este prenúncio de revolução revela a instabilidade e insatisfação que se vivia no fim de século português: a esperança estava agora na redenção através de um regime estritamente laico, de liberdade do cidadão e igualdade de direitos e oportunidades, de confiança no progresso, enfim, de criação de um homem novo, regenerado, exemplo moral e cívico de culto pela pátria. Os republicanos, confiantes no cientismo e no Positivismo (muito por ação de Teófilo Braga, um dos grandes divulgadores desta teoria em Portugal), põem em evidência o excessivo controlo da Igreja sobre o governo do país, nomeadamente dos Jesuítas, que dominavam o ensino em Portugal. Daí que o republicanismo se caracterize por um feroz anticlericalismo, como se constata, após a proclamação da República em 1910, pela expulsão do país de diversos religiosos ou a obrigação de estes renunciarem ao hábito para poderem

215 Este espírito nacionalista de feição anticosmopolita vai manter-se na *Renascença portuguesa* de Teixeira de Pascoaes e no Integralismo Lusitano de António Sardinha.

216 «Todos os escritores sinceros que em Portugal sofrem da mediocridade de ignorar a sua terra, encontrariam a primeira cura, suponho eu, na terapêutica das viagens. Quero referir-me aos escritores que mais se ocupam de surpreender a alma e a fisionomia interior de um povo, que de estontear-se com as suas aparências e a pompa dos seus actos externos. Assim, enquanto o espírito fino e susceptível de Oliveira Martins se chocou com a espessura de alma do povo inglês, o Sr. Ramalho Ortigão, apenas preocupado do pitoresco, não querendo (mais do que não podendo) ver o x sempre misterioso e diferente que se oculta sob cada peitilho branco e cada fato cosmopolita e igual de civilizado, veio dos nevoeiros londrinos como enjoado dos seus patrícios e penoso de não haver nascido nas terras frias da rainha Vitória, para de aí a pouco, com paralela convicção, chorar desolado o erro do destino que o não gerou flamengo, e porventura a estas horas, entre bazaros e hospitaleiros grandes de Espanha, estar cismando como teria corrido outra a sua vida, se em vez dos granitos fúnebres do Porto, houvesse tido por panoramas de infância os laranjais doirados da Andaluzia» (OLIVEIRA, [1984]: 157-158).

217 No artigo «*O nacionalismo na literatura e as Palavras loucas*», inicialmente publicado na revista *Lusitânia*, e depois incluído na obra *Vida, poesia e morte* (1926).

permanecer dentro de fronteiras, bem como pela aprovação, em 1911, da Lei da Separação da Igreja e do Estado.

Este sentimento generalizado de declínio nacional reflete-se numa faceta acentuadamente crepuscular na literatura portuguesa dos últimos anos do século XIX, na qual ao espírito patriótico se alia o sentimento de decadência do ser lusitano, de queda inevitável: *Só* (1892), de António Nobre, *Finis patriae* (1890) e *Pátria* (1896), de Junqueiro, *Fim de um mundo* (1900), de Gomes Leal, *O fim* (1905), de António Patrício, são disto um bom exemplo, como atesta a exploração do campo semântico do fim, remetendo para uma conceção apocalíptica do destino nacional. O Ultimato inglês é interpretado como uma hecatombe para Portugal, como um sinal de que a decadência culminará na destruição da pátria portuguesa, para o que aliás apontam os títulos citados. A literatura finissecular interpreta esta ingerência britânica como um apocalipse da nação, à qual, no entanto, está subjacente uma possível regeneração: «O Ultimato transforma-se no Fim dos fins, o Apocalipse dos Tempos Derradeiros, simultaneamente destruidor e renovador» (COELHO, 1996: 99)²¹⁸.

Sintomática tinha sido já a constituição do grupo jantante «Vencidos da vida», antigos elementos da combativa Geração de 70, que em 1865 e 1871 tinham tentado revolucionar a sociedade portuguesa e ligá-la às modernas correntes europeias: Antero, Eça, Oliveira Martins parecem baixar os braços e abandonar a luta pública. Não esqueçamos que os últimos anos do século XIX assistem a vários suicídios de homens das artes e das letras: Soares dos Reis (1889), Camilo (1890), Antero (1891).

Em *Fim de um mundo*, obra publicada em 1900 que reúne textos dispersos do autor, Gomes Leal, que integra a Geração de 70 mas estende a sua produção literária até ao início do século XX, escarpeliza a sociedade portuguesa no seu processo de decadência no que se afigura ser uma certidão de óbito a uma nação sem remédio: o ataque ao luxo e à hipocrisia da Igreja, à imoralidade e corrupção da burguesia, ao egoísmo generalizado, a todo o tipo de tirania, revela-se à partida desmoralizador, já que se assume nos termos de uma «autópsia» (LEAL, 2000: 43), o que pressupõe a evidência de um corpo morto, de uma sociedade «violácea e podre» (*ibidem*), à qual o Ultimato inglês desfere o golpe fatal. «Troça à Inglaterra» (1890) é a violenta reação epidérmica de Gomes Leal à tentativa britânica de domínio do território português em África; para a Grã-Bretanha, zoomorfizada numa baleia devoradora, «Portugal já não tem garra, músculo, e dente. / Foi um leão lambaz – hoje é um branco espectro» (*idem*; 250). A identidade nacional

218 Maria Teresa Pinto Coelho analisa detalhadamente a construção da retórica apocalíptica em vários autores portugueses do fim do século XIX (COELHO, 1996).

é reduzida a uma fantasmaticização do corpo já defunto; é rasurada mediante o poder estrangeiro. Mas Gomes Leal combate o fim irrisório a que a nação portuguesa parece estar destinada: na dramatização de «A bebedeira da Baleia» ataca a pilhagem e a corrupção operadas pela Inglaterra, por contraste com a pureza e a dignidade que Portugal mantém, mesmo quando vencido: «Nossa bandeira inviolada / não a sujou o teu carvão / [...] Branca ficou nossa espada, / mas de preto o coração» (*idem*; 243). É da conjugação dos esforços de várias nações que sai afinal a aniquilação da ameaça britânica²¹⁹. Apesar de partir do caso português e de refletir sobre o destino da identidade nacional num contexto de declínio a vários níveis (educacional, económico, político, social), o poeta subsume a crítica situação nacional à decadência do Ocidente, numa reflexão sobre a condição humana, nomeadamente no crescente império do dinheiro, do capitalismo, da tirania, do egoísmo humano, raízes da injustiça e da desigualdade social espelhadas nas coortes de operários miseráveis, mendigos, mineiros explorados, prostitutas que povoam os seus poemas. A ação britânica pelo domínio africano surge assim como paradigma da cupidez universal, como revela o próprio autor: «a Grã-Bretanha é apenas a mais escandalosa representante de uma humanidade *traficante e hábil*» (*idem*; 388).

É neste âmbito mais universalizante que se insere o tema clássico do antagonismo cidade/campo, glosado por vários autores. À cidade associa o autor a imoralidade, o ócio, a corrupção, a cupidez, enfim todo um rol de iniquidades herdadas da perversa Babilónia; por oposição, o campo significa o contacto com a natureza, o trabalho produtivo, a modéstia e a honestidade, características, aliás, nas quais Gomes Leal se baseia para fundamentar uma possível reedificação da moribunda identidade nacional. Na apologia do Portugal rural ganha relevo a defesa do povo, a classe que trabalha e produz, reverso da estéril boémia urbana²²⁰. O combate à imoralidade e à decadência passa pela generalização das «almas simples» da classe popular: «os Estados simples atestam um rebanho espiritual de almas simples. São sempre um agregado singelo e bom de pastores, lavradores, ceifeiros: homens tostados da serra ou do mar: tranquilos amigos da família, das paisagens, da simplicidade:

219 Guerra Junqueiro, em relação ao Ultimato, sonha também com uma revolta de várias nações que dilacerariam o império britânico: «Hão-de um dia as nações, como hienas dementes, / Teu império rasgar em feroz convulsão... / E no torvo halali, dando saltos ardentes, / Com a baba da raiva esfervendo entre os dentes, / A bramir, levará cada qual seu quinhão!» (Junqueiro, s/d: 495).

220 O louvor do povo trabalhador em oposição às classes altas improdutivas e corrompidas está exemplarmente personificado na figura do jornalista Rodrigues Sampaio (no poema «Processo de um jornalista»), que Gomes Leal acusa de traição às suas origens plebeias pela sua ambição de poder e de riqueza: «Vergonha sobre ti [...] / que quiseste antes ser rico, ministro e nobre, / do que ser *ninguém* – puro, plebeu, e pobre» (LEAL, 2000: 169)

do lume bom e alegre da lareira» (*idem*; 41). À energia produtiva do povo contrapõe-se a superficialidade e a esterilidade das classes mais elevadas, que o poeta invetiva a tornar-se útil: ««- *deita ao lixo o monóc'lo e as luvas amarelãs, / bandalho... e vai cavar!*»» (*idem*; 134). Veremos como este incitamento à ação pelo ato de cavar se repete em António Nobre, neste caso carregado de ambiguidade que remete tanto para a atividade agrícola como para a morte, no ato de cavar a sepultura.

A idealização da pátria representa-a como um espaço idílico e puro – «país florido do seu ninho», «solo virginal das suas primaveras» (*idem*; 80) – cuja história está intimamente ligada às origens do indivíduo – «o chão dos seus primeiros passos» (*ibidem*) –, laços afetivos e históricos que a dinastia de Bragança parece querer ignorar, já que este poema («A traição») visa criticar a possível venda de Lourenço Marques por D. Luís aos ingleses. Como sabemos, Gomes Leal adere aos ideais republicanos, pelo que a sua obra não se limita ao diagnóstico e autópsia do ente Portugal, mas implica também a construção de um novo Portugal, alicerçado em valores e ideologias antagónicos à velha monarquia: «tratava[-se] de anunciar não o *fim do mundo*, mas tão-só o *fim de um mundo*, que a revolução iria «regenerar»» (CATROGA, 2000: 280). Os republicanos portugueses pretendem não só uma revolução política e social, mas também uma revolução cultural que substitua a visão monárquica transcendentalista, baseada na fé em Deus, por um novo antropocentrismo otimista, confiante na perfectibilidade humana e na ideia de progresso, cujas raízes são claramente iluministas e positivistas. Daí que o sonho republicano – que Guerra Junqueiro também partilha – implique a defesa de um ensino laico, gratuito e obrigatório, capaz de formar cidadãos-patriotas que, em vez de adorarem Deus, adoram a Nação; um homem assim novo e regenerado pode ser um refundador da nação em perigo iminente de cair numa decadência irreversível.

Menos dados a teorizações universalizantes e mais focalizados na decadência nacional, António Nobre e Guerra Junqueiro constituem dois modos contrastivos de reação ao evoluir da ruína do país: o primeiro aparentemente mais esperançoso (lembremos «O Desejado»), conciliador, sereno, resignado; o segundo mais panfletário, de retórica mais violenta e agressiva, mais demolidor e apocalíptico, por isso mais próximo de Gomes Leal. Exemplo deste discurso destrutivo é *Finis Patriae* (1890), conjunto de poemas cujos títulos remetem imediatamente para a miséria que grassa no povo que trabalha, simbolizada pelas suas parcas condições de habitação – vejam-se os três primeiros títulos: «I – Falam choupanas de camponeses», «II – Falam pocilgas de operários» e «III – Falam casebres de pescadores»; é assim que à camada produtiva da população é vedada a voz ativa, pelo que em vez dela são as suas casas que denunciam a pobreza e o sofrimento que lhes é dado presenciar. A estas juntam-se dois outros antros de

degradação física e psíquica («IV – Falam os hospitais» e «VI – Falam as cadeias») e as edificações que poderiam trazer uma nota positiva a este quadro nacional – as «escolas», as «fortalezas» e os «monumentos» – encontram-se despojadas de qualquer valor construtivo, pois estão, respetivamente, «em ruínas», «desmanteladas», «arrasados». Assim, passado (património) e futuro (as escolas) revelam-se fontes estéreis para qualquer esperança numa regeneração nacional. Ao heroísmo dos antepassados contrapõem-se a apatia e a submissão cobiçosa ao «oiro inglês» (JUNQUEIRO, s/d: 483), ao «Deus Milhão» (*idem*; 484), situação pela qual se responsabiliza a dinastia de Bragança, tópico comum na literatura pós-Ultimato: «Onde a grandeza, onde a pujança / Do Lusitano, ao medo alheio? / Que resta enfim da nossa herança? / Porcos da vara de Bragança, / Grunhi nos túmulos!... dissei-o!» (*idem*; 483). Em *Pátria* (1896), é o próprio rei que reconhece provir de «Mau sangue... Árvore má... Podre... podre... É de raça!» (*idem*; 524). A partir da cena XIII deste poema dramático assistimos ao desfilar dos fantasmas dos reis brigantinos, compondo retratos grotescos em que ganham relevo a cobardia, a inépcia governativa, a luxúria, a ignorância, o vício, a beatice, a loucura, a crueldade...²²¹ Uma lista infindável de traços disfóricos, supostamente ráricos, que vão desembocar no rei D. Carlos, prestes a assinar um tratado de venda das colónias portuguesas à Inglaterra. Este poema dramático ultrapassa assim a mera questionação da política africana, para se debruçar sobre o problema mais amplo da decadência da nação que, na esteira da história martiniana e da tese da célebre conferência de Antero, se faz remontar a 1640, ao início do governo da dinastia de Bragança. Como a amplitude do título indica, *Pátria* problematiza o destino da nação²²², nele implicando não somente o futuro mas também uma recuperação de valores esquecidos no passado que são bases estruturais da alma nacional e que surgem encarnados no espectro de Nuno Álvares Pereira, o herói medieval que simboliza a coragem, a redenção, a honra e a dignidade. Assim como Nuno Álvares se redime pelo sacrifício, também Portugal necessita de uma expiação para superar a ruína que o ameaça: «As pátrias», afirma Junqueiro nas suas «Anotações» ao drama, «como os indivíduos, só se regeneram sofrendo. A dor é salvadora» (*idem*; 636). É a «teoria da tarefa» que atrás encontrámos formulada por

221 Semelhante descrição grotesca e severamente crítica dos reis da dinastia de Bragança encontramos no poema «A traição» (1881), de Gomes Leal, sob a forma de carta dirigida a D. Luís, a que já atrás me referi (cf. LEAL, 2000: 83-85).

222 Notoriamente, Junqueiro pensou inicialmente em *Portugal no calvário* e *A agonia* para possíveis títulos desta obra, os quais apontavam para determinada fase – crítica – da história do nosso país, tendo posteriormente optado por *Pátria*, que revela uma maior abrangência em termos de reflexão nacional, já que é um título «despojado e emblemático», segundo José Augusto Seabra, «onde se subsume do mesmo passo um Portugal histórico, em transe agónico, e o Portugal trans-histórico, transcendente a todas as decadências, de que sempre espiritualmente renasce» (in «A *Pátria* como renascença (de Junqueiro a Bruno e Pessoa)» in AA. VV., 1998b: 433).

João da Ega em *Os Maias*, a qual vê nas provações um ponto de viragem, rumo a um ressurgimento nacional. Antero, no texto «Expição», interpreta também o Ultimato inglês como um castigo que purifica a alma nacional e lhe dá impulso para se regenerar²²³. Também Eça de Queirós tem uma perspetiva construtiva sobre a adversidade que constitui o Ultimato inglês: nas suas «Notas do Mês» da *Revista de Portugal*, critica as reações excessivas contra a Inglaterra e mostra como é ineficaz injuriá-la, odiá-la e boicotá-la. O país não deve preocupar-se em «fazer mal à Inglaterra», mas em «fazer bem a Portugal», nomeadamente em «reconstituir a Pátria» (QUEIRÓS, 1995: 80): «Porque não se trata infelizmente de destruir a Inglaterra – mas de conservar Portugal» (*idem*; 82).

Junqueiro, em *Pátria*, põe em cena a crise identitária que Portugal atravessa na personagem do Doido, o qual representa a nação despojada da sua alma e do passado glorioso que constitui o alicerce da sua memória coletiva: «Tive castelos», lamenta o Doido, «fortalezas pelo mundo... / Não tenho casa, não tenho pão!... [...] perdi o nome na escuridão!...» (Junqueiro, s/d: 526-527). É ao poder real e ao poder clerical que Junqueiro atribui este esvaziamento do ser nacional; é a aliança do Trono e do Altar que o autor ataca, pela tirania e opressão que exercem sobre um povo que assim se tornou «imbecilizado e resignado, humilde e macambúzio, fatalista e sonâmbulo, [...] em catalepsia ambulante» (*idem*; 631), situação de inferioridade e submissão que talvez só as novas gerações, por via da educação, podem modificar. Nuno Álvares Pereira é o «herói-redentor», o protagonista de um sebastianismo que renasce em tempo de ruínas. Num avatar deste herói medieval deposita o poeta a esperança no renascer da genuína alma portuguesa pela ação, pela justiça e pela energia combativa: «A metempsicose, em moderno, do grande Condestável, eis o meu sonho. Um justiceiro e um crente. [...] Não combateria castelhanos, combateria portugueses. O inimigo mora-nos em casa» (*idem*; 637). Na espada concentra-se a ação redentora, com a dupla função de matar o inimigo, mas também de se transformar em «relha de arado» (*idem*; 616), numa dupla simbologia que cruza destruição e construção, síntese, afinal, do espírito ambivalente que se seguiu à investida britânica sobre o império colonial português. Já num poema de 1891 – «A um herói redentor que vi em sonhos» – Junqueiro desenvolve, em contexto onírico, o simbolismo épico da espada de Nuno Álvares, a qual concentra no «aço» e no «ferro» de que é feita as vitórias do patriotismo sobre o estrangeiro invasor: «É que ela enfim representa, / Neste transe derradeiro, / A jovem noiva sangrenta / Do orgulho dum povo

223 «Portugal expia, com a amargura deste momento de humilhação e ansiedade, 40 anos de egoísmo, de imprevidência e de relaxamento dos costumes políticos [...]. / Sob o insulto imprevisto, esta nação parece agora acordar: mas é necessário que o protesto nacional seja ao mesmo tempo um acto de contrição da consciência pública» (QUENTAL, [1982]: 447).

inteiro! // Um simples bocado d'aço, / A dardejar em tua mão, / Na noite negra do espaço / Fez uma constelação» (*idem*; 842). O poeta convoca para o presente o poder demiúrgico da espada, desejando transferir para a juventude a energia positiva do herói medieval: «Ao lampejar da tua espada, / – Nuno sem Mestre d' Avis, / Rufam marchas de alvorada / Os corações juvenis!» (*ibidem*).

A poesia de Junqueiro, pela sua projeção no presente e no futuro, contrasta com a obra de António Nobre, mais voltada para o passado, o pessoal transubstanciado em coletivo. Fernando Pessoa vê neste contraste não só uma diferença de tempos, mas também modos diversos de encarar a vida e a nação – com entusiasmo e talvez uma réstia de esperança ou com uma tristeza resignada: «Junqueiro – o de «*Pátria*» e «*Finis Patriae*» – foi a face que olha para o Futuro, e se exalta. António Nobre foi a face que olha para o Passado, e se entristece» (Pessoa, s/d: 45). Nobre desfia um rosário de sofrimento, angústia existencial repassada de *spleen* e de tédio, bem consentâneo com o espírito de fim de século vivido aquém e além fronteiras. A sua poesia revela uma centralização no «eu», em que tudo conflui na experiência do sujeito lírico: o mundo rural, o passado histórico da nação, a Natureza libertadora – tudo irradia do eu narcísico, para nele convergir novamente, num eterno retorno sempre decetivo. Ao contrário de Junqueiro, cuja poesia é mais virada para o exterior, num constante comentário à história nacional contemporânea e à condição humana – ao Ultimato, à agiotagem e imoralidade burguesas, à tirania da Igreja, ao dandismo, à miséria do povo –, Nobre embrenha-se num profundo ensimesmamento, que resulta de uma hiperconsciência que o isola dos outros, como bem revela o título da sua obra-prima: *Só*.

A dor do poeta leva-o a uma dupla evasão: por um lado, para uma infância feliz, harmoniosa; por outro lado, para a Natureza idílica, pacificadora, nos antípodas do progresso industrial alienador, sendo que estas duas faces se interseccionam na memória que se recupera, frequentemente na situação de desenraizamento que é o exílio, o afastamento da pátria que a transforma em idealização, como refere o próprio Nobre numa carta a Alberto de Oliveira em que descreve o seu encontro com Eça de Queirós em Paris, no gabinete deste último: «e o Mapa de Portugal (oh, o mito) na parede» (Nobre, [1982]: 127)²²⁴.

As imagens da infância na poesia nobreana estão sempre ligadas à recordação de um mundo rural, puro, alegre, povoado por figuras do povo associadas à

224 Em carta a Justino de Montalvão (de Setembro de 1896), escrita em Casais, Nobre exprime uma opinião depreciativa que contradiz o bucolismo patriótico dos seus poemas, demonstrando igualmente que a distância leva à mitificação do país, enquanto o convívio com a paisagem idealizada a banaliza: «Não te acompanho neste entusiasmo pelo campo. O campo português é muito grosseiro, excepção de Coimbra. O de França amo eu muito: apesar de República, tudo lá é aristocrático, até a paisagem. Talvez seja pela minha solidão aqui, mas a verdade é que me aborreço muito» (NOBRE, [1982]: 326).

força produtiva, mas também à pobreza, à humildade e às duras condições de vida: em «Lusitânia no Bairro Latino», o sujeito lírico faz desfilar perante o nosso olhar lavadeiras, ceifeiros, moleiros, padeirinhas, pescadores, num ambiente festivo de procissões e romarias, cujo contraponto é o cortejo de doentes, pobres e miseráveis, ignorados pela nação, também ela em ruína. O poeta celebra a sua infância em harmonia com a Natureza como uma fase estruturante do seu ser²²⁵, mas esta memória está corroída pela certeza do seu carácter irrecuperável, de algo perdido no tempo, o que confere à sua poesia um tom lamentoso de desistência, como lemos no soneto «Menino e moço», cujo título evoca a saudade do passado perdido cantada por Bernardim Ribeiro: «Tombou da haste a flor da minha infância alada, [...] / Debalde clamo e choro, erguendo aos céus meus ais: / Voltam na asa do Vento os ais que a alma chora, / Elas, porém, Senhor! elas não voltam mais...» (Nobre, s/d: 125).

O presente decetivo do poeta espelha a decadência de Portugal; embora a obra poética de António Nobre não faça nenhuma referência direta ao Ultimato inglês, os poemas que o autor compôs depois de 1890 – os do *Só* (1892) e de *Despedidas* (cuja primeira edição é de 1902) – não podem deixar de ser lidos à luz de uma pátria que se vê na iminência de sossobrar. A reação de Nobre ao Ultimato temo-la numa carta endereçada a Alfredo de Campos (de 3 de Maio de 1890); ao contrário da maior parte dos intelectuais portugueses, Nobre reconhece a competência e eficácia da nação inglesa («O melhor organismo da Europa, a Inglaterra» – Nobre, [1982]: 92) e analisa a questão diplomática de um modo frio e racionalista, à luz da política internacional: «eu lhe perdoo [o Ultimato da Inglaterra] pois que admito e proclamo o *struggle for life* das Nações» (*ibidem*). Meses mais tarde, porém, Nobre revê esta imagem positiva que tem dos ingleses ao contactar com eles a bordo do Britannia, como confessa a Alberto de Oliveira em carta de 23 de Outubro de 1890, em que os apelida de egoístas, maus, estúpidos, infames, «poltrões reles abaixo de espanhóis» (*idem*; 112). Em Abril deste mesmo ano, já Nobre lamenta a este amigo as exageradas e inúteis reações ao Ultimato – «uns esbanjamentos de pátria!» (*idem*; 88)²²⁶ –, inúteis para desafrontar o país. Enquanto Guerra Junqueiro aponta o dedo acusador à monarquia brigantina e à Igreja, Nobre interioriza o sofrimento que vive a nação, transformando em seu o fracasso do país: «Vês teu país sem esperança, / Que todo alui, à semelhança / Dos castelos que ergueste no Ar?» (Nobre, s/d: 32).

225 No poema «Viagens na minha terra» esta celebração é feita sob a égide garrettiana: «Moinhos ao vento! Eiras! Solares! Antepassados! Rios! Luares! / Tudo isso eu guardo, aqui ficou: / Ó paisagem etérea e doce, / Depois do ventre que me trouxe, / A ti devo eu tudo que sou!» (NOBRE, s/d: 74).

226 Estas reações incluíram a devolução à Inglaterra, por D. Carlos, das suas condecorações britânicas; crepes na estátua de Camões; ataques ao Consulado inglês; uma subscrição nacional para a compra de navios de guerra; a composição do hino «A Portuguesa» e a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 (cf. o artigo «António Nobre na encruzilhada finissecular», de Maria das Graças Moreira de Sá in Sá, 2004: 102).

Só e Despedidas revelam, a par da idealização do passado, da infância, e do Portugal rural e marítimo – idealização a que é propícia a distância temporal e espacial (o afastamento da pátria)²²⁷ –, o lado lunar do país, em que pontuam os miseráveis, os doentes, os marginalizados pela sociedade, bem como o povo pobre e trabalhador, ignorante, que vive feliz com a sua religião caseira de procissões e romarias²²⁸. Neste avultam os pescadores, sobretudo os poveiros, novos «Vascos da Gama» (*idem*; 41), únicos heróis do presente, dignos dos antepassados descobridores. Em «Carta a Manoel» torna-se patente o pessimismo do poeta ao descrever a nova geração, triste, apática, submissa, débil: «Vê! Vêm saindo das jaulas / Os estudantes, sob o olhar pardo dos lentes. / Ao vê-los, quem dirá que são os descendentes / Dos Navegantes do século xvi? / Curvam a espinha, como os áulicos aos Reis! / E magros ! tristes! de cabeça derreada! / Ah! como hão-de, amanhã, pegar em uma espada?» (*idem*; 66-67). De novo a imagem da espada, como em Junqueiro sinónimo de regeneração, do germinar de um novo alento que combata a degenerescência da raça que mostram os jovens portugueses.

O sentimento de crise que se vive em Portugal depois do Ultimato inglês encontramos-lo no poema inacabado «O Desejado», que convoca o passado épico das Descobertas para combater a desmoralização presente: «Anda tudo tão triste em Portugal! / Que é dos sonhos de glória e d'ambição? / Quantas flores do nosso laranjal / Eu irei ver caídas pelo chão! / Meus irmãos Portugueses, fazeis mal / Em ter ainda no peito um coração» (Nobre, 1985: 112). Em Anrique, o protagonista desta mini-odisseia, se subsumem as fraquezas nacionais, nomeadamente o viver de ilusões e a passividade perante a vida: «Que fazia eu? Nada. Cismava, às vezes, / Errante, ao «Deus-dará» da vida: / Sempre assim fomos nós os Portugueses!» (*idem*; 131).

É esta consciência e esta assunção do lado disfórico da nação que afastam a poesia de António Nobre do Neogarrettismo de Alberto de Oliveira: este último desenvolve, sob a égide de mestre Garrett, um movimento literário revivalista de preservação das genuínas tradições portuguesas, nomeadamente as ligadas ao folclore e às manifestações populares, o que tem como consequência uma recusa do que vem do estrangeiro e, portanto, um fechamento a qualquer influência cosmopolita. Oliveira idealiza uma tradição ruralista, avessa aos progressos industriais, a qual se revela, no entanto, uma mera construção retórica, algo artificial, já que,

227 Na correspondência, o autor dá-se conta de que a distância favorece o patriotismo: «Comecei a amar Portugal depois que o deixei, se é na ausência que se conhece o amor. Perdida a ilusão do estrangeiro, voltei-me para a nossa terra e é lá que moram as minhas predilecções», diz em carta de 1 de Outubro de 1892, de Paris, a Manuel da Silva Gaio (NOBRE, [1982]: 174).

228 O retrato de Portugal que perpassa na obra de Nobre reveste-se de uma ambiguidade que oscila entre o elogio patriótico e a composição de um país em desagregação, minado pela indigência e degenerescência: «A diagnose da condição portuguesa e da condição humana finissecular cumpre-se pelo contraste de grandeza e decadência, e pela contrastada evocação do país das misérias e das maravilhas, das chagas e dos encantos, das pobreza e das belezas» (PEREIRA, [1995]: 179).

ao contrário de Nobre e Junqueiro, ignora as misérias de quem vive no campo, o lado sofedor do povo: o seu é um «Povo de presépio», nas palavras acutilantes de Augusto da Costa Dias, um povo parado no tempo, indiferente ao progresso e, portanto, à margem da evolução: «não é um povo renovador, mas conservador – mero veículo do passado» (DIAS, 1977a: 318).

Alberto de Oliveira constrói a imagem de um Portugal idílico, um *locus amoenus* virgiliano, rejeitando o viver urbano em prol do contacto com a Natureza: no jornal, as notícias de Portugal falam-lhe de praias, bailes, raparigas bonitas: «O meu país abençoado continuava a ser feliz ao sol; havia ingenuidade, havia água nas fontes, ria o céu azul» (Oliveira, [1984]: 87)²²⁹. Apesar desta perspetiva idealizada sobre a realidade nacional, Alberto de Oliveira manifesta uma clara consciência de saber ser a sua uma geração sonâmbula, apática, que em nada contribui para que Portugal saia da sua «crise sem grandeza», «fome sem tragédia», «agonia sem desespero» (idem; 159), daí que o teorizador do Neogarrettismo procure fechar o país ao desvirtuamento vindo do exterior e mantê-lo estagnado nas tradições ancestrais, confiando ser esta a única via para impedir a ameaçadora desnacionalização:

O nosso mal, parece-me, é antes de educação que de origem. Queremos ser civilizados, banais, cosmopolitas, sem pitoresco, fazer dos nossos vinhedos sábias hortas, das nossas florestas leões domados. Entretanto, criaturas! a civilização cá não existe, olhai que os pastores da Serra da Estrela são ainda como no tempo de Viriato, nem mesmo o Século lá pôde chegar até agora, e por isso a manteiga e queijo que fabricam é tão saborosa e nos dá tanto sainete aos almoços (idem; 161-162).

É sobejamente célebre a crítica de Eça ao passadismo e ao folclorismo reducionista e estéril das teorias de Oliveira²³⁰, características que, afinal, o demarcam pela negativa de Garrett, um artista virado para o progresso do seu século e para a libertação do povo, pela cultura e pela educação, da sua ignorância e

229 Com este cenário idílico contrasta a diabolização que faz de Paris, símbolo mítico da perdição: «Paris [...] é uma cidade soturna e dolorosa, vista dos grandes esgotos centrais dos seus boulevards. [...] O próprio Sena é um rio verde e sórdido, sinuoso como uma traição» (OLIVEIRA, [1984]: 88-89).

230 «Enquanto às suas ideias – não lhe parece que o Nativismo e o Tradicionalismo, como fins supremos do esforço intelectual e artístico, são um tanto mesquinhos? A humanidade não está toda metida entre a margem do rio Minho e o cabo de Santa Maria – e um ser pensante não pode decentemente passar a existência a murmurar extaticamente que as margens do Mondego são belas! [...] Não, caro amigo, não se curam misérias ressuscitando tradições. Se a França, depois de 1870, tivesse resumido todo o seu esforço em renovar na literatura as *Chansons de Geste*, ainda cá estavam os Prussianos. O dever dos homens de inteligência, num país abatido, tem de ser mais largo do que reconstruir em papel o castelo de Lanhoso ou chamar as almas a que venham escutar os rouxinóis do Choupal de Coimbra» (QUEIRÓS, 2000c: 202-203).

submissão. Garrett acredita no «magistério político» (DIAS, 1977a: 303) da arte e assume a sua cidadania e a sua atividade cívica, ao contrário da geração de 90, que está mais virada para o passado e se demite de participar na coisa pública, revelando um «baixo nível ideológico» (idem; 305).

A poesia de António Nobre não partilha do tradicionalismo otimista do Neogarrettismo. Porém, em «O Desejado», por entre as peripécias, os desaires e as desilusões da vida de Anrique, surgem pontualmente assomos de uma recôndita esperança no ressurgimento de Portugal, onde «Andam as almas todas quebrantadas» (NOBRE, [1985]: 145)²³¹. É o próprio protagonista que profetiza uma nova grandeza para Lisboa, tornada sinédoque da nação: «O que já foste tu, noutras idades / Grande e famosa acima das Nações, / Tu de novo o serás, porque as cidades / Têm várias mortes e ressurreições, / Outras infâncias, novas mocidades, / Novas conquistas, outros galeões...» (idem; 109). É a crença no eterno retorno, o conceito da história como um ciclo em que à queda corresponderá inevitavelmente um movimento ascensional; à fase de decadência do país seguir-se-ia uma renovação das suas forças vitais, cujo motor se afigura ser, neste poema, a esperança messiânico-sebastianista: «Tende paciência! finarão revezes; / E até lá, Portugueses! trabalhai. / Que El-Rei-Menino não tarda a surgir, / Que ele há-de vir, há-de vir, há-de vir!» (idem; 113). Este apelo ao trabalho vai estender-se a todos os portugueses, abrangendo também as classes que, por tradição, não estão ligadas à produtividade: «Vai trabalhar por Deus. – «Mas como e aonde? / Não vos disse que é morto Portugal? / Prò trabalho quem antes era conde!»» (idem; 144). Num soneto de 1889 repete-se este incitamento à ação, ligada a atividades agrícolas, que implicam uma reconciliação com a terra e com a Natureza: «Vamos semear o pão, podar as uvas, / Pegai na enxada, descalçai as luvas, / Tendes bom corpo, Irmãos! Vamos cavar!» (NOBRE, s/d: 143). Porém, este ato de cavar está carregado de ambiguidade, podendo ser associado ao cavar da sepultura, à figura do coveiro, tão presente no *Só*; por outro lado, estes versos (que constituem o último terceto, a chamada «chave de ouro» do soneto) surgem inesperadamente como coda do soneto, já que a ideia que predomina no resto do poema é a do vencidismo, de uma geração falhada que não terá outra saída senão a auto-aniquilação²³²: «Formamos / No Mundo, o Claustro-Pleno dos Vencidos»

231 O próprio autor manifesta ter consciência do caráter mais positivo deste poema, ao afirmar sobre o livro, em carta a Conceição Ramires, de 11 de Agosto de 1897: «Gosto muito dele, muito mais do que do outro, sobretudo por trazer dentro mais felicidade e mais fê na Vida» (NOBRE, [1982]: 370).

232 Esta relação antitética entre o ato de lavar, de criar vida, e o ato de enterrar, associado à morte, está também bastante evidenciada na «Ode aos rapazes novos» – de *Primeiros versos* (1882-1889) – em que ao povo pobre se associa o trabalho árduo mas produtivo e à nova geração um idealismo estéril e boémio: «E triste, triste, vai falando, assim [um velho lavrador]: «Senhor!

(*ibidem*). Este mesmo pessimismo desistente inter-relaciona antiteticamente o passado heróico da nação e o seu presente sem saída, faticamente destinado ao nada: «E embora eu seja descendente, um ramo / Dessa árvore de Heróis que, entre perigos / E guerras, se esforçaram pelo Ideal: // Nada me importas, País! seja meu Amo / O Carlos ou Zé da Teresa... Amigos, / Que desgraça nascer em Portugal!» (*idem*; 132). O vencidismo da geração do poeta é acentuado pela relação intertextual que se estabelece com a épica camoniana, já que ao esforço dos antepassados contra «perigos» e «guerras», o sujeito poético só tem a contrapor lamentações e indiferença para com o destino pátrio.

A hiperconsciência do poeta impede-o de acreditar completamente num sebastianismo regenerador: o D. Sebastião de «O Desejado» simboliza o sonho, o ideal que mantém a vontade e a energia na adversidade; a ele não deixam, no entanto, de estar ligados os desafortunados, os vencidos da vida com os quais Anrique se identifica:

– Ó D. Sebastião a ti comparo, / El-Rei de Portugal, a minha sorte, / Se te encontrasse na vida, serias meu amparo, / Ser-mo-ás talvez depois da morte. // D. Sebastião, rei dos desgraçados, / D. Sebastião, rei dos vencidos, / El-Rei dos que amam sem ser amados / El-Rei dos génios incompreendidos» (NOBRE, [1985]: 121).

O Sebastianismo nobreano constitui-se enquanto ideal abstratizante, enquanto capacidade de sonhar e de desejar o futuro, ainda que só no campo das quimeras²³³. Esta descrença de Nobre numa solução sebastiânica é bem notória na lamentação que faz, em carta a Justino de Montalvão (de 1898), do carácter expectante e excessivamente melancólico dos portugueses, que os incapacita para qualquer tipo de ação: «Nas ruas só encontro moços tristes à espera de D. Sebastião... [...] Que melancolia a nossa! Realmente só acredito que sou compatriota de Vasco da Gama e do Luís, quando olho este nosso mar. País perdido! para sempre! E sem prestígio nenhum» (NOBRE, [1982]: 374-375).

O que predomina na poesia de António Nobre é um tom decetivo, desistente, de ilusões desfeitas na conceção de um destino pessoal e nacional irrevogável,

/ Em vez de eu ir cavar a terra negra e dura, / Fora melhor cavar a minha sepultura!» / E, enquanto os pobres vão para o trabalho rude, / Sem forças, sem amor, sem alma, sem saúde, / Deixando o lar amigo, à voz da cotovia, / Para ganhar em troca o pão de cada dia, / O que fazemos nós, cheios de esperança e ideais? / Bebemos, ai de nós! fumamos; – nada mais!» (NOBRE, [1984]: 88-89). Segundo Guilherme de Castilho, esta ode foi inicialmente publicada no primeiro número da revista *Boémia nova*, em 1889 (CASTILHO, 1979: 65).

233 Ainda que se trate de um poema inacabado, é notório que termine na alusão quimérica, que mantém a sua mensagem messiânico-sebástica no campo das ilusões, do irrealizável: «Procura bem Anrique, em Portugal; / Procura-o na flor das primaveras, / Procura-o na sombra do olival; / Procura à luz de todas as quimeras» (NOBRE, [1985]: 145).

fatalista²³⁴. Pelo contrário, Junqueiro, apesar do seu tom mais agressivo, combativo e provocador, acaba por transmitir uma mensagem mais otimista no que ao futuro do país diz respeito, já que acredita também, como Gomes Leal, na regeneração de Portugal através de uma revolução republicana. A poesia junqueiriana manifesta um teor interventivo que não encontramos na de Nobre: Junqueiro, na senda do ideal setentista, crê na missão cívica do intelectual, pelo que a sua obra encerra uma série de propostas concretas consentâneas com o republicanismo, nas quais deposita a esperança no reerguer de Portugal, nomeadamente no campo da educação, do tecido produtivo, da governação. Os ataques enérgicos ao sistema educativo visam sobretudo a inadequação das matérias, a excessiva severidade dos professores, o estiolamento a que as crianças são sujeitas, em escolas, tristes e sombrias, tornadas prisões, como descreve no poema «V – Falam as escolas em ruínas» de *Finis Patriae*. Em *A Musa em férias*, nas quadras do poema «A escola portuguesa», o retrato é mais detalhado, revelando a inadequação dos conteúdos aos educandos, o passadismo dos professores, ou seja, chamando a atenção para o facto de a escola não ser um fator vivo e incentivador de evolução e de formação de cidadãos, mas um meio de coarctar a pureza das crianças²³⁵. É com a educação das novas gerações que Junqueiro acredita poder ser combatida a corrupção generalizada, daí que defenda a «instrução gratuita obrigatória» (Junqueiro, s/d: 735) – uma das propostas da República – no poema «O crime», como um dos meios de combater a criminalidade, de a evitar: «Ter direito à ignorância é ter direito ao mal» (*ibidem*).

O povo de Junqueiro não é um povo idealizado; é um povo que sofre, um «*povo-criança*»²³⁶, dominado pela burguesia devassa e pelo clero fanático e intolerante, daí a necessidade, em Portugal, de um líder que encarne o carácter de Nuno Álvares Pereira, ou seja, que tenha capacidade de comandar, de organizar, de manter a ordem e, ao mesmo tempo, que demonstre dedicação e partilha fraternal com o povo. Este herói medieval transforma-se no arquétipo do governante que pode acordar no povo português o seu «pecúlio enorme de inteligência e de

234 Fernando Pessoa considera a tristeza de Nobre como um paradigma da própria condição humana, destino amargo contra o qual é inútil lutar: «Quando ele nasceu, nascemos todos nós. A tristeza que cada um de nós traz consigo, mesmo no sentido da sua alegria, é ele ainda, e a vida dele, nunca perfeitamente real nem com certeza vivida, é, afinal, a súplica da vida que vivemos – órfãos de pai e mãe, perdidos de Deus, no meio da floresta, e chorando, chorando inutilmente, sem outra consolidação do que essa, infantil, de sabermos que é inutilmente que choramos» (Pessoa, s/d: 45).

235 «Isto escolas!... que indecência! / Escolas, esta farsada! / São açougues de inocência, / São talhos d'anjos, mais nada» (Junqueiro, s/d: 689).

236 Expressão usada por Barros Dias a propósito do povo em Junqueiro e Unamuno, no artigo «Verbo, Política e Sociedade em Miguel de Unamuno e Guerra Junqueiro» in AA. VV., 1998b: 336.

resistência, de sobriedade e de bondade» (*idem*; 635), já que o que falta ao país é uma liderança firme: «Cera branda, os dedos modelam-na à vontade. Um grande escultor, eis o que precisamos» (*ibidem*)²³⁷. Não obstante o reconhecimento da incipiência do ideal republicano em Portugal²³⁸, é nele que vê a salvação da identidade nacional, com base na comunhão das vontades de todos os cidadãos num ideal de justiça e de pátria: a República, afirma, é «o último esforço, a última energia, que uma nação moribunda opõe à morte» (*idem*; 651). Em termos pragmáticos, a autonomia nacional passa pelo regresso ao Portugal agrícola anterior às Descobertas, paraíso perdido pela cobiça e pela corrupção. Em *Pátria*, em consonância com as «Causas da decadência dos povos peninsulares» de Antero, Astrologus atribui a loucura do Doido – símbolo de Portugal – à «miséria» e à «dor», «Vai fazer três séculos...» (*idem*; 541), e evoca a pátria passada, num cenário bucólico de «harmonia virgiliana de um povo rude, / Um povo montanhês e heróico à beira-mar, / Sob a graça de Deus, a cantar e a lavar! / Pátria feita lavrando e batalhando» (*idem*; 542). Reminiscências deste idílico mundo rural só as encontra no povo trabalhador, cuja sabedoria, caridade e alegria celebra num abraço lírico em *Os Simples* (1892), nas figuras da moleirinha, do pastor, do cavador, da pastorinha.

Guerra Junqueiro crê verdadeiramente na possibilidade do ressurgimento de Portugal, como o demonstra o final regenerador de *Pátria*, de clara ressonância bíblica, em que à morte do Doido no calvário, qual Cristo-Portugal abandonado por Deus, num cenário apocalíptico («campos desertos, ondas sem uma vela, e nos bosques, mirrados, sem uma folha, carcaças pútridas... ninguém!...») – *idem*; 629), sucede o surgimento de uma criança que toma a espada de Nuno Álvares Pereira, num ato simbólico de renovação da alma nacional através das novas gerações, que procurarão emular os antigos heróis pátrios, na defesa da justiça, mas também no desenvolvimento do país pelo trabalho, pela produção interna,

237 Junqueiro segue a perspectiva de Oliveira Martins, manifesta na sua *História de Portugal*, segundo a qual a apatia do povo português faz sobressair os líderes como os únicos protagonistas da história: «O português, apático e fatalista, ajusta-se pela maleabilidade da indolência a qualquer estado ou condição. Capaz de heroísmo, capaz de cobardia, toiro ou burro, leão ou porco, segundo o governante. Ruge com Passos Manuel, grunhe com D. João VI. É de raça, é de natureza. Foi sempre o mesmo. A história pátria resume-se quase numa série de biografias, num desfile de personalidades, dominando épocas. Sobretudo depois de Alcácer. Povo messiânico, mas que não gera o Messias. Não o pariu ainda. Em vez de traduzir o ideal em carne, vai-o dissolvendo em lágrimas. Sonha a quimera, não a realiza» (Junqueiro, s/d: 634-5).

238 Nas «Anotações» a *Pátria*, reconhece que «Nem havia a escolher entre monarquia e república, pois que, para escolher entre duas coisas, é necessário existirem, e a república, tanto custava a realizar, que ainda até hoje a não fizemos» (*idem*; 636). De facto, Junqueiro diagnostica o partido republicano como sendo de «índole estreita [...] mais de demolição que de reconstrução», faltando-lhe «um chefe de autoridade abrupta» (*idem*; 633).

de onde a transformação do montante em «relha de arado». Embora a mensagem final seja de esperança, as interrogações retóricas que ficam a pairar e a invocação repetitiva do caráter enigmático do destino nacional revelam perplexidade face ao rumo que o país irá tomar: «Nobre montante, qual o teu destino? Sulcarás, relha de arado, a gleba deserta desse camponês? Nas mãos dessa criança, um dia homem, brilharás acaso, espada de fogo e de justiça? Mistério... mistério... Invisivelmente, saudando a luz, as cotovias gorjeiam...» (*idem*; 630). Já em *Finis Patriae*, o retrato da ruína e miséria da nação termina igualmente com um poema dedicado

À mocidade das escolas», a quem o poeta confia o reerguer da pátria agonizante, ainda que tal feito implique o sacrifício dessa nova geração: «Rasga teu peito sem cautela, / Dá-lhe o teu sangue todo, vá! / Ó Mocidade heróica e bela, / Morre a cantar... morre... porque ela / Reviverá!» (*idem*; 490).

É também na figura da criança que se deposita a esperança final que encerra o volume *Fim de um mundo*, de Gomes Leal; após ter executado a «autópsia» de um mundo em decadência – incluindo Portugal –, os versos finais da obra (do poema «Sodoma dança o cancã») apresentam uma réstia de fé na reconstrução do país pela nova geração: «*Tudo rui, tudo rui, tudo ameaça escombros!... / Salvemos do naufrágio – alçando-a em nossos ombros –, / ao menos, a Criança*» (LEAL, 2000: 382). Daí que Gomes Leal, como Junqueiro, manifeste alguma preocupação com a educação da infância, insistindo na transmissão de valores como o trabalho, a modéstia, a simplicidade, a frugalidade, a honestidade, a bondade, valores aliás associados à vida fora das grandes cidades tanto por Gomes Leal como por Junqueiro e Nobre²³⁹. Como republicanos, Junqueiro e Leal sabem que só a nova geração, criada e educada segundo novos ideais, assentes numa moral

239 Em «Autópsia final» – texto datado de 3 de Março de 1900 que encerra o volume *Fim de um mundo* – Gomes Leal repete estes conselhos, desta vez dirigidos a todos os cidadãos, visando a superação do estado decadente da nação: «Regressai à Natureza. Melhorai os vossos corpos e os vossos espíritos. Fazei por comer gêneros verdadeiros, beber vinhos verdadeiros, amar mulheres verdadeiras, e educar filhos que sejam homens verdadeiros. Sede naturais e sinceros» (LEAL, 2000: 396); «Buscai o aplauso de vós mesmos, no trabalho, na oficina, ou no gabinete. Fugí das glórias artificiais e efêmeras. Trabalhai, com arte e com convicção, na vossa obra honrada, com a satisfação pessoal apenas que dão o bem, o justo, ou o belo» (*idem*; 397); «Mas o que é essencial é que torneis – moralmente – vossos filhos melhores que vós! Nem piratas, nem trampolineiros, nem efeminados, nem charlatães, nem manequins. Equilibrar os físicos e moralmente, formai-lhes bons músculos e bom coração. [...] Sobretudo, tornai amorável a alma da criança. Meditai nisto: o mundo sustenta-se pelo equilíbrio e progride pelo Sentimento» (*idem*; 398). Cf. igualmente os conselhos de Junqueiro sobre a educação das crianças em «Carta ao Dr. Campos Salles» (*idem*; 45).

laica, pode ser o germen do homem ideal²⁴⁰, capaz de fundar um novo Portugal, próspero, progressista e feliz.

Já perto do fim da vida – Junqueiro morre em 1923 – e depois das desilusões com a República, Junqueiro mantém a confiança na reconstrução de Portugal, invocando a ressurreição dos alicerces da memória coletiva – Camões e Nuno Álvares Pereira –, símbolos da identidade nacional: «Foi escrito há cerca de 30 anos o «Hino de Algum Dia»», escreve em 1921, já que o poema referido é de 1891, «e a alvorada de glória, o dia de paz, de amor e de justiça não chegou ainda. Mas não descreio da minha Pátria. Ao cabo desta noite sinistra, depois duma longa e dura expiação, fatal e necessária, a aleluia heróica de Portugal brotará das almas. Nun'Álvares e Camões hão-de reviver» (Junqueiro, s/d: 855).

Junqueiro, Gomes Leal e Nobre mantêm até ao fim a esperança e o desejo de que Portugal consiga reerguer-se dos escombros da crise financeira, política, educacional e, sobretudo, moral em que está mergulhado. Proclamam – Junqueiro e Leal em invetivas mais diretas e violentas²⁴¹, Nobre de modo mais indireto, em que se interseccionam o individual e o coletivo – como panaceia um empreendimento fundamental no trabalho e na educação, bases do progresso de qualquer sociedade.

240 O ensino laico defendido pelos republicanos compreende a educação do corpo (ginástica e higiene) e da alma (ensino científico, educação moral e cívica), com vista ao ideal do homem republicano: sóbrio, ativo, limpo, modesto, não irascível ou leviano, com bons sentimentos e caráter, respeitador do meio-termo, saudável de corpo e de alma, com o culto da energia e do trabalho (cf. Catroga, 2000: 263).

241 Isabel Pires de Lima caracteriza as reações literárias ao Ultimato inglês como sendo um «discurso agónico» e refere estes dois autores como exemplo, caracterizando esta «retórica do desprezo» com uma série de traços específicos: «figuras de asserção e figuras de agressão», «contrastes e paradoxos», «interjeição oratória», «redundância», «construção hiperbólica», «interrogação retórica» e «zoomorfização» (Lima, 1991: 78-81).

CONCLUSÃO

Deste longo trajeto que efetuámos pela literatura portuguesa podemos retirar duas conclusões fundamentais: os autores nacionais, até ao século XVI, contribuíram para a formação e consolidação da consciência pátria – é a fase da *fundação*. A segunda ilação é a de que a partir deste mesmo século, fruto da agudização dos sintomas de crise em Portugal, se desenvolve na literatura nacional um veio de crítica à conjuntura do país, que culmina, no século XIX, num amplo movimento de questionação sobre o modo de ser português, protagonizado pelo Romantismo e pela Geração de 70 – é a fase da *problematização*. Nesta fase, assistimos a um movimento pendular entre a construção de uma imagem idealizada de Portugal, por vezes exageradamente laudatória, e uma visão do país em «desvalia trágica» (LOURENÇO, [1988]: 84), em decadência acentuada.

Em Fernão Lopes, encontramos os primeiros laivos de espírito nacional, na oposição bem demarcada entre portugueses e estrangeiros, sejam estes últimos mouros ou castelhanos. Se no caso dos mouros se trata sobretudo de uma questão religiosa imbuída do espírito de cruzada (qualquer cristão, independentemente da sua nacionalidade, deveria combater e expulsar do seu território os adoradores de Alá), a luta contra os castelhanos é já marcada por uma noção de pertença territorial que se identifica com o patriotismo. Os portugueses das crónicas de Fernão Lopes manifestam amor à sua terra natal e defendem-na acerrimamente de intrusões estrangeiras. Por outro lado, a Revolução de 1383-85 e a aclamação de D. João I conferem a Portugal os contornos de uma nação cívica, se me é permitido o uso de um termo moderno para uma época tão recuada: o país tem agora o plebiscito de toda a população, é fruto da vontade dos cidadãos que o compõem.

Gomes Eanes de Zurara fortifica também este patriotismo territorial, centrando-se na classe senhorial, da qual retira os heróis das suas crónicas. A exaltação do

nacionalismo ultrapassa neste autor os limites de Portugal continental: Zurara celebra a nação imperial, que inicia neste momento histórico a construção de um império que lhe fora destinado desde a batalha de Ourique, segundo conta o mito; neste âmbito, a *Crónica da tomada de Ceuta* narra e glorifica o momento inaugural da Expansão Ultramarina. O mesmo objetivo norteia a obra de Garcia de Resende, nomeadamente no prólogo do *Cancioneiro Geral*, que exalta em tom quase épico as conquistas dos portugueses em várias partes do mundo.

Neste processo de consolidação da identidade nacional tem lugar fundamental a afirmação da língua portuguesa como elemento distintivo entre Portugal e o estrangeiro. D. Duarte, em *Leal Conselheiro*, defende a pureza linguística do idioma português, sobretudo em relação às formas latinas e ao castelhano, ao que acresce a assunção da originalidade do sentimento da saudade, para o qual não há, segundo o autor, designação noutra língua senão na portuguesa. Embora rebatida por diversos autores, esta exclusividade do termo *saudade* embrenhou-se na consciência coletiva nacional e nela permanece enquanto sinónimo de originalidade. É o despontar do nacionalismo linguístico que vai mais tarde ser reavivado com a «Questão da língua», em que se empenharam os gramáticos portugueses renascentistas e também António Ferreira, proclamando definitivamente a língua portuguesa como língua distinta das estrangeiras pela sua originalidade, antiguidade e autonomia em relação ao latim e, portanto, como traço distintivo da identidade nacional.

Camões marca a transição entre a fase da *fundação* – de Fernão Lopes, Zurara, Garcia de Resende e D. Duarte – e a fase da *problematização* – da épica camonianiana até à contemporaneidade. *Os Lusíadas* marcam a cultura portuguesa com a mitificação dos feitos nacionais, com a glorificação dos heróis, com a cristalização da história num poema épico que passará a simbolizar o espírito nacionalista e patriótico para todas as gerações que se lhe seguirão. Porém, a epopeia lusa revela também um lado menos solar, um lado obscuro de ataque à ambição humana que leva os homens a abandonarem os seus lares para perseguirem um sonho de riqueza e de poder imperial. É esta faceta que encontramos igualmente em Sá de Miranda, que segue a lição dos clássicos da Antiguidade e opõe à dissolução moral da cidade o idílio bucólico da vida no campo; a anti-épica mirandina visa uma pedagogia social de moralização de costumes, de ataque aos males do tempo que minam a dignidade da consciência nacional.

A partir do século XVI, Portugal atravessa vários momentos de crise, os quais vão ser questionados nas obras literárias: os *fumos da Índia* desertificam o país, deixando-o improdutivo e a viver de riquezas alheias que se desvanecerão e resultarão na miséria e falência geral; a Inquisição aniquila o espírito crítico e criativo, reprimindo qualquer rasgo de originalidade; a devastação provocada pelas invasões francesas a que se segue a prepotência do domínio inglês, nomeadamente a nível militar (com o general Beresford no comando); as lutas partidárias de um

sistema constitucionalista corrompido; a improdutividade agrícola e industrial, todas estas adversidades enfraquecem o Portugal oitocentista, tão apetecível para as outras nações.

Apesar de viver numa época de profundo abalo da independência nacional, António Vieira transmite na sua obra multimoda uma mensagem de esperança num destino excecional para a nação lusa. O sonho sebastiânico deste jesuíta assume contornos espirituais, mas não deixa de ter reflexos políticos: é a aspiração ao Quinto Império, profetizado desde o Livro de Daniel, que Vieira interpreta como sendo a conversão universal ao Reino de Cristo, cujo domínio temporal pertenceria ao povo português. Esta utopia compensatória permite-lhe manter o espírito de resistência ao domínio filipino em Portugal e, depois da Restauração, assumir a defesa e afirmação de D. João IV como o monarca salvador da pátria subjugada ao invasor castelhano. Com este messianismo sebastico, António Vieira metamorfoseia a nação em império universal, fá-la assumir um estatuto hiperidentitário, que transcende os seus limites territoriais originários para se estender a todos os territórios conhecidos: Portugal torna-se o mundo e o mundo inteiro unifica-se sob a égide de uma só nação imperial.

Mas as crises políticas, económicas e sociais que assolam o século XIX são pouco consentâneas com a herança vieirina. As invasões francesas, a guerra civil entre liberais e miguelistas, o Ultimato inglês, são alguns dos sinais de declínio da nação que levam as gerações românticas e realistas a uma dupla reação: de constatação, crítica e lamento pela queda generalizada e, por consequência, de empenho numa reconstrução nacional com base na recuperação das raízes da identidade nacional e na valorização do ser português. O século termina, porém, no mesmo tom de *problematização* que marca a literatura e a cultura portuguesas desde o século XIV: o Ultimato inglês agrava a crise do regime monárquico, já abalado pelas investidas da facção republicana que, embora tenha visto goradas as suas expectativas na revolta fracassada de 31 de Janeiro de 1891, acabará por sair vitoriosa no início do século XX. António Nobre, Guerra Junqueiro e Gomes Leal continuam a tradição de questionamento sobre o ser nacional, deixando interrogado o futuro da nação e propondo soluções (sobretudo Junqueiro e Gomes Leal) para a regeneração nacional, como a reforma do ensino e o incremento da produção industrial e agrícola que permitam ao país subsistir sem ter de recorrer ao empréstimo estrangeiro.

Nesta retrospectiva da literatura portuguesa até Oitocentos evidencia-se um «sentimento de fragilidade ôntica relativo à existência pátria»²⁴² que reflete as

242 A expressão é de Eduardo Lourenço, que a aplica somente ao século XIX (LOURENÇO, [1988]: 84).

vissitudes da vida da nação. Nas obras literárias, os autores representam as debilidades nacionais – políticas, económicas, científicas, técnicas – e apelam à necessidade de superação dos momentos de crise através de uma clara conscientização da nossa identidade e do nosso destino como nação.

O *terminus* deste trabalho não corresponde ao encerramento da minha reflexão sobre a identidade nacional e sobre o modo como esta interage com o campo da literatura. No percurso diacrónico que efetuei desde a Idade Média até ao fim do século XIX, foram diversos os autores que ficaram por explorar, cujas obras abordam questões ligadas à autognose nacional. A longa extensão do *corpus* textual levou-me a optar pelos autores e obras mais representativos do espírito nacional, que contribuíram significativamente para a consolidação deste ao longo das várias épocas literárias. Para investigação futura fica todo o século XX e o século XXI, na sua prolífera produção literária que prossegue a busca da identidade nacional portuguesa: o primeiro Modernismo procura articular cosmopolitismo e valorização nacional; nos anos do salazarismo, as imagens de excelência nacional têm o contraponto na fórmula reivindicativa do Neorrealismo, que defende as classes sociais mais desfavorecidas e exploradas, acusando um desequilíbrio social que desestabiliza e corrói o país; a sátira surrealista ridiculariza a imagem de «país idílico» que o Regime quer transmitir, para dentro e para fora do retângulo. Na segunda metade do século XX, a Revolução de Abril marca um intensificar da procura de rumo e de sentido para um Portugal que necessita de novas mentalidades e novas formas de organização social. Estas circunstâncias veem-se refletidas na literatura, ela própria fonte de problematização do novo «ser português», de crítica mordaz como encontramos nos romances de António Lobo Antunes ou na anti-Lusitânia de Almeida Faria. A segunda metade do século XX é marcada, na literatura, pela redescoberta das raízes do «ser português», seja no Portugal arcaico e telúrico de Agustina Bessa-Luís ou de Miguel Torga, seja no reviver do império para voltar à nação (Manuel Alegre), seja na revisitação e reescrita da História, através da revivescência do gosto pelo romance histórico em autores como José Saramago, Fernando Campos, João Aguiar e Mário de Carvalho, entre outros, que recuperam marcos fundamentais da memória coletiva nacional.

Fica a certeza de que a identidade portuguesa *não* está ameaçada. Atestam-no as reflexões dos autores que considere neste estudo. Atestam-no igualmente as realizações artísticas, intelectuais, institucionais, políticas e até desportivas que têm mobilizado os cidadãos e lhes têm proporcionado um sentimento de orgulho pátrio que por vezes se vê esquecido sob um véu de pessimismo nacional que herdámos da Geração de 70 e de que dificilmente nos conseguimos libertar.

Apesar de se continuar a refletir sobre se *existe uma cultura portuguesa*²⁴³, a constante problematização não significa que a nação esteja em risco de se extinguir, resultando antes num reforço da consciência coletiva pelo reconhecimento de que se torna necessário, em pleno século XXI, repensar o lugar de Portugal na Europa e no mundo.

No panorama das forças internacionais, em termos políticos e económico-financeiros várias têm sido as iniciativas e decisões que parecem ensombrar as identidades nacionais, nomeadamente, no caso da Europa, a instituição da moeda única e a possibilidade de aprovação de uma Constituição Europeia, a qual se tem revelado deveras polémica por levantar a problemática das relações entre cada Estado-membro (e o grau de independência que cada um poderá manter) e a União Europeia no seu conjunto.

Apesar da crescente globalização, Portugal mantém a sua integridade identitária²⁴⁴, seja em termos políticos – Estado, território, Constituição –, seja em relação a factores sócio-culturais – língua, religião, etnia, história, mitos e arte²⁴⁵. A consciência coletiva nacional só tem de evitar que um excesso de passado não seja razão para um défice de futuro.

243 Veja-se o volume com este título que reúne as reflexões de vários intelectuais num debate sobre o tema (cf. Silva e Jorge, 1993).

244 Jorge Borges de Macedo chama a atenção para a necessidade de Portugal fugir à uniformização europeia, mantendo a sua identidade nacional: «[a] convicção do nosso particular é uma dimensão inestimável na participação que podemos dar a uma capacidade europeia. Na sua colaboração contra a uniformidade, o que nos é pedido é que mantenhamos a nossa diferença e saibamos tornar-nos conscientes dela. É indispensável que nos tornemos certos que, hoje, a verdadeira inutilidade cultural é a uniformidade. A verdadeira derrota é não sabermos manter as diferenças conquistadas» (Macedo, 1990: 315).

245 Reporto-me aos critérios que definem a identidade nacional conforme foram desenvolvidos no primeiro e terceiro capítulos.



BIBLIOGRAFIA

NOTA SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOGRAFIA

Esta lista bibliográfica está dividida em duas grandes secções: a ativa e a passiva. Na bibliografia ativa incluí as obras literárias que constituíram o núcleo deste trabalho; nela incluí também as obras literárias que, mesmo não sendo diretamente objeto de análise, são citadas a propósito de vários assuntos e que não teriam lugar como bibliografia passiva (como é o caso de *Mensagem* ou dos romances históricos de Oliveira Martins).

A bibliografia passiva está organizada em três partes distintas: a primeira («A. Nacionalismo e identidade nacional») compreende obras teóricas sobre nacionalismo e identidade nacional, bem como obras que tratam especificamente a identidade nacional portuguesa; a segunda («B. Contextualização histórico-cultural») abrange leituras sobre as épocas tratadas e sobre vários aspetos culturais com elas relacionados; a terceira («C. Crítica, História e Teoria Literárias») inclui bibliografia crítica sobre os autores estudados e sobre os períodos literários em causa, e ainda ensaios que se revelaram essenciais para o enquadramento de questões de Teoria Literária.

Nos casos em que foi possível apurar tal informação, indico no final de cada referência bibliográfica a data da primeira edição original.

BIBLIOGRAFIA ATIVA

- BARROS, João de (1971), *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*, reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras (1.^a ed. 1540).
- CAMÕES, Luís Vaz de (1983), *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora (1.^a ed. 1572).
- D. DUARTE (1998), *Leal Conselheiro*, edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, prefácio de Afonso Botelho, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda (1.^a ed. 1843).
- FERREIRA, António (1957), *Poemas lusitanos*, 2.^a ed., vol. I, prefácio e notas de Marques Braga, Lisboa, Sá da Costa (1.^a ed. 1598).
- FERREIRA (1953), *Poemas lusitanos*, 2.^a ed., vol. II, prefácio e notas de Marques Braga, Lisboa, Sá da Costa (1.^a ed. 1598).
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães (1981), *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, edição facsimilada, introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Biblioteca Nacional (1.^a ed. 1574).
- GARRETT, Almeida (1904a), *Adozinda. Romances reconstruídos*, obras completas de Almeida Garrett, vol. VI, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1828).
- GARRETT, Almeida (s/d a), *Alfageme de Santarém – D. Filipa de Vilhena*, prefácio de Teófilo Braga, Porto, Livraria Lello e Irmão (1.^a ed. 1842 e 1840).
- GARRETT, Almeida (1904b), *Bosquejo da historia da poesia e lingua portugueza. Outros escriptos. Impressões e viagens*, obras completas de Almeida Garrett, vol. XXI, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1826).
- GARRETT, Almeida (s/d b), *Camões – poema em dez cantos*, prefácio de Augusto César Pires de Lima, Porto, Editorial Domingos Barreira (1.^a ed. 1825).
- GARRETT, Almeida (1904c), *Cartas intimas*, obras completas de Almeida Garrett, vol. XXVII, ed. revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal.

- GARRETT, Almeida (1904d), *D. Branca*, obras completas de Almeida Garrett, vol. v, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1826).
- GARRETT, Almeida (1899), *Da educação. Cartas dirigidas a uma senhora ilustre encarregada da instrução de uma jovem princesa*, obras completas de Almeida Garrett, vol. xx, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1829).
- GARRETT, Almeida (1904e), *Discursos parlamentares*, obras completas de Almeida Garrett, vol. xxvi, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal.
- GARRETT, Almeida (s/d c), *Frei Luís de Sousa – Um auto de Gil Vicente*, prefácio de Teófilo Braga, Porto, Livraria Chardron (1.^a ed. 1843 e 1838).
- GARRETT, Almeida (1904f), *Helena (fragmento de um romance)*, obras completas de Almeida Garrett, vol. xvii, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1871).
- GARRETT, Almeida (1997a), «*História filosófica do teatro português* de Almeida Garrett» por José de Oliveira Barata, *Discursos*, 14 – «Teatralidade e discurso dramático», Abril; pp. 107-141.
- GARRETT, Almeida (1904g), *Lyrica*, 2 vols., obras completas de Almeida Garrett, vols. ii e iii, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal.
- GARRETT, Almeida (1904h), *Memorias biographicas*, obras completas de Almeida Garrett, vol. xxii, ed. revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal.
- GARRETT, Almeida (s/d d), *O arco de Sant'Ana*, prólogo de Teófilo Braga, Porto, Livraria Lello (1.^a ed. 1845 (vol. I) e 1851 (vol. II)).
- GARRETT, Almeida (1985), *Obra política*, vol. i – «Escritos do vintismo (1820-23)», Lisboa, Estampa.
- GARRETT, Almeida (1991), *Obra política*, vol. ii – «Doutrinação da sociedade liberal (1824-27)», Lisboa, Estampa.
- GARRETT, Almeida (1992), *Obra política*, vol. iii – «Doutrinação da sociedade liberal (1827)», Lisboa, Estampa.

- GARRETT, Almeida (1904i), *Politica. Reflexões e opusculos – Correspondencia diplomatica*, 2 vols., obras completas de Almeida Garrett, vols. xxiv-xxv, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal.
- GARRETT, Almeida (1904j), *Portugal na balança da Europa. Do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*, obras completas de Almeida Garrett, vol. xxiii, ed. revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1830).
- GARRETT, Almeida (1904k), *Retrato de Vénus. História da pintura. Fragmentos de poemas inéditos*, obras completas de Almeida Garrett, vol. i, edição revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1821).
- GARRETT, Almeida (1997b), *Romanceiro*, Lisboa, Círculo de Leitores (1.^a ed. 1843 (vol. i) e 1851 (vols. ii e iii))
- GARRETT, Almeida (1904l), *Theatro*, obras completas de Almeida Garrett, vol. X, ed. revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, vol. ii – «Mérope. Impromptu de Cintra. Corcunda por amor», Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1842 (*Mérope*)).
- GARRETT, Almeida (1904m), *Theatro*, obras completas de Almeida Garrett, vol. XI, ed. revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, vol. iii – «Auto de Gil Vicente – Philippa de Vilhena», Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1838 e 1840).
- GARRETT, Almeida (1904n), *Theatro*, obras completas de Almeida Garrett, vol. XII, ed. revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, vol. iv – «Alfageme de Santarém – Tio Simplício», Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1842 (*Alfageme*)).
- GARRETT, Almeida (1904o), *Theatro*, obras completas de Almeida Garrett, vol. XIII, ed. revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, vol. v – «Falar verdade a mentir – As prophecias do Bandarra – Um noivado no Dáfundo – O Camões do Rocio», Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1845 (*Profecias*); 1857 (*Um noivado*)).
- GARRETT, Almeida (1910), *Theatro*, obras completas de Almeida Garrett, vol. XIV, ed. revista, coordenada e dirigida por Teófilo Braga, vol. vi – «Frei Luiz de Souza – A Sobrinha do Marquez», Lisboa, Empresa da História de Portugal (1.^a ed. 1843 e 1848).

- GARRETT, Almeida (1994), *Viagens na minha terra*, 8.^a ed., introdução de Maria Ema Tarracha Ferreira, Lisboa, Ulisseia (1.^a ed. 1843).
- HERCULANO, Alexandre (s/d a), *A harpa do crente*, 2.^a ed., Lisboa, Europa-América (1.^a ed. 1838).
- HERCULANO, Alexandre (s/d b), *Eurico, o presbítero*, introdução de Carlos Reis, Lisboa, Ulisseia (1.^a ed. 1844).
- HERCULANO, Alexandre (1980), *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de D. Afonso III*, vol. I, prefácio e notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Bertrand (1.^a ed. 1846).
- HERCULANO, Alexandre (1900), *Lendas e narrativas*, 8.^a ed., 2 vols., Lisboa, Livraria Tavares Cardoso (1.^a ed. 1851).
- HERCULANO, Alexandre (s/d c), *O bobo*, introdução de Ernesto Rodrigues, Lisboa, Ulisseia (1.^a ed. 1843).
- HERCULANO, Alexandre (s/d d), *O monge de Cister*, 2 vols., 11.^a ed., Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand (1.^a ed. 1848).
- HERCULANO, Alexandre (1982-1987), *Opúsculos*, 6 vols., organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Presença (1.^a ed. 1873-1908, em 10 vols.).
- HERCULANO, Alexandre (1981), *Poesia de Alexandre Herculano*, apresentação crítica, seleção, notas e sugestões para análise literária de Maria Graça V. Lopes, col. «Textos Literários», Lisboa, Seara Nova/Editorial Comunicação.
- HERCULANO, Alexandre (1894), *Poesias*, 6.^a ed., Lisboa, Livraria Tavares Cardoso e Irmão.
- HERCULANO, Alexandre (1934), *Scenas de um anno da minha vida e Apontamentos de viagem*, coordenação e prefácio de Vitorino Nemésio, Lisboa, Bertrand.
- JUNQUEIRO, Guerra (s/d), *Obras de Guerra Junqueiro (Poesia)*, organização e introdução de Amorim de Carvalho, Porto, Lello e Irmão.
- LEAL, Gomes (2000), *Fim de um mundo. Sátiras modernas*, edição de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Assírio e Alvim (1.^a ed. 1900).
- LEÃO, Duarte Nunes de (1983), *Ortografia e origem da língua portuguesa*, introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Impren-

- sa Nacional/Casa da Moeda (1.^a ed. 1576 (*Ortografia da língua portuguesa*) e 1606 (*Origem da língua portuguesa*); 1.^a ed. conjunta: 1874)
- LOPES, Fernão (1983), *Crónica de D. João I*, 2 vols., introdução de Humberto Baquero Moreno e prefácio de António Sérgio, Lisboa, Livraria Civilização.
- MARTINS, Oliveira (1984), *A vida de Nun'Álvares*, 9.^a ed., Lisboa, Guimarães (1.^a ed. 1893).
- MARTINS, Oliveira (1988), *Febo Moniz*, 4.^a ed., prefácio de F. A. d'Oliveira Martins, Lisboa, Guimarães (1.^a ed. 1867).
- MARTINS, Oliveira (1998), *Os filhos de D. João I*, introdução por Maria das Graças Moreira de Sá, Lisboa, Ulisseia (1.^a ed. 1891).
- MIRANDA, Sá de (1942), *Obras completas*, 2.^a ed., texto fixado, notas e prefácio por M. Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa.
- NOBRE, António (1982), *Correspondência*, organização, introdução e notas de Guilherme de Castilho, 2.^a ed. ampliada e revista, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- NOBRE, António (1985), *Despedidas (1895-1899)*, prefácio de José Pereira de Sampaio Bruno, Porto, Lello e Irmão (1.^a ed. 1902).
- NOBRE, António (1984), *Primeiros versos (1882-1889)*, Porto, Lello e Irmão (1.^a ed. 1921).
- NOBRE, António (s/d), *Só*, introdução de Agustina Bessa-Luís, Porto, Civilização (1.^a ed. 1892).
- OLIVEIRA, Alberto de (1984), *Palavras loucas*, introdução de Luís. F. A. Carlos, Porto, Civilização (1.^a ed. 1894).
- OLIVEIRA, Fernão de (1975), *A gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*, introdução, leitura e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda (1.^a ed. 1536).
- PESSOA, Fernando (1986), *Mensagem*, 13.^a ed., Lisboa, Ática (1.^a ed. 1934).
- QUEIRÓS, Eça de (1999a), *A capital*, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1925).
- QUEIRÓS, Eça de (s/d a), *A cidade e as serras*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1901).

- QUEIRÓS, Eça de (1999b), *A correspondência de Fradique Mendes*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1900).
- QUEIRÓS, Eça de (1998), *A ilustre casa de Ramires*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1900).
- QUEIRÓS, Eça de (s/d b), *A relíquia*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1887).
- QUEIRÓS, Eça de (s/d c), *Alves & C.^a e outras ficções*, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1925).
- QUEIRÓS, Eça de (2000a), *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1905).
- QUEIRÓS, Eça de (2000b), *Cartas de Paris*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil.
- QUEIRÓS, Eça de (1916), «Cartas inéditas» in António Cabral, *Eça de Queiroz. A sua vida e a sua obra. Cartas e documentos inéditos*, Paris, Lisboa e Rio de Janeiro, Livrarias Aillaud e Bertrand e Livraria Francisco Alves; pp. 359-427.
- QUEIRÓS, Eça de (s/d d), *Contos*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1902).
- QUEIRÓS, Eça de (2000c), *Correspondência. Páginas da vida íntima e literária*, Lisboa, Livros do Brasil.
- QUEIRÓS, Eça de (s/d e), *Dicionário de milagres seguido de Adão e Eva no Paraíso*, Lisboa, Livros do Brasil.
- QUEIRÓS, Eça de (2000d), *Notas contemporâneas*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1909).
- QUEIRÓS, Eça de (2000e), *O conde d'Abranhos e A catástrofe*, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1925).
- QUEIRÓS, Eça de (1999c), *O crime do padre Amaro*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. (definitiva) 1880).
- QUEIRÓS, Eça de (2000f), *O Egipto. Notas de viagem*, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1926).

- QUEIRÓS, Eça de (1988), «O francesismo» in *Notas contemporâneas*, Lisboa, Círculo de Leitores; pp. 147-167.
- QUEIRÓS, Eça de (1999d), *O Mandarim*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1880).
- QUEIRÓS, Eça de (s/d f), *O primo Basílio – Episódio romântico*, 23.^a ed., Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1878).
- QUEIRÓS, Eça de (2000g), *Os Maias*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1888).
- QUEIRÓS, Eça de (1981), *Páginas de jornalismo – «O Distrito de Évora» (1867)*, nota introdutória e revisão do texto por Aníbal Pinto de Castro, 2 vols., Porto, Lello e Irmão.
- QUEIRÓS, Eça de (1999e), *Prosas bárbaras*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1903).
- QUEIRÓS, Eça de (1995), *Textos de imprensa VI (da 'Revista de Portugal')*, edição crítica das obras completas de Eça de Queirós coordenada por Carlos Reis, edição de Maria Helena Santana, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- QUEIRÓS, Eça de (s/d g), *Últimas páginas dispersas*, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1912).
- QUEIRÓS, Eça de (s/d h), *Uma campanha alegre de «As Farpas»*, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1890-1891).
- QUEIRÓS, Eça de, e ORTIGÃO, Ramalho (s/d), *O mistério da estrada de Sintra*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil (1.^a ed. 1870).
- RESENDE, Garcia de (1973), *Cancioneiro Geral*, 2 vols., texto estabelecido, prefaciado e anotado por Álvaro J. da Costa Pimpão e Aida Fernanda Dias, Coimbra, Centro de Estudos Românicos (1.^a ed. 1516).
- RESENDE, Garcia de (1994), *Livro das obras de Garcia de Resende*, edição crítica, estudo textológico e linguístico por Evelina Verdelho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Serviço de Educação (1.^a ed. 1545).
- VIEIRA, António (1994), *Apologia das coisas profetizadas*, organização e fixação do texto de Adma Fadul Muhana, Lisboa, Cotovia.

- VIEIRA, António (2001), *Chave dos profetas. Livro III*, tradução, notas e glossário segundo a edição crítica de Arnaldo do Espírito Santo, tradução revista pelo Padre João Pereira Gomes, S. J., Lisboa, Biblioteca Nacional.
- VIEIRA, António (1957), *Defesa perante o tribunal do Santo Ofício*, 2 vols., introdução e notas de Hernâni Cidade, s/l, Livraria Progresso Editora.
- VIEIRA, António (1982a), *História do futuro*, introdução, atualização do texto e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda (1.^a ed. 1718).
- VIEIRA, António (1982b), *Sermões do Padre António Vieira*, 2.^a ed., apresentação crítica, seleção, notas e sugestões para análise literária de Margarida Vieira Mendes, col. «Textos literários», Lisboa, Seara Nova/Editorial Comunicação.
- VIEIRA, António (1954), *Sermões e lugares selectos*, bosquejos histórico-literários, seleção, notas e índices remissivos por Mário Gonçalves Viana, 5.^a ed., Porto, Editora Educação Nacional.
- VIEIRA, António (1984), *Sermões escolhidos*, seleção, introdução e notas por Maria das Graças Moreira de Sá, Lisboa, Ulisseia.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1915), *Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I*, introdução e estudo de Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa (1.^a ed. 1644).
- ZURARA, Gomes Eanes de (1978), *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do infante D. Henrique*, vol. I, estudo crítico e anotações por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, Academia Portuguesa de História (1.^a ed. 1841).

BIBLIOGRAFIA PASSIVA

A. NACIONALISMO E IDENTIDADE NACIONAL

- AA. VV. (1992), *A construção social do passado*, Atas do Encontro (27 e 28 de Novembro de 1987), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Associação de Professores de História.
- AA. VV. (1991a), *Portugal e a Europa. Identidade e diversidade*, 1.^a ed., Rio Tinto, Edições Asa.
- AA. VV. (1998a), *Portugal na transição do milénio*, Colóquio Internacional (Lisboa, 5 a 8 de Novembro de 1997), Lisboa, Fim de Século.
- AA. VV. (1952), *Regresso ao sebastianismo. Fernando Pessoa e outros lusiadas*, compilação, sistematização, anotações e direção de Petrus, s/l, s/n.
- AA. VV. (1983), «Sobre identidade nacional: inquérito a Jorge Borges de Macedo, José-Augusto França e Eduardo Lourenço», *Prelo*, 1 (Outubro/Dezembro); pp. 5-22.
- ABREU, Luís Machado de (1996), «Pendências iberistas no Oitocentismo português», *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, 13; pp. 53-68.
- ABREU, Manuel Viegas de (1985), «Identidade», *Polis*, vol. III, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo; pp. 360-364.
- ALBUQUERQUE, Martim de (1972), *A consciência nacional portuguesa. Ensaio de história das ideias políticas*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- ALBUQUERQUE (1974), «O valor politológico do Sebastianismo», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VIII, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian; pp. 265-294.
- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Um Mar da Cor da Terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*, 1.^a ed., Oeiras, Celta.
- ALMEIDA, Onésimo Teotónio (1995), «Em busca de clarificação do conceito de identidade cultural. O caso açoriano como cobaia» in *Atas do Congresso*

- do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. I – «A autonomia no plano sócio-cultural», Ponta Delgada, Jornal de Cultura; pp. 65-89.
- ANDERSON, Benedict (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, 8.^a ed., London/New York, Verso Editions e New Left Books (1.^a ed. 1983).
- ANTUNES, Manuel (s/d), *Repensar Portugal*, col. «Cidade Nova», Lisboa, Multinova.
- AZEVEDO, João Lúcio de (1984), *A evolução do sebastianismo*, Lisboa, Presença.
- BASTOS, José Gabriel Pereira (2000), *Portugal Europeu. Estratégias Identitárias Inter-nacionais dos Portugueses*, 1.^a ed., Oeiras, Celta.
- BAYCROFT, Timothy (2000), *O nacionalismo na Europa 1789-1945*, Lisboa, Temas e Debates.
- BESSELAAR, José Van Den (1987), *O Sebastianismo – História sumária*, 1.^a ed., Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BETTENCOURT, Francisco, e CURTO, Diogo Ramada (orgs.) (1991), *A memória da nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, (7 a 9 Outubro de 1987), Lisboa, Sá da Costa.
- BHABHA, Homi K. (ed.) (1999), *Nation and Narration*, London/New York, Routledge (1.^a ed. 1990).
- BOTELHO, Afonso e TEIXEIRA, António Braz (org.) (1986), *Filosofia da Saudade*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BRAGA, Teófilo (1994), *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, 2 vols., Lisboa, D. Quixote (1.^a ed. 1885).
- BRAGA (1891), *Camões e o sentimento nacional*, Porto, Tip. A. S. Teixeira.
- BUESCU, Ana Isabel (1993), «Vínculos da memória: Ourique e a fundação do reino» in Yvette Kace Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra; pp. 9-50.
- CANTEL, Raymond (1970), «Le Messianisme dans la Pensée Portugaise du xvie siècle à nos jours», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. II, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian; pp. 433-444.

- CARVALHO, Alberto (1990), «Singularidades de uma cultura», in AA. VV., *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, 1.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Faculdade de Letras de Lisboa; pp. 15-24.
- CARVALHO, Joaquim de (1987), «A alma portuguesa», in *Obra completa*, vol. v – «História e crítica literárias. História da Ciência. 1925-1975», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; pp. 105-137.
- CARVALHO (1982), *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (uma perspectiva histórica)*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte (1.^a ed. 1974).
- CHABOT, Jean-Luc (s/d), *O nacionalismo*, col. «Cultura Geral», Porto, Rés-Editora.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (1957), «Sobre a formação e a evolução da lenda de Ourique (até à Crónica de 1419)» in AA. VV., *Miscelânea de estudos em honra do Professor Hernâni Cidade*, Lisboa; pp. 168-215.
- COELHO, Jacinto do Prado (1992), *A originalidade da literatura portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Biblioteca Breve/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1.^a ed. 1977).
- CORDELIER, Serge (coord.) (1998), *Nações e nacionalismos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote (1.^a ed. 1995).
- CORTESÃO, Jaime (1965), *O humanismo universalista dos portugueses*, Lisboa, Portugália.
- COSTA, Dalila Pereira da, (1984), *Da serpente à Imaculada*, Porto, Lello & Irmão.
- COSTA, Dalila Pereira da (1978), *A nau e o Graal*, Porto, Lello & Irmão.
- COSTA, Dalila Pereira da (1977), *A nova Atlântida*, Porto, Lello & Irmão.
- COSTA, Dalila Pereira da, Dalila Pereira da, e GOMES, Pinharanda (1976), *Introdução à saudade*, Porto, Lello & Irmão.
- CRISTÓVÃO, Fernando, FERRAZ, Maria de Lourdes e CARVALHO, Alberto (coord.) (1997), *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*, Atas do II Simpósio Luso-afro-brasileiro de Literatura (Lisboa, Abril de 1994), 1.^a ed., Lisboa, Cosmos.
- CURTO, Diogo Ramada (1993), «Língua e memória», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. III – «No alvorecer da modernidade (1480-1620),

- coordenação de Joaquim Romero Magalhães, Lisboa, Círculo de Leitores; pp. 357-364.
- DIAS, Jorge (1971), *Estudos do carácter nacional português*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos de Antropologia Cultural.
- DIAS, Jorge (1990), *Estudos de antropologia*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- DISCURSOS* (1996), 13 – «Literatura, Nacionalismos, Identidade» (Outubro), Lisboa, Universidade Aberta.
- DOMINGUES, Joaquim (2002), *De Ourique ao Quinto Império. Para uma Filosofia da Cultura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- DURAND, Gilbert (2000), *Imagens e reflexos do imaginário português*, prefácio de Lima de Freitas, Lisboa, Hugin.
- ESCOLAR, Marcelo, PALACIOS, Silvina Quintero e REBORATTI, Carlos (1994), «Geographical Identity and Patriotic Representation in Argentina» in David Hooson (ed.), *Geography and National Identity*, Oxford UK/Cambridge USA, Blackwell; pp. 346-366.
- FAFE, José Fernandes (1990), *Nação: fim ou metamorfose?*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, e RATO, Helena (coord.) (1995), *Portugal Hoje*, s/l, Instituto Nacional de Administração.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1923), *Características da Litteratura portuguesa*, 3.^a ed. revista, Lisboa, Livraria Clássica Editora (1.^a ed. 1915).
- FRANÇA, José-Augusto (1997), «Mentalidade e identidade» in *(In)definições de cultura*, 1.^a ed., Lisboa, Presença; pp. 308-345.
- FRANÇA, Luís de (coord.) (1993), *Portugal, valores europeus, identidade cultural*, s/l, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- GALA, Elísio e SAMUEL, Paulo (coord.) (1995), *As linhas míticas do pensamento português (colóquio)*, Lisboa, Fundação Lusíada.
- GANDRA, Manuel J., DINIZ, Sebastião, PIMENTEL, Alberto, RIBEIRO, Patrocínio, LETRIA, José Jorge (1998), *O falso D. Sebastião da Ericeira e o sebastianismo*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra.

- GELLNER, Ernest (1998), *Dos nacionalismos*, Lisboa, Teorema (1.^a ed. 1994; título original: *Encounters with Nationalism*).
- GELLNER (1993), *Nações e nacionalismo*, tradução de Inês Vaz Pinto, revisão científica de Manuel Villaverde Cabral, Lisboa, Gradiva (1.^a ed. 1983).
- GIL, José (1985), «Nacionalismo e inovação», *Prelo*, n.º 9, Outubro/Dezembro.
- GIL (2005), *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, 4.^a ed., Lisboa, Relógio d'Água (1.^a ed. 2004).
- GIRARDET, Raoul (1983), *Le Nationalisme Français. Anthologie 1871-1914*, Paris, Éditions du Seuil.
- GIRARDET (1985), «Nation», in *Encyclopaedia Universalis*, vol. XII; pp. 935-947.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1983), *Camões e a identidade nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- GOMES, Pinharanda (1987), *Dicionário de Filosofia Portuguesa*, Lisboa, D. Quixote.
- GOMES, Pinharanda (2001), *Meditações lusíadas*, Lisboa, Fundação Lusíada.
- GREENFELD, Liah (1998), *Nacionalismo. Cinco caminhos para a modernidade*, Lisboa, Publicações Europa-América (1.^a edição original: *Nationalism: five roads to Modernity*, Cambridge, Massachusetts/London, Harvard University Press, 1992).
- GUERRERO, Andrés de Blas (dir.) (1997), *Enciclopedia del Nacionalismo*, Madrid, Editorial Tecnos.
- HAYES, Carlton J. (1926), *Essays on Nationalism*, New York, The Macmillan Company.
- HERMANN, Jacqueline (1998), *No reino do Desejado. A construção do Sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*, S. Paulo, Companhia das Letras.
- HERMET, Guy (1996), *História das nações e do nacionalismo na Europa*, Lisboa, Editorial Estampa.
- HISTÓRIA (1998), 3 – «Liberalismo e nacionalismo» (Junho), ano XX, nova série.
- HOBSBAWM, Eric J. (1988), «A criação das nações» in *A era do capital 1848-1875*, 2.^a ed., Lisboa, Presença; pp. 113-133 (1.^a ed. original 1975).
- HOBSBAWM (1998), *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780 – Programa, mito, realidade*, col. «Da História», Lisboa, Terramar (1.^a ed. 1990).

- HOBBSAWM (1990), «As bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo» in *A era do império 1875-1914*, Lisboa, Presença; pp. 182-208 (1.^a ed. 1987).
- HOBBSAWM (2001), «O nacionalismo» in *A era das revoluções 1789-1848*, 5.^a ed., Lisboa, Presença; pp. 137-149 (1.^a ed. 1962).
- HOMEM, Amadeu Carvalho (1995), «Identidade nacional e contemporaneidade», *Revista de História das Ideias*, 17, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras; pp. 587-596.
- KEDOURIE, Elie (1985), *Nacionalismo*, prólogo de Francisco Murillo Ferrol, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales (1.^a ed. 1966).
- KOHN, Hans (1982), *Nationalism. Its Meaning and History*, revised ed., Florida, Robert E. Krieger Publishing Company (1.^a ed. 1965).
- KOHN (1976), *The Age of Nationalism. The First Era of Global History*, Westport, Connecticut, Greenwood Press Publishers (1.^a ed. 1962).
- LEAL, Ernesto Saturnino Castro (1999), *Nação e nacionalismos. A cruzada nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos.
- LEAL, Ernesto Saturnino Castro (2002), «Nacionalismos portugueses: cultura e política no século XX», *Revista da Faculdade de Letras*, 26 – «Cultura», 5.^a série; pp. 29-39.
- LEÃO, Francisco da Cunha (1971), *Ensaio de psicologia portuguesa*, Lisboa, Guimarães.
- LEÃO, Francisco da Cunha (1998), *O enigma português*, 4.^a ed., col. «Filosofia & Ensaaios», Lisboa, Guimarães (1.^a ed. 1960).
- LLOBERA, Josep R. (2000), *O Deus da modernidade. O desenvolvimento do nacionalismo na Europa Ocidental*, tradução de Vítor Ferreira, apresentação de José Manuel Sobral, Oeiras, Celta (1.^a ed. 1994).
- LOBO, António de Sousa Silva Costa (1979), «Origens do sebastianismo – História e prefiguração dramática», in *História da sociedade em Portugal no século XV e outros estudos históricos*, Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica; pp. 685-784 (edição facsimilada de Lisboa, Tipografia da Empresa de História de Portugal, 1909; pp. 1-96).

- LOPES, Óscar (1972), «As limitações do génio português», in *Modo de ler. Crítica e interpretação literária/2*, 2.^a ed. revista e acrescentada, Porto, Editorial Inova; pp. 11-22 (1.^a ed. 1969).
- LOURENÇO, Eduardo (2001), *A Europa desencantada. Para uma mitologia europeia*, Lisboa, Gradiva (1.^a ed. 1994).
- LOURENÇO, Eduardo (1999a), «A Europa e a questão do imaginário» in *Do mundo da imaginação à imaginação do mundo*, Comunicações apresentadas no âmbito do Festival do Imaginário (Abrantes, 8 a 17 de Novembro de 1996), Lisboa, Fim de Século; pp. 13-24.
- LOURENÇO, Eduardo (1999b), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva.
- LOURENÇO, Eduardo (2004), *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, 1.^a ed., Lisboa, Gradiva.
- LOURENÇO, Eduardo (1991), «Nacionalistas e estrangeirados», in AA. VV., *Portugal e a Europa – Identidade e diversidade*, 1.^a ed., Lisboa, Asa; pp. 99-112.
- LOURENÇO, Eduardo (1997), *Nós como futuro*, Lisboa, Assírio & Alvim/Pavilhão de Portugal - Expo '98.
- LOURENÇO, Eduardo (1994a), *Nós e a Europa ou as duas razões*, 4.^a ed. aumentada, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da moeda (1.^a ed. 1988).
- LOURENÇO, Eduardo (1994b), *O canto do signo: existência e literatura*, Lisboa, Presença.
- LOURENÇO, Eduardo (1988), *O labirinto da saudade - Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Círculo de Leitores (1.^a ed. 1978).
- LOURENÇO, Eduardo (1984), *Ocasionais I*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- LOURENÇO, Eduardo (1999c), *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, 1.^a ed., Lisboa, Gradiva.
- LOWENTHAL, David (1994), «European and English Landscapes as National Symbols» in David Hooson (ed.), *Geography and National Identity*, Oxford UK/Cambridge USA, Blackwell; pp. 15-38.
- MACEDO, Jorge Borges de (1988), *Portugal-Europa, para além da circunstância*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

- MACEDO, Jorge Borges de (1990), *Portugal. Um destino histórico*, separata das Primeiras Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal, Lisboa, Academia Portuguesa de História; pp. 261-318.
- MARINHO, José (1989), *Nova interpretação do Sebastianismo*, organização e transcrição de Jorge Croce Rivera, anexo documental da dissertação de Mestrado em Filosofia, subordinada ao tema «A meditação do Tempo no pensamento de José Marinho», Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras.
- MARTINS, Oliveira (1986), *Camões, ‘Os Lusíadas’ e a Renascença em Portugal*, Lisboa, Guimarães (1.^a ed. 1872).
- MARTINS, Oliveira (2004), *História de Portugal*, 21.^a ed., revisão e notas de J. Franco Machado, nota inicial de Guilherme d’Oliveira Martins, Lisboa, Guimarães (1.^a ed. 1879).
- MARTINS, Oliveira (1976-1979), *Portugal contemporâneo*, 8.^a ed., 2 vols., Lisboa, Guimarães, (1.^a ed. 1881).
- MATOS, Sérgio Campos (1990), *História, mitologia, imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MATTOSO, José (1998), *A identidade nacional*, 1.^a ed., col. «Fundação Mário Soares», Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva.
- MATTOSO, José (1992), *Portugal medieval. Novas interpretações*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; «A primeira tarde portuguesa», pp. 11-35; «Sobre as origens do estado português – A ‘Ideia de Portugal’», pp. 87-99; «Cluny, cruzios e cistercienses na formação de Portugal», pp. 101-121.
- MATTOSO, José (1985b), «História nacional e nacionalismo», *Prelo*, 9; pp. 10-16.
- MATTOSO, José (1986), *O essencial sobre a formação da nacionalidade*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- MCKIM, Robert e MCMAHAN, Jeff (eds.) (1997), *The Morality of Nationalism*, New York/Oxford, Oxford University Press.
- MEDINA, João (1986), «Zé Povinho e Camões: dois pólos da prototipia nacional», *Colóquio-Letras*, 92 (Julho); pp. 11-21.
- MEDINA, João (1997), «O Zé Povinho, estereótipo nacional português», in *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras; pp. 313-319.

- MENDES, Margarida Vieira (1992-1993) «Ledice e esforço: o visionarismo barroco em relatos do milagre de Ourique», *Românica*, 1/2 – «Homenagem a Maria de Lourdes Belchior»; pp. 183-195.
- MOREIRA, Adriano, LUÍS, Armando Sales (*et alii*) (1999), *O português que somos*, Lisboa, Verbo.
- PASCOAES, Teixeira de (1988), *A saudade e o Saudosismo (dispersos e opúsculos)*, compilação, introdução, fixação do texto e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Assírio & Alvim.
- PASCOAES, Teixeira de (1993), *Arte de ser português*, 2.^a ed., introdução de Miguel Esteves Cardoso, Lisboa, Assírio e Alvim (1.^a ed. 1915).
- PASCOAES, Teixeira de (1987), *Os poetas lusíadas*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- PERES, Damião (1992), *Como nasceu Portugal*, 10.^a ed., Porto, Vertente (1.^a ed. 1938).
- PESSOA, Fernando (1978), *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*, introdução e organização de Joel Serrão, recolha de textos de Isabel Rocheta e Paula Morão, Lisboa, Ática.
- PINTO, António Costa (coord.) (2005), *Portugal contemporâneo*, 1.^a ed, col. «(Anais) Biblioteca de História», Lisboa, D. Quixote.
- PIRES, António Machado (1987a), «A decadência, ou interrogações de um Portugal hamletiano», *Prelo*, 15 – «Decadência/Pessimismo» (Abril-Junho); pp. 12-17.
- PIRES, António Machado (1992), *A ideia de decadência na Geração de 70*, 2.^a ed., Lisboa, Vega (1.^a ed. 1980).
- PIRES, António Machado (1997/98), «A identidade portuguesa», *Arquipélago. Línguas e literaturas*, xv, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 319-330.
- PIRES, António Machado (2005), «Camões – Das ilhas ao mundo», *Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas – 10 de Junho*, s/1, Ministério para a Região Autónoma dos Açores; pp. 36-41.
- PIRES, António Machado (1982), *D. Sebastião e o Encoberto. Estudo e antologia*, Lisboa, 2.^a ed., Fundação Calouste Gulbenkian (1.^a ed. 1971).

- PIRES, António Machado (2000), «Lusofonia, Açorianidade e Universalismo» in *La Lusophonie – Voies/voix océaniques*, Atas do Colóquio Internacional (Universidade Livre de Bruxelas, 16 a 19 de Setembro 1998,), Lisboa, Lidel; pp. 121-129.
- PIRES, António Machado (1994), «O carácter português», *Anais do Instituto Superior Naval de Guerra*, 8, Lisboa, Instituto Superior Naval de Guerra; pp. 35-53.
- PIRES, António Machado (1981), ‘*Os Lusíadas*’, a ‘*Mensagem*’ e as comemorações camonianas, separata de *Arquipélago*, 3, série «Ciências Humanas», Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 41-58.
- PIRES, António Machado (1987b), «*Os Lusíadas* de Camões e a *Mensagem* de Fernando Pessoa» in AA. VV., *Atas da III Reunião Internacional de Camonistas* (10 a 13 de Novembro de 1980), Coimbra, Universidade de Coimbra; pp. 419-429.
- QUADROS, António (1989), *A ideia de Portugal na literatura portuguesa dos últimos 100 anos*, Lisboa, Fundação Lusíada.
- QUADROS, António (s/d), «Historicismo, finalismo e profetismo» e «Mito, sentimento e esperança» in *A teoria da História em Portugal*, vol. II – «A dinâmica da História», s/l, Espiral; pp. 23-41.
- QUADROS, António (1992), *Memórias das origens, saudades do futuro. Valores, mitos, arquétipos, ideias*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- QUADROS, António (1982-1983), *Poesia e filosofia do mito sebastianista*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores.
- QUADROS, António (1987-1988), *Portugal, razão e mistério*, 2.^a ed., 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores.
- QUENTAL, Antero (1982), *Prosas sócio-políticas*, organização de Joel Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- RAJCHMAN, John (ed.) (1995), *The Identity in Question*, New York/London, Routledge.
- RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (orgs.) (2001), *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*, col. «A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização», dirigida por Boaventura de Sousa Santos, vol. 8, Porto, Edições Afrontamento.

- REAL, Miguel (1998), *Portugal. Ser e representação*, Lisboa, Difel.
- REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS (1992), 14 – «Descobrimientos, Expansão e Identidade Nacional», coordenação de Amadeu de Carvalho Homem, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras.
- REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS (1996), 18 – «História. Memória. Nação», Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) (2002), *Identidade europeia e multiculturalismo*, Atas do Curso Intensivo (26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002), Coimbra, Quarteto.
- RIBEIRO, Orlando (1992), «Portugal, Formação de» in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas; pp. 130-149.
- RIBEIRO (1998), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico – Esboço de relações geográficas*, 7.^a ed. revista e aumentada, col. «Nova Universidade», Lisboa, Livraria Sá da Costa (1.^a ed. 1945).
- RODRIGUES, Ernesto (2002), «Existe uma cultura portuguesa?», *Revista da Faculdade de Letras*, 26 – «Cultura», 5.^a série; pp. 41-45.
- RODRIGUES, José Manuel Chichorro, *Ser Português. Ensaio Imagístico*, Lisboa, Universitária Editora.
- ROSA, Victor Pereira da, e CASTILHO, Susan (orgs.) (1998), *Pós-colonialismo e identidade*, Porto, Universidade Fernando Pessoa.
- ROSAS, Fernando, e ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (1998a), *Portugal na viragem do século – Língua portuguesa: a herança comum*, Lisboa, Pavilhão de Portugal – Expo’98/Assírio & Alvim.
- ROSAS, Fernando, e ROLLO, Maria Fernanda (1998b), *Portugal na viragem do século – Os portugueses e os desafios do milénio*, Lisboa, Pavilhão de Portugal – Expo’98/Assírio & Alvim.
- ROSAS, Fernando, e ROLLO, Maria Fernanda (1998c), *Portugal na viragem do século – Valor da universalidade*, Lisboa, Pavilhão de Portugal – Expo’98/Assírio & Alvim.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento.

- SARAIVA, António José (1981), *A cultura em Portugal. Teoria e história*, 2.^a ed., vol. I - «Introdução geral à Cultura Portuguesa», Venda Nova, Bertrand.
- SARAIVA, António José (1983), *A cultura em Portugal. Teoria e história*, Livro II - «Primeira época: a formação», Lisboa, Bertrand.
- SARDINHA, António (1974), «A pátria portuguesa», in *A aliança peninsular*, 4.^a ed., Lisboa, s/n; pp. 65-85.
- SCHULZE, Hagen (1997), *Estado e nação na História da Europa*, Lisboa, Editorial Presença (1.^a ed. original: *States, Nations and Nationalism. From the Middle Ages to the Present*, Oxford, Blackwell Publishers, 1994).
- SÉRGIO, António (1989), *Breve interpretação da história de Portugal*, 13.^a ed., edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão, organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Sá da Costa (1.^a ed. 1971).
- SÉRGIO, António (1971-1976), *Ensaaios*, 8 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa (1.^a ed. 1920-1958).
- SÉRGIO, António (1976), *Introdução geográfico-sociológica à história de Portugal*, edição crítica orientada por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão, organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, 3.^a ed., Lisboa, Sá da Costa (1.^a ed. 1941).
- SERRÃO, Joel (1983a), *Do Sebastianismo ao Socialismo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1992), «Sebastianismo», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas; pp. 508-515.
- SHAFFER, Boyd C. (1982), *Nationalism and Internationalism: belonging in human experience*, Malabar/Florida, Robert E. Krieger Publishing Company.
- SILVA, Augusto Santos e JORGE, Vítor Oliveira (orgs.) (1993), *Existe uma cultura portuguesa?* (Mesa-redonda realizada na Casa das Artes em 27 de Abril de 1992, por iniciativa da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia), Porto, Edições Afrontamento.
- SIMA, Horia (1999), *Destino do nacionalismo*, Lisboa, Nova Arrancada.
- SMITH, Anthony (1997), *A identidade nacional*, Lisboa, Gradiva (1.^a ed. 1991).

- SMITH, Anthony (1982), *Nationalism in the twentieth century*, New York, New York University Press, (1.^a ed. 1979).
- TAKEUCHI, Keiichi (1994), «Nationalism and Geography in Modern Japan, 1880s to 1920s» in David Hooson (ed.), *Geography and National Identity*, Oxford UK/Cambridge USA, Blackwell; pp. 104-111.
- TORGAL, Luís Reis (1978), «A ocupação territorial e as relações internacionais. A ideologia sebastianista e imperialista», in *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, vol. I, dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; pp. 327-391.
- TORRES, José Veiga (1984), «O tempo colectivo progressivo e a contestação sebastianista», *Revista de História das Ideias*, 6 – «Revoltas e revoluções»; pp. 223-258.
- TORRES, José Veiga (1978), «Um exemplo de resistência popular – O Sebastianismo», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2 (Setembro/Dezembro), Coimbra, Centro de Estudos Sociais; pp. 5-33.
- UNAMUNO, Miguel (1985), «Un pueblo suicida» in *Escritos de Unamuno sobre Portugal*, estudio, recopilación e notas de Ángel Marcos de Dios, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português; pp. 170-175.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1996), *A saudade portuguesa*, Lisboa, Guimarães.
- VASCONCELOS, José Leite de (1988-1989), *Religiões da Lusitânia*, 3 vols., apresentação de José Manuel Garcia, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- VERÍSSIMO, Artur de Sousa (1997), *Viriato e o Mito da Antemanhã (mito e identidade nacional)*, dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

B. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL

- AA. VV. (1985) *1383/1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV*, Atas das Jornadas de História Medieval (Lisboa, 20 a 22 de Junho de 1985), Lisboa, História & Crítica.
- ABEL, Marília, e CONSIGLIERI, Carlos (1989), *Os lusitanos no contexto peninsular*, Lisboa, Caminho.
- ABREU, Luís Machado de (2004), *Ensaio Anticlericais*, 1.^a ed., Lisboa, Roma Editora.
- AMORA, A. Soares (1989), *O essencial sobre Fidelino de Figueiredo*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BEIRANTE, Maria Ângela (1984), *As estruturas sociais em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte.
- BERNARDINO, Teresa (s/d), *A revolução de 1383-1385*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- BUESCU, Ana Isabel Carvalhão (1987), *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- CAEIRO, F. da Gama (1985), *A cultura portuguesa no último quartel do séc. XIV*, conferência na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em 12 de Dezembro de 1985, no ciclo comemorativo da Batalha de Aljubarrota, s/l, s/n.
- CARVALHO, António Carlos (2000), *Prisioneiros da esperança. Dois mil anos de messias e messianismos*, 1.^a ed., Lisboa, Âncora Editora.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de (1980), *O Renascimento português. Em busca da sua especificidade*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- CATROGA, Fernando (2000), *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Notícias (1.^a ed. 1991).
- CONSIGLIERI, Carlos, e ABEL, Marília (1989), *Os lusitanos no contexto peninsular*, Lisboa, Caminho.
- DELUMEAU, Jean (1997), *Mil anos de felicidade. Uma história do paraíso*, Lisboa, Terramar (1.^a ed. 1995).

- DUROSELLE, Jean-Baptiste (1990), *História da Europa*, Lisboa, Círculo de Leitores/D. Quixote.
- FERNANDES, Leonor Sampaio (1994/1996), «A historiografia de Oliveira Martins e Thomas Carlyle», *Arquipélago. Línguas e Literaturas*, XIV, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 277-300.
- FERRÃO, Carlos (1976), *História da 1.ª República*, Lisboa, Terra Livre.
- FERREIRA, Alberto (1980), «Saudosismo, Sebastianismo, um itinerário de palavras», in *Estudos de cultura portuguesa (século XIX). Pedagogia e Instrução, Literatura, Política e Sociedade*, 1.ª ed., Lisboa, Moraes Editores; pp. 155-166.
- FRANÇA, José-Augusto (1997), «Do Romantismo ao Modernismo» in *(In)definições de cultura*, 1.ª ed., Lisboa, Presença; pp. 175-286.
- FRANÇA, José-Augusto (1993), *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte (1.ª ed. 1974).
- GARCIA, José Manuel (1985), «Viriato: uma realidade entre o mito e a história», *Prelo*, 9 (Outubro/Dezembro); pp. 59-70.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1990), *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII– XVIII*, Lisboa, Difel.
- JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias* (2003), 851 – «Nos 80 anos de Eduardo Lourenço», ano XXIII.
- MACHADO, Augusto Reis (1992), «Liga Patriótica do Norte», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas; pp. 520-521.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1975), *A Primeira República Portuguesa – alguns aspectos estruturais*, Lisboa, Livros Horizonte (1.ª ed. 1971).
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1984-1986), *História de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Palas Editores (1.ª ed. 1972).
- MARQUES, João Francisco (1986), *A parenética portuguesa e a dominação filipina*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira (1999), *Oliveira Martins. Um combate de ideias*, 1.ª ed., col. «Fundação Mário Soares», Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva.

- MARTOCQ, Bernard (1972), «Le pessimisme au Portugal (1890-1910)» in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian; pp. 420-458.
- MATOS, Luís de (1992), «Humanismo português» e «Renascimento em Portugal» in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vols. III e V, Porto, Livraria Figueirinhas; pp. 231-235 e 277-282.
- MATTOSO, José (1988), *A escrita da História. Teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MATTOSO, José (1981), «Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade», in *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, col. «Imprensa Universitária», Lisboa, Editorial Estampa; p. 353-369.
- MATTOSO, José (1995), *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 5.^a ed., 2 vols. (I – «Oposição», II – «Composição»), Lisboa, Referência/Editorial Estampa (1.^a ed. 1985).
- NETO, Vítor (2002), «Estado, Igreja e Anticlericalismo na 1.^a República», in AA. VV., *O Anticlericalismo Português: História e Discurso*, Atas do Colóquio (Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 8 e 9 de Novembro de 2001), Aveiro, Universidade de Aveiro; pp. 31-50.
- ORTIGÃO, Ramalho (1971), *A Holanda*, Lisboa, Livraria Clássica Editora (1.^a ed. 1885).
- ORTIGÃO, Ramalho (1943a), *Arte portuguesa*, vol. I – «O culto da arte em Portugal e outros estudos», Lisboa, Livraria Clássica Editora (1.^a ed. 1896).
- ORTIGÃO, Ramalho (1942-1945), *As farpas – O país e a sociedade portuguesa*, 13 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora (1.^a ed. 1871-1890).
- ORTIGÃO, Ramalho (1944), *Costumes e perfis*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1943b), *Em Paris*, Lisboa, Livraria Clássica Editora (1.^a ed. 1868).
- ORTIGÃO, Ramalho (1943-1945), *Figuras e questões literárias*, 2 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- ORTIGÃO, Ramalho (1943c), *John Bull – O processo Gordon Cumming, Lord Salisbury e correlativos desgostos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora (1.^a ed. 1887).

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1977), *O messianismo no Brasil e no mundo*, 2.^a ed. revista e aumentada, prefácio de Roger Bastide, S. Paulo, Editora Alfa-Omega.
- REAL, Miguel (2003a), *Eduardo Lourenço. Os anos da formação (1945-1958)*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- REAL, Miguel (2003b), *O essencial sobre Eduardo Lourenço*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- REBELO, Luís de Sousa (1983), *A concepção do poder em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte.
- REIS, António (dir.) (1989), *Portugal contemporâneo*, 5 vols., Lisboa, Publicações Alfa.
- SERRÃO, Joel (1990), *Da «Regeneração» à República*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1978a), *O carácter social da revolução de 1383*, 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte (1.^a ed. 1946).
- SERRÃO, Joel (s/d), *Portugueses somos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1992), «Republicanismo» in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. v, Porto, Figueirinhas; pp. 285-294.
- SERRÃO, Joel (1983b), *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel (1978b), *Temas oitocentistas II*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da (1992), «Renascimento», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas; pp. 276-277.
- SIMÃO, Florbela Ferreira dos Santos (2003), *Portugal no 'Portugal Contemporâneo' de Oliveira Martins*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, (1990), *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Publicações Alfa.

C. CRÍTICA, HISTÓRIA E TEORIA LITERÁRIAS

- AA. VV. (1979), *Alexandre Herculano: ciclo de conferências comemorativas do I centenário da sua morte, 1877-1977*, Porto, Biblioteca Pública Municipal/Gabinete de História da Cidade.
- AA. VV. (1999), *Alexandre Herculano: Liberalismo e Romantismo*, Atas do Colóquio (Santarém, 12-14 de Setembro de 1997), Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém.
- AA. VV. (1997a), *150 anos com Eça de Queirós*, Anais do III Encontro Internacional de Queirobianos (1995), S. Paulo, Centro de Estudos Portugueses/Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de S. Paulo.
- AA. VV. (2001), *António Nobre em contexto*, Atas do Colóquio (Biblioteca Nacional/Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras de Lisboa, 13 e 14 de Dezembro de 2000), organização de Paula Morão, Lisboa, Edições Colibri.
- AA. VV. (1988a), *Boletim cultural da Assembleia Distrital de Santarém*, 1 —«Alexandre Herculano».
- AA. VV. (2004), *Diálogos com Eça no novo milénio*, Ciclo de Conferências (Lisboa, Palácio Fronteira, 30 de Maio de 2001), Lisboa, Livros Horizonte.
- AA. VV. (1988b), *Eça de Queirós et la Culture de Son Temps. Actes du Colloque* (Paris, 22-23 Avril 1988), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais.
- AA. VV. (1991b), *Eça e «Os Maias»*, Atas do 1.º Encontro Internacional de Queirobianos (Porto, 22 a 25 de Novembro de 1988), 2.ª ed., Lisboa, Asa.
- AA. VV. (1974), *Estética do Romantismo em Portugal*, 1.º Colóquio (1970), Lisboa, Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário.
- AA. VV. (2002), *Garrett às portas do milénio*, coordenação da Comissão Executiva dos «Seminários Garrett», Lisboa, Edições Colibri.
- AA. VV. (1998b), *Guerra Junqueiro e a Modernidade*, Atas do Colóquio (3 e 4 de Janeiro de 1997), Porto, Universidade Católica Portuguesa/Lello Editores.

- AA. VV. (1977a), *Herculano à luz do nosso tempo*, Ciclo de conferências, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- AA. VV. (1997b), *Vieira escritor*, 1.^a ed., organização de Margarida Vieira Mendes, Maria Lucília Gonçalves Pires e José da Costa Miranda, Lisboa, Cosmos.
- ABREU, Luís Machado de (1997), «Moldura para um retrato de Vieira», *Revista da Universidade de Aveiro – Letras*, 14; pp. 9-20.
- ALBUQUERQUE, Martim de (1984), «Maquiavel e Camões», in AA. VV., *Atas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 33-59.
- ALVES, Hélio João dos Santos (1999), *O sistema da poesia épica quinhentista. Camões, Corte-Real e os contemporâneos*, dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Évora.
- ALVES, Manuel dos Santos (1996), «O tema do exílio na obra de Eça de Queirós», *Dedalus*, 6; pp. 305-312.
- AMADO, Teresa (1980), «Apresentação crítica», in *Crónica de D. João I de Fernão Lopes*, col. «Textos literários», Lisboa, Seara Nova/Editorial Comunicação; pp. 17-72.
- AMADO, Teresa (1991), *Fernão Lopes, contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa.
- AMARAL, Eloy do, e MARTHA, M. Cardoso (orgs.) (1947), *Eça de Queiroz: «In Memoriam»*, 2.^a ed. aumentada, Coimbra, Atlântida.
- AMARAL, Fernando Pinto do (1990), «Carlos da Maia e João da Ega: dois vencidos da vida dez anos depois», in AA. VV., *Estudos portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, 1.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; pp. 85-91.
- ARAÚJO, Julieta Maria de Almeida (1993), «A terra e as gentes africanas nas crónicas de Zurara», in *Literatura Medieval. Atas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (Lisboa, 1 a 5 Outubro 1991), vol. III, col. «Medievalia», Lisboa, Cosmos; pp. 245-251.
- ATSUHIKO, Yoshida e ÉTIEMBLE (1988), «Épopée», in *Encyclopaedia Universalis*, vol. VII; pp. 70-77.

- AZEVEDO, J. Lúcio de (1992), *História de António Vieira*, 3.^a ed., 2 vols., Lisboa, Clássica Editora.
- AZEVEDO, J. Lúcio de (1932), «A oratória sagrada. O Padre António Vieira», in Albino Forjaz Sampaio (dir.), *História da literatura portuguesa ilustrada*, vol. III, Lisboa, Livraria Bertrand; pp. 193-202.
- BAKHTINE, Mikhaïl (1978), *Esthétique et théorie du roman*, traduit du russe par Daria Olivier, préface de Michel Aucouturier, Paris, Gallimard.
- BAPTISTA, Abel Barros (org.) (2001), *A cidade e as serras. Uma revisão*, Coimbra, Angelus Novus.
- BARATA, José de Oliveira (1991), «Do Romantismo ao Naturalismo» in *História do teatro português*, Lisboa, Universidade Aberta; pp. 253-302.
- BARBAS, Helena (1994), *Almeida Garrett. O trovador moderno*, Lisboa, Edições Salamandra.
- BARBAS, Helena (1993), «Sebastianismo e mito imperial em Almeida Garrett» in Yvette K. Centeno (coord.), *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra; pp. 177-223.
- BEAU, Albin Eduard (1959), *Estudos*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- BEIRANTE, Cândido (1977a), *A ideologia de Herculano. Da teoria do Progresso da Civilização às reformas regeneradoras de Portugal*, prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Santarém, Edição da Junta Distrital de Santarém.
- BEIRANTE, Cândido (1991), *Alexandre Herculano: as faces do poliedro*, Lisboa, Vega.
- BEIRANTE, Cândido (1977b), *Herculano em Vale de Lobos*, prefácio de Vitorino Nemésio, Santarém, Junta Distrital de Santarém.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes (1980), *Os homens e os livros II. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Verbo.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso (1999), *História crítica da literatura portuguesa*, vol. II – «Humanismo e Renascimento», coleção coordenada por Carlos Reis, Lisboa, Verbo.
- BERNSTEIN, Harry (1983), *Alexandre Herculano (1810-1877). Portugal's prime historian and historical novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.

- BERRINI, Beatriz (2003), *Brasil e Portugal: a Geração de 70*, prefácio de Isabel Pires de Lima, Porto, Campos das Letras.
- BERRINI, Beatriz (1984a), *Eça e Pessoa*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- BERRINI, Beatriz (1984b), *Portugal de Eça de Queiroz*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BERRIO, Antonio García e CALVO, Javier Huerta (1995), *Los géneros literarios: sistema e história*, 2.^a ed., Madrid, Ediciones Cátedra.
- BESSELAAR, José Van Den (1981), *António Vieira: o homem, a obra, as ideias*, Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BISMUT, Roger (1974), *Les Lusiades de Camões, confession d'un poète*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- BIZARRO, Rosa Porfírio (1991), «*La Faute de Zola et Le Crime d'Eça*» in AA. VV., *Atas do Segundo Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (Universidade de Leeds, 9-15 Julho de 1987), Coimbra, Associação Internacional de Lusitanistas; pp. 63-72.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves (1995), *A plenificação da História em Padre António Vieira. Estudo sobre a ideia de Quinto Império na Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves (1989), «História e escatologia em Padre António: introdução ao tema do *Quinto Império na Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*», *Revista Portuguesa de Filosofia*, XLV, 1 (Janeiro/Março); pp. 97-124.
- BOTELHO, Afonso (1991), «Introdução» in D. Duarte, introdução e seleção de textos de Afonso Botelho, col. «Pensamento português», Lisboa/S. Paulo, Verbo; pp. 7-41.
- BOWRA, C. M. (1950), *Virgílio, Tasso, Camões e Milton*, tradução de António Álvaro Dória, Lisboa, Civilização.
- BOXER, Charles (1957), *A great luso-brazilian figure: Padre António Vieira, S.J., 1608-1697, Diamante*, V, London, The Hispanic & Luso-Brazilian Councils.
- BRAGA, Teófilo (1984), *História da literatura portuguesa*, vol. I – Idade Média, prefácio de João Palma-Ferreira, col. «Temas portugueses», Lisboa, Im-

prensa Nacional/Casa da Moeda e Secretaria Regional de Educação e Cultura – Região Autónoma dos Açores.

BREA, Mercedes (1993), «Cancioneiro» in Giulia Lanciani, e Giuseppe Tavani (org. e dir.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; 113-115.

BROTÉRIA (1997), 145, 4/5 – «Padre António Vieira no 3.º centenário da sua morte» (Outubro/Novembro).

BUESCU, Helena Carvalhão (1995), «De Camões a *Camões*: onde a perda acaba e a restauração começa» in *A lua, a literatura e o mundo*, 1.ª ed., Lisboa, Cosmos; pp. 109-121.

BUESCU, Helena Carvalhão (2001), *Chiaroscuro. Modernidade e literatura*, 1.ª ed., Porto, Campo das Letras.

BUESCU, Helena Carvalhão (coord.) (1997), *Dicionário do Romantismo literário português*, Lisboa, Caminho.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1971), «Introdução», in João de Barros, *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; pp. VII-LXXXV.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1992), *Literatura portuguesa clássica*, Lisboa, Universidade Aberta.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1990), *Literatura portuguesa medieval*, Lisboa, Universidade Aberta.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1980), «O itinerário da superação: uma leitura instaurativa de *Os Lusíadas*», *Brotéria*, 111, 5 (Novembro); pp. 367-377.

CABRAL, António (1916), *Eça de Queiroz. A sua vida e a sua obra. Cartas e documentos inéditos*, Paris-Lisboa e Rio de Janeiro, Livrarias Aillaud e Bertrand e Livraria Francisco Alves.

CAL, Ernesto Guerra da (1981), *Língua e estilo de Eça de Queiroz*, 4.ª ed., Coimbra, Almedina (1.ª ed. 1954).

CALAFATE, Pedro (1999), «A questão do poder em Fernão Lopes», in Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico português*, vol. 1 – «Idade Média», Lisboa, Caminho; pp. 445-450.

- CAMÕES (1999), 4 – «Almeida Garrett» (Janeiro/Março).
- CAMÕES (2000), 9/10 – «Eça de Queirós» (Abril/Setembro).
- CAMPOS, Agostinho de (1921), «Introdução» in Alexandre Herculano, *Quadros literários da história medieval, peninsular e portuguesa*, 2.^a ed., Paris/Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand; pp. VII-L.
- CANTEL, Raymond (1964), «L'Histoire du futuro du Père António Vieira – Réflexions sur la genèse de l'œuvre et les différents moments de sa composition», *Bulletin des Études Portugaises*, nouvelle série, tome xxv; pp. 23-49.
- CANTEL, Raymond (1960), *Prophétisme et Messianisme dans l'œuvre d'António Vieira*, Paris, Éditiones Hispano-americanas.
- CARVALHO, Alberto (1979), «Sentido e unidade das *Viagens na minha terra* de Almeida Garrett» in *Viagens na minha terra de Almeida Garrett*, col. «Textos literários», Lisboa, Seara Nova/Editorial Comunicação; pp. 9-79.
- CARVALHO, Amorim de (1998), *Guerra Junqueiro e a sua obra poética (Análise crítica)*, Porto, Lello Editores.
- CARVALHO (s/d), «Introdução à obra poética de Guerra Junqueiro», in Guerra Junqueiro, *Obras de Guerra Junqueiro*, Porto, Lello e Irmão; pp. v-LXXX.
- CARVALHO, Fausto Lopo de (1971), *A actualidade do pensamento de Ramalho Ortigão*, Lisboa, Estúdios Cor.
- CARVALHO, Henrique Martins de (1971), *Eça de Queirós e a Europa: a actividade da geração de 1870*, comunicação apresentada ao Centro de Cultura Popular em 25 de Novembro de 1970, Lisboa, s/n.
- CARVALHO, Joaquim de (1987), «Camões e a consciência nacional» in *Obra completa*, vol. V – «História e crítica literárias / História da Ciência. 1925-1975», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; pp. 5-6.
- CARVALHO, Joaquim de (1949), *Estudos sobre a cultura portuguesa do século xv*, vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Joaquim de (1948), *Estudos sobre a cultura portuguesa do séc. xvi*, vol. II, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- CASTELO-BRANCO, Fernando (1984), «A visão camoniana da História», in AA. VV., *Atas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 115-131.

- CASTILHO, Guilherme de (1979), *Vida e obra de António Nobre*, 3.^a ed. revista e ampliada, Amadora, Bertrand.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1995), «Camões», in *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa/s. Paulo; cols. 884-905.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1981), «Nota introdutória», in Eça de Queirós, *Páginas de jornalismo. «O Distrito de Évora» (1867)*, nota introdutória e revisão do texto por Aníbal Pinto de Castro, vol. 1, Porto, Lello e Irmão; pp. v-xxxvi.
- CASTRO, Aníbal Pinto de (1972), «O episódio do Adamastor: seu lugar e significação na estrutura de *Os Lusíadas*», in AA. VV., *XLVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Ciclo de Lições Comemorativas do IV Centenário da Publicação de Os Lusíadas*, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*; pp. 63-78.
- CASTRO, Armando (1980), *Camões e a sociedade do seu tempo*, Lisboa, Caminho.
- CASTRO, Augusto de (1942), «Ramalho Ortigão, seu exemplo e sua obra», in Ramalho Ortigão, *As farpas – O país e a sociedade portuguesa*, vol. I - «A vida provincial», Lisboa, Livraria Clássica Editora; pp. XIII-XL.
- CATROGA, Fernando (1993), «Romantismo, literatura e história», in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 5 – «O liberalismo (1807-1890)», Lisboa, Editorial Estampa; pp. 545-561.
- CATROGA, Fernando, e CARVALHO, Paulo A. M. Archer de (1996), *Sociedade e cultura portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta.
- CAVALHEIRO, Rodrigues (1962), *A evolução espiritual de Ramalho*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- CENTENO, Yvette K. (1991a), «Considerações sobre o messianismo em Portugal: Vieira e Pessoa», *Revista de Cultura*, 16 (Outubro/Novembro/Dezembro), Instituto Cultural de Macau; pp. 126-140.
- CENTENO, Yvette K. (1991b), «O padre António Vieira e o segundo corpo do rei», in Bethencourt, Francisco e Curto, Diogo Ramada (orgs.), *A memória da nação*, Atas do Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia (7 a 9 Outubro 1987), Lisboa, Livraria Sá da Costa; pp. 295-318.
- CERDEIRA, Teresa Cristina (2000), *O avesso do bordado. Ensaios de literatura*, Lisboa, Caminho.

- CHAVES, Castelo Branco (1979), *O romance histórico no romantismo português*, Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura Portuguesa.
- CIDADE, Hernâni (1955), *Almeida Garrett. O poeta*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXI, 2.^a série, n.º 1.
- CIDADE, Hernâni (1975) *Lições de cultura e literatura portuguesas*, vol. I (sécs. XV, XVI e XVII), 6.^a ed. corrigida, atualizada e ampliada, Coimbra, Coimbra Editora.
- CIDADE, Hernâni (1995), *Luís de Camões, o épico*, 2.^a ed., Lisboa, Presença (1.^a ed. 1950).
- CIDADE, Hernâni (1957), *O conceito de poesia como expressão da cultura*, 2.^a ed. corrigida e atualizada, Coimbra, Arménio Amado Editor.
- CIDADE, Hernâni (1985a), *Padre António Vieira*, Lisboa, Presença.
- CIDADE, Hernâni (1972), *Portugal histórico-cultural*, 3.^a ed. revista e ampliada, Lisboa, Arcádia.
- CIDADE, Hernâni (1985b), *Século XIX – A revolução cultural em Portugal e alguns dos seus mestres*, Lisboa, Presença.
- CIDADE, Hernâni (1986), *Vida e obra de Luís de Camões*, 4.^a ed., Lisboa, Presença.
- CIDRAES, Maria de Lourdes (1992-1993), «*Os Lusíadas* de Luís de Camões: Poesia. Mito. História», *Românica*, 1/2 – «Homenagem a Maria de Lourdes Belchior»; pp. 289-304.
- CLARO, Rogério (1958), *Eça de Queirós e a Europa*, s/l, Biblioteca Universitária João Paulo II.
- COELHO, A. do Prado (1919), «Ramalho Ortigão», in *Ensaios críticos*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand; pp. 37-66.
- COELHO, Jacinto do Prado (1996), *A letra e o leitor*, Porto, 3.^a ed., Lello e Irmão.
- COELHO, Jacinto do Prado (s/d), *A poesia de Teixeira de Pascoaes e outros escritos pascoesianos (seguido de) A educação do sentimento poético*, 2.^a ed., Porto, Lello Editores.
- COELHO, Jacinto do Prado (1987), *Ao contrário de Penélope*, Lisboa, Bertrand (1.^a ed. 1976).

- COELHO, Jacinto do Prado (1983), *Camões e Pessoa, poetas da utopia*, Lisboa, Europa-América.
- COELHO, Jacinto do Prado (dir.) (1990), *Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira*, Porto, Figueirinhas.
- COELHO, Jacinto do Prado (s/d), «Garrett perante o Romantismo» e «Garrett perante o Iluminismo» in Costa Barreto (org.), *Estrada Larga. Antologia do suplemento «Cultura e Arte» de O Comércio do Porto*, vol. I, Porto, Porto Editora; pp. 299-308 e 360-364.
- COELHO, Jacinto do Prado (1955), *Garrett prosador*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- COELHO, Jacinto do Prado (1978), «Herculano poeta: cambiantes e tensões», *Colóquio-Letras*, 41 (Janeiro); pp. 5-18.
- COELHO, Jacinto do Prado (1961), *Problemática da história literária*, 2.^a ed., Lisboa, Ática; pp. 81-87.
- COELHO, Maria Teresa Pinto (1996), *Apocalipse e regeneração. O Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, 1.^a ed., Lisboa, Cosmos.
- COELHO, Maria Teresa Pinto (1991), «1890 e o fim-de-século na literatura portuguesa: o símbolo da torre no *Só* e em *A ilustre casa de Ramires*» in AA. VV., *Atas do Segundo Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (Universidade de Leeds, 9 a 15 Julho de 1987), Coimbra, Associação Internacional de Lusitanistas; pp. 73-91.
- COLÓQUIO-LETRAS* (1993), 127/128 – «António Nobre» (Janeiro-Junho).
- COLÓQUIO-LETRAS* (1999), 153/154 – «No segundo centenário de Almeida Garrett» (Julho-Dezembro).
- CORTESÃO, Jaime (1970), *Eça de Queirós e a questão social*, Lisboa, Portugalíia Editora.
- COUTINHO, Jorge (1995), *O pensamento de Teixeira de Pascoaes. Estudo hermenêutico e crítico*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- COUTINHO, Jorge (2000), «O pensamento poético de Teixeira de Pascoaes», in Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico português*, vol. v – «O século XX», tomo 1, Lisboa, Caminho; pp. 25-53.

- CRUZ, Duarte Ivo (2001), «Garrett: entre pré-romantismo e ultra-romantismo», in *História do teatro português*, Lisboa, Verbo; pp. 132-155.
- CRUZ, Maria Antonieta (2004), «A vida política através das *Farpas* (1871-1885): Realidade ou ‘ilusão da aparência’» in Maria de Fátima Marinho (coord.), *Literatura e História*, Atas do Colóquio Internacional (Faculdade de Letras do Porto, 13 a 15 de Novembro de 2003), vol. I, Porto, Faculdade de Letras do Porto/Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos; pp. 177-187.
- CURA, Anabela Frade (2003), *Franciscanismo e optimismo em Eça de Queirós*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- CUSTÓDIO, Jorge e GARCIA, José Manuel (1982), «Introdução» in Alexandre Herculano, *Opúsculos*, vol. I, organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Presença; pp. 7-20.
- DACOSTA, Luísa (s/d), «A propósito de Sá de Miranda, Erasmo e Tomás Moro» in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento de «Cultura e Arte» de O Comércio do Porto*, vol. 3, Porto, Porto Editora; pp. 49-56.
- DIAS, Aida Fernanda (1998), *História crítica da literatura portuguesa*, vol. I - «Idade Média», coleção coordenada por Carlos Reis, Lisboa, Verbo.
- DIAS, Aida Fernanda (1978), *O Cancioneiro Geral e a poesia peninsular de quatrocentos: contactos e sobrevivência*, Coimbra, Almedina.
- DIAS, Augusto da Costa (1977a), *A crise da consciência pequeno-burguesa. O nacionalismo literário da geração de 90*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Estampa (1.^a ed. 1962).
- DIAS, Augusto da Costa (1977b), «Estilística e Dialéctica», in Almeida Garrett, *Viagens na minha terra*, 3.^a ed., Lisboa, Estampa; pp. 19-74 (1.^a ed. 1963).
- DIAS, Augusto da Costa (et al.) (1995), «Introdução: o jovem Garrett e o sonho de uma ideia ideal distante», in Almeida Garrett, *Obra política*, vol. I – «Escritos do vintismo (1820-23)», Lisboa, Estampa; pp. 9-150.
- DIAS, Augusto da Costa (et al.) (1991), «Introdução: os fundamentos do pensamento político de Garrett na fase da doutrinação liberal» in Almeida Garrett, *Obra política*, vol. II – «Doutrinação da sociedade liberal (1824-27)», Lisboa, Estampa; pp. 11-63.
- DIAS, Augusto da Costa (1990), «Introdução: uma doutrinação liberal da «opinião pública» como modelo de intervenção cívica» in Almeida Garrett, *Dou-*

- trinação liberal*, introdução e seleção de textos de Luís Augusto da Costa Dias, Lisboa, Publicações Alfa; pp. 7-24.
- DIAS, J. S. da Silva (1981), *Camões no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- DIOGO, Américo António Lindeza (1993), «Texto e metatexto historiográfico em Fernão Lopes», *Diacrítica*, 8, Universidade do Minho, Centro de Estudos Portugueses, pp. 47-55.
- DIOGO, Américo António Lindeza (1999), *Política & Polidez. Estética em as «Viagens na minha terra»*, Braga, Angelus Novus.
- DÓRIA, António Álvaro (1961), *António Vieira no seu tempo*, separata da revista *Ocidente*, LXI.
- DÓRIA, António Álvaro (1952), *Eça de Queirós no centenário do seu nascimento*, separata de *Bracara Augusta*, IV, 1 (22), Braga, edições Bracara Augusta.
- DUARTE, Isabel Margarida (2004), «A ilustre casa de Ramires: maturidade do relato de discurso em Eça de Queirós» in Maria de Fátima Marinho (coord.), *Literatura e História*, Atas do Colóquio Internacional (Faculdade de Letras do Porto, 13 a 15 de Novembro de 2003), vol. I, Porto, Faculdade de Letras do Porto/Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos; pp. 215-221.
- EARLE, T. F. (1990), *Musa renascida. A poesia de António Ferreira*, Lisboa, Caminho.
- FERRAZ, Maria de Lurdes (1991), «Eça de Queiroz: romantismo e ironia realista» in AA. VV., *Atas do Segundo Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (Universidade de Leeds, 9 a 15 Julho de 1987), Coimbra, Associação Internacional de Lusitanistas; pp. 47-61.
- FERREIRA, Alberto (1980), *Estudos de cultura portuguesa (séc. XIX). Pedagogia e instrução. Literatura. Política e sociedade*, Lisboa, Moraes Editores.
- FERREIRA, Alberto (s/d), *Perspectiva do romantismo português*, 3.^a ed., Lisboa/Porto, Litexa Portugal.
- FERRO, Manuel (1997), «Épica» e «Epopéia», in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. II, Lisboa/S. Paulo; pp. 305-314 e 342-347.

- FERRO, Túlio Ramires (s/d), «O conceito de civilização nos *Contos de Eça de Queirós*», in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento «Cultura e Arte» de O Comércio do Porto*, vol. I, Porto, Porto Editora; pp. 478-488.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1987), *A épica portuguesa no século XVI*, edição fac-similada com apresentação de António Soares Amora, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda (1.^a ed. 1938).
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1922), *História da Litteratura Classica*, 2.^a ed. revista, 3 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1923) *Historia da Litteratura Romantica (1825-1870)*, 2.^a ed. revista, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1944), *História literária de Portugal (séculos XII-XX)*, Coimbra, Ed. Nobel.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore (1980), «A epifania do herói na Ilha dos Amores», *Brotéria*, 110, 7/8/9 (Julho/Agosto/Setembro); pp. 89-100.
- FONSECA, Luís Adão da (1984), «Ínclita Geração. Altos Infantes (*Lusíadas*. IV. 50). Algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário», in AA. VV, *Atas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 295-302.
- FRANCO, António Cândido (2001), *O essencial sobre Guerra Junqueiro*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- FRÈCHES, Claude-Henri (1972), «Introduction» in Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*, introdução, tradução e adaptação de Claude-Henri Frèches, Paris, Centro Cultural Português/Fundação Calouste Gulbenkian, Presses Universitaires de France; pp. 13-31.
- FRÈCHES, Claude-Henri (1984), «*Les Lusíades*: une dynamique des mythes», in *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Actes du XXI^e. Colloque International d'Études Humanistes (Tours, 3-13 Juillet 1978), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais; pp. 599-620.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1996), «Garcia de Resende» in *Crítica e história – Estudos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; pp. 29-67.
- GAMA, José (1995), *A filosofia da Cultura Portuguesa no 'Leal Conselheiro' de D. Duarte*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

- GAMA, José (1999), «D. Duarte», in Pedro Calafate (dir.), *História do pensamento filosófico português*, vol. I – «Idade Média», Lisboa, Caminho; pp. 379-411.
- GENETTE, Gérard (1991), *Fiction et Diction*, Paris, Éditions du Seuil.
- GIL, Fernando e MACEDO, Helder (1998), *Viagens do olhar. Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português*, Porto, Campo das Letras.
- GOMES, Rita Costa (1993), «Zurara, Gomes Eanes de», in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; pp. 687-690.
- GONÇALVES, Maria Madalena (1990), «Significados retóricos de um mito nacional. D. Sebastião n' *O Desejado* de Nobre e na *Mensagem* de Pessoa», *Colóquio-Letras*, 113/114 (Janeiro-Abril); pp. 91-98.
- GUIMARÃES, Fernando (1996), *Linguagem e ideologia*, 2.^a ed. revista e aumentada, Porto, Lello Editores.
- HEGEL, G. W. F. (1993), «Poesia épica» in *Estética*, tradução de Álvaro Ribeiro e Orlando Vitorino, Lisboa, Guimarães; pp. 571-606.
- HOURLCADE, Pierre (1978), «Estudos sobre o século XIX» in *Temas de literatura portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, Moraes; pp. 19-125.
- JÚDICE, Nuno (s/d), *A viagem na literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto Português do Livro e da Leitura/Secretaria de Estado da Cultura.
- JÚNIOR, António Salgado (s/d), «Apontamentos sobre o problema Sá de Miranda» in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento de Cultura e Arte de O Comércio do Porto*, vol. 3, Porto, Porto Editora; pp. 21-27.
- KAYSER, Wolfgang (1970), *Análise e interpretação da obra literária (Introdução à ciência da literatura)*, 5.^a ed. portuguesa novamente revista pela 12.^a alemã, vol. II, Coimbra, Arménio Amado Editor.
- KRUS, Luís (1993), «Historiografia medieval», in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; pp. 312-315.
- LAMAS, Maria Paula Ferreira da Cunha (2004), «Cruzando a literatura e a história em Teixeira de Pascoaes» in Maria de Fátima Marinho (coord.), *Literatura e História*, Atas do Colóquio Internacional (Faculdade de Letras do Porto, 13 a 15 de Novembro de 2003), vol. I, Porto, Faculdade de Letras do Porto/Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos; pp. 329-336.

- LAPA, Manuel Rodrigues (1956), *Lições de literatura portuguesa. Época medieval*, 4.^a ed. revista, Coimbra, Coimbra Editora.
- LEITURAS (1999), 4 – «Almeida Garrett» (Primavera).
- LIMA, Isabel Pires de (1991), «Ultimatum e discurso agónico – os casos de Guerra Junqueiro e Gomes Leal», *Diacrítica*, 6; pp. 71-83.
- LIMENTANI, Alberto e INFURNA, Marco (orgs.) (1986), *L'épica*, col. «Strumenti di Filologia Romanza», Bologna, Società Editrice il Mulino.
- LISBOA, Maria Manuel (2000), *Teu amor fez de mim um lago triste. Ensaaios sobre «Os Maias»*, Porto, Campo das Letras.
- LOPES, Maria da Graça Videira (1981), «Apresentação crítica» in *Poesias de Alexandre Herculano*, apresentação crítica, seleção, notas e sugestões para análise literária de M.^a Graça V. Lopes, col. «Textos Literários», Lisboa, Seara Nova/Editorial Comunicação; pp. 11-42.
- LOPES, Óscar (1994), *A busca de sentido – Questões de literatura portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- LOPES, Óscar (1984), *Álbum de família. Ensaaios sobre autores portugueses do século XIX*, Lisboa, Caminho.
- LOPES, Óscar (1972), *Modo de ler. Crítica e interpretação literária/2*, 2.^a ed. revista e acrescentada, Porto, Editorial Inova (1.^a ed. 1969).
- LOPES, Óscar (1986), *Os sinais e os sentidos*, Lisboa, Caminho.
- LOPES, Óscar (s/d), «Sá de Miranda: permanência da sua crítica» in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento de «Cultura e Arte» de O Comércio do Porto*, vol. 3, Porto, Porto Editora; pp. 40-44.
- LOPES, Óscar (1987), «Tendências literárias de 1890-1910» in *Entre Fialho e Nemésio. Estudos de literatura portuguesa contemporânea*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 9-158.
- LOPES, Rui da Costa (2000), *O segredo do cofre espanhol. Notas para um ideário filosófico de José Maria Eça de Queiroz*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- LORENZO, Ramon (1993), «Leal Conselheiro» in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavanini (orgs.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; pp. 383-384.

- LOSADA, Elena Soler (s/d), «Introdução», in Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*, edição crítica das obras de Eça de Queirós, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 15-69.
- LOURENÇO, Eduardo (1980), «Camões e Pessoa», *Brotéria*, 110, 7/8/9, (Julho/Agosto/Setembro); pp. 55-68.
- LOURENÇO, Eduardo (1976), «Do Romantismo como mito e os mitos do Romantismo», *Colóquio-Letras*, 30 (Março); pp. 5-12.
- LOURENÇO, Eduardo (1983), *Poesia e metafísica. Camões, Antero, Pessoa*, 1.^a ed., Lisboa, Sá da Costa Editora.
- LOURO, João (1994), *Do sonho do império à crise da consciência portuguesa. De Sá de Miranda a Vergílio Ferreira*, Lisboa, Universitária Editora.
- LUKACS, Georges (1977), *Le roman historique*, prefácio de Claude-Edmonde Magny, Paris, Petite Bibliothèque Payot (1.^a ed. francesa: 1965).
- MACEDO, Hélder (1988), «A ‘Mensagem’ e as mensagens de Oliveira Martins e de Junqueiro», *Colóquio-Letras*, 13 (Maio-Junho); pp. 28-39.
- MACEDO (1980), *Camões e a viagem iniciática*, Lisboa, Moraes Editores.
- MACEDO, Jorge Borges de (1979), *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, Verbo.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1986a), *A Geração de 70. Uma revolução cultural e literária*, 3.^a ed., Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1.^a ed. 1977).
- MACHADO, Álvaro Manuel (1985), *As origens do Romantismo em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- MACHADO, Álvaro Manuel (org. e dir.) (1996), *Dicionário de literatura portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, Presença.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1986b), *Les Romantismes au Portugal. Modèles étrangers et orientations nationales*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais.
- MACHADO, José Pedro (1981), *Notas camonianas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MAGALHÃES, Luís de Oliveira (s/d), *Eça de Queiroz e os políticos*, Lisboa, Edições Vic.

- MARGERIA, Bertrand de (1991), «António Vieira (1608-1697), missionary, prédicateur et ‘prophète’», *Didaskalia*, XXI, fascículo 2; pp. 415-459.
- MARINHO, Maria de Fátima (1999), *O romance histórico em Portugal*, 1.^a ed., Porto, Campo das Letras.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1992), «Lopes, Fernão», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas; pp. 56-58.
- MARTIN, René e GAILLARD, Jacques (1990), *Les Genres Littéraires à Rome*, Paris, Éditions Nathan.
- MARTÍNEZ, Jesús Montoya, e RIQUER, Isabel de (1998), *El prólogo literario en la Edad Media*, 1.^a ed., col. «Aula Abierta», Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- MARTINS, Adriana Alves de Paula (1994), *História e ficção: um diálogo*, Lisboa, Fim de Século Edições.
- MARTINS, José Cândido (1997), *Náufrágio de Sepúlveda – Texto e intertexto*, 1.^a ed., Lisboa, Replicação.
- MARTINS, José V. de Pina (1982), «El Humanismo en la obra de Camões», in Eugenio Asensio e José V. De Pina Martins, *Luís de Camões*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português; pp. 3-38.
- MARTINS, José V. de Pina (1988), «Sá de Miranda e a recepção no século XVI de um *dolce stil nuovo* renovado», in AA. VV., *O Humanismo Português 1500-1600*, Primeiro Simpósio Nacional (21 a 25 de Outubro de 1985), Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa; pp. 149-162.
- MARTINS, S. J. Mário (1979), *A Bíblia na literatura medieval portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura Portuguesa.
- MARTINS, S. J. Mário (1980), *Alegorias, símbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Edições Brotéria.
- MATOS, Alexandre Campos (coord. e org.) (1993), *Dicionário de Eça de Queiroz*, 2.^a ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho (1.^a ed. 1988).
- MATOS, Alexandre Campos (2002), *Sobre Eça de Queiroz*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MATOS, Alexandre Campos (coord. e org.) (2000), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Caminho.

- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1980), «A poética d'Os Lusíadas», *Brotéria*, 110, 7/8/9 (Julho/Agosto/Setembro); pp. 77-88.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1984), «Camões lido por Diogo do Couto no «Soldado prático»», in AA. VV., *Atas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 359-372.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1983), *Introdução à poesia de Luís de Camões*, 2.^a ed., Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1.^a ed. 1980).
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1986), *Ler e escrever*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- MATOS, Maria Vitalina Leal de (1981), *O canto na poesia lírica e épica de Camões. Estudo de isotopia enunciativa*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português
- MEDINA, João (1999), *A geração de 70, uma geração revolucionária e europeísta*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais/Instituto de Cultura e Estudos Sociais.
- MEDINA, João (s/d a), *Eça de Queirós e a Geração de 70*, Lisboa, Moraes.
- MEDINA, João (s/d b), *Eça de Queirós e o seu tempo*, col. «Horizonte», Lisboa, Livros Horizonte.
- MEDINA, João (1974), *Eça político*, Lisboa, Seara Nova.
- MEDINA, João (2000), *Reler Eça de Queiroz. Das 'Farpas' aos 'Maias'*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MEIRELLES, Acir Fernandes (1997), *Consciência e vontade no 'Leal Conselheiro' de D. Duarte*, dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- MELLO, Padre Allyrio de (1945), *Eça de Queiroz, o exilado da realidade*, Porto, Livraria Tavares Martins.
- MENDES, João (1945), *Eça de Queirós – tipos, estilos, moralidade*, Lisboa, Livrolândia.
- MENDES, João (1978), *Literatura portuguesa II*, Lisboa, Editorial Verbo.
- MENDES, João (1979), *Literatura portuguesa IV*, Lisboa, Editorial Verbo.

- MENDES, Margarida Vieira (1989), *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho.
- MENDES, Margarida Vieira (1993), «Cancioneiro Geral» in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (orgs.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; 128-132.
- MENDES, Victor J. (1999), *Almeida Garrett. Crise na representação nas «Viagens na minha terra»*, prefácio de Miguel Tamen, Lisboa, Cosmos.
- MIGUEL, Maria Ângela Montenegro (1992), «Resende, Garcia de», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas; p. 305.
- MOISÉS, Massaud (1997), *As estéticas literárias em Portugal – Séculos XIV a XVIII*, Lisboa, Caminho.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1971), *A formação de Garrett. Experiência e criação*, 2 vols., Coimbra, Centro de Estudos Românicos da Universidade de Coimbra.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1984), «Ainda sobre a coesão estrutural de *Viagens na minha terra*» in AA. VV., *Afecto às letras – Homenagem a Jacinto do Prado Coelho*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 572-579.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1976), «Algumas reflexões sobre a novelística de Garrett», *Colóquio-Letras*, 30 (Março); pp. 13-29.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1987), «Camões no Romantismo», in AA. VV., *Atas da III Reunião Internacional de Camonistas* (10-13 de Novembro de 1980), Coimbra, Universidade de Coimbra; pp. 119-137.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1997), «Harpa (A) do Crente» e «Herculano (Alexandre)», in *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 2, Lisboa/S. Paulo; cols. 963-967 e 979-998.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1972), «Os Lusíadas: significado epocal e estrutura do poema», in AA. VV., *XLVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Ciclo de Lições Comemorativas do IV Centenário da Publicação de 'Os Lusíadas'*, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*; pp. 33-59.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva, e SANTANA, Maria Helena (orgs.) (2003), *Almeida Garrett, um romântico, um moderno*, Atas do Congresso Internacional Comemorativo do Bicentenário do Nascimento do Escritor, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

- MORA, António Soares (1948), *El-Rei Dom Duarte e o 'Leal conselheiro'*, *Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, 5, S. Paulo, Universidade de S. Paulo.
- MORÃO, Paula (1992-1993) «Ecos de Camões em Cesário e Nobre», *Românica*, 1/2 – «Homenagem a Maria de Lourdes Belchior»; pp. 323-329.
- MORÃO, Paula (1991), *O Só de António Nobre. Uma leitura do nome*, Lisboa, Caminho.
- MOURA, Helena Cidade (1998), «Nota final», in Eça de Queirós, *A ilustre casa de Ramires*, Lisboa, Livros do Brasil; pp. 363-4.
- MOURA, Helena Cidade (s/d a), «Nota final», in Eça de Queirós, *A relíquia*, Lisboa, Livros do Brasil; pp. 277-280.
- MOURA, Helena Cidade (2000a), «Nota final», in Eça de Queirós, *Cartas de Paris*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil; pp. 341-343.
- MOURA, Helena Cidade (1999a), «Nota final», in Eça de Queirós, *O crime do padre Amaro*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil; pp. 501-3.
- MOURA, Helena Cidade (1999b), «Nota final», in Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, *O Mandarim*, Lisboa, Livros do Brasil; pp. 269-271.
- MOURA, Helena Cidade (s/d b), «Nota final», in Eça de Queirós, *O primo Basílio. Episódio romântico*, 23.^a ed., Lisboa, Livros do Brasil; pp. 453-457.
- MOURA, Helena Cidade (2000b), «Nota final», in Eça de Queirós, *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil.
- MOURA, Helena Cidade (2000c), «Nota final», in Eça de Queirós, *Notas contemporâneas*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil; pp. 411-412.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1979), «Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português» in *Lâmpadas no escuro. De Herculano a Torga. Ensaios*, Lisboa, Arcádia; pp. 13-32.
- MOURÃO-FERREIRA, David (s/d), «Sá de Miranda: inovação e polemismo» in *Hospital das letras*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 19-32.

- MURANO, Vladimir (1998), «Vieira: judaísmo e Inquisição», *Nova Renascença*, XVIII, 69/71 – «A diáspora judaica» (Primavera/Outono); pp. 185-210.
- NABAIS, Palmira (1987), «Introdução», in Almeida Garrett, *Frei Luís de Sousa*, 2.^a ed., Lisboa, Ulisseia; pp. 7-36.
- NEMÉSIO, Vitorino (2003), *A mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832)*, obras completas de Vitorino Nemésio, vol. XI, prólogo de Luís A. de Oliveira Ramos, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda (1.^a ed. 1934).
- NEMÉSIO, Vitorino (1930-1931), «Alguns aspectos da prosa medieval, principalmente através da *Primeira Parte da Crónica de D. João I de Fernão Lopes*», *O Instituto – Revista Científica e Literária*, vols. 80 (1930) a 82 (1931), Coimbra, Imprensa da Universidade.
- NEMÉSIO, Vitorino (1978), «Introdução», in Alexandre Herculano, *Eurico, o presbítero*, introdução e revisão de Vitorino Nemésio, notas de Maria Helena Lucas, verificação do texto de António C. Lucas, Lisboa, Bertrand; pp. VII-LVI.
- NEMÉSIO, Vitorino (2000), *Ondas médias. Biografia e literatura*, 2.^a ed., col. «Obras completas», vol. XIV, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda (1.^a ed. 1945).
- NEMÉSIO, Vitorino (1985), *Quase que os vi viver*, Lisboa, Livraria Bertrand, (1.^a ed. 1982).
- NOVINSKY, Anita (1998), «Sebastianismo, Vieira e o messianismo judaico», *Nova Renascença*, XVIII, 69/71 – «A diáspora judaica» (Primavera/Outono); pp. 171-183.
- NUNES, Maria Luísa (1976), *As técnicas e a função do desenho de personagem nas três versões de O crime do padre Amaro*, Porto, Lello e Irmão.
- OCEANOS* (1995), 23 – «Camões» (Julho/Setembro).
- OLIVEIRA, Maria João L. Ortigão (1989), *O essencial sobre Ramalho Ortigão*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PEREIRA, José Carlos Seabra (1982), «Autor de la thématique politique et de l'engagement dans la littérature portugaise. De l'Ultimatum au regicide», in AA. VV., *Utopie et socialisme au Portugal au XIXe siècle*, Atas do Colóquio (Paris, 10 a 13 de Janeiro de 1979), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português; pp. 1-89.

- PEREIRA, José Carlos Seabra (1995), *História crítica da literatura portuguesa*, vol. VII – «Do Fim do Século ao Modernismo», coleção coordenada por Carlos Reis, Lisboa, Verbo.
- PEREIRA, José Carlos Seabra (2000), «Introdução – Humorismo e visão apocalíptica nos ritos da ‘Poesia da cólera’» in Gomes Leal, *Fim de um mundo. Sátiras modernas*, edição de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Assírio e Alvim; pp. 7-34.
- PEREIRA, José Carlos Seabra (1999), «Nobre (António Pereira)», in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. III, Lisboa; cols. 1136-1142.
- PEREIRA, Lúcia Miguel, e REYS, Câmara (orgs.) (1945), *Livro do centenário de Eça de Queiroz*, Lisboa/Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (s/d), *Novos ensaios sobre temas clássicos na poesia portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (1972), *Temas clássicos na poesia portuguesa*, Lisboa, Verbo.
- PESSOA, Fernando (s/d), «Para a memória de António Nobre», in *Páginas de doutrina estética*, seleção, prefácio e notas de Jorge de Sena, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Inquérito; pp. 43-45.
- PICCHIO, Luciana Stegagno (1967), «O Frei Luís de Sousa de Garrett: tentativa de interpretação das várias interpretações», in *Quatro lições sobre o teatro português*, Lisboa, Instituto Italiano de Cultura em Portugal; pp. 104-118.
- PIEIDADE, Ana Nascimento (2004), «Eça, Pessoa e ‘o esplendor de Portugal’» in Maria de Fátima Marinho (coord.), *Literatura e História*, Atas do Colóquio Internacional (Faculdade de Letras do Porto, 13 a 15 de Novembro de 2003), vol. II, Porto, Faculdade de Letras do Porto/Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos; pp. 113-120.
- PIEIDADE, Ana Nascimento (2003), *Fradiquismo e modernidade no último Eça 1888-1900*, 1.^a ed., prefácio de Isabel Pires de Lima, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PIMENTEL, Fernando J. Vieira (1991), «As Viagens de Garrett e Os Maias de Eça: do romantismo dos autores ao romantismo do leitor», in *Literatura portuguesa e modernidade. Ensaio sobre os séculos XIX e XX*, Ponta Delgada, edição do autor; pp. 87-100.

- PIMENTEL, Fernando J. Vieira (1997), «Modernidade e romantismo em Almeida Garrett – Reflexão sobre o significado estético-cultural e pedagógico de Frei Luís de Sousa, *Viagens na minha terra* e *Folhas caídas*», in *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras; pp. 351-365.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa (1952), *Gente grada*, Coimbra, Atlântida.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa (1959), *História da literatura portuguesa – Idade Média*, 2.^a ed., Coimbra, Atlântida.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa (s/d), «Importância histórico-literária de Sá de Miranda» in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento de «Cultura e Arte» de O Comércio do Porto*, vol. 3, Porto, Porto Editora; pp. 13-15.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa (1942), *Poetas do Cancioneiro geral*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- PINA, Álvaro (1990), «Eça de Queiroz: *A cidade e as serras*. A diagnose da civilização e do progresso», in AA. VV., *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, 1.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Faculdade de Letras de Lisboa; pp. 25-29.
- PINA, Álvaro (1984), «*Viagens na minha terra*: a tematização da identidade nacional no romance português. Esboço de um problema» in AA. VV., *Afecto às letras – Homenagem a Jacinto do Prado Coelho*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 40-45.
- PIRES, Maria Lucília Gonçalves (1984), «Descrição retórica e narração épica n’*Os Lusíadas*», in AA. VV., *Atas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 475-483.
- PONTE, Carmo Salazar (1998), *Oliveira Martins. A história como tragédia*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- POUPART, René (2000), «António Nobre entre ‘Ulyssisme’ et ‘Tellurisme’» in *La Lusophonie – Voies/voix océaniques*, Atas do Colóquio Internacional (Universidade Livre de Bruxelas, 16 a 19 de Setembro 1998), Lisboa, Lidel; pp. 130-135.
- QUEIROZ, Maria d’Eça de (1948), *Eça de Queiroz entre os seus. Cartas íntimas*, apresentado por sua filha Maria d’Eça de Queiroz, Porto/Lisboa, Livraria Lello e Irmão/Aillaud e Lello.

- RAMALHO, Costa (1972), «A tradição clássica em *Os Lusíadas*», in AA. VV., *XL-VIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Ciclo de Lições Comemorativas do IV Centenário da Publicação de Os Lusíadas*, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*; pp. 11-30.
- RAMOS, Feliciano (1945), *Eça de Queirós e os seus últimos valores*, Lisboa, edição da revista *Ocidente*.
- RAMOS, Feliciano (s/d), «Sá de Miranda e a filosofia da simplicidade» in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento de «Cultura e Arte» de O Comércio do Porto*, vol. 3, Porto, Porto Editora; pp. 33-39.
- RAMOS, Luís de Oliveira (s/d), *Herculano, o liberalismo, a democracia e o socialismo*, separata de *Herculano e a sua obra*, Porto, Instituto Cultural do Porto – Fundação Eng.º António de Almeida; pp. 79-99.
- REBELO, Luís de Sousa (1982), *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- REBELO, Luís Francisco (1980), *O teatro romântico (1838-1869)*, Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- REIS, Beatriz Cinatti Batalha (1966), *Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis. Cartas e recordações do seu convívio*, escritos coligidos e apresentados por Beatriz C. B. Reis, Porto, Lello e Irmão.
- REIS, Carlos (1982), *A construção da leitura. Ensaaios de metodologia e de crítica literária*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.
- REIS, Carlos (1990), *As Conferências do Casino*, Lisboa, Alfa.
- REIS, Carlos (2004), «De Garrett a Eça: razões da história» in Maria de Fátima Marinho (coord.), *Literatura e História*, Atas do Colóquio Internacional (Faculdade de Letras do Porto, 13 a 15 de Novembro de 2003), vol. II, Porto, Faculdade de Letras do Porto/Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos; pp. 177-189.
- REIS, Carlos (1999a), *Ensaaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*, 1.^a ed., Lisboa, Presença.
- REIS, Carlos (1980), *Estatuto e perspectiva do narrador na ficção de Eça de Queirós*, 2.^a ed. revista, Coimbra, Almedina.

- REIS, Carlos (1997a), «Ficção/ficcionalidade», in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 2, Lisboa/S. Paulo, Verbo; cols. 559-566.
- REIS, Carlos (dir.) (2001), *História da literatura portuguesa*, vol. 5 - «O Realismo e o Naturalismo», Lisboa, Publicações Alfa.
- REIS, Carlos (s/d), «Introdução» in Alexandre Herculano, *Eurico, o presbítero*, Lisboa, Ulisseia; pp. 7-26.
- REIS, Carlos (1993), *Introdução à leitura das «Viagens na minha terra»*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina.
- REIS, Carlos (1984), *Introdução à leitura d'«Os Maias»*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina.
- REIS, Carlos (coord.) (1990), *Literatura portuguesa contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta.
- REIS, Carlos (1999b), «Martins (Oliveira)», in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 3, Lisboa/S. Paulo; cols. 516-521.
- REIS, Carlos (1995a), «Nota prefacial», in Eça de Queirós, *Textos de imprensa VI (da Revista de Portugal)*, edição crítica das obras completas de Eça de Queirós coordenada por Carlos Reis, edição de Maria Helena Santana, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 11-12.
- REIS, Carlos (1995b), *O conhecimento da literatura*, Coimbra, Almedina.
- REIS, Carlos (2000) *O essencial sobre Eça de Queirós*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- REIS, Carlos (1997b), «Sobre a génese ideológica d'*O crime do Padre Amaro*», in *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras; pp. 367-375.
- REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina (1987), *Dicionário de narratologia*, Coimbra, Almedina.
- REIS, Carlos e PIRES, Maria da Natividade (1993), *História crítica da literatura portuguesa*, coleção coordenada por Carlos Reis, vol. V - «O Romantismo», Lisboa, Verbo.
- RIBEIRO, Maria Aparecida (1994), *História crítica da literatura portuguesa*, vol. VI - «Realismo e Naturalismo», coleção coordenada por Carlos Reis, Lisboa, Verbo.

- RICARD, Robert (1970), «Prophecy and Messianism in the works of António Vieira», in *Études sur l'Histoire Morale et Religieuse du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português; pp. 330-343.
- ROCHA, Andrée Crabbé (1979), *Garcia de Resende e o 'Cancioneiro Geral'*, 1.^a ed., Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura Portuguesa.
- ROCHA, Andrée Crabbé (1993), «Resende, Garcia de» in Giulia Lanciani, e Giuseppe Tavani (org. e dir.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; 288-289.
- RODRIGUES, Ernesto (1999), *Cultura literária oitocentista*, Porto, Lello Editores.
- RODRIGUES, Ernesto (s/d), «Introdução», in Alexandre Herculano, *O bobo*, Lisboa, Ulisseia; pp. 7-38.
- ROIG, Adrien (1984), «António Ferreira, le poète à la recherche du bonheur», in AA. VV., *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Actes du XXIIe. Colloque International d'Études Humanistes (Tours, 3-13 Juillet 1978), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais; pp. 655-698.
- ROMERALO, Antônio Sánchez (1962), «El héroe camoniano (Tres lecciones de vida colectiva)», *Revista de Letras*, vol. 3, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis; pp. 94-119.
- ROSA, Alberto Machado da (s/d), *Eça, discípulo de Machado (Formação de Eça de Queirós: 1875-1880)*, prefácio de Agostinho da Silva, edição revista e atualizada, Lisboa, Presença.
- RUAS, Henrique Barrilaro (1980), «Camões e os africanos», *Brotéria*, 110, 7/8/9, (Julho/Agosto/Setembro); pp. 160-163.
- SÁ, Maria das Graças Moreira de (2004), *As duas faces de Jano. Estudos de Cultura e Literatura Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- SÁ, Maria das Graças Moreira de (1999), *Entre a Europa e o Atlântico. Estudos de Literatura e Cultura Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- SÁ, Maria das Graças Moreira de (1992), *Estética da saudade em Teixeira de Pascoaes*, 1.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- SÁ, Maria das Graças Moreira de (1998), «Introdução», in *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Ulisseia; pp. 11-29.

- SÁ, Maria das Graças Moreira de (1984), «Introdução», in *Sermões escolhidos de Padre António Vieira*, Lisboa, Ulisseia; pp.7-36.
- SACRAMENTO, Mário (2002), *Eça de Queirós: uma estética da ironia*, prefácio de Carlos Reis, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda (1.^a ed. 1945).
- SALGADO, Maria Antonieta (1983), «Introdução», in Almeida Garrett, *A polémica sobre o retrato de Vénus*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 7-54.
- SAMUEL, Paulo (1995), «Uma breve nota sobre Guerra Junqueiro», *Cadernos do Tâmega*, 14 (Dezembro); pp. 98-105.
- SANTANA, Maria Helena (1995), «Introdução», in Eça de Queirós, *Textos de imprensa VI (da Revista de Portugal)*, edição crítica das obras completas de Eça de Queirós coordenada por Carlos Reis, edição de Maria Helena Santana, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 15-48.
- SARAIVA, António José (1979), *A épica medieval portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura Portuguesa.
- SARAIVA, António José (1996a), *A tertúlia ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, 2.^a ed. revista, Lisboa, Público/Gradiva.
- SARAIVA, António José (2000), *As ideias de Eça de Queirós*, 1.^a ed., Lisboa, Gradiva.
- SARAIVA, António José (1996b), *Estudos sobre a arte d'«Os Lusíadas»*, Lisboa, Público/Gradiva.
- SARAIVA, António José (1965), *Fernão Lopes*, 2.^a ed. revista, col. «Saber», Lisboa, Publicações Europa-América (1.^a ed. 1953).
- SARAIVA, António José (1977), *Herculano e o liberalismo em Portugal*, Lisboa, Bertrand.
- SARAIVA, António José (1996c), *Iniciação na literatura portuguesa*, Lisboa, Gradiva/Público.
- SARAIVA, António José (1972), *Luís de Camões. Estudo e antologia*, 2.^a ed. revista, Lisboa, Europa-América (1.^a ed. 1959).
- SARAIVA, António José (1993), *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, Gradiva.

- SARAIVA, António José (1980), *O discurso engenhoso*, S. Paulo, Editora Perspectiva.
- SARAIVA, António José (1984), «O objectivismo de *Os Lusíadas*», in AA. VV., *Atas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 15-26.
- SARAIVA, António José (1996d), *Para a história da cultura em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Gradiva/Público.
- SARAIVA, António José (1992), «Zurara, Gomes Eanes de» in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas; pp. 358-359.
- SARAIVA, António José, e LOPES, Óscar (1982), *História da literatura portuguesa*, 12.^a ed., Porto, Porto Editora.
- SEABRA, José Augusto (1994), *Poligrafias poéticas*, Porto, Lello & Irmão.
- SENA, Jorge de (1980a), *A estrutura de «Os Lusíadas» e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*, 2.^a ed., Lisboa, Edições 70.
- SENA, Jorge de (s/d), «Reflexões sobre Sá de Miranda ou a arte de ser moderno» in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento de «Cultura e Arte» de O Comércio do Porto*, vol. 3, Porto, Porto Editora; pp. 45-48.
- SENA, Jorge de (1980b), *Trinta anos de Camões (1948-1978)*, 2 vols., Lisboa, Edições 70.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1972), *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*, vol. I – Séculos XII-XVI, Lisboa, Editorial Verbo; pp. 35-64.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1977), *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, 1.^a ed., Lisboa, Biblioteca Breve – Instituto de Cultura Portuguesa.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1992), «D. Duarte», in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas; pp. 341-2.
- SERRÃO, Joel (1985), *O primeiro Fradique Mendes*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SILVA, Eduardo J. Moreira da (1990), *As 'Reliques of Ancient Poetry' de Thomas Percy e o 'Romanceiro' de Almeida Garrett: dois modos diferentes de entender e avaliar a poesia popular*, Angra do Heroísmo, Direção Regional dos Assuntos Culturais – Secretaria Regional da Educação e Cultura.

- SILVA, Luís de Oliveira e (1995), «Identidade e identificação interactiva n' *Os Lusíadas*», *Dedalus*, 5; pp. 217-230.
- SILVA, Luís de Oliveira e (1999), *Ideologia, retórica e ironia n' «Os Lusíadas»*, Lisboa, Edições Salamandra.
- SILVA, Maria Margarida Garcez da (1972), «Limites e condições do poder político nos *Lusíadas*», *Brotéria*, 94, 1, (Janeiro); pp. 14-31.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1994), *Camões: labirintos e fascínios*, Lisboa, Cotovia.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1972), «O significado do episódio da ilha dos Amores na estrutura de *Os Lusíadas*», in AA. VV., *XLVIII Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Ciclo de Lições Comemorativas do IV Centenário da Publicação de Os Lusíadas*, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de *Os Lusíadas*; pp. 81-96.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1962), *Para uma interpretação do Classicismo*, tese de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, separata da *Revista de História Literária de Portugal*, Ano I, vol. I.
- SILVA, Vítor Manuel Aguiar e (1988), *Teoria da literatura*, 8.^a ed., Coimbra, Almedina.
- SILVEIRA, Francisco Maciel da (1986), «A 'torre de marfim' do Classicismo quinhentista – uma realidade de papel», *Colóquio-Letras*, 90 (Março); pp. 47-56.
- SILVEIRA, Francisco Maciel da (1981), «Ortodoxia e heterodoxia nos sermões de Vieira», *Colóquio-Letras*, 61 (Maio); pp. 23-29.
- SILVEIRA, Francisco Maciel da (1983), «'Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda'. O futuro do passado», *Colóquio-Letras*, 74 (Julho); pp. 29-36.
- SIMÕES, João Gaspar (s/d a), *A Geração de 70. Alguns tópicos para a sua história*, Lisboa, Inquérito.
- SIMÕES, João Gaspar (1978), *Eça de Queirós – a obra e o homem*, 3.^a ed., Lisboa, Arcádia.
- SIMÕES, João Gaspar (s/d b), «Eça de Queirós, criador do romance moderno», in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento «Cultura e*

- Arte» de O Comércio do Porto*, vol. 1, Porto, Porto Editora; pp. 473-477.
- SIMÕES, João Gaspar (1969), *História do romance português*, vol. II, Lisboa, Estudos Cor.
- SIMÕES, João Gaspar (s/d c), «O poeta Sá de Miranda» in Costa Barreto (org.), *Estrada larga. Antologia do suplemento de «Cultura e Arte» de O Comércio do Porto*, vol. 3, Porto, Porto Editora; pp. 16-20.
- SIMÕES, Manuel (1993), «D. Duarte» in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org. e dir.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; pp. 222-223.
- SOUSA, Frank (1996), *O segredo de Eça. Ideologia e ambiguidade em 'A cidade e as serras'*, prefácio de Carlos Reis, Lisboa, Cosmos.
- SPANG, Kurt (1993), *Géneros literarios*, Madrid, Editorial Sistes.
- STONE, Paula Cristina Furtado (1999), *A imagem da Europa na obra de Eça de Queirós*, dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- TAVANI, Giuseppe (1980), «A estrutura espaço-temporal de *Os Lusíadas*», *Brotéria*, 111, 5 (Novembro); pp. 359-366.
- TEYSSIER, Paul (1988), «Camões (Luís Vaz de)», in *Encyclopaedia Universalis*, vol. IV, Paris; pp. 97-99.
- TIEGHEM, Paul Van (1969), *Le Romantisme dans la littérature européenne*, Paris, Éditions Albin Michel.
- VALENTE, Vasco Pulido (1980), «A Sociedade, o Estado e a História na obra de António Vieira (Para a História da Filosofia Política em Portugal no século XVII)», in *Estudos sobre a crise nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda; pp. 95-240.
- VENTURA, Margarida Garcez (1984), «Camões e João de Barros – Teóricos do poder político», in AA. VV., *Atas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores; pp. 707-732.
- VERDELHO, Evelina (1993), «Miscelânea de Garcia de Resende» in Giulia Lanciani, e Giuseppe Tavani (org. e dir.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; p. 463.
- VERDELHO, Evelina (1993), «Vida e feitos de D. João II» in Giulia Lanciani, e

Giuseppe Tavani (org. e dir.), *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho; pp. 677-678.

VIEIRA, Cristina Maria da Costa (2002), «Introdução ao romance histórico» in *O universo feminino n'«A esmeralda partida» de Fernando Campos*, Lisboa, Difel; pp. 21-54.

VIEIRA, Maria de Lourdes Cidraes (1990), «O Frei Luís de Sousa – ou a segunda morte de D. Sebastião», in AA.VV., *Estudos portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, 1.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; pp. 387-398.





ÍNDICE ONOMÁSTICO REMISSIVO**A**

Abreu

Luís Machado de ,11

Afonso

D. ,112

Afonso III

D. ,95, 135

Afonso VI

D. ,126

Aguiar

João ,79, 196

Albuquerque

Martim de ,23, 24

Alegre

Manuel ,196

Amadeu

Beato ,127

Amado

Teresa ,94, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 105

Amaral

Eloy do ,172

Andeiro

Conde ,93, 94

Anderson

Benedict ,21, 22, 26, 119

Anriques

Luís ,112

António

D. ,50, 69, 80, 105, 273, 274

Antunes

António Lobo ,88, 89, 90, 196

Arnoso

Conde de ,174

Azevedo

Luís de ,112

B

Balibar

Etienne ,26

Bandarra ,87, 88, 126, 127, 134

Barros

João de ,73, 124, 125

Bastos

José Pereira ,63

Beatriz

D. ,93

Beau

Albin Eduard ,93, 95, 96, 101, 107, 119

Beirante

Cândido ,139

Belchior

Maria de Lourdes ,17

Bell

Aubrey ,53

Bembo

Pietro ,73, 123

Bergson

Henri ,53

Bessa-Luís

Agustina ,196

Bettencourt

Francisco ,16

Blanco

André González ,172

Borges

Paulo Alexandre Esteves ,128

Botelho

Abel ,158

Braga

Teófilo ,95, 107, 133, 153, 177

Branco

Camilo Castelo ,158, 178

João Rodrigues de Castel ,113

Brandão

Diogo ,112

Vítor ,139

Brito

Álvaro de ,112

Frei Bernardo de ,87

Bruno

Sampaio ,181

Buescu

Ana Isabel ,75

Leonor ,125

C

Cabral

António ,172

Caldas

José ,95

Callois

Roger ,85

Caminha

Pero Andrade de ,73, 123

Camões

Luís Vaz de ,11, 14, 16, 17, 39, 73, 78, 84, 87, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 134, 136, 137,
171, 184, 192, 194

Campos

Agostinho de ,150

Alfredo de ,184

Fernando ,196

Canelo

Maria José ,90

Cantel

Raymond ,129

Capinha

Graça ,72

Carlos

D. ,181, 184

Carvalho

Ferraz de ,68

Joaquim de ,117

Mário de ,196

Castilho

António ,123

António Feliciano ,152

Guilherme de ,188

Susan ,76

Castro

D. João de ,88, 126

Inês de ,118

Catarina

D. ,122

Catroga

Fernando ,180, 192

Cerejeira

Gonçalves ,95

Chabot

Jean Luc ,21

Chagas

Pinheiro ,152, 173

Chancelaria

Diogo Velho da ,113

Chaves

Castelo Branco ,135

Chevalier

Jean ,107

Cidade

Hernâni ,93, 96, 106, 118, 119, 147

Cintra

Lindley ,96

Luís Miguel ,90

Citron

Suzanne ,26

Clemente VII ,105

Coelho

Adolfo ,133

António Borges ,69, 83

Jacinto do Prado ,9, 10, 15

Manuel ,31, 62

Maria Teresa Pinto ,178

Comte

August ,154

Connolly

William ,26

Cordeiro

Luciano ,108

Correia

Natália ,70

Cortesão

Jaime ,172

Costa

Correia da ,172

Coutinho

Manuel de Sousa ,134

Curto

Diogo Ramada ,16

D

Daguessau

Daniel ,34

Henri-François ,34

Daniel ,87, 129, 195

Dias

Augusto da Costa ,186, 187

Barros ,189

Carlos Malheiro ,88

Jorge ,31, 45, 52, 61, 62, 63, 64, 69, 78, 85

Dinis
D. ,38, 73
Júlio ,148
Domingues
Afonso ,149
Duarte
D. ,10, 14, 17, 94, 95, 113, 114, 123, 124, 194, 274
Du Bellay
Joaquim ,73, 123

E

Eliade
Mircea ,85
Enes
António ,164
Entralgo
Pedro Laín ,9, 33
Escolar
Marcelo ,26

F

Faria
Almeida ,196
Feinberg
Walter ,23
Fernando
D. ,46, 93, 94, 96, 136, 148
Ferreira
António ,73, 113, 123, 194, 274
Fichte
Johann Gottlieb ,24
Figueiredo
Fidelino de ,14, 45, 52, 53, 54, 117, 118, 148, 273
Filipa
D. ,99, 134
Fletcher
George ,28
Flora
Joaquim de ,40, 87, 127
França
Luís de ,29, 75, 77

G

Gaio
Manuel da Silva ,185

Galvão

Duarte ,148

Gama

Duarte da ,113

Paulo da ,117

Vasco da ,78, 116, 117, 118

Gândavo

Pero de Magalhães ,124

Garcia

Emídio ,153

Garrett

Almeida ,14, 17, 34, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 185, 186, 187, 274

Gellner

Ernest ,21, 22

Genette

Gérard ,15

Gheerbrant

Alain ,107

Gil

Fernando ,115, 121

Frei ,127

Girão

Amorim ,68

Girardet

Raoul ,24

Godinho

Vitorino Magalhães ,30

Góis

Damião de ,95

Gonçalves

Nuno ,31, 62

Goodin

Robert E. ,30

Gusmão

D. Luísa de ,126

H

Hayes

Carlton J. ,22

Hegel

G. W. F. ,118

Henrique

Conde D. ,87, 105, 144

Infante D. ,46, 48, 49, 109, 111, 113, 136, 147, 165

Henriques

D. Afonso ,43, 75, 83, 87, 115, 118, 128, 138, 141, 143, 144, 148

Herculano

Alexandre ,14, 17, 34, 54, 56, 57, 61, 75, 78, 79, 128, 132, 137, 139, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 274

Herder

Johann Gottfried ,24

Hermet

Guy ,21, 23, 24, 27

Hobsbawm

Eric ,22, 26, 31

Homero ,115**Horácio ,120****Hume**

David ,34

Huyssen

Andreas ,29

J**Jakobson**

Roman ,14

João I

D. ,16, 45, 46, 48, 50, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 107, 108, 109, 110,
115, 127, 145, 148, 163, 193

João II

D. ,95, 112, 113, 145

João III

D. ,76, 113, 121, 122, 146

João IV

D. ,84, 88, 125, 195

João V

D. ,88

João VI

D. ,43, 80, 88, 143, 190

Jorge

Vítor Oliveira ,197

Junot ,80**Junqueiro**

Guerra ,11, 14, 153, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192,
195, 274

K**Kant**

Immanuel ,25

Kedourie

Elie ,22

Khon

Hans ,21, 23

Kymlicka

Will ,25

L

Lamennais ,149

Lapa

Rodrigues ,95, 96, 108, 114

Laranjeira

Manuel ,157, 176

Leal

Ernesto Castro ,24

Gomes ,178, 179, 180, 181, 189, 191, 192, 195

Leão

Duarte Nunes de ,37, 124

Francisco da Cunha ,14, 35, 40, 41

Lencastre

D. Filipa de ,98, 99, 100, 101, 109

Leonor

D. ,149

Lima

Isabel Pires de ,192

Lisboa

Maria Manuel ,173

Llobera

Josep ,21, 30, 34

Lobo

António de Sousa Silva ,88

António Maria de Sousa ,139

Lopes

Fernão ,10, 11, 13, 14, 16, 17, 50, 51, 83, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103,
104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 122, 127, 139, 148, 151,
193, 194, 274

Óscar ,50, 51, 108, 151

Teresa Rita ,172

Lourenço

Eduardo ,7, 14, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 62, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 127, 132, 133,
193, 195

Lowenthal

David ,27

Luís

D. ,180, 181

Lukacs

Georges ,140

M

Macedo

Helder ,115, 121

Jorge Borges de ,197

José Agostinho de ,88

Maia

Gonçalo Mendes da ,144, 148

Manuel

D. Joao ,112

Manuel I

D. ,89, 113, 128

Maria II

D. ,150

Marinho

Maria de Fátima ,135, 148

Martha

M. Cardoso ,172

Martínez

Jesus Montoya ,98

Martins

José Pina ,121

Oliveira ,9, 10, 14, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 61, 70, 78, 81, 82, 88, 108,
117, 119, 153, 159, 162, 163, 166, 167, 177, 178, 190, 199, 273

Massena ,80

Matos

Júlio de ,154, 158

McKim

Robert ,23, 25, 30

McMahan

Jeff ,23, 25, 28, 30

Medina

João ,164, 172

Mello

Allyrio de ,173

Mendes

Victor ,136, 137

Miguel

D. ,50, 88, 143, 150

Miranda

Sá de ,14, 17, 73, 113, 120, 121, 122, 123, 139, 194, 274

Moniz

Egas ,118, 144

Montalvão

Justino de ,183, 188

Monteiro

Ofélia Paiva ,135, 143

Montesquieu ,34

Morais

Estêvão de ,95

N

Nebrija ,73

Nemesio

Vitorino ,133, 143

Nietzsche

Friedrich ,175

Nobre

António ,14, 175, 176, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 195, 274

Nordau

Max ,175

Nunes

Emmanuel ,90

Maria Luísa ,162

O

Oliveira

Alberto de ,176, 177, 183, 184, 185, 186

Fernão de ,73, 124, 125

Manoel de ,90

Ortigão

Ramalho ,60, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 176, 177

P

Palácios

Silvina Quintero ,26

Pascoaes

Teixeira de ,10, 14, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 46, 54, 58, 59, 62, 72, 73, 78, 177, 273

Patrício

António ,178

Pedro I

D. ,93, 94, 96, 100, 112, 134

Pedro II

D. ,126, 163

Pedro IV

D. ,150, 168

Pereira

António ,120

José Carlos Seabra ,185

Nun'Álvares ,45, 98, 99, 100, 103, 118, 119, 134, 145, 181, 182, 189, 192

Peres

Damião ,10, 14, 23, 27, 45, 55, 60, 61, 68, 95, 132, 273

Pessoa

Fernando ,72, 86, 87, 129, 176, 181, 183, 189

Pestana

Álvaro de Brito ,113

Pires

António Machado ,11, 13, 33, 46, 88, 127, 151, 153, 158, 167, 169, 172, 175

Maria João ,90

Platão ,154**Pombal**

Marquês de ,88, 135

Q**Quadros**

António ,14, 29, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 69, 72, 73, 75, 76, 77, 273

Queirós

Eça de ,14, 18, 73, 81, 82, 153, 155, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168,
169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 182, 183, 186, 274

Teixeira de ,158

Queiroz

Maria Isaura ,127, 128

Quental

Antero de ,49, 54, 70, 82, 152, 153, 178, 181, 182, 190

R**Rajchman**

John ,26, 27, 29

Ramalho

Maria Irene ,72, 90

Ramires

Conceição ,187

Ramos

Feliciano ,175

Reboratti

Carlos ,26

Rego

Paula ,90

Regras

João das ,97, 145

Reis

Carlos ,15, 245

Soares dos ,178

Renan

Ernest ,24, 31, 33, 55, 56

Resende

André de ,78, 86

Garcia de ,14, 17, 112, 113, 117, 194

Ribeiro

António Sousa ,72, 90

Bernardim ,184

Orlando ,69

Richardson

Jonathan ,34

Riquer

Isabel de ,98

Rocha

Andrée Crabbé ,112

Rollo

Maria Fernanda ,69, 83

Rosa

Alberto Machado da ,162

Victor Pereira da ,76

Rosas

Fernando ,69, 83

S

Sá

Maria das Graças Moreira de ,46, 89, 184, 274

Sabugosa

Conde de ,162

Salisbury

Lord ,82

Sampaio

Alberto ,153

Rodrigues ,179

Santos

Boaventura de Sousa ,70, 71, 82, 90

Nelson Lima ,76

Saraiva

António José ,14, 45, 50, 51, 62, 63, 64, 65, 70, 74, 96, 97, 102, 105, 107, 108, 116, 133,
151, 166

Saramago

José ,90, 196

Sardinha

António ,68, 70, 177

Schopenhauer

Arthur ,175

Schulze

Hagen ,22, 28, 29

Scott

Walter ,139

Seabra

José Augusto ,181

Sebastião

D. ,10, 39, 46, 47, 49, 51, 59, 87, 121, 126, 138, 188

Sérgio

António ,10, 14, 18, 34, 35, 37, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 69, 78, 79, 88, 273

Serrão

Joaquim Veríssimo ,95

Joel ,94, 139

Sertório ,115, 118

Sevilha

Santo Isidoro de ,87

Shafer

Boyd ,29, 30

Shaftesbury

Lord ,34

Silva

Augusto Santos ,197

Vieira da ,90

Vitor Manuel Aguiar e ,15, 116

Simões

João Gaspar ,135

Sintra

Frei Rodrigo de ,103

Smith

Anthony ,21, 22, 30, 31, 34

Soult ,80

T

Taine

Hippolyte ,158

Teixeira

Nuno Severiano ,81, 273

Teles

Silva ,68, 93

Teresa

D. ,43, 141, 143, 144

Torga

Miguel ,70, 196

Trava

Fernando Peres de ,141, 144

U

Unamuno

Miguel de ,157, 176, 189

V

Valdés

Juan de ,123

Vasconcelos

Leite de ,78, 79, 86, 133

Verney

Luís António ,54, 75

Vieira

António ,14, 17, 84, 87, 88, 125, 126, 127, 128, 129, 139, 195, 274

Siza ,90

Virgílio ,115

Viriato ,29, 56, 78, 79, 115, 118, 120, 137, 186

W

West

Cornel ,27

Z

Zacarias ,87, 129

Zurara

Gomes Eanes de ,14, 17, 87, 93, 102, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 117, 122, 193,
194, 274





ÍNDICE

Prefácio.....	9
Introdução.....	13
PARTE I: IDENTIDADE NACIONAL.....	19
Capítulo 1: O conceito de nacionalismo e de identidade nacional.....	21
1.1. Nação e nacionalismo. Origem dos conceitos.....	21
1.2. Nação étnica e nação cívica.....	23
1.3. Identidade nacional – tentativa de uma definição.....	26
Capítulo 2: O caso português: diferentes visões sobre o carácter nacional....	33
2.1. Perspetivas ontologizantes e psicanalíticas: Teixeira de Pas- coaes, António Quadros, Francisco da Cunha Leão, Eduardo Lourenço.....	35
2.2. Perspetivas sociológicas, antropológicas e históricas: Olivei- ra Martins, Fidelino de Figueiredo, António Sérgio, Damião Peres, Jorge Dias e António José Saraiva	45
Capítulo 3: O conceito de nacionalismo e de identidade nacional.....	67
3.1. Fatores políticos: Estado, território e Constituição.....	67
3.2. Fatores socioculturais: língua, religião, etnia, história, mitos e arte.....	72

PARTE II: PORTUGAL NA LITERATURA PORTUGUESA: DE FERNÃO LOPES AO FIM DO SÉCULO XIX.....	91
Capítulo 4: O panegírico medieval.....	93
4.1. O providencialismo de Fernão Lopes e de Gomes Eanes de Zurara.....	93
4.2. Garcia de Resende e a exaltação das Descobertas.....	112
4.3. D. Duarte e a especificidade portuguesa: o sentimento da Saudade.....	113
Capítulo 5: Do Portugal-Nação ao Portugal-Império: mitificação da identidade nacional.....	115
5.1. A consagração do nacionalismo segundo os códigos clássicos.....	115
5.1.1. A epopeia camoniana.....	115
5.1.2. Sá de Miranda: a anti-épica.....	120
5.1.3. A «Questão da Língua»: António Ferreira e os gramáticos portugueses renascentistas.....	122
5.2. Destino mítico de Portugal: o Quinto Império de António Vieira como expressão do Sebastianismo português.....	125
Capítulo 6: Visões díspares da nação no século XIX: decadência e reconstrução.....	131
6.1. O ideal romântico de recuperação da tradição nacional genuína: Garrett e Herculano.....	131
6.2. Eça de Queirós e uma sociedade <i>em decadência</i>	152
6.3. Fim de século e <i>finis patriae</i> ? Nobre e Junqueiro: o passado e o futuro.....	175
Conclusão.....	193
Bibliografia.....	199

Nota sobre a organização da bibliografia.....	199
Bibliografia ativa.....	200
Bibliografia passiva.....	208
A. Nacionalismo e identidade nacional.....	208
B. Contextualização histórico-cultural.....	221
C. Crítica, História e Teoria Literárias.....	225
Índice Onomástico Remissivo.....	257













Esta obra elabora uma revisão dos conceitos de nação e de identidade nacional, evidenciando-se uma clivagem entre o conceito de nação étnica e o de nação cívica. A partir daqui, esboça-se uma definição de identidade nacional, que se estabelece por confronto com o Outro e se revela uma realidade multifacetada, incluindo elementos como o território, o Estado, a Constituição, a língua, a história, os mitos, a religião e a arte.

Ao traçar o perfil identitário da nação portuguesa, apresentam-se perspectivas de vários ensaístas portugueses sobre o carácter nacional, sendo que uns consideram a alma nacional como uma essência, um *quid* enigmático, por vezes personificado e alvo de conjecturas psicanalíticas (Teixeira de Pascoaes, António Quadros, Francisco da Cunha Leão e Eduardo Lourenço), e outros optam por uma visão mais objetiva e racionalista, segundo a qual a identidade de um povo resulta da sua ação, do modo como ele reage ao devir histórico (Oliveira Martins, Fidelino de Figueiredo, António Sérgio, Damião Peres e António José Saraiva).

No processo de construção da identidade nacional portuguesa a literatura tem um papel fundamental. Esta não se limita a ser um mero espelho da realidade, mas constrói ela própria também modelos identitários que perpassam para o mundo extraliterário, instituindo-se enquanto parte da memória nacional.

Este estudo da identidade nacional na literatura portuguesa inicia-se na época medieval, com autores que demonstram os primeiros laivos de uma consciência nacional: Fernão Lopes, Zurara, Garcia de Resende e D. Duarte. No Renascimento, é Camões o expoente máximo da consagração do nacionalismo, através da celebração e consolidação da identidade nacional na narrativa épica. Em António Vieira, dá-se a mitificação do império português: no século XVII, o pensamento literário sobre o destino da nação portuguesa é dominado pelos escritos do jesuíta, em que desenvolve o mito do Sebastianismo e profetiza o Quinto Império. O Romantismo, momento inaugural de uma procura consciente da essência do ser português, leva a um retorno às origens, às genuínas tradições nacionais. Nele germina já a semente da decadência, diagnosticada pela Geração de 70 na segunda metade do século. A Geração de 90, ensombrada pelo Ultimato inglês, revela uma visão acentuadamente pessimista da nação, agravada pelo espírito finissecular; este sentimento de desolação tem o seu reverso no Neogarrettismo, movimento que procura recuperar o Portugal rural, tradicional, distanciando-se de qualquer progresso social ou tecnológico.

Apoios: